



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PPGL

OTONIEL MACHADO DA SILVA

**AS FACETAS DA CRÔNICA DO SÉCULO XIX E SUAS EXPRESSÕES
NA GAZETA DA PARAHYBA**

João Pessoa-PB

2017

OTONIEL MACHADO DA SILVA

**AS FACETAS DA CRÔNICA DO SÉCULO XIX E SUAS EXPRESSÕES
NA GAZETA DA PARAHYBA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para a obtenção do título de Doutor em Letras, sob a orientação da professora doutora **Socorro de Fátima Pacífico Barbosa**.

Área de concentração: Literatura e cultura

Linha de Pesquisa: Memória e produção cultural

João Pessoa-PB

2017

Catálogo na Publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586f Silva, Otoniel Machado da.
As facetas da crônica do século XIX e suas expressões na
gazeta da Parahyba / Otoniel Machado da Silva. - João Pessoa,
2017.
321 f. : il.

Orientador: Socorro de Fátima Pacífico Barbosa.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA

1. Letras. 2. Gazeta da Parahyba. 3. Memórias. 4. Literatura -
jornalismo. I. Título.

UFPB/BC

**AS FACETAS DA CRÔNICA DO SÉCULO XIX E SUAS EXPRESSÕES NA
GAZETA DA PARAÍHYBA**

Otoniel Machado da Silva

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para a obtenção do título de Doutor em Letras, na área de concentração em Literatura e Cultura.

Tese de Doutorado avaliada em: 01 / 11 / 2017

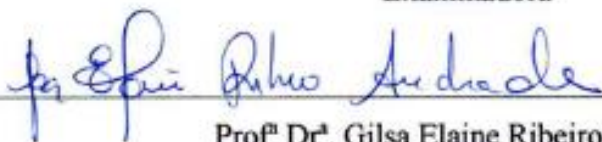
BANCA EXAMINADORA



Profª Drª. Socorro de Fátima Pacífico Barbosa
Universidade Federal da Paraíba
Orientadora



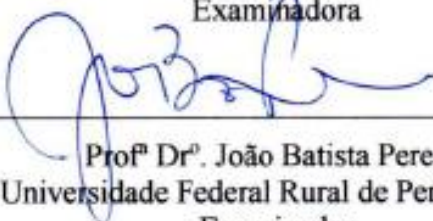
Profª Drª. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Universidade Federal da Paraíba
Examinadora



Profª Drª. Gilsa Elaine Ribeiro Andrade
Faculdades Devry
Examinadora



Profª Drª. Marta Célia Feitosa Bezerra
Instituto Federal da Paraíba
Examinadora



Profª Drª. João Batista Pereira
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Examinador

DEDICATÓRIA

A Bíblia Sagrada, por meio das palavras do apóstolo Paulo, ensina: “dai a cada um o que é devido: (...) a quem honra, honra” (Rm 13.7).

Dedico este trabalho à professora Socorro de Fátima Pacífico Barbosa, pela sua importância na minha vida, pelo privilégio de tê-la como orientadora desde o projeto de iniciação científica nos idos dos anos 2000, a quem aprendi a admirar como pesquisadora incansável e desbravadora de novos horizontes.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus, criador e sustentador da vida e do universo, que por meio de seu filho Jesus, o Cristo, nos dá esperança e sentido para a existência. Em Deus, encontro consolo, paz, abrigo.

A Nadja Jales Machado, minha esposa amada, que sempre me apoiou e nunca me deixou desistir. Ao meu lado em todos os momentos, enfrentando minhas oscilações de humor, sendo amiga, companheira, compreensiva. Sua ajuda foi decisiva para que o meu sonho se tornasse realidade. Sem ela, esta tese não existiria.

Aos meus filhos, Guilherme e Bruna, por alegrarem os dias com a presença carinhosa deles ao meu lado. A vida deles é minha vida. Eles são expressões verdadeiras do que é o amor.

Ao meu querido pai, Agostinho, um homem admirável, uma fortaleza moral e ética, que sempre incentivou e investiu nos meus estudos.

Aos meus amados irmãos, Ismael e Jeziel, que sempre foram exemplos de leitores e estudantes destacados. Minha trajetória de vida não seria a mesma sem eles.

À professora Socorro de Fátima Pacífico Barbosa, responsável direta por minha trajetória acadêmica desde a iniciação científica. Suas orientações, aulas, leituras e pesquisas nunca se conformaram com o lugar-comum. Tive o privilégio de ser seu orientando por todas as etapas da vida acadêmica. Muito obrigado.

Ao meu amigo Gilson Nascimento, parceiro de leituras e oração, que sempre me deu forças e companhia agradável.

Ao amigo pastor Josué Peixoto, sempre interessado pelo andamento da pesquisa.

À professora Gilsa Elaine, que, em todos os momentos, se colocou à disposição para me ajudar nessa caminhada. Tive a honra de tê-la nas bancas de qualificação e defesa. Suas observações e leitura atenta foram determinantes para o êxito do trabalho.

À professora Serioja Mariano, que também me honrou participando das bancas e, com leitura arguta, apontou direcionamentos valiosos.

Aos professores João Batista Pereira e Marta Célia Feitosa, pelo privilégio de tê-los na defesa e pela sempre generosidade de tratamento dispensado.

A Camila Burgardt, pelas dicas práticas, inteligentes e decisivas para o desenvolvimento desta pesquisa, apontando caminhos e saídas quando tudo parecia nebuloso.

Ao Instituto Federal da Paraíba, pela concessão de meu afastamento para concluir este trabalho, e aos professores amigos do IFPB, que lutaram com voz ativa pelo meu doutorado.

A Valnikson Viana, que sempre se colocou à disposição e com muita presteza me ajudou nas transcrições dos anexos.

Ao PPGL, nas pessoas da professora Ana Marinho e da secretária Rosilene Marafon, que sempre conduziu com competência e amigavelmente todas as demandas institucionais.

RESUMO

O presente trabalho investigou a crônica oitocentista no âmbito da *Gazeta da Parahyba*, jornal que circulou entre os anos de 1888 e 1890 em solo paraibano. Partindo das lacunas, mas compreendendo o lugar social (CERTEAU, 1982 [1975]), da crítica e historiografia literárias, que não vislumbraram o gênero crônica no Oitocentos paraibano, a pesquisa tomou como base as fontes primárias disponíveis nos sites da Hemeroteca da Biblioteca Nacional e do Projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século XIX, idealizado por Socorro Barbosa (2007). O estudo se fundamenta metodologicamente nas premissas da História Cultural (BURKE, 2008; 2010), seguindo os rastros e os caminhos apontados por Michel de Certeau (2009) e Roger Chartier (1999) na importância dada às práticas de leitura e à materialidade dos textos. Além disso, o trabalho acolhe todo o direcionamento estabelecido por Marlyse Meyer (1996; 1998) e seus estudos sobre a crônica e os folhetins, assim como é devedor das propostas lançadas por Socorro Barbosa (2007; 2011). Algumas perguntas foram motivadoras para o desenvolvimento da pesquisa, entre as quais: havia crônica na Paraíba do século XIX? Como ela se configurava? O que diz a historiografia literária paraibana a respeito da crônica no Oitocentos? Houve algum apagamento, por quê? É possível preencher as supostas lacunas históricas? Respondendo a estes questionamentos a partir de fontes primárias – jornais paraibanos do século XIX –, foi proposta uma classificação para os escritos cronísticos do Oitocentos. E, a partir da *Gazeta da Parahyba*, comprovou-se uma fértil produção de crônicas, contribuindo-se com dados novos para a história da literatura paraibana/brasileira. A crítica e a historiografia literária brasileira sobre o gênero crônica foi revisitada desde os críticos precursores, como Silvio Romero (1888) e José Veríssimo (1904; 1907; 1915), passando pela crítica tradicional, exemplificada por Afrânio Coutinho (2003), Massaud Moisés (2007) e Antonio Candido (1992), até chegarmos aos estudos mais recentes de Marlyse Meyer (1996), Marcus Soares (2014), Chalhoub, Neves e Pereira (2005). No âmbito da historiografia literária paraibana, foram analisadas, sobretudo, as considerações de João Lelis de Luna Freire (1953) e Hildeberto Barbosa Filho (1985; 1996; 1999; 2001; 2003; 2005). Sobre a história da imprensa na Paraíba, esta tese é devedora dos estudos de Eugenio Toscano de Brito (1910 [1897]), fundador e redator-chefe da *Gazeta da Parahyba*, Alcides Bezerra (1922 [1920]), José Leal (1960), Eduardo Martins (1976; 1978) e Fátima Araújo (1983; 1986 [1985]), além dos próprios escritos cronísticos da *Gazeta*, na pena de seus outros redatores. Os resultados da tese incluem a apresentação de um grupo de cronistas que podem ser enumerados entre os precursores da crônica na Paraíba oitocentista: Eugenio Toscano de Brito, Arthur Achilles, Eduardo Marcos de Araújo, Antonio da Cruz Cordeiro Junior e Alexandre de Faria Godinho, além daqueles cujo pseudônimo não foi possível descobrir.

Palavras-chave: *Gazeta da Parahyba*, crônica, século XIX, literatura e jornalismo paraibanos.

ABSTRACT

This work investigated the nineteenth century chronicle in the ambit of the *Gazeta da Parahyba*, newspaper that circulated in the soil of Paraíba between 1888 and 1890. Based on the gaps, but comprehending the social place (CERTEAU, 1982 [1975]), of the literary criticism and historiography, that did not foresee the gender chronicle in the nineteenth century of Paraíba, the research took as a basis the available primary sources in the sites of the Hemeroteca of the National Library and of the Project Journal and Literary feuilletons of the Paraíba in the 19th century, idealized by Socorro Barbosa (2007). The study is based methodologically on the premises of the Cultural History (BURKE, 2008;2010), following the trails and the paths pointed by Michel de Certeau (2009) and Roger Chartier (1999) in the importance given to the practices of reading and to the materiality of the texts. Besides this, the work greets all the direction established by Marlyse Meyer (1996;1998) and her studies about the chronicle and the feuilletons, as it is debtor of the proposals launched by Socorro Barbosa (2007;2011). Some questions were motivational to the development of the research, among them: was there chronicle in Paraíba on the 19th century? How did it configure? What does the literary historiography from Paraíba says about the chronicle of the nineteenth century? Was there any deletion, why? Is it possible to fulfill the supposed historic gaps? Answering these inquiries onwards primary sources – Paraíba newspapers of the 19th century -, a classification for the chronicle writings of the nineteenth century was proposed. And, starting with the *Gazeta da Parahyba*, a rich production of chronicles was proved, contributing with new data for the history of the literature of Paraíba/Brazil. The Brazilian literary criticism and historiography on the gender chronicle was reviewed since the pioneer critics, such as Silvio Romero (1888) and José Veríssimo (1904, 1907, 1915), going through the traditional criticism, exemplified by Afrânio Coutinho (2003), Massaud Moisés (2007) and Antonio Candido (1992), until we reach the most recent studies of Marlyse Meyer (1996), Marcus Soares (2014), Chalhoub, Neves and Pereira (2005). In the ambit of the literary historiography of Paraíba, above all the considerations of João Lelis de Luna Freire (1953) and Hildeberto Barbosa Filho were analyzed, (1985; 1996; 1999; 2001; 2003; 2005). On the history of the press in Paraíba, this thesis is a debtor of the studies of Eugenio Toscano de Brito (1910 [1897]), founder and editor in chief of the *Gazeta da Parahyba*, Alcides Bezerra (1922 [1920]), José Leal (1960), Eduardo Martins (1976; 1978) and Fátima Araújo (1983; 1986 [1985]), Besides the own chronistic writings of the *Gazeta*, in the fountain pen of its other editors. The results of the thesis include the presentation of a group of chroniclers that can be numbered among the pioneers of the chronicle in the nineteenth century of Paraíba: Eugenio Toscano de Brito, Arthur Achilles, Eduardo Marcos de Araújo, Antonio da Cruz Cordeiro Junior and Alexandre de Faria Godinho, besides those which pseudonym was not possible to find out.

Key-words: *Gazeta da Parahyba*, chronicle, 19th Century, Literature and Journalism.

RESUMÉ

Ce travail a investigué la chronique du dix-neuvième siècle dans le contexte de la *Gazeta da Parahyba*, un journal qui a circulé entre les années 1888 et 1890 dans la région de Paraíba. Partant des lacunes, mais comprenant le lieu social (CERTEAU, 1982 [1975]), de la critique et historiographie littéraires, qui n'ont pas vu le genre chronique dans le cadre du dix-neuvième de la Paraíba, la recherche s'est reposée sur les sources primaires disponibles dans les sites de la Hémérothèque de la Bibliothèque National et du projet Journaux et Feuilletons Littéraires de la Paraíba dans le XIXème siècle, idéalisé par Socorro Barbosa (2007). L'étude est méthodologiquement basée sur les prémisses de l'Histoire Culturelle (BURKE, 2008; 2010), suivant les traces et chemins indiquées par Michel de Certeau (2009) et Roger Chartier (1999) sur l'importance accordée aux pratiques de lecture et à la matérialité des textes. En outre, le travail embrasse toute la direction établie par Marlyse Meyer (1996, 1998) et ses études sur la chronique et les feuilletons, il s'utilise aussi des propositions lancées par Socorro Barbosa (2007; 2011). Quelques questions ont motivé le développement de la recherche, y compris: y avait-il de la chronique à Paraíba au XIXème siècle? Comment s'est-elle configurée? Que dit l'historiographie littéraire de la Paraíba sur la chronique du dix-neuvième siècle? Y a-t-il eu des effacements? Pourquoi? Est-il possible de remplir les lacunes historiques supposées? Répondant à ces questionnements à partir de sources primaires – journaux de la Paraíba du dix-neuvième siècle –, on a proposé une classification pour les écrits de la chronique du dix-neuvième. Et, à partir de la *Gazeta da Parahyba*, nous avons eu une fertile production de chroniques, contribuant avec de nouvelles données pour l'histoire de la littérature de la Paraíba/du Brésil. La critique et l'historiographie littéraire brésilienne sur le genre chronique ont été revisitées à partir les critiques précurseurs, comme Silvio Romero (1888) et José Veríssimo (1904; 1907; 1915), tout en passant par la critique traditionnelle, illustrée par Afrânio Coutinho (2003), Massaud Moisés (2007) et Antonio Candido (1992), jusqu'à ce que nous atteignons les études les plus récentes de Marlyse Meyer (1996), Marcus Soares (2014), Chalhoub, Neves e Pereira (2005). Dans le cadre de l'historiographie littéraire de la Paraíba, nous avons analysé, surtout, les considérations de João Lelis de Luna Freire (1953) et Hildeberto Barbosa Filho (1985; 1996; 1999; 2001; 2003; 2005). En ce qui concerne l'histoire de la presse à Paraíba, cette thèse a utilisé les études d'Eugenio Toscano de Brito (1897 [1910]), fondateur et rédacteur en chef de la *Gazeta da Parahyba*, Alcides Bezerra (1922 [1920]), José Leal (1960), Eduardo Martins (1976; 1978) et Fátima Araújo (1983; 1986 [1985]), en plus des propres écrits chroniques de la *Gazeta*, dans la plume de ses autres rédacteurs. Les résultats de cette thèse comprennent la présentation d'un groupe de chroniqueurs qui peuvent figurer parmi les précurseurs de la chronique à Paraíba au dix-neuvième siècle: Eugenio Toscano de Brito, Arthur Achilles, Eduardo Marcos de Araújo, Antonio da Cruz Cordeiro Junior e Alexandre de Faria Godinho, en plus de ceux dont le pseudonyme n'a pas été possible de découvrir.

Mots-clés: *Gazeta da Parahyba*, chronique, XIXème siècle, littérature et journalisme de Paraíba.

Lista de ilustrações

Figura 1 – Crônica judiciária.....	22
Figura 2 – Crônica policial.....	23
Figura 3 – Crônica parlamentar.....	24
Figura 4 – Crônica política.....	25
Figura 5 – Folhetim-crônica “Aos domingos”, da <i>Gazeta da Parahyba</i>	26
Figura 6 – Crônica semanal da Seção “Notas da Semana”, da <i>Gazeta da Parahyba</i>	27
Figura 7 – Crônicas diárias da <i>Gazeta da Parahyba</i> : “Toadas” e “Carambolas”	28
Figura 8 – Crônica de evento “As Neves”, do jornal <i>Estado da Parahyba</i>	29
Figura 9 – Crônica de evento “O nevessar”, da <i>Gazeta do Commercio</i>	30
Figura 10 – Capa da <i>Gazeta da Parahyba</i>	106
Figura 11 – Seção Telegrammas da <i>Gazeta da Parahyba</i>	108
Figura 12 – Romance-folhetim “O colar de aço”	108
Figura 13 – Anúncio da <i>Gazeta da Parahyba</i>	110
Figura 14 – 1ª página da <i>Gazeta da Parahyba</i>	112
Figura 15 – Página 2 da <i>Gazeta da Parahyba</i>	113
Figura 16 – Página 3 da <i>Gazeta da Parahyba</i>	114
Figura 17 – Página 4 da <i>Gazeta da Parahyba</i>	114
Figura 18 – Imagem de Eugenio Toscano de Brito.....	130
Figura 19 – Os redatores-médicos.....	133
Figura 20 – Imagem de Arthur Achilles.....	136
Figura 21 – Capa do jornal <i>O Parahybano</i>	139
Figura 22 – Anúncio da venda da biblioteca de Cordeiro Junior.....	144

Lista de quadros

Quadro 1 – Fontes bibliográficas sobre os redatores da <i>Gazeta da Parahyba</i>	128
Quadro 2 – Relação de crônicas semanais ou hebdomadárias da <i>Gazeta da Parahyba</i>	154
Quadro 3 – Relação de crônicas diárias da <i>Gazeta da Parahyba</i>	154
Quadro 4 – Relação de crônicas unitárias da <i>Gazeta da Parahyba</i>	155
Quadro 5 – Relação de Séries cronísticas, sem regularidade diária ou semanal.....	155

SUMÁRIO

Introdução.....	13
1. A crônica no século XIX: facetas e traços discursivos.....	19
1.1 A crônica no século XIX: nomes e modalidades, conhecendo suas facetas.....	19
1.2 A crônica no século XIX: lugares e traços discursivos, no rastro do Folhetim.....	32
1.3 A crônica no século XIX: além do Folhetim.....	50
2. A crônica do século XIX na historiografia e crítica.....	52
2.1 A crônica do século XIX na historiografia e crítica literária brasileira.....	52
2.1.1 Os críticos precursores.....	54
2.1.2 A tradição dos críticos do século XX.....	59
2.1.3 Estudos contemporâneos.....	72
2.2 A crônica do século XIX na historiografia e crítica literária paraibana.....	82
2.3 As razões do apagamento da crônica oitocentista.....	93
3. A Gazeta da Parahyba: características, história e redatores.....	100
3.1 A <i>Gazeta da Parahyba</i> , um jornal <i>moderno</i>	100
3.2 A história da <i>Gazeta da Parahyba</i>	115
3.3 Os redatores da <i>Gazeta da Parahyba</i>	124
3.3.1 Eugenio Toscano de Brito, o fundador e redator-chefe.....	130
3.3.2 Antonio Bernardino dos Santos.....	134
3.3.3 Arthur Achilles dos Santos.....	136
3.3.4 Antonio da Cruz Cordeiro Junior.....	141
3.3.5 Eduardo Marcos de Araújo.....	145
3.3.6 Alonso de Almeida.....	147
3.3.7 Rodolpho Galvão.....	148
4. As expressões da crônica oitocentista na <i>Gazeta da Parahyba</i>.....	152
4.1 Crônicas, cronistas e pseudônimos.....	152
4.2 O Folhetim-crônica da <i>Gazeta da Parahyba</i> : “Aos domingos” e “Aqui e ali”.....	165
4.3 As “Toadas” de Zé Bigode, o “leão da verve e da ironia”.....	172
4.4 As “Caramolas” de O Taco, “o colibri da <i>Gazeta</i> ”.....	179
5. Considerações finais.....	184
Referências.....	192
Anexos.....	199

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se insere no âmbito da história da literatura, mais particularmente no que diz respeito à história da literatura e da cultura jornalística paraibanas. Trata-se de uma pesquisa que visa contribuir com informações sobre a crônica desenvolvida na *Gazeta da Parahyba*, jornal que circulou entre os anos de 1888 e 1890.

A pesquisa é devedora do Projeto Jornais e Folhetins na Paraíba do século 19¹. Idealizado pela professora Socorro de Fátima Pacífico Barbosa, este projeto abriga um endereço eletrônico em que é possível termos acesso a jornais paraibanos do Oitocentos, artigos sobre as relações entre literatura e jornalismo, instrução pública, incluindo um dicionário de jornalistas paraibanos do século XIX.

Sempre levando em consideração categorias históricas das práticas de leitura, circulação e escrita do século XIX na Paraíba, é um dos objetivos do projeto “restituir a produção escrita em jornais ao seu contexto histórico, tomando-o ao mesmo tempo como fonte e objeto, evitando atribuir categorias alheias àquele tempo”.

Nossa trajetória como pesquisador, entretanto, tem uma dívida pessoal com a idealizadora do projeto. Em meados dos anos 2000, participando de um projeto de pesquisa de iniciação científica, iniciamos uma trajetória de estudos investigando as cartas do jesuíta José de Anchieta, compreendendo as relações entre teologia, política e retórica nos escritos do século XVI, mais especificamente as cartas daquele religioso endereçadas à Companhia de Jesus.

A orientação da professora Socorro Barbosa, considerando estudos de João Adolfo Hansen (2003) e Alcir Pécora (2005), sempre foi no sentido de superar os anacronismos, buscando interpretar os documentos dentro das condições de produção de seu próprio tempo.

Passados alguns anos, na esfera do mestrado (2007-2009), pudemos estudar as cartas de Machado de Assis, aplicando as orientações retóricas da *ars dictaminis*, a arte de escrever cartas, à escrita epistolar machadiana (SILVA, 2014).

Agora, no âmbito do doutorado, continuamos na esfera do século XIX, seguindo o pioneirismo das pesquisas de Socorro Barbosa no que diz respeito aos jornais paraibanos do século XIX. Sua obra *Jornal e Literatura: a imprensa brasileira no século XIX* (2007) mostrou

¹ O Projeto Jornais e Folhetins na Paraíba do século 19, idealizado por Socorro Barbosa, abriga um acervo de jornais digitalizados e disponíveis por meio do site <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins>. Também, no site, estão disponíveis estudos sobre as relações entre literatura e jornalismo, instrução pública e um dicionário sobre os jornalistas que atuaram no Oitocentos.

caminhos metodológicos e propostas temáticas balizadores desta tese, ao sugerir perguntas de pesquisa, levantar hipóteses e apontar direcionamentos.

Cumprе ainda dizer que o nosso trabalho não está isolado no esforço de trazer à luz aspectos da literatura do século XIX e suas relações com o jornal. Em torno das pesquisas sob a orientação de Socorro Barbosa, já há uma vasta produção concluída em dissertações de mestrado e teses de doutorado, que mapearam os jornais, mostrando gêneros e autores esquecidos, temas e obras desconhecidas, consolidando linhas de pesquisa bastante profícuas, a partir das fontes primárias representadas pelos jornais do Oitocentos.

Citamos, a título de exemplos, os seguintes trabalhos: as dissertações de mestrado de Camila Machado Burgardt – *A invenção da seca no século XIX: a imprensa do Norte e o romance Os retirantes* (2014) – e de Josy Kelly Cassimiro Rodrigues dos Santos – *O livro dos Snobs: o romance inglês nos jornais e periódicos paraibanos do XIX* (2016).

Em grau de doutoramento: *Machado de Assis na imprensa do século XIX: práticas, leitores e leituras* (2013), de Virna Lúcia Cunha de Farias; *A construção e a permanência do nome do autor: o caso José Condé* (2013), de Edson Tavares Costa; *Ascendino Leite: uma representação do “ser leitor” no Jornal Literário* (2014), de Maria Célia Ribeiro da Silva; *Júlia Lopes de Almeida e sua trajetória de consagração em O país* (2015), de Nahete de Alcântara Silva; e *Pereira da Silva no campo literário: o discurso da crítica e dos periódicos (1890-1960)* (2015), de Gilsa Elaine Ribeiro Andrade.

Uma das motivações para a escolha do tema da crônica no Oitocentos paraibano relacionou-se ao fato de não estarem visíveis estudos sobre a crônica oitocentista na historiografia e crítica literária paraibana.

A história da literatura, por influência positivista, é profundamente marcada pelas referências aos autores, obras e estilos, tomados cronologicamente para efeito didático, seguindo uma tendência que não é nova em termos de abordagem, influenciando, inclusive, metodologias de ensino e propostas didáticas. No entanto, os últimos anos têm sido palco de uma ampliação da pesquisa histórico-literária, que inclui os suportes, a recepção, as marcas ideológicas, concepções de leitura etc., de modo a diversificar e a tornar mais verossímil a noção de literatura em um determinado tempo.

Na esteira de uma tendência que vem analisando os jornais do século XIX como fonte e espaço próprio da literatura (BARBOSA, 2007), pesquisas já foram desenvolvidas nos jornais e folhetins do Rio Grande do Sul (HOHLFELDT, 2003), do Mato Grosso (NADAF, 2002) e do Pará (NOBRE, 2009), estabelecendo, via de regra, um diálogo com os periódicos da corte – o Rio de Janeiro –, de modo a fornecer dados sobre práticas culturais, em geral, e literárias, em

particular. Em solo paraibano, especificamente, as discussões em torno da temática foram iniciadas através do referido Projeto Jornais e folhetins literários da Paraíba no século 19.

As propostas deste trabalho, ao buscar contribuir com a historiografia da literatura paraibana, rompe alguns dogmas que excluem os jornais da construção dessa história:

Considere-se que a abordagem aqui proposta, ao contrário da tradicional história da literatura paraibana, não tende a tomar a “obra” final – impressa em livro – como definitiva e a única digna de investigação, pois a despeito da importância dessa tradição de estudos, há contudo outras histórias que precisam ser contadas, de modo que, primeiro, favoreça o conhecimento daquelas práticas que não foram valorizadas e foram esquecidas pelos historiadores; depois, que desenhe com maior verossimilhança a “vida literária” de um tempo distante, bem diversa das que propõem os livros e manuais, porém mais próximas da “realidade” daquela época. Ao contrário do Rio Grande do Sul, que já tem tradição nos estudos da história da literatura a partir dos jornais, os trabalhos sobre a imprensa na Paraíba raramente levam em consideração os jornais na construção de sua história da literatura. Na verdade, mesmo esses trabalhos pioneiros sobre a história da imprensa detêm-se na história dos jornais, dos títulos, dos jornalistas, sem considerar o papel fundamental que esse suporte teve como veículo fundamental da vida literária e cultural paraibana do século XIX. (BARBOSA, 2011).

Segue-se uma linha, apontada por Zilberman (2007, p. 13) a respeito da tese de Barbosa (2007): “provar que o jornal não apenas contém literatura, mas que ele faz parte da literatura, mostrando-se enquanto uma de suas facetas mais férteis e estimulantes”.

Uma das obras sobre a história da literatura paraibana – o livro de Gemy Cândido, *História Crítica da Literatura Paraibana* (1983) – ilustra uma tendência historiográfica e algumas lacunas nessa tradição: a tendência de estudar o jornal do século XIX e sua relação com a literatura com o olhar do século XX (CÂNDIDO, 1983, p. 36).

Dentro da ótica de construção de uma história literária, esta tese preenche espaços que ainda restam na historiografia literária paraibana e, conseqüentemente, brasileira. Espaços não preenchidos em função de pressupostos institucionalizados por lugares sociais (CERTEAU, 1982 [1975]; 2010 [1993]) e que marcaram a crítica literária brasileira do século XX, apagando as peculiaridades da crônica oitocentista, desconsiderando seu suporte material – o jornal.

É por esta razão que os jornais, até as últimas décadas do século XX, não foram devidamente levados em consideração para se mapear a literatura brasileira. Em alguns casos, foram considerados como meros repositórios de textos, ou seja, foram usados apenas como meios onde circulava o literário, sem que a devida imbricação entre o jornal e a literatura fosse reconhecida na formação da linguagem e dos gêneros ditos literários (BARBOSA, 2007).

Tania Regina de Luca (2011) esclarece que “na década de 1970, ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o

conhecimento da história no Brasil”, havendo relutância em se fazer a história por meio dos impressos” (LUCA, 2011, p. 111).

Reconhecendo o privilégio de estarmos num novo lugar institucional, que tem acesso a fontes primárias e compreende os jornais como fontes essenciais para se contar a história da literatura no Brasil do século XIX (BARBOSA, 2007), nossa tese se insere nos novos caminhos da pesquisa histórica, apresentada pela História Cultural (BURKE, 2008 [2004]; 2010 [1990]) e se fundamenta, metodologicamente em suas premissas, seguindo os rastros e os caminhos apontados por Michel de Certeau (2009 [1994]) e Roger Chartier (1999 [1994]; 2014) na importância dada às práticas de leitura e à materialidade dos textos. Além disso, acolhe todo o direcionamento estabelecido por Marlyse Meyer (2005 [1996]; 1998 [1987]) e seu pioneirismo nos estudos sobre os folhetins.

Algumas perguntas foram motivadoras para o desenvolvimento da pesquisa, entre as quais: havia crônica na Paraíba do século XIX? Como ela se configurava? O que diz a historiografia literária paraibana a respeito da crônica no Oitocentos? Houve algum apagamento, por quê? É possível preencher as supostas lacunas históricas? Quais seriam os exemplos de textos e quais os autores do gênero crônica na Paraíba oitocentista?

Para responder a estas perguntas, os periódicos paraibanos do século XIX, digitalizados e disponíveis nos sites do Projeto Jornais e Folhetins da Paraíba no século 19², bem como no da Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional³, foram mapeados e, como recorte epistemológico, foi escolhido o jornal *Gazeta da Parahyba*, que circulou entre os anos de 1888 e 1890. O trabalho mostrará as razões desta escolha, entre as quais a consideração, por parte de historiadores da imprensa paraibana (BEZERRA, 1922 [1920]; LEAL, 1962; MARTINS, 1976; 1978; ARAÚJO 1983; 1986 [1985]), da *Gazeta* como um periódico moderno, inovador no cenário local e em sua própria época na província/estado. Além disso, este periódico possui séries cronísticas regulares e poucos exemplares extraviados, estando digitalizados a maioria das edições que foram publicadas originalmente.

A novidade do trabalho se dá na medida em que contribui para contar parte de uma história que ainda não foi contada: a história da crônica na Paraíba no século XIX. Para comprovar a tese e contribuir com a historiografia literária, são apresentadas as facetas da crônica e suas expressões no referido periódico, trazendo à luz aspectos desconhecidos ou esquecidos.

² <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html>.

³ <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

Na própria historiografia literária paraibana, Joao Lelis Luna Freire, ainda em 1953, reivindicava esta necessidade de se mapear a história da literatura na Paraíba, apontando caminhos a serem percorridos. A mesma reivindicação, já com muitas contribuições críticas, foi feita tempos depois por Hildeberto Barbosa Filho (1985; 1996; 1999; 2001; 2003; 2005).

O primeiro capítulo deste trabalho – *A crônica no século XIX: facetas e traços discursivos* – compreende dimensões mais conceituais. Dividido em três partes, a primeira procura entender o que, realmente, foi a crônica oitocentista: que nomes recebeu, quais suas modalidades, de modo a termos uma noção de suas facetas. A segunda parte, no rastro do Folhetim, apresenta os lugares e traços discursivos dos escritos cronísticos. O capítulo 1 se fecha com uma breve indicação dos lugares possíveis da crônica dentro da dinâmica dos jornais.

O segundo capítulo, por sua vez, compreende os aspectos da revisão bibliográfica, a fim de verificarmos o estado da arte. Intitula-se: *A crônica do século XIX na historiografia e crítica*. Também está dividido em três partes. As duas primeiras retomam os estudos históricos e críticos sobre a crônica no Brasil e na Paraíba, respectivamente.

Por uma questão didática, ao tratar dos estudos brasileiros sobre o gênero, optamos por classificar em três categorias as dimensões críticas: a apreciação dos críticos, no nosso trabalho, chamados de *precursores*, a *crítica tradicional* e os *estudos mais recentes*.

Os precursores são uma referência a dois dos primeiros estudiosos da literatura brasileira: Sílvio Romero (1980 [1888]) e José Veríssimo (1904; 1907; 1915). A crítica tradicional foi representada pelos estudos historiográficos de Afrânio Coutinho (2003 [1955]), Massaud Moisés (2007 [1967]) e Antonio Candido (1992 [1981]), sem prejuízo da citação de outros ensaístas. Os chamados estudos recentes levam em consideração um marco divisor: a obra crítica de Marlyse Meyer (2005 [1996]; 1998 [1987]) a respeito dos folhetins. Além desta autora, são trazidos à discussão Soares (2014), Chalhoub, Neves e Pereira (2005), Resende (1995), entre outros.

Afora os teóricos, é sempre lembrado o que os escritores José de Alencar (2004 [1854]) e Machado de Assis (2008 [1886]; 2008 [1888-1889]; 2009 [1876-1878]), por meio das próprias crônicas, no contexto de aparecimento da novidade folhetinesca, disseram para se entender a figura do folhetinista e do espaço do Folhetim.

Após as discussões em torno da crítica literária brasileira, apresentamos os estudos no âmbito da historiografia e crítica paraibanas com Freire (1953), Cândido (1983) e, principalmente, com o crítico Hildeberto Barbosa Filho (1985; 1996; 1999; 2001; 2003; 2005). O capítulo 2 se fecha respondendo às questões sobre as razões do apagamento da crônica oitocentista ao longo de boa parte do século XX, tanto no Brasil quanto na Paraíba.

Após uma abordagem conceitual e a apresentação das facetas da crônica oitocentista no primeiro capítulo, reconhecendo os traços discursivos caracterizadores do gênero e uma noção não anacrônica do que foi a crônica no século XIX (aspectos conceituais); após o mapeamento do que a historiografia e crítica literárias brasileira e paraibana disseram e deixaram de dizer sobre o gênero crônica (segundo capítulo, aspectos crítico-bibliográficos), o trabalho se volta para a apresentação do jornal *Gazeta da Parahyba*, suas características, história e a trajetória de seus redatores (capítulo três, aspectos históricos) e para a identificação dos cronistas e seus pseudônimos, bem como das expressões da crônica no periódico (quarto capítulo, aspectos demonstrativos e analíticos).

1. A CRÔNICA NO SÉCULO XIX: FACETAS E TRAÇOS DISCURSIVOS

A primeira parte deste capítulo ocupa-se essencialmente da apresentação da crônica do século XIX, como este gênero se apresentava e quais eram suas modalidades e facetas são aspectos discutidos e definidos. A própria nomenclatura empregada para os textos hoje consagrados como crônica é revisada.

Em um segundo momento, o foco recai sobre os traços discursivos da crônica desenvolvida no Oitocentos. Os elementos temáticos e linguísticos próprios do gênero são enumerados, na perspectiva de dar conhecimento das marcas dos escritos cronísticos.

O capítulo se encerra mostrando que o lugar da crônica do século XIX não se restringia ao espaço que ficou conhecido como rodapé do jornal ou Folhetim e, apesar de estar consagrada a ideia da origem da crônica neste espaço, é possível reconhecer os traços discursivos da crônica oitocentista antes e depois do aparecimento do Folhetim, e também dentro e fora desse espaço.

1.1 A crônica no século XIX: nomes e modalidades, conhecendo suas facetas

O primeiro problema que se impõe metodologicamente neste trabalho refere-se ao enfrentamento dos possíveis anacronismos e impasses decorrentes da escolha do objeto de estudo: a crônica do século XIX. E se inicia com a pergunta: havia crônica no século XIX?

A questão, ao primeiro lance de vista, parece ser ingênua e sem qualquer propósito, com uma resposta afirmativamente óbvia. Basta olhar, por exemplo, para os inúmeros estudos existentes que apontam, inclusive, a crônica como fruto do jornal do século XIX, dentro do espaço intitulado Folhetim. Basta olhar, também, para as antologias hoje disponíveis de crônicas de autores oitocentistas como José de Alencar (2004 [1854] e Machado de Assis (2008; 2009 [1886, 1888-1889, 1861-1862, 1876-1878, 1878, 1859, 1862-1863]).

Mas, para que se evidencie a problematização, outras perguntas surgem em decorrência da questão inicial: de que crônica ou tipo de crônica estamos falando? E mais, o termo *crônica*, tão naturalizado a partir de meados do século XX, refere-se, de igual modo, ao seu correspondente nos escritos oitocentistas? E, ainda, já se nomeava de crônica o que hoje assim chamamos?

Esses novos questionamentos expõem a complexidade do problema, retirando a suposta ingenuidade da primeira pergunta e apresentando, de saída, uma discussão conceitual.

Na crítica literária, é comum a indicação de duas modalidades de crônica: uma histórica, outra jornalístico-literária. Tomemos como exemplo, os dois sentidos nas palavras de Afrânio Coutinho (2003 [1955]), um representante da crítica literária tradicional em meados do século XX:

- 1) O primeiro, o primitivo, dá à crônica o caráter de relato histórico, sendo parenta de anais. [...]
- 2) Todavia, a partir de certa época, a palavra foi ganhando roupagem semântica diferente. “Crônica” e “cronista” passaram a ser usados com o sentido atualmente generalizado em literatura: é um gênero específico, estritamente ligado ao jornalismo. Ao que parece, a transformação operou-se no século XIX, não havendo certeza se em Portugal ou no Brasil. Publicavam então os jornais uma seção, via de regra semanal (daí Machado de Assis ter adotado o pseudônimo de “Dr. Semana” para as crônicas de *A Semana*), de comentário de assuntos marcantes (ou que marcaram o espírito do artista) da semana. O uso da palavra para indicar relato e comentário dos fatos em pequena seção de jornais acabou por estender-se à definição da própria seção e do tipo de literatura que nela se produzia. Assim, “crônica” passou a significar outra coisa: um gênero literário de prosa, ao qual menos importa o assunto, em geral efêmero, do que as qualidades de estilo, a variedade, a finura e argúcia na apreciação, a graça na análise de fatos miúdos e sem importância, ou na crítica de pessoas. “Crônicas” são pequenas produções em prosa, com essas características, aparecidas em jornais ou revistas. A princípio, no século XIX, chamavam-se as crônicas “folhetins”, estampados em geral em rodapés dos jornais (*feuilletons* – folhetins). (COUTINHO, 2003, [1955] p. 121).

Importando-nos, a princípio e mais especificamente, a segunda definição apresentada pelo crítico, verifica-se uma espécie de terreno escorregadio no que diz respeito à consolidação do conceito de crônica. Expressões como “a partir de certa época”, “foi ganhando roupagem semântica diferente”, “ao que parece, a transformação operou-se no século XIX”, “não havendo certeza” dão o tom cuidadoso do autor, por se tratar, de fato, de uma noção conceitual imprecisa temporalmente. Não querendo ser taxativo, em certo momento, o autor reconhece o conceito de crônica como uma construção que se desenvolveu no Oitocentos para se firmar *a posteriori*.

Afrânio Coutinho (2003 [1955]) parece ter toda a razão em se aproximar dessa forma de tais escritos, visto que ainda imprecisos, diversificados e não nomeados de forma unívoca no âmbito dos periódicos daquele século.

É em função desse cuidado metodológico que travamos, pessoalmente neste trabalho, uma luta com a nomenclatura, correndo, ainda, os riscos que parecem ser inevitáveis na manipulação de nosso objeto de estudo.

E o primeiro risco assumido, por uma necessidade de definição científica do objeto de estudo, é nomear e identificar algumas possibilidades de uso do termo *crônica*. O século XIX parece ser um divisor de águas na compreensão do *gênero crônica*. Afirmamos, nesse sentido,

que existe uma ideia de crônica antes do Oitocentos, outra no século XIX e mais uma, consolidada no século XX.

Ousamos, assim, apresentar a existência de não apenas dois conceitos gerais para designar a crônica. Podemos pensar em um conceito intermediário, o qual chamaremos genericamente de *a crônica do século XIX*, que já não era a mesma crônica historiográfica e não era ainda a crônica consolidada no século XX como um gênero literário, valorada por questões estéticas, mas era certamente embrião desta, e comportava uma série de possibilidades discursivas.

Porém, diante desta proposta, outro problema metodológico se impõe, pois a chamada *crônica do século XIX* carrega já, em si, uma série de possibilidades discursivas, de formato, temática e linguagem. São escritos que dialogam com o formato de relato histórico, com a dinâmica própria dos periódicos oitocentistas, sendo ainda uma espécie de embrião da crônica moderna, literária⁴.

Existem *escritos cronísticos*, outra expressão assumida neste trabalho, independentemente de terem recebido o título de crônica na ocasião de sua enunciação. Por outro lado, existem escritos que são intitulados de crônica, mas que precisam ser situados como uma modalidade específica de crônica do século XIX na dinâmica dos jornais. Referimo-nos às seções intituladas nos periódicos de: crônica legislativa, crônica judiciária, crônica policial...

Diante dessas possibilidades múltiplas, formulamos uma tipologia para a crônica do Oitocentos. Trata-se de uma das contribuições que ousamos sugerir para o que chamamos de *escritos cronísticos* ou *a crônica do século XIX*:

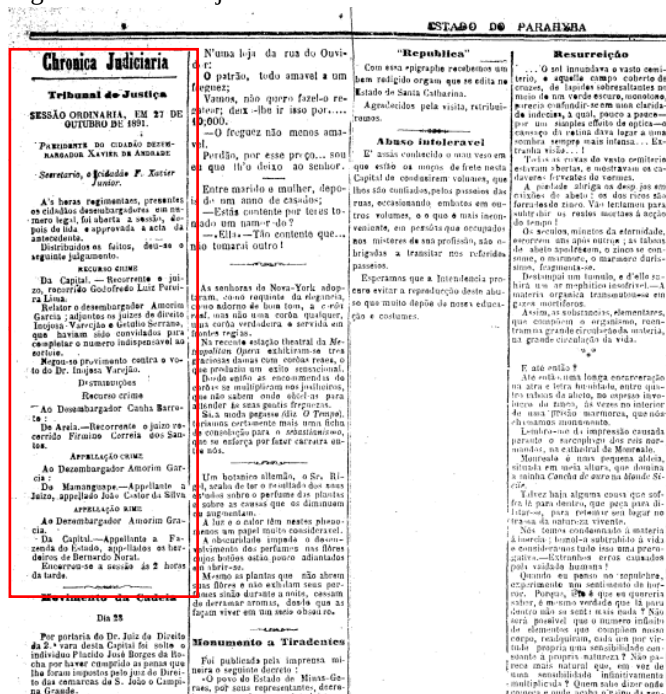
a) Crônicas específicas:

A pesquisa em jornais do século XIX mostra que o termo *crônica*, quando usado, era associado a uma área específica. Apenas na segunda metade do Oitocentos é que a expressão também se vinculou ao espaço do Folhetim ou rodapé, ganhando novos sentidos, ligados à ideia de crônica como comentário de fatos semanais.

⁴ Chamamos aqui de crônica moderna ou literária à noção de crônica consolidada na crítica e na historiografia desenvolvidas no século XX para se referir a um gênero literário, em prosa, presente ou não nos jornais, mas já perfeitamente adequado à publicação em livros e que teve como expoentes Rubem Braga, Carlos Drummond de Andrade, Paulo Mendes Campos, Fernando Sabino, Stanislaw Ponte Preta, entre outros. Trata-se de uma concepção que considera a crônica a partir de aspectos como o da literariedade, do lirismo, do poético.

Inicialmente, portanto, o termo *crônica* era acompanhado da expressão que designava o tipo de registro. Podia ser: judiciária, policial, parlamentar ou legislativa, nomeadas de acordo com a área a que pertenciam. As Figuras 1, 2 e 3 mostram exemplos destas modalidades:

Figura 1 – Crônica judiciária



Fonte – ESTADO DA PARAIBYBA, Ano II, n. 375, 29 out 1891, p. 2.

A *crônica judiciária* era, em certo sentido, semelhante a uma ata, pois se configurava como um registro do expediente forense. Assim como os atuais diários da justiça, por exemplo, divulgam o andamento de processos judiciais, as decisões intermediárias ou sentenças, as crônicas judiciárias informavam sobre o que acontecia nas sessões de um tribunal. Transcrevemos o que está escrito na “Chronica Judiciária” (Figura 1), a fim de demonstrar a definição desta modalidade:

Chronica Judiciaria

Tribunal de Justiça

SESSÃO ORDINÁRIA, EM 27 DE OUTUBRO DE 1891.

Presidente do cidadão desembargador Xavier de Andrade.

Secretário, o cidadão F. de Xavier Junior.

Às horas regimentais, presentes os cidadãos desembargadores em número legal, foi aberta a sessão, depois de lida e aprovada a ata da antecedente. Distribuídos os feitos, deu-se o seguinte julgamento.

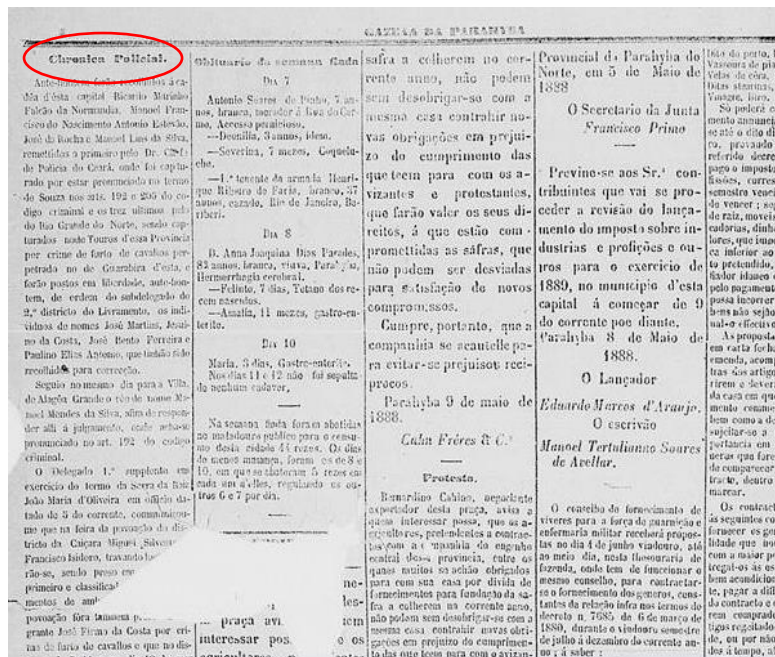
RECURSO CRIME

Da Capital. – Recorrente o juízo, recorrido Godofredo Luiz Pereira Lima. Relator o desembargador Amorim Garcia; adjuntos os juizes de direito Inojosa Varejão e Getúlio Serrano, que haviam sido convidados para completar o número indispensável no sorteio. Negou-se provimento contra voto do Dr. Inojosa Varejão. [...]

(ESTADO DA PARAHYBA, Ano II, n. 375, 29 out 1891, p. 2).

É perceptível que este formato de crônica judiciária em nada se relaciona com a crônica literária. Ela apenas cumpria o papel informativo de uma instituição pública.

Figura 2 – Crônica policial

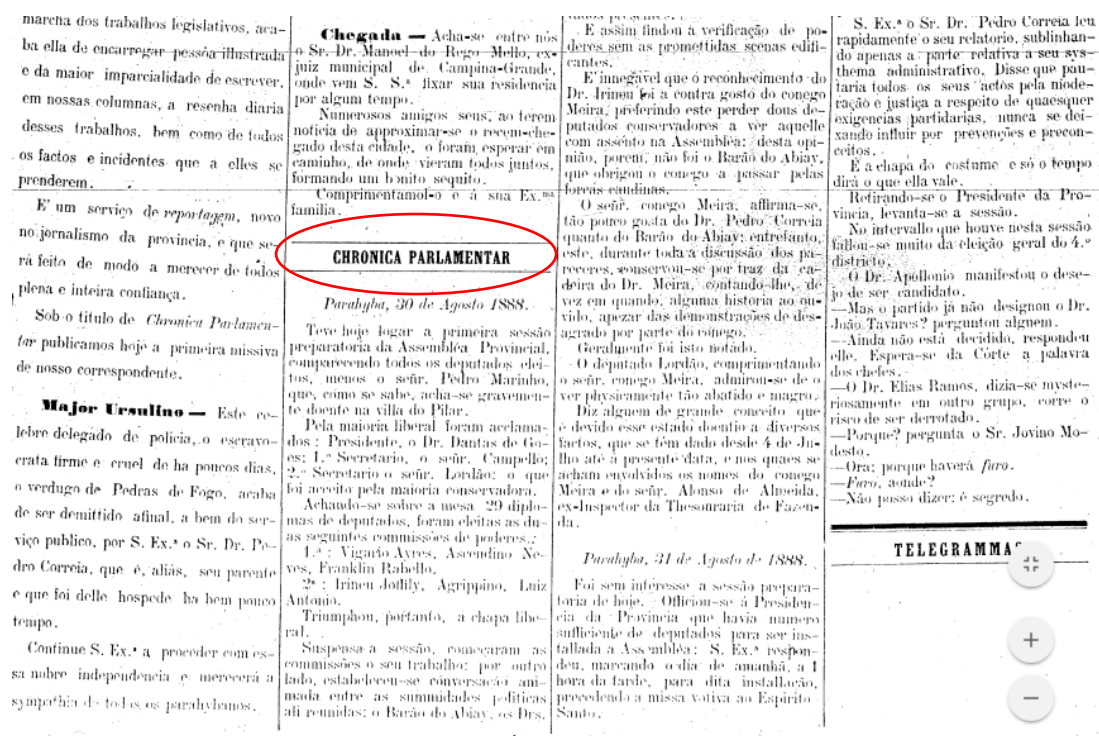


Fonte – Gazeta da Parahyba, Ano I, n. 5, 13 mai 1888, p. 4.

Em linha semelhante à judiciária, havia a *crônica policial* (Figura 2). Nela, eram informados os atos das autoridades policiais, o deslocamento de réus, a prisão ou soltura de cidadãos etc. Tratava-se, também, de um escrito de cunho mais informativo, publicizador de atos de órgãos e agentes policiais.

A *crônica parlamentar*, por sua vez, trazia os acontecimentos e discussões da Assembleia Legislativa, na ocasião, Assembleia Provincial, informava quem frequentava a tribuna, que discussões políticas eram travadas, quais deputados estavam presentes à sessão parlamentar, quais requerimentos eram aprovados, quem votou a favor desta ou daquela matéria etc.

Figura 3 – Crônica parlamentar



Fonte - GAZETA DO SERTÃO, Ano I, n. 2, 7 set 1888, p. 3.

Diferente das crônicas judiciárias e policiais, na *crônica parlamentar* (Figura 3), era possível a inserção de comentários sobre os posicionamentos políticos dos parlamentares, que teses estavam sendo defendidas por grupos liberais ou conservadores, se a sessão tinha sido interessante ou não, até aspectos miúdos dos bastidores da sessão, e assim por diante. Tratava-se de um tipo de crônica que já podia se abrir ao “comentário”, no caso, dos fatos legislativos, principalmente porque os jornais também estavam a serviço de alguma corrente ideológica e, assim, acabavam tomando partido por um lado político. A crônica parlamentar, na *Gazeta da Parahyba*, recebeu a designação de Crônica da Assembleia.

b) Crônicas políticas:

As crônicas políticas constituíam seções fixas do jornal, criadas especificamente para se comentar os fatos políticos cotidianos. Eram colunas, portanto, de temática definida. Diferenciava-se da crônica parlamentar, porque não se ocupava com a rotina de uma instituição, mas, sim, em apresentar opiniões e comentários a respeito de questões eleitorais, ideológicas, da administração pública etc.

Na *Gazeta da Parahyba*, por exemplo, havia uma seção chamada “Cousas políticas” (Figura 4), que ilustra esta modalidade.

Figura 4 – Crônica política



Fonte – GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 181, 14 dez 1888, p. 1.

O foco de nosso trabalho não recai sobre as crônicas específicas nem sobre as crônicas políticas. Por esta razão, elas foram apenas conceituadas e demonstradas. São determinantes, no âmbito deste trabalho, os *escritos crônicos considerados embriões da crônica literária*. Como veremos a seguir, tais escritos podiam ser publicados semanalmente (**letra c**) ou sem uma regularidade específica, sendo alguns pretensamente diários (**letra d**). As *Crônicas de eventos* (**letra e**) e as *Unitárias* (**letra f**) seguem o mesmo padrão discursivo das crônicas semanais ou diárias, diferenciando-se por não participarem de uma seção regular do jornal.

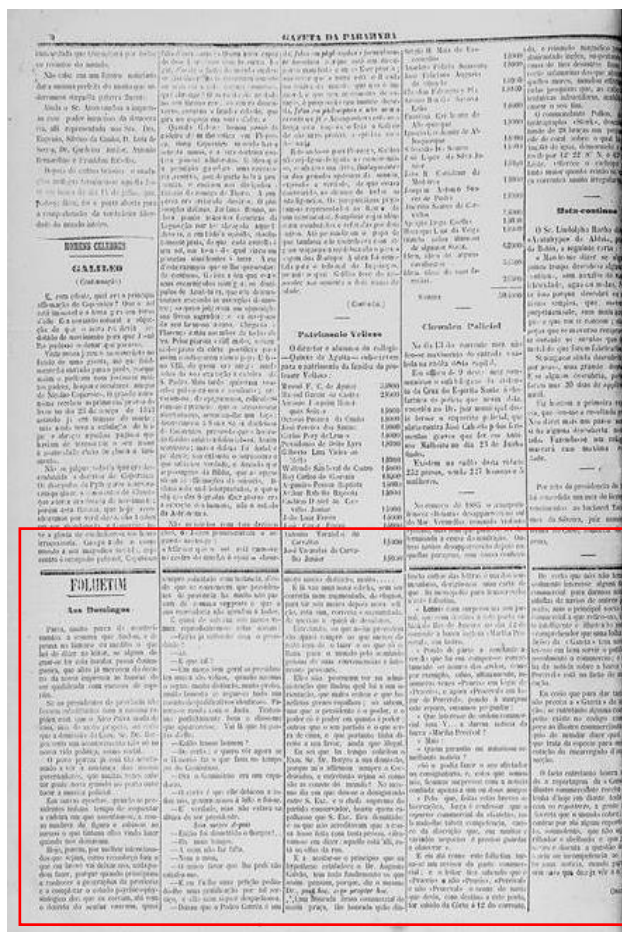
c) Crônicas semanais ou hebdomadárias⁵:

As *crônicas semanais*, também chamadas *hebdomadárias* eram seções do jornal publicadas em um dia determinado da semana, tendo como propósito fazer um levantamento dos acontecimentos da semana que se findava. Inicialmente, ocuparam o espaço do rodapé do jornal, também chamado de Folhetim. Era o domingo, geralmente, o dia de publicação deste Folhetim-crônica.

⁵ A expressão “hebdomadário” significa relativo à semana (FIGUEIREDO, 1913, p. 1007).

Na *Gazeta da Parahyba*, houve uma seção chamada de “Aos domingos”, publicada no rodapé, via de regra, na página 2 do jornal (Figura 5).

Figura 5 – Folhetim-crônica “Aos domingos”, da *Gazeta da Parahyba*



Fonte – GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 57, 15 jul 1888, p. 2.

As crônicas semanais não ocupavam obrigatoriamente o Folhetim ou rodapé do jornal, e outro dia da semana poderia ser fixado para abrigar uma seção hebdomadária. Além da “crônica domingueira” da *Gazeta da Parahyba*, que ocupava o espaço do Folhetim, outra crônica semanal foi publicada, às terças-feiras, no mesmo jornal e em outro “lugar” do periódico, como se demonstra na Figura 6. Esta seção chamava-se “Notas da Semana”.

Figura 6 – Crônica semanal da seção “Notas da Semana”, da *Gazeta da Parahyba*



Fonte – GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 167, 27 nov 1888.

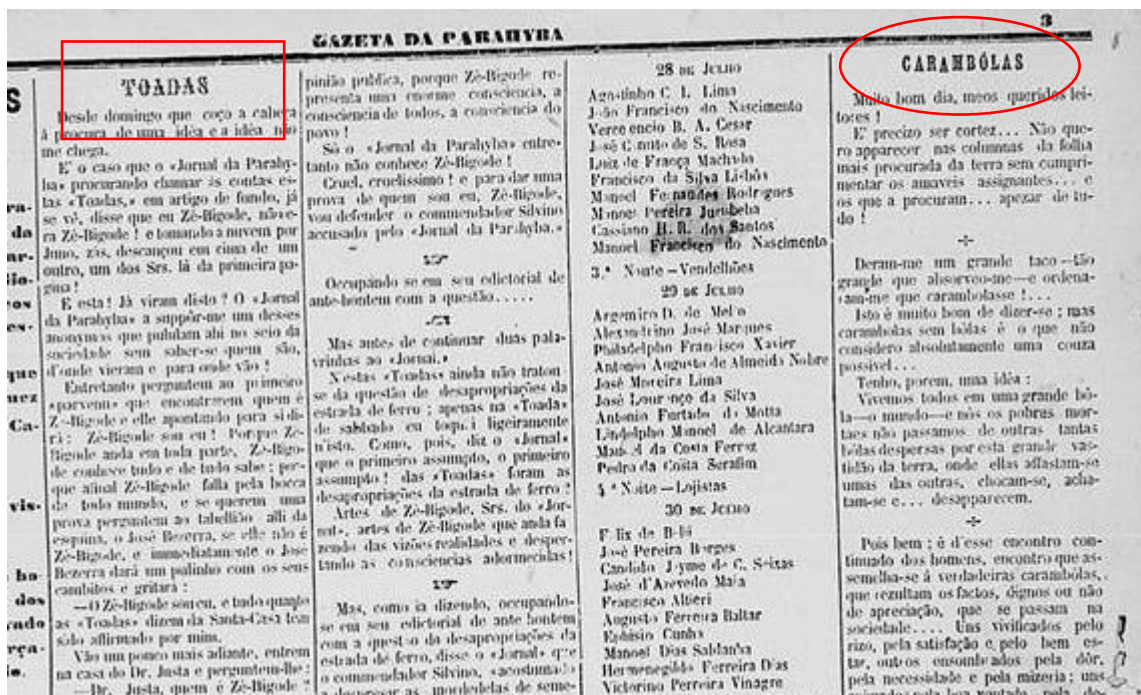
d) Crônicas diárias:

Definimos como crônicas diárias, ou pretensamente diárias, os *escritos crônísticos* pertencentes a uma seção fixa do jornal, cujo propósito era trazer diariamente comentários, reflexões, análises, críticas, enfim, não tinham temas pré-determinados, mas possuíam um perfil programático, de acordo com o estilo do cronista.

Tais escritos não eram intitulados necessariamente com o nome *crônica*, mas traziam os traços discursivos do gênero: leveza, tom jocoso, espaço de comentários, reflexões, numa liberdade estrutural e temática. É o tipo de seção que mais se aproxima, no nosso entender, das crônicas literárias modernas.

Na Figura 7, há a imagem de duas seções crônísticas da *Gazeta da Parahyba*. Um intitulada “Toadas”, outra “Carambolas”.

Figura 7: Crônicas diárias da *Gazeta da Parahyba*: “Toadas” e “Carambolas”



Fonte – GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 6, 15 mai 1888, p. 3.

No caso da *Gazeta da Parahyba*, defendemos que suas crônicas diárias constituíram um aspecto importante na caracterização deste jornal, em razão de manter com regularidade várias seções diárias. Nos capítulos 3 e 4 desta tese, mais informações são apresentadas a esse respeito.

e) Crônicas de eventos:

Chamamos de *crônicas de eventos* os escritos publicados por ocasião de um evento específico. São crônicas que existiam limitadas temporalmente, para “fazer a cobertura” de uma festividade que durava uma semana, por exemplo. Trata-se de um escrito que durava o tempo do evento a ser noticiado, o que acontecia com festas da padroeira da cidade, por exemplo. O nome por nós atribuído fica como sugestão para esta modalidade da crônica do século XIX.

Temos, nesse sentido, para servir de exemplo, uma particularidade: a existência de crônicas, numa pequena série, escritas por ocasião de uma conhecida festa da província da Parahyba do Norte, atual João Pessoa: a “Festa das Neves”.

Esse evento, que ainda hoje ocorre anualmente, via de regra, entre os dias 27 de julho e 5 de agosto, comemora o aniversário da cidade e homenageia a padroeira local – Nossa Senhora das Neves.

A festividade desse período, por muito tempo, figurou como um dos eventos mais importantes da história local. Hoje, apesar de o evento continuar acontecendo, perdeu a aura e o *glamour* de outrora, visto que não mobiliza setores sociais diversificados. Os jornais informavam sobre a participação das pessoas e davam um painel do cotidiano paraibano modificado pelo evento. Roupas, paqueras, tipos de comida, além das atividades religiosas, eram descritos com detalhes e seguidos com interesse pelo público leitor.

O jornal *Estado da Parahyba*, em 1891, criou uma seção específica para “fazer a cobertura” da Festa das Neves. Intitulada “As neves”, a seção, apresentada na Figura 7, foi publicada do dia 02 ao dia 11 de agosto, quando o cronista escreve a despedida da coluna, mostrando que a razão de sua existência estava vinculada às comemorações daquela circunstância.

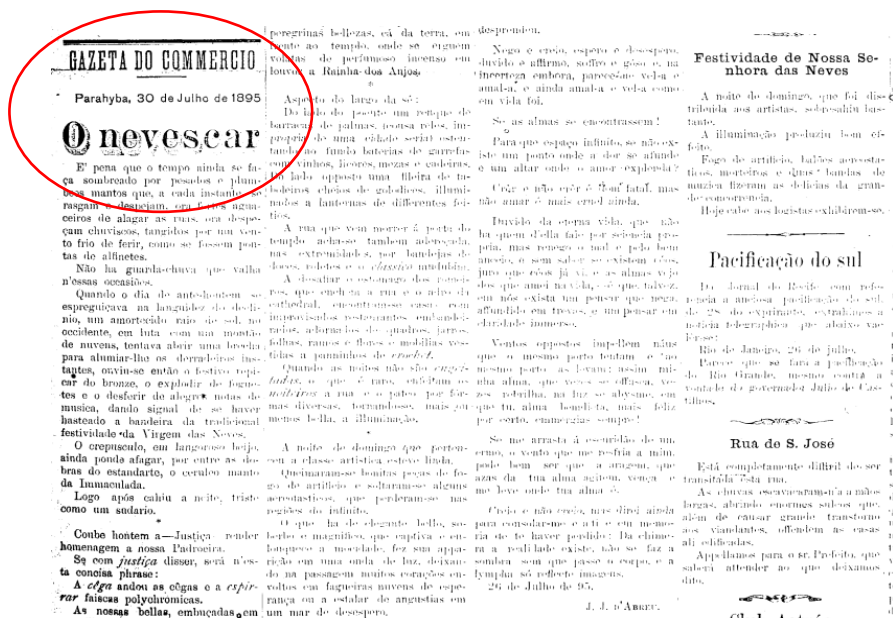
Figura 8 – Crônica de evento “As Neves”, do jornal *Estado da Parahyba*



Fonte – ESTADO DA PARAHYBA, Ano II, n. 501, 2 ago 1891, p. 2.

A *Gazeta do Commercio*, por sua vez, no ano de 1895, também criou uma seção nos mesmos moldes, intitulada “O neviscar” ou “O nevescar” (os dois nomes apareceram como título), entre os dias 30 de julho e 8 de agosto.

Figura 9 – Crônica de evento “O nevescar”, da *Gazeta do Commercio*



Fonte - GAZETA DO COMMERCIO, Ano II, n. 135, 30 jul 1895, p. 1.

As seções apresentadas nas Figuras 8 e 9 trazem exemplos do que intitulamos *crônicas de eventos*. Tal modalidade cronística pode ter contribuído para a existência dos “jornais de festa”, exemplos de imprensa informal, apresentados pela historiadora Fátima Araújo no livro *Paraíba: imprensa e vida* (1986 [1985]). A autora conseguiu inventariar 33 jornais da capital, de 1907 a 1977 sobre a Festa das Neves (ARAÚJO, 1986 [1985], p. 343-398).

Segundo José Octávio de Arruda Melo (2012, p. 347), “os jornais de festa constituíram indiscutível descoberta da Historiografia jornalística de Fátima Araújo. Tanto assim que, retomando o tema, coube-lhe produzir, para o *Correio da Paraíba* um dos melhores estudos da carreira jornalística”. Além de *Paraíba: imprensa e vida*, José Octávio se referia a dois estudos publicados pela autora: um em 5 de agosto de 1983 em edição especial, alusiva ao aniversário da cidade, do jornal *Correio da Paraíba*; outro, e sobretudo este, o artigo “Os jornais da Festa na história social da cidade” publicado em *A União* de 5 de agosto de 1987, em mais um aniversário da cidade (MELO, 2012, p, 348).

Depreende-se, então, que seções cronísticas poderiam ser criadas em função de eventos importantes da cidade. A crônica, como lembra Margarida de Souza Neves (1995, p. 26) tem como tarefa mais eminente a memória da cidade. Eventos de tal magnitude, como a Festa das Neves no contexto da cidade da Paraíba do Norte, atual João Pessoa, ganham espaços privilegiados nos jornais e chegam a dar vazão à criação de jornais específicos da festa, como atestou Fátima Araújo (1986 [1985]).

f) Crônicas unitárias:

Por fim, nesta etapa conceitual e introdutória, temos aqueles escritos cronísticos que não seguiam qualquer regularidade no jornal. Não eram semanais nem diários. Eram crônicas “únicas”, não pertencendo a nenhuma seção específica do jornal. Podiam, inclusive, ser escritas por algum jornalista colaborador, eventual.

Um exemplo é o escrito intitulado “A cidade”, publicado na *Gazeta da Parahyba*, de 8 de agosto de 1888. Nele, o cronista faz uma leitura crítica da província, mostrando uma série de problemas estruturais e sociais. É próprio da crônica se ocupar com a realidade cotidiana. Na antologia organizada em anexo, há a transcrição, na íntegra, desta crônica (Anexo I).

Em linhas gerais, estas são as modalidades da crônica do século XIX. Ressalte-se que os *escritos cronísticos* poderiam vir em seções como a do rodapé do jornal – o espaço do Folhetim – ou constituindo outras seções. Poderiam receber um nome específico, um título de acordo com a temática ou constituir uma série, trazendo um título numa publicação regular.

A noção de crônica ainda não tinha, no século XIX, a conotação literária que adquiriu no século XX, ou seja, como um gênero marcado por elementos estéticos, ficcionais e independentes dos jornais. Eram escritos associados à cidade, ao seu cotidiano e problemas, à vida cultural, às questões políticas, dentro de práticas discursivas próprias do jornalismo oitocentista. Porém, a crônica do século XIX pode ser vista como embrião da crônica literária moderna, entre outras razões porque não dispensava um perfil narrativo.

Para reforçar esta ideia, basta verificarmos o emprego dos termos “cronista”, “cronístico” e outras variantes nos títulos e subtítulos de alguns periódicos oitocentistas. Nesse sentido, o termo *crônica* e seus correlatos carregam em si uma possibilidade muito mais ampla de significados, referindo-se ao jornal e a seus escritos de uma maneira geral.

Em função dessas questões conceituais, faremos uso das seguintes expressões: *escritos cronísticos do século XIX*; *escritos embriões da crônica moderna ou literária* ou, ainda, *a crônica do século XIX*, para designar o escrito ou o conjunto de escritos presentes nos periódicos oitocentistas que foram ou não nomeados com um nome específico (“folhetim”, “crônica”), mas que existiam, inclusive, fora do espaço do folhetim, como uma seção seriada e com relativa regularidade, trazendo traços discursivos daquilo que se consolidou *a posteriori* como crônica.

Ampliaremos estas considerações por ocasião do capítulo 4, no qual serão analisadas algumas seções e escritos da *Gazeta da Parahyba*, e que serão considerados, em certo sentido, como precursores da crônica paraibana.

1.2 A crônica no século XIX: lugares e traços discursivos, no rastro do Folhetim

Observamos que a palavra *crônica* no âmbito dos jornais do século XIX carrega alguns sentidos e múltiplas possibilidades de formato, de lugar no espaço físico dos periódicos e de temáticas. Ainda no âmbito do conceitual, é importante reforçarmos a relação entre crônica e folhetim, uma discussão inevitável em um trabalho sobre a crônica. O esclarecimento dos significados da palavra folhetim e seus empregos, nesse sentido, é uma condição *sine qua non* em qualquer trabalho que gire em torno destes assuntos. É seguindo o rastro do folhetim que se verifica, se não a origem, o desenvolvimento e a consolidação da crônica e, conseqüentemente, seus traços discursivos.

Como já está amplamente apresentada a história do folhetim nos diversos estudos sobre o tema, com destaque para os bem fundamentados trabalhos de Marlyse Meyer – *Folhetim: uma história* (2005; [1996]) e *Voláteis e versáteis: de variedades e folhetins se fez a chronica* (1998 [1987]) –, nos deteremos a uma conceituação mais direta das nuances do emprego da palavra folhetim. Para isso, nos valem das observações da própria Meyer, que parte da matriz francesa:

Já que o folhetinista “é originário da França”, e o folhetim, novidade de Paris, há que lembrar o que o termo recobre lá na matriz.

De início [...], *le feuilleton* designa um lugar preciso do jornal: o *rez-de-chaussée* – rez do chão, rodapé –, geralmente o da primeira página. Tem uma finalidade precisa: é um espaço vazio destinado ao entretenimento. E pode-se já antecipar, dizendo que tudo o que haverá de constituir a matéria e o modo da crônica à brasileira já é, desde a origem, a vocação primeira desse espaço geográfico do jornal, deliberadamente frívolo, que é oferecido como chamariz aos leitores afugentados pela modorra cinza a que obrigava a forte censura napoleônica. [...]

Aquele espaço vale-tudo suscita todas as formas e modalidades de diversão escrita: nele se contam piadas, se fala de crimes e de monstros, se propõem charadas, se oferecem receitas de cozinha ou de beleza; aberto às novidades, nele se criticam as últimas peças, os livros recém-saídos – o esboço do Caderno B, em suma. E, numa época em que a ficção está na crista da onda, é o espaço onde se pode treinar a narrativa, onde se aceitam mestres ou noviços do gênero, curtas ou menos curtas – adota-se a moda inglesa de publicações em série se houver mais textos e menos coluna.

Título geral desse *pot-pourri* de assuntos (Martins Pena falaria em “sarrabulho lítero-jornalístico”): *Variétés*, ou *Mélanges*, ou *Feuilleton*. Mas este último, repita-se, era antes um termo genérico, designando essencialmente o espaço na geografia do jornal e seu espírito. Com o tempo, o apelativo abrangente passa a se diferenciar, alguns conteúdos se rotinizam, e o espaço do folhetim oferece abrigo semanal a cada espécie: é o *feuilleton dramatique* (crítica de teatro); *littéraire* (resenha de livros); *variétés*, e *così via*. As mesmas rubricas com as mesmas funções e a mesma liberdade se estendem dos jornais diários às revistas periódicas. (MEYER, 1998 [1987], p. 113-114).

A partir das considerações de Marlyse Meyer (1998 [1987]), destacamos a primeira acepção do termo aportuguesado *folhetim*⁶. Antes de tudo, a expressão *le feuilleton* refere-se a um lugar específico do jornal: o *rez-de-chaussée*, rez do chão, o rodapé. Separado por uma linha mais grossa, figura como uma seção, ao mesmo tempo, diferente e em destaque, como um espaço para um escrito que não segue o mesmo tom do restante do periódico. É por isso que a autora destaca sua finalidade inicial: “um espaço vazio, deliberadamente frívolo, destinado ao entretenimento”, fugindo da censura.

Sendo um espaço a ser preenchido, várias são as possibilidades temáticas e de gênero a ocupá-lo: piadas, charadas, receitas, poesia, crítica e, em razão da tendência da época, ficção, narrativas. Aquele lugar do “vale-tudo” recebeu outros nomes: *variedades* e *miscelânea*, além de *folhetim*, que ganhou mais notoriedade na historiografia e nos próprios jornais.

Por fim, Marlyse Meyer (2005 [1996]) conclui que, em função da recorrência de temas e propósito, o folhetim começou a receber uma adjetivação: folhetim *dramático*, quando se publicava a crítica teatral, ou folhetim *literário*, por ocasião da crítica, resenha de livros, e assim por diante.

Dentro da seção folhetim, começou-se a publicar também escritos que comentavam os fatos da semana, o que veio a se denominar em ocasião posterior: *crônica semanal*. Esta, por sua vez, pode ser considerada como precursora ou responsável pela origem do *gênero crônica*, no sentido hoje aplicado à crônica literária ou moderna.

Além dessas duas acepções do termo *folhetim* – nome do espaço no rodapé do jornal e nome da própria seção, inicialmente nesse lugar –, podemos lembrar mais dois sentidos, apenas a título de informação, *au passant*.

Valemo-nos novamente das palavras de Marlyse Meyer (2005; [1996]), que, com poder de síntese, nos traz uma breve arqueologia de sentidos e aplicações desta etiqueta *folhetim*, que recobria várias modalidades discursivas:

O folhetim, ligeira matéria, crônica mundana, o folhetim-colibri no dizer de Alencar, *Ao correr da pena*. Frutinha de Paris, colibri, repetiu Machado de Assis ao debicar o folhetinista. O folhetim crônica literária. Folhetins, crítica de teatros e óperas, praticada por Martins Pena. E, finalmente, o famigerado, o folhetim-romance, como se intitulou de início o romance-folhetim. O de heróis românticos, mosqueteiros e vingadores, o de heróis canalhas, de mulheres fatais e de sofredoras, de crianças trocadas, raptadas, abandonadas, de ricos maldosos e pobres honestos, de peripécias mil desdobradas numa forma – a publicação em pedaços –, que permitia afrontar o tempo. Convém ainda acentuar que a etiqueta passou a designar também esse modo de publicação em fragmentos, utilizado, a partir de então e por muito tempo, para

⁶ Justiniano José da Rocha, em *O Chronista*, jornal carioca por ele criado em 1836, no número 3, daquele ano, esclarece como se chegou à tradução da palavra *feuilleton* para o português *folhetim*.

qualquer romance. Assim, por exemplo, *Quincas Borba* saiu publicado em *folhetins*, mas não é, nunca foi, um romance-folhetim... (O mesmo se dá com *Sinclair das Ilhas* e congêneres: não é, nunca foi, romance-folhetim. (MEYER, 2005 [1996], p. 16).

Depreende-se das palavras da autora, pelo menos, duas modalidades de romances associadas ao folhetim: o *romance-folhetim* e o *romance em folhetins*.

Romance-folhetim é a designação dada a um gênero narrativo que se desenvolveu, sobretudo, no espaço do rodapé com características “rocambolescas”, para utilizar a expressão explicada por Marlyse Meyer na mencionada obra: *Folhetim: uma história* (2005; [1996]), cunhada a partir de um dos mais famosos personagens desse tipo de narrativa – Rocambole, de *Os mistérios de Paris*, de Eugène Sue. O romance-folhetim recobre histórias de “capa e espada”, aventuras, damas e amores, numa fórmula perfeitamente ajustada ao gosto do público. Meyer, em sua obra, apresenta três fases dessa modalidade romanesca.

Romance em folhetins, por sua vez, é o nome que podemos atribuir à narrativa publicada em fatias, por partes, seguindo a fórmula do “continua...” em edições seguintes, ocasião em que se criava suspense e expectativa no público. O gênero *romance-folhetim* seguia essa estrutura. Mas, alguns romances *não-rocambolescos* também foram publicados no espaço Folhetim com a fórmula do “continua...”. Por exemplo, é o caso de *Quincas Borba*, de Machado de Assis. Publicado inicialmente em *A Estação: jornal ilustrado para a família*, em folhetins, não tinha o enredo aventureiro nos moldes de Eugène Sue, Alexandre Dumas e semelhantes. Era um *romance em folhetins*, mas não um *romance-folhetim*.

Em resumo, Marlyse Meyer (2005; [1996]) aponta três grandes categorias do Folhetim. Observemos que, antes de mencionar as tipologias do Folhetim-romance (*romance-folhetim* e *romance em folhetins*), a autora cita o Folhetim-crônica e o Folhetim-crítica (também chamado no plural, Folhetins). O espaço do rodapé podia ser preenchido pela Crítica teatral ou lírica, nos moldes praticados por Martins Pena, ou pela Crônica – “ligeira matéria, crônica mundana, o folhetim-colibri no dizer de Alencar”, “frutinha de Paris” nas palavras de Machado de Assis. Eis a gênese do cronista moderno: o folhetinista. A gênese da crônica moderna está associada, portanto, a um lugar específico dos jornais e recebia inicialmente o nome de Folhetim.

O escrito ali presente traz todos os traços de uma *crônica do século XIX*, conforme caracterização de Marlyse Meyer (1998 [1987]), ao fazer a arqueologia do gênero, na pista do folhetim, como ela própria afirma:

De um modo geral, retomando esta arqueologia da crônica que estou tentando exumar na pista do folhetim, destes meus saltos colibriscos, de jornal em jornal, fica o

sentimento de um tom leve, chistoso, descontraído, que percorre, naquele que venho chamando o espaço vazio do folhetim, aqueles escritos não explicitamente ficcionais. Melhor dizendo, aqueles que não manifestam intenção explícita de fazer literatura. E nem por isso (talvez por isso mesmo), esses textos, em que a liberdade de tom ponteia a liberdade de assunto, deixam de ser agradável leitura; ultrapassam o mero relato ou informe jornalístico, compondo um vivo quadro de usos, situações, comportamentos, comentários do cotidiano, contrastante com o jeito canhestro – a falta de jeito – dos primeiros textos com veleidades literárias. (MEYER, 1998, p. 170).

Longe dos mais comuns anacronismos que permearam a crítica escrita no século XX sobre a crônica do Oitocentos, muitas vezes buscando elementos estéticos numa literariedade forçosamente existente ou sequer existente, observemos que Meyer (1998 [1987]) mostrou aspectos discursivos dos escritos cronísticos oitocentistas. Vale a pena destacar: “um tom leve, chistoso, descontraído”; “escritos não explicitamente ficcionais”, ou melhor, “que não manifestam intenção explícita de fazer literatura”; “liberdade de tom” e “liberdade de assunto”, ultrapassando “o mero relato ou informe jornalístico, compondo um vivo quadro de usos, situações, comportamentos, comentários do cotidiano”, em oposição à “falta de jeito dos primeiros textos com veleidades literárias”.

Diante desta descrição, entendemos que é arriscado e anacrônico caracterizar o escrito cronístico do século XIX, inclusive os escritos considerados embriões da crônica literária do século XX, a partir de uma noção de literatura hoje concebida, associada ao artístico e à literariedade. Em oposição a este posicionamento, Marlyse Meyer (1998 [1987]) parece ter captado perfeitamente os traços discursivos da crônica oitocentista, sem lhes acrescentar as intenções *literárias* como condição para sua valorização.

Faz parte desses escritos precursores ir além do mero informe jornalístico, mas não necessariamente para atingir o *status* literário – ficcional ou poético –, categoria estética do século seguinte. Importava, na ocasião, o comentário, um posicionamento político ou ideológico, um tratamento leve aos fatos, uma crítica de teor irônico, o diálogo com a realidade cotidiana, a discussão sobre a cidade (moderna?), entre outros propósitos.

No percurso até aqui empreendido, chegamos, assim e enfim, à crônica do século XIX a partir do Folhetim-crônica. E aqui se poderia findar a busca, afinal estabelecidas foram as origens da crônica no espaço do Folhetim. Entretanto, nada pode ser reduzido a simplificações conceituais em se tratando do folhetim e da crônica oitocentista. Isto porque, assim como o espaço do rodapé era capaz de receber qualquer modalidade de escrito e tratar de temas os mais distintos, também a crônica comportava essa ideia de vale-tudo, como bem lembra Marlyse Meyer (1996 [1987], p. 154): “cães vadios, livres farejadores do cotidiano, batizados com outro

nome vale-tudo: a crônica. Cães sem dono, também, pois são na maior parte anônimos ou assinados com iniciais”.

Por enquanto, caminhemos para a apresentação e reforço dos traços caracterizadores do Folhetim-crônica, que não fecha questão sobre a crônica no Oitocentos, mas solidifica bases compreensivas para o gênero em questão.

Como já foi insinuado pela própria Marlyse Meyer (1996 [1987]), ao citar José de Alencar e Machado de Assis, é importante vermos as colocações desses dois autores em escritos que, apesar de serem considerados lugares-comuns no tratamento do tema, devem ser sempre retomados pelos estudos da crônica no Brasil, pois são palavras da própria época oitocentista que lançam luz sobre o que era o folhetim cronístico e quem era o folhetinista de então⁷.

Na série *Ao correr da pena*, publicada na seção Páginas Menores – o rodapé/folhetim do jornal carioca *Correio Mercantil* –, José de Alencar, em escrito de 24 de setembro de 1854, traz algumas considerações sobre o Folhetim-crônica e seus desafios, com um tom altamente irônico. Vamos analisar algumas partes da crônica daquele dia de forma gradativa. Começemos com o trecho:

É uma felicidade que não me tenha ainda dado ao trabalho de saber quem foi o inventor deste monstro de Horácio, deste novo Proteu, que chamam – folhetim; senão aproveitaria alguns momentos em que estivesse de candeias às avessas, e escrever-lhe-ia uma biografia, que, com as anotações de certos críticos que eu conheço, havia de fazer o tal sujeito ter um inferno no purgatório onde necessariamente deve estar o inventor de tão desastrada ideia. (ALENCAR, 2004 [1874], p. 25).

Duas expressões chamam a atenção nessa passagem: a caracterização do Folhetim como “monstro de Horácio” e “novo Proteu”. A primeira é uma alusão às palavras iniciais de Horácio, poeta e pensador romano do século I a.C., em sua *Arte Poética*:

Suponhamos que um pintor entendesse de ligar a uma cabeça humana um pescoço de cavalo, ajuntar membros de toda procedência e cobri-los de penas variegadas, de sorte que a figura, de mulher formosa em cima, acabasse num hediondo peixe preto; entrados para ver o quadro, meus amigos, vocês conteriam o riso? Creiam-me, Pisões, bem parecido com um quadro assim seria um livro onde se fantasiassem formas sem consistência, quais sonhos de enfermo, de maneira que o pé e a cabeça não se combinassem num ser uno. (HORÁCIO, 2005 [séc. I a.C.], p. 55).

⁷ Silva e Gusmão-Garcia (2010, p. 123-152) fazem um apanhado das referências feitas por José de Alencar e Machado de Assis a respeito do gênero crônica em *Ao correr da pena*, reunião das crônicas do autor cearense no “Correio Mercantil” e no “Diário do Rio”, e no terceiro volume da *Obra completa*, onde estão reunidas as crônicas de Machado. São passagens extraídas das crônicas que aqui optamos por chamar de autorreferenciais e que Soares (2014) chama de metalinguísticas.

Horácio preconizou a unidade, a coerência, um todo unificado, por isso insinua o riso no rosto dos expectadores ao se deparar com uma pintura que ajunta seres tão díspares, sem qualquer ideia de coerência, tal qual um monstro hediondo. Alencar visualiza no Folhetim-crônica essa “monstruosidade”, pois, num único escrito, estão presentes assuntos diversos, sem uma unidade ou aproximação entre eles, obrigando o folhetinista a fazer “ganchos”, arranjos, diante de uma invenção “tão desastrada”. É claro que a ironia permeia o escrito, tanto é que Alencar “tira de letra” esse desafio, confirmando o elemento retórico-irônico de suas observações. Na própria crônica em questão, o autor comenta assuntos os mais diversos, estando esta reflexão sobre o Folhetim no meio de outros temas, como: o Jockey Club e a sua primeira corrida, a inauguração do Instituto dos Cegos, as novidades trazidas da Europa pelo pacote de Southampton, entre outros.

O fato é que a autorreferência presente nos escritos dos cronistas era uma prática discursiva constitutiva da crônica oitocentista. Aliás, um elemento já decorrente do próprio discurso dos periódicos do século XIX. Lúcia Granja e Jefferson Cano (2008), em estudo introdutório aos *Comentários da semana* de Machado de Assis, confirmam a autorreferenciação como uma estratégia comum aos escritores do gênero crônica, estratégia muito usada no jornalismo literário de então (GRANJA e CANO, 2008, p. 42-3).

Se na crônica de 24 de setembro de 1854, José de Alencar faz uso da ironia para se referir à diversidade temática a que era obrigado na escrita do Folhetim, na polêmica Alencar-Nabuco travada em *O Globo*, o autor de *Iracema* via as partes do “monstro de Horácio” como um traço diferenciador da crônica, um elemento de destaque, junto à diversidade de estilo:

O folhetim é de todas as províncias literárias, a que tem mais raros cultores. Provém isso do cunho peculiar desses escritos: eles reproduzem na literatura moderna as epístolas clássicas, de que nos deixou Horácio tão elegantes modelos. É uma arte difícil essa de dizer tudo, não dizendo nada. Como no chamalote furtam-se as várias cores; nessa tela literária todos os tons e todos os estilos cambiam desde o mais grave até o mais gracioso.

O meu crítico, dando ainda uma vez prova de sua ingenuidade, chama o folhetim uma salada, e taxa-lhe como defeito seus maiores realces: a variedade do assunto e a volubilidade do estilo. (O GLOBO, Ano II, set 1875).

Alencar estava respondendo às críticas de Joaquim Nabuco. A referida polêmica entre os dois aconteceu nas páginas do jornal *O Globo* entre 22 de setembro e 21 de novembro de 1875 e se iniciou com as observações de Joaquim Nabuco a respeito da encenação da peça *O jesuíta*, de José de Alencar. Vários artigos foram escritos, em forma de réplica e tréplica, gerando uma polêmica, gênero comum no Oitocentos, entre os dois autores.

Os escritos da *polêmica* acabaram apresentando, entre outras coisas, concepções a respeito do fenômeno literário e da literatura brasileira. Importa-nos, especificamente, as considerações de Alencar ao se referir ao folhetim.

A diversidade de formas e temas foi objeto de crítica de Joaquim Nabuco na polêmica com José de Alencar. O que Nabuco chamava defeito – “tudo se acha misturado nesses folhetins, a política e os teatros, o Cassino e a praia de Santa Luzia, anúncios de alfaiates e trocadilhos, mas tudo isso sem transições, sem artes, um pot-pourri, em que nada falta, senão o gosto” (O GLOBO, Ano II, set 1975) –, Alencar achava virtude, como vimos anteriormente.

Na crônica mencionada de *Ao correr da pena*, de 1854, o autor tratou o Folhetim-crônica de forma retórico-irônica (“monstro de Horácio”); no escrito referido da *polêmica*, mais sério, por que não dizer, Alencar reforça que uma das marcas discursivas da Crônica oitocentista é sua variedade temática, à moda das Epístolas Clássicas do próprio Horácio. Aliás, esta referência guarda outros sentidos importantes, associados ao reconhecimento de uma complexidade na elaboração por trás do tom despretensioso, bem como a possibilidade de tratar temas mais sérios.

A referência às cartas de Horácio, que realizavam discussões filosóficas e morais ao tratar de assuntos variados, nada tinha de casual. Alencar indicava, com esse paralelo, a pretensão escondida no tom aparentemente despretensioso que caracterizava as crônicas. “É uma arte difícil essa, de dizer tudo, não dizendo nada”, completava Alencar, dando pistas da complexidade que poderia haver na forma pela qual muitos literatos se relacionavam com a crônica. (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 13).

A segunda expressão metafórica empregada por Alencar para o Folhetim foi “um novo Proteu”, recorrendo mais uma vez ao mundo antigo clássico, mais especificamente à mitologia. Segundo Eduardo Vieira Martins, isso indica que “a mistura que opera não se restringe ao aspecto temático, manifestando-se ainda nas diferentes *formas* que ele pode assumir” (MARTINS, E. V., 2003, p. 85). E nos lembra que, na própria seção *Ao correr da pena*, Alencar fez uso dos gêneros carta e conto fantástico como formas possíveis no vale-tudo do Folhetim-crônica.

É nesse sentido que estão as palavras de Alencar no escrito aqui estudado de 24 de setembro de 1854, ao qual voltamos para dar sequência à análise iniciada. Depois de insinuar escrever uma biografia defenestrando o inventor do folhetim, reforça as razões de sua queixa:

Obrigar um homem a percorrer todos os acontecimentos, a passar do gracejo ao assunto sério, do riso e do prazer às misérias e às chagas da sociedade; e isto com a mesma graça e a mesma *nonchalance* com que uma senhora volta as páginas douradas

do seu álbum, com toda a finura e delicadeza com que uma mocinha loureira dá sota e basto a três dúzias de adoradores! Fazerem do escritor uma espécie de colibri a esvoaçar em ziguezague, e a sugar, como o mel das flores, a graça, o sal e o espírito que deve necessariamente descobrir no fato o mais comezinho! (ALENCAR, 2004 [1854], p. 25).

Como nesse ponto interessa-nos determinar os traços discursivos da crônica do século XIX, depreende-se das palavras do autor de *O guarani* os seguintes elementos caracterizadores: “percorrer todos os acontecimentos”, passando a semana em revista; ter “volubilidade de estilo”, caminhando entre o gracejo e a gravidade, sendo capaz de tematizar assuntos engraçados e misérias sociais com a mesma graça e finura. A metáfora a que chega Alencar sobre o folhetinista é que se trata de um colibri, ziguezagueando por todos os lados e com a capacidade de extrair “a graça, o sal e o espírito” dos fatos mais simplórios.

Machado de Assis, anos posteriores, sob o pseudônimo de João das Regras, na série A + B da *Gazeta de Notícias*, em escrito de 16 de setembro de 1886, diferencia a História da Crônica, reforçando as possibilidades múltiplas de estilo e temas: “a História é uma bela castelã, muito cheia de si, e não me meto com ela. Mas a minha comadre Crônica, isso é que é uma boa velha patusca, *tanto fala como escreve*, fareja todas as *coisas miúdas e graúdas*, e põe tudo em pratos limpos” (ASSIS, 2008 [1886], p. 662, grifo nosso).

Na sequência da crônica de Alencar, mais uma queixa reveladora da escrita folhetinesca: a vulnerabilidade diante dos leitores-críticos ou dos críticos-leitores, cada qual buscando o que lhe interessava, e o folhetinista impossibilitado de agradar a todos.

Ainda isto não é tudo. Depois que o mísero folhetinista por força de vontade conseguiu atingir a este último esforço da volubilidade, quando à custa de magia e de encanto fez que a pena se lembrasse dos tempos em que voava, deixa finalmente o pensamento lançar-se sobre o papel, livre como o espaço. Cuida que é uma borboleta que quebrou a crisálida para ostentar o brilho fascinador de suas cores; mas engana-se: é apenas uma formiga que criou asas para perder-se.

De um lado um crítico, aliás de boa-fé, é de opinião que o folhetinista inventou em vez de contar, o que por conseguinte excedeu os limites da crônica. Outro afirma que plagiou, e prova imediatamente que tal autor, se não disse a mesma coisa, teve intenção de dizer, porque, enfim *nihil sub sole novum*. Se se trata de coisa séria, a amável leitora amarrotou o jornal, e atira-o de lado com um momozinho displicente a que é impossível resistir. – Quando se fala de bailes, de uma mocinha bonita, de uns olhos brejeiros, o velho tira os óculos de maçoado e diz entre dentes: “Ah! o sujeitinho está namorando à minha custa! Não fala contra as reformas! Hei de suspender a assinatura”.

O namorado acha que o folhetim não presta porque não descreveu certo *toilette*, o caixeiro porque não defendeu o fechamento das lojas ao domingo, as velhas porque não falou na decadência das novenas, as moças porque não disse claramente qual era a mais bonita, o negociante porque não tratou das cotações da praça, e finalmente o literato porque o homem não achou a mesma ideia brilhante que ele ruminava no seu alto bestunto.

Nada, isto não tem jeito! É preciso acabar de uma vez com semelhante confusão, e estabelecer a ordem nestas coisas. Quando queremos jantar, vamos ao Hotel da

Europa; se desejamos passar a noite, escolhemos entre o baile e o teatro. Compramos luvas no Wallerstein, perfumarias no Desmarais, e mandamos fazer roupa no Dagnan. O poeta glosa o mote, que lhe dão, o músico fantasia sobre um tema favorito, o escritor adota um título para seu livro ou o seu artigo. Somente o folhetim é que há de sair fora da regra geral, e ser uma espécie de panaceia, um tratado de *omni scibili et possibili*, um dicionário espanhol que contenha todas as coisas e algumas coisinhas mais? Enquanto o Instituto de França e a Academia de Lisboa não concordarem numa exata definição do folhetim, tenho para mim que a coisa é impossível.
[...] (ALENCAR, 2004 [1854], p. 25-28).

José de Alencar pontua que, após superar todos os desafios de uma escrita diversificada nos temas e formatos, o folhetinista ainda não pode “descansar”, pois enfrenta outro desafio: agradar à pluralidade de leitores, cada qual com um interesse específico. Diante de tudo isso, do “esforço da volubilidade”, “à custa de magia e de encanto”, a conclusão a que chega o autor de *Iracema* é que o Folhetim-crônica é uma “espécie de panaceia, um tratado de *omni scibili et possibili*, um dicionário espanhol que contenha todas as coisas e algumas coisinhas mais”, de modo que é impossível ter uma “exata definição do folhetim”.

Se para o nosso folhetinista é impossível definir a crônica no Oitocentos, em função de sua diversidade e variedade de assuntos, linguagens e referências, curiosamente ela parece se definir justamente por isso mesmo, pois é na tentativa de atender à diversidade do público e seus interesses que o Folhetim-crônica marca seu território no campo discursivo dos periódicos do século XIX. E este discurso autorreferencial é uma das práticas discursivas do jornalismo daquela época e, conseqüentemente, também da crônica oitocentista.

Para Lise Andries (2015, p. 44), os primeiros jornalistas/cronistas, ao escreverem sobre o próprio ato de escrever nos jornais, ajudaram, inclusive, a construir o “mito da profissão”. O elemento “preocupação em agradar ao público” como um tema autorreferencial pode ser, assim, identificado como mais um traço discursivo da crônica do Oitocentos.

Andries, ao analisar textos precursores da crônica na França, já apresentava a mesma ideia que foi retomada por Alencar sobre o folhetinista:

Ele [Etienne de Jouy] acentua no “Article de journal” (2 de maio de 1812) a dificuldade de redigir um artigo que pudesse agradar os leitores de gostos e ocupações múltiplas: as damas da sociedade, intermediários financeiros, negociantes, ociosos que leem o boletim enquanto tomam café da manhã e “dividem [sua] atenção entre o que leem e o que comem”. (ANDRIES, 2015, p. 45)

Outro elemento discursivo da crônica que o autor de *O guarani* nos lembra é a já tão fortemente identificada, em todos os estudos e definições de crônica, “presença do cotidiano”. Ao dizer: “Quando queremos jantar, vamos ao Hotel da Europa; se desejamos passar a noite, escolhemos entre o baile e o teatro. Compramos luvas no Wallerstein, perfumarias no

Desmarais, e mandamos fazer roupa no Dagnan”, Alencar nos mostra espaços públicos e práticas sociais da cidade, no caso específico do Rio de Janeiro.

Esta marca cotidiana ou da cidade como tema é, sem dúvida, um dos aspectos mais explorados do ponto de vista histórico e sociológico, pois revelador de demandas da cidade, de seus problemas e avanços, das práticas sociais, dos espaços públicos e privados. A crônica é reveladora de uma sociologia.

Retomando mais uma vez Lise Andries e sua análise dos textos cronísticos fundadores na França, confirma-se a cidade (no caso, Paris) como o tema natural da crônica: bairros, modos de vida, a topografia urbana e outras questões urbanísticas, injustiças sociais, a saúde e a higiene, os cafés, bailes, teatros, jardins, fontes de água, a moda, tipos humanos e “toda uma sociologia de interiores parisienses” (ANDRIES, 2015, p. 45-51), de modo que até o passado ressurgue numa reconstrução histórica do cenário urbano, revelando a própria figura do cronista como um observador qualificado:

Nessas descrições de Paris, é o olhar que prima sobre os outros sentidos, um olhar que aproxima escritor-cronista, do pintor ou gravador. [...] Não somente Paris é o terreno de investigação do cronista, mas, um observador mais qualificado que um outro para decifrar hieróglifos, vai para além das aparências e sabe perceber os diferentes estratos históricos que construíram a cidade. (ANDRIES, 2015, p. 48)

E ainda acrescenta Lise Andries:

A visão de Paris, tal qual aparece nesses textos de escritores e jornalistas dos primeiros decênios do século XIX participa de um duplo movimento: o olhar se quer englobador e circular, mas ele está atento ao mesmo tempo aos detalhes. É preciso insistir no aspecto muito visual, quase cinematográfico, dessas crônicas parisienses. (ANDRIES, 2015, p. 51)

Ainda dentro da ideia de autorreferencialidade, são sempre bem-vindas as colocações de Machado de Assis sobre o Folhetim-crônica e o folhetinista. Em famosa crônica intitulada *O folhetinista*, nas “Aquarelas” – seção do autor no jornal *O espelho* –, datada de 30 de outubro de 1859, Machado discorre sobre os supostos problemas de aclimação do Folhetim, criação francesa, nos periódicos brasileiros e acaba revelando traços discursivos já estabelecidos na prática da escrita das crônicas hebdomadárias daquele tempo.

No referido escrito, o autor comenta sobre a origem do Folhetim e questiona os folhetinistas locais que, na visão dele, não seriam originais, salvo raras exceções, pois ambientavam o escrito no contexto parisiense:

Uma das plantas europeias que dificilmente se têm aclimatado entre nós, é o folhetinista.

Se é defeito de suas propriedades orgânicas, ou da incompatibilidade do clima, não o sei eu. Enuncio apenas a verdade.

Entretanto, eu disse — *dificilmente* — o que supõe algum caso de aclimação séria. O que não estiver contido nesta exceção, vê já o leitor que nasceu enfezado, e mesquinho de formas.

O folhetinista é originário da França, onde nasceu, e onde vive a seu gosto, como em cama no inverno. De lá espalhou-se pelo mundo, ou pelo menos por onde maiores proporções tomava o grande veículo do espírito moderno; falo do jornal.

Espalhado pelo mundo, o folhetinista tratou de acomodar a economia vital de sua organização às conveniências das atmosferas locais. Se o têm conseguido por toda a parte, não é meu fim estudá-lo; cinjo-me ao nosso círculo apenas.

[...]

Em geral o folhetinista aqui é todo parisiense; torce-se a um estilo estranho, e esquece-se, nas suas divagações sobre o *boulevard* e *Café Tortoni*, de que está sobre um *macadam* lamacento e com uma grossa tenda lírica no meio de um deserto.

Alguns vão até Paris estudar a parte fisiológica dos colegas de lá; é inútil dizer que degeneraram no físico como no moral.

Força é dizê-lo: a cor nacional, em raríssimas exceções, tem tomado o folhetinista entre nós. Escrever folhetim e ficar brasileiro é na verdade difícil.

Entretanto, como todas as dificuldades se aplanam, ele podia bem tomar mais cor local, mais feição americana. Faria assim menos mal à independência do espírito nacional, tão preso a essas imitações, a esses arremedos, a esse suicídio de originalidade e iniciativa. (ASSIS, 2009 [1859], p. 55 e 57-8).

Machado de Assis reivindicava “cor local, mais feição americana”. Afinal, “espalhado pelo mundo, o folhetinista tratou de acomodar a economia vital de sua organização às conveniências das atmosferas locais”, mas, aqui no Brasil, isso dificilmente acontecia.

A partir de observações de Marlyse Meyer (1998 [1987], p. 112-3)), pode-se entender que as colocações do autor de *Dom Casmurro* devem ser relativizadas. Com a devida vênia, ela afirma que já era possível perceber muitos folhetins devidamente aclimatados. As crônicas semanais, por exemplo, já traziam naturalmente os acontecimentos da cidade, da política e da vida cultural locais.

Em outra passagem da crônica, Machado se debruça sobre a caracterização do que chamou “nova entidade literária”:

O folhetim, disse eu em outra parte, e debaixo de outro pseudônimo, o folhetim nasceu do jornal, o folhetinista por consequência do jornalista. Esta íntima afinidade é que desenha as saliências fisionômicas na moderna criação.

O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. Estes dois elementos, arredados como polos, heterogêneos como água e fogo, casam-se perfeitamente na organização do novo animal.

Efeito estranho é este, assim produzido pela afinidade assinalada entre o jornalista e o folhetinista. Daquele cai sobre este a luz séria e vigorosa, a reflexão calma, a observação profunda. Pelo que toca ao devaneio, à leviandade, está tudo encarnado no folhetinista mesmo; o capital próprio.

O folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar de colibri na esfera vegetal; salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espaneja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence; até mesmo a política.

Assim aquinhado pode dizer-se que não há entidade mais feliz neste mundo, exceções feitas. Tem a sociedade diante de sua pena, o público para lê-lo, os ociosos para admirá-lo, e a *bas-bleus* para aplaudi-lo.

Todos o amam, todos o admiram, porque todos têm interesse de estar de bem com esse arauto amável que levanta nas lojas do jornal a sua aclamação hebdomadária. (ASSIS, 2009 [1859], p. 55-6).

Para Machado, na organização do Folhetim-crônica, fazem-se presentes o útil e o fútil, o sério e singular e o frívolo, num casamento perfeito. E, apesar da íntima afinidade entre o jornalista e o folhetinista, é possível reconhecer, na escrita cronística, a presença do devaneio e da leviandade. Tudo isso para revelar elementos discursivos que marcaram a crônica do século XIX. O autor de *Dom Casmurro*, a seu tempo, já havia detectado a filiação e o início da autonomia da “nova entidade literária”.

Na esteira da metáfora alencariana, pronunciada em 1854, Machado intensifica a imagem do colibri aplicada ao folhetinista, confirmando a diversidade temática e o amplo espectro que o cronista era capaz de abarcar, afinal se trata de um pássaro que “salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espaneja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence; até mesmo a política”.

A passagem acima transcrita ainda indica que o jornalista-cronista tinha uma esfera de poder, própria do jornal da época naturalmente, na medida em que ninguém queria se indispor com ele. Certamente, a liberdade temática e discursiva alcançada pela crônica deixava todos os assuntos cotidianos como potencialmente interessantes, nem que fosse para preencher o espaço para ela reservado.

Por outro lado, a matéria precisava da disposição do espírito, caso contrário o cronista enfrentaria um suplício. Eis aí uma outra tópica da crônica, já anteriormente citada: a escrita sobre o próprio fazer literário, em que a falta de assunto se torna um assunto recorrente do gênero:

Entretanto, apesar dessa atenção pública, apesar de todas as vantagens de sua posição, nem todos os dias são tecidos de ouro para os folhetinistas. Há-os negros, com fios de bronze; à testa deles está o dia... adivinhem? o dia de escrever!

Não parece? pois é verdade puríssima. Passam-se séculos nas horas que o folhetinista gasta à mesa a construir a sua obra.

Não é nada, é o cálculo e o dever que vêm pedir da abstração e da liberdade — um folhetim! Ora, quando há matéria e o espírito está disposto, a coisa passa-se bem. Mas quando, à falta de assunto se une aquela morbidez moral, que se pode definir por um amor ao *far niente*, então é um suplício...

Um suplício, sim.

Os olhos negros que saboreiam essas páginas coruscantes de lirismo e de imagens, mal sabem às vezes o que custa escrevê-las. (ASSIS, 2009 [1859], p. 56).

Verifica-se, ainda, outro traço discursivo apontado por Machado de Assis: as “páginas coruscantes de lirismo e de imagens”. A impressão que temos é que o autor indica uma característica que já insinua o escrito cronístico na esfera literária, iniciando, quem sabe, a transição para a consolidação do gênero crônica naquela esfera.

Com José de Alencar [2004, [1854]] e Machado de Assis (2009 [1859]), temos protótipos da autorreferenciação nas crônicas oitocentistas, e os dois consagrados representantes da prosa brasileira resumem muito bem o olhar e os desafios que os folhetinistas tinham em sua época. Das observações dos dois, delineia-se um perfil da crônica:

Da tensão entre a elaboração narrativa, sugerida por Alencar, e o dever de dialogar de forma mais direta com os temas e questões de seu tempo, apontado por Machado, se definia o perfil de um gênero que teria importância central na produção literária brasileira a partir de meados do século XIX. (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 13).

Cumpramos ressaltar, em tempo, que as indicações recorrentes dos próprios cronistas aos supostos assuntos simplórios de seus escritos parece ser uma estratégia retórica para captar ou prender a atenção do leitor:

Hoje posso espeitorar meia dúzia de bernardices sem que o leitor dê por elas. A razão não é outra senão a de ser o leitor um homem que se respeita, ama o belo, possui costumes elegantes: consequentemente, não tem orelhas para crônicas, nem outras cousas ínfimas. (ASSIS, 2009 [1876-1878], p. 75)

As afirmações de que as crônicas tratam de coisas ínfimas e que os leitores têm uma sofisticação que os afastariam do folhetim fazem parte de uma espécie de protocolo dialógico entre autor e leitor, certamente para ganhar a simpatia do público.

No âmbito dos estudos históricos sobre a crônica do Oitocentos, algumas pesquisas estudaram o gênero tanto em busca de suas origens, quanto para reconhecer seus traços discursivos.

Ao analisar a crônica brasileira do século XIX, por exemplo, Marcus Vinicius Nogueira Soares (2014) apontou o que para ele seriam as marcas dos escritos cronísticos: o caráter satírico, a articulação entre as funções fática e metalinguística e o envolvimento com o “cenário interno”, tendo a cidade como ponto de referência:

No caso da crônica [...], podemos ressaltar como elementos constitutivos o veio satírico, a predominância da articulação entre as funções fática e metalinguística, a partir da qual se desenha a sua intimidade específica, pautada nas condições do próprio trabalho jornalístico, e, por fim, o envolvimento com o “cenário interno” em seus mais variados registros, inclusive o político, onde a cidade se torna elemento central da

referencialidade do texto, o que demonstra certa afinidade da produção cronística com a diretriz principal de boa parte do jornalismo de então, principalmente o diário. (SOARES, 2014, p. 140).

Nas colocações do autor, entendemos que ele correu um risco ao flertar com o anacronismo de apontar as funções fática e metalinguística como elementos da linguagem da crônica. Preferimos a expressão linguagem autorreferencial, empregada a partir das considerações de Granja e Cano (2008, p. 42-3), no lugar de metalinguística. Se o emprego das expressões soam anacrônicas, afinal Jakobson (2010) trata das funções da linguagem em meados do século XX, reconhecemos, por outro lado, o mérito de Soares em detectar os fenômenos autorreferencial e dialógico como marcas do escrito cronístico. Fazemos apenas o destaque de que não são elementos exclusivos da crônica oitocentista, mas dos periódicos do século XIX como um todo. O próprio pesquisador reconhece: “da perspectiva da composição textual, o jornalismo em geral trabalhava praticamente com os mesmos recursos estilísticos, não demarcando fronteiras tão nítidas entre as diferentes modalidades discursivas que figuravam em suas páginas.” (SOARES, 2014, p. 139).

Ainda falando nos mesmos termos, Soares sugere que os escritos cronísticos tornam-se até mais jornalísticos que os próprios artigos noticiosos:

[...] ao privilegiarem a comunhão fática por meio da ênfase na necessidade de sustentação da interlocução estabelecida, inclusive na expectativa de sua continuidade, qualquer que seja a periodicidade da publicação, os textos cronísticos trazem à baila as suas condições de específicas de produção, logo assumindo, também, função metalinguística, o que os tornam em certa medida mais jornalísticos do que os próprios artigos noticiosos. (SOARES, 2014, p. 138).

Referir-se ao próprio escrito cronístico, na verdade, era uma prática discursiva do jornalismo oitocentista. Vimos Alencar e Machado em suas considerações sobre o folhetim e o folhetinista expressando tal tendência. Uma marca que se prolongou no século XX e ainda hoje, em razão da dinâmica dos próprios jornais, com a obrigação do cronista em trazer o texto pronto antes do fechamento da redação. A obrigação de escrever regularmente, seja diária ou semanalmente, sempre foi um desafio para todos os cronistas, de modo que se tornou uma marca do discurso cronístico a metalinguagem, na apropriação do termo por Soares, ou a autorreferencialidade, na expressão aqui acolhida.

A inclinação satírica, outro aspecto destacado, também se constitui como um elemento retórico dos escritos cronísticos. O jornalismo oitocentista, inclusive, apresentou modalidades joco-sérias com folhas com esta finalidade precípua (MEYER, 1998 [1987]).

Como a crônica, na esteira do folhetim, abrigava as possibilidades de uma escrita associada ao entretenimento ou a temas considerados frívolos (“o consórcio do fútil com o útil”), a seriedade na temática e na linguagem, sobretudo no que diz respeito à política, ficava na base dos artigos de fundo (editorias), “crônicas específicas” (tal como intitulamos as crônicas judiciária, legislativa ou policial), editais e anúncios, gêneros presentes nos periódicos oitocentistas.

Acrescente-se, ainda, que outros aspectos da escrita jornalística do Oitocentos marcam a crônica do período, não sendo necessariamente características exclusivas do gênero, mas elementos da dinâmica dos periódicos daquele tempo. Referimo-nos ao fato de que “no século XIX, prevalecem a subjetividade, a perspectiva íntima, a adjetivação eivada de visão pessoal” (SOARES, 2014, p. 140), afinal os preceitos editoriais de hoje (imparcialidade, objetividade, deixando o leitor tirar as próprias conclusões) “não se coadunam com as realizações jornalísticas de boa parte dos periódicos oitocentistas” (SOARES, 2014, p. 137).

Voltando mais uma vez ao mestre Machado de Assis, em outra crônica da série *História de quinze dias*, datada de 1º de novembro de 1877, temos mais uma passagem sempre usada nos estudos da crônica:

Há um meio certo de começar a crônica por uma trivialidade. É dizer: Que calor! que desenfreado calor! Diz-se isto, agitando as pontas do lenço, bufando como um touro, ou simplesmente sacudindo a sobrecasaca. Resvala-se do calor aos fenômenos atmosféricos, fazem-se algumas conjecturas acerca do sol e da lua, outras sobre a febre amarela, manda-se um suspiro a Petrópolis, e *la glace est rompue*; está começada a crônica.

Mas, leitor amigo, esse meio é mais velho ainda do que as crônicas, que apenas datam de Esdras. Antes de Esdras, antes de Moisés, antes de Abraão, Isaac e Jacó, antes mesmo de Noé, houve calor e crônicas. [...]

Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crônica; mas há toda a probabilidade de crer que foi coetânea das primeiras duas vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do calor. Uma dizia que não pudera comer ao jantar, outra que tinha a camisa mais ensopada do que as ervas que comera. Passar das ervas às plantações do morador fronteiro, e logo às tropelias amatórias do dito morador, e ao resto, era a coisa mais fácil, natural e possível do mundo. Eis a origem da crônica. (ASSIS, 2009a, p. 253-4).

Entendemos que as crônicas, tanto as de Alencar quanto as de Machado (e de outros autores menos consagrados), que trataram do ofício do folhetinista/cronista não tinham nenhuma intenção normativa, no sentido de chegar a uma conclusão definitiva sobre o conceito de crônica. Mas a importância desses escritos, no lançamento de luzes para se compreender o gênero, foi atestada na historiografia literária, que nunca deixou de se apropriar delas, a fim de buscar uma suposta essência do gênero crônica.

Não escapamos deste lugar-comum. Diga-se, importante lugar-comum, pelo menos para ponto de partida. E assim, continuamos apresentando os traços discursivos da crônica oitocentista. Mais uma vez, com Machado, reconhecendo que uma das marcas da crônica era tratar de coisas ínfimas, afinal “coetânea das primeiras duas vizinhas”. Chalhoub, Neves e Pereira assim resumem:

Surgidas ao acaso, da espontaneidade de uma conversa, as crônicas teriam como uma de suas características primeiras a leveza. Ao tratar de temas diversos, alinhavados pela arte das transições, fariam dos pequenos acontecimentos sua matéria-prima privilegiada. Presos aos assuntos do dia, tais textos seriam efêmeros e passageiros, ligando-se de forma direta a seu tempo. Sem pretensão à perenidade, reconhecida na produção de escritores e poetas cuja literatura é muitas vezes vista como atemporal e transcendente, eles abordariam, preferencialmente, segundo reafirmaria Machado anos depois, “cousas doces, leves, sem sangue nem lágrimas”. (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 11).

Leveza, diversidade de assuntos, mecanismos de alinhavamento entre os mesmos, com base em pequenos acontecimentos, efemeridade, eis alguns traços da crônica que já se incorporaram ao imaginário dos estudiosos. Decorre daí um ponto final? Não há complexidade nesse gênero? Eis tudo a que ele se resume?

O passo adiante, porém, aponta em outra direção. Estudos mais recentes indicam que não se trata de um gênero simples, nem tampouco menor. A simples natureza jornalística da crônica já a insere num complexo discursivo de amplo espectro.

Na tentativa, ainda, de apresentar os traços discursivos da crônica, Chalhoub, Neves e Pereira (2005, p. 13-20) apontam, mesmo reconhecendo a improvável tarefa de se definir uma essência da crônica, características determinantes do gênero: o caráter de intervenção na realidade; a cumplicidade entre o cronista e o público, num certo dialogismo; a indeterminação; e a estreita ligação com a imprensa. E é o que passaremos a discutir agora, caminhando para o desfecho do tópico.

Não se trata de um gênero simples. Para além da leveza que afirma ser própria da crônica, a imagem utilizada por Machado de Assis aponta para outra de suas características principais: a cumplicidade construída entre o autor e o público quanto aos temas e questões a serem discutidos. Se, no caso das vizinhas faladeiras, a parceira era fruto da vivência de situações e ambientes comuns, quando pensada no contexto mais amplo dos jornais tal questão se colocava de forma mais complexa. Ao cronista cabia a responsabilidade de buscar, dentre os acontecimentos sociais de maior relevo e divulgação, capazes de formar entre escritor e público códigos compartilhados que viabilizassem a comunicação, temas que lhe permitissem discutir as questões de seu interesse. Por mais banais que fossem para os contemporâneos, a especificidade dos temas coloca, a um leitor de hoje, a necessidade de uma cuidadosa operação exegética para decifrar e decodificar os seus termos. (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 13).

Quanto ao caráter de intervenção na realidade, os autores entendem que a interação do cronista com as coisas do mundo mostra sua intenção de analisar e transformar o que ele via e vivia. O chamado à reflexão sobre algum tema social e a indicação de problemas na cidade são sinais desse papel que a crônica, muitas vezes, assume. A escolha de um pseudônimo e a definição de um título para séries cronísticas, por exemplo, estavam associados à delimitação de campos temáticos e perfis narrativos. Assim, o cronista mantinha um espaço no jornal e podia se tornar porta-voz de alguma demanda política, ideológica ou social.

A cumplicidade entre o cronista e o público é demonstrada, por exemplo, nas preocupações dos escritores em atender às expectativas dos leitores. Vimos que José de Alencar tratou esta situação de forma irônica, reconhecendo ser esse um dos grandes desafios do folhetinista. Porém, mais do que ganhar a fidelidade do público, a cumplicidade se estabelecia no pleno reconhecimento, por parte dos leitores, das referências, citações e aspectos do cotidiano mencionados pelo cronista. A crônica formava “entre autor e leitor uma série de mediações e filtros singulares”, demandando, portanto, “a seus intérpretes que aliem a atenção às redes de interlocução a partir das quais elas são escritas com o esforço cuidadoso para decifrar o processo de sua elaboração narrativa” (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 16).

A indeterminação seria, segundo os pesquisadores, uma marca singular de alguns escritos dos jornais oitocentistas, tais como a crônica e o romance-folhetim. Este, por exemplo, era, muitas vezes, escrito ao sabor das reações do público. No caso da crônica, a natureza de sua indeterminação seria um traço especial do gênero. Afinal, trata-se de um escrito que surge em conformidade com as contingências do cotidiano e também do dialogismo existente entre o escritor e o leitor:

A crônica era gênero dialógico por excelência [...]. Estabelecia-se, entre autor e público, uma relação de mão dupla: se o cronista fazia de seus artigos um modo de intervir sobre a realidade, influenciando os leitores, por outro lado ele era também influenciado por eles, cujas expectativas e interesses ajudavam a definir temas e formas que passaria a adotar. (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 17).

Podemos acrescentar que há também outros tipos de dialogismo nos jornais oitocentistas, afinal eles eram “o lugar do diálogo, do debate, da fofoca e das polêmicas, sejam aquelas comezinhas, sejam as grandes e célebres” (BARBOSA, 2007, p. 18). E mais: os periódicos dialogavam entre si com provocações mútuas ou mesmo por meio da prática

generalizada de reproduzir e traduzir artigos e outros escritos de jornais nacionais ou estrangeiros.

Por fim, lembremo-nos de uma constatação óbvia, mas que nem sempre foi devidamente levada em consideração nos estudos sobre a crônica, a saber: sua estreita ligação com a imprensa.

Quando falamos que nem sempre foi levada em consideração essa relação entre o jornal e a crônica não nos referimos ao reconhecimento da crônica como fruto do jornal. Mas, ao fato de que muitos aspectos da escrita jornalística do Oitocentos e toda a sua dinâmica de publicação, circulação e escrita terem sido, muitas vezes, desprezados ao se considerar o jornal apenas como mero repositório de textos, sobretudo de autores canônicos.

Antonio Candido reconheceu “a influência decisiva do jornal sobre a literatura, criando gêneros novos, como a chamada crônica, ou modificando outros já existentes, como o romance.” (CANDIDO, 2000, p. 29-30). Na verdade, Candido seguia as linhas traçadas anteriormente por Barbosa Lima Sobrinho (1960) e, em seguida, por Marlyse Meyer (1998).

O fato é que, como assevera Socorro Barbosa (2007, p. 15), os jornais são mais que arquivos de textos, são instrumentos pelos quais a cultura letrada circulou, revelando modos de escrever, de ler e de se apropriar dos conteúdos dos periódicos do século XIX. E, como nos lembra André Caparelli (2015, p. 126), “tanto no Brasil como na França, o folhetinista aproveita a matéria jornalística para construir seu folhetim”.

Ao reconhecermos que o jornal foi decisivo na criação e/ou modificação de gêneros, entre os quais a crônica, o conto e o romance, confirmamos que os aspectos caracterizadores dos periódicos, inclusive os linguísticos, moldaram a constituição daqueles.

Marcus Vinicius Nogueira Soares, em seu livro *A crônica brasileira do século XIX: uma breve história* (2014), reforça que a crônica não pode ser considerada como um gênero menor, nem originalmente brasileiro, nem com estatuto literário, proposições do século XX aplicadas anacronicamente aos escritos cronísticos do século XIX. A crônica é eminentemente um gênero jornalístico.

Enfim, a crônica, longe de ser um gênero simples, apresenta uma série de traços discursivos. Os estudos presentes na coletânea de ensaios organizada por Chalhoub, Neves e Pereira – *História em cousas miúdas* (2005) – defendem, por exemplo, que as crônicas escritas em séries possuem “uma cuidadosa elaboração narrativa”.

Compreendidos, no rastro do Folhetim, os elementos que caracterizavam a crônica no século XIX, passemos para outra etapa, reconhecendo que os escritos cronísticos foram além do rodapé dos jornais.

1.3 A crônica no século XIX: além do Folhetim

A importância do espaço do rodapé do jornal, também chamado Folhetim, para o desenvolvimento da crônica é indiscutível. Vimos que este espaço vale-tudo, na expressão de Marlyse Meyer (1998 [1987]), comportou uma diversidade de gêneros, entre os quais a crônica, de modo que se tornou lugar comum a ideia de que a crônica é originada do rodapé dos jornais.

Também é verossímil a ideia de que o Folhetim moldou a linguagem cronística, na medida em que o rodapé se diferenciava das demais partes do jornal, buscando entretenimento e, portanto, um estilo menos grave, mais leve. A crônica carregou muito bem para si esse traço linguístico mais livre, mais direto, diante de fatos cotidianos. A linguagem da “comadre Crônica”, a “boa velha patusca [...] fareja todas as coisas miúdas e graúdas”, nas expressões machadianas já citadas (ASSIS, 2008 [1886], p. 662).

No espaço do Folhetim, encontramos a solidificação e o desenvolvimento da crônica oitocentista, mas a crônica não ficou presa ao rodapé, nem é possível fechar a questão, nas letras brasileiras e francesas, que as primeiras manifestações cronísticas eram vinculadas estritamente ao Folhetim.

A crônica do século XIX foi desenvolvida no Folhetim, mas se manifestou também fora dele. Teve seus contornos discursivos moldados no Folhetim, mas se apresentou em outros espaços, ocupando lugares e colunas em qualquer página dos jornais. Seriou-se além do domingo e começou a ser ter publicação diária, contínua, ao sabor das condições e possibilidades de produção dos jornais e seus redatores.

No rastro do Folhetim, a história da crônica é contada, seus traços discursivos são lapidados, porém não se pode fechar a questão afirmando que a crônica é simplesmente filha do Folhetim.

Os próprios escritos considerados precursores, tanto na França quanto no Brasil, não se encontravam no rodapé dos jornais, apesar de não podermos negar que o rodapé dos jornais foi o ambiente mais acolhedor para os escritos cronísticos.

Havia já, desde o começo do século [na França], o *feuilleton*, ou rodapé, tradicionalmente de tom e assunto mais leves que o resto do jornal, muito cerceado pela censura. Podia ser dramático, crítico, tornando-se cada vez mais recreativo. O folhetim vai ser completado com a rubrica “variedade”, que é a cunha por onde penetra a ficção, na forma de contos e novelas curtas. (MEYER, 2005 [1996], p. 30-1).

Na matriz francesa, Lisa Andries (2015, p. 39) aponta quatro escritos como precursores da crônica jornalística ou, pelo menos, que serviram de fonte de inspiração, tendo como assunto a descrição e reflexão sobre a cidade de Paris e nem todos situados no espaço do rodapé:

o *Tableau de Paris*, de Louis-Sébastien Mercier que apareceu em doze volumes entre 1781 e 1788 e sua continuação, o *Nouveau Paris* em seis volumes, publicados em 1800; os boletins de Etienne de Jouy na *Gazette de France*, que ele publicou todas as semanas, a partir de 1811, com o pseudônimo de “l’Hermite de la Chaussée d’Antin” e *Le Livre des Cent-et-Un*, obra coletiva publicada entre 1831 e 1834, em quinze volumes, dos quais participaram os escritores que publicavam também na imprensa, como Etienne de Jouy, Alexandre Dumas e Eugène Sue; por fim, em menor escala, as crônicas que Delphine de Girardin publicou a partir de 1836 no jornal *La Presse*. (ANDRIES, 2015, p. 39-40).

No Brasil, os jornais apontam na direção de que havia escritos cronísticos do Oitocentos publicados fora do rodapé, antecedendo o aparecimento e a consolidação do Folhetim-crônica. Os escritos de Silva Paranhos (o Visconde do Rio Branco) apontados por Marcus Soares (2014) como uma das primeiras manifestações da crônica no Brasil, verifica-se que os escritos eram abrigados em outras colunas do jornal. Do mesmo modo, quando Marlyse Meyer (1998 [1987]) defende como primeiras manifestações da crônica no Brasil os escritos, de 1821, assinados por Constitucional Imparcial, de autoria não identificada, e o Dr. Brasília Ferreira Goulart, que assinava como Carioca Constitucional B. F. G, não se falava ainda da crônica no espaço do rodapé.

Estas observações indicam a existência de escritos cronísticos fora do Folhetim mesmo antes da formatação desse espaço no rodapé dos periódicos. Se antes do Folhetim, a crônica já aparecia nos jornais, após a consolidação do Folhetim-crônica semanal, os escritos cronísticos ganharam mais visibilidade para alcançar outros lugares nas páginas e colunas do periódico. Deixaram de ser apenas semanal, ganhando possibilidades de escrito diário ou podendo surgir a qualquer momento no jornal, ao sabor das conveniências do redator ou da realidade dos fatos cotidianos que impulsionavam o escrito.

O “novo Proteu”, na expressão de José de Alencar, foi além da variedade de *formas* dentro do espaço Folhetim e alcançou títulos em série nas colunas do jornal. É o que observamos e analisamos na *Gazeta da Parahyba*, objeto principal desta tese.

Barbosa, Silva e Formiga (2007), na antologia de folhetins paraibanos por elas organizados, apresentam uma série de escritos catalogados a partir das rubricas: folhetim, literatura, conto, crônica, variedade e crítica. E fazem uma ressalva que os escritos entendidos como crônicas podiam figurar tanto no rodapé dos periódicos quanto no meio dos jornais (BARBOSA, SILVA e FORMIGA, 2007, p. 10), corroborando a dinâmica espacial do gênero.

2. A CRÔNICA DO SÉCULO XIX NA HISTORIOGRAFIA E CRÍTICA

No capítulo anterior, priorizamos a compreensão do que foi a crônica no século XIX, suas facetas e modalidades, sua vinculação ao espaço do Folhetim e suas marcas discursivas. A partir deste capítulo, vamos conhecer o que a crítica e a historiografia literárias discorreram sobre o gênero.

A primeira parte constitui-se, essencialmente, como uma revisão bibliográfica de estudos sobre a crônica no Brasil. Trata-se da verificação do estado da arte, isto é, do caminho que já foi percorrido até chegar ao ponto onde estamos sobre o assunto. Mas, acima de tudo, nesta revisão, pretende-se dar visibilidade ao que foi estudado sobre a crônica oitocentista em especial. A princípio, os estudos sobre a crônica do século XIX estão vinculados a nomes consagrados da literatura brasileira, tais como José de Alencar e Machado de Assis, Coelho Neto e Olavo Bilac, numa já transição para o século XX, ou, ainda, vinculados à busca das origens do gênero.

O segundo passo diz respeito a uma revisão bibliográfica e a verificação do estado da arte no âmbito da crítica e da historiografia literária paraibana, buscando responder ao questionamento sobre o lugar que a crônica oitocentista da Paraíba ocupou nos estudos literários dados à luz até o momento presente.

O presente capítulo ainda se debruça sobre o apagamento da crônica do Oitocentos no âmbito dos estudos literários, em função, entre outras razões, do que se entendia sobre o gênero e do fato de ser um escrito pertencente à efemeridade do jornal.

2.1 A crônica do século XIX na historiografia e crítica literária brasileira

Apesar de ter se tornado lugar-comum a afirmação de que a crônica, no sentido literário, é fruto do jornal do século XIX, nascida como um desdobramento das possibilidades do rodapé dos periódicos oitocentistas, a construção do conceito do *gênero crônica*, por muito tempo, pareceu levar em consideração o jornal apenas como um mero repositório do escrito dito cronístico (BARBOSA, 2007).

Em outras palavras, os critérios escolhidos pelos historiadores e críticos literários, em função de um lugar social (CERTEAU, 1982 [1975]), não levaram em conta o fato de o jornal – seu formato, sua linguagem, suas práticas discursivas etc. – determinar a formação discursiva e consolidação da ideia que se tem hoje de crônica. Os riscos de interpretações anacrônicas

passaram então a existir, gerando, por exemplo, noções discutíveis de a crônica ser um gênero menor, desimportante para a formação de um sistema literário nacional composto por supostos gêneros mais nobres (CANDIDO, 1992 [1981]).

Para rever essa trajetória conceitual e dar os primeiros passos para a compreensão de alguns esquecimentos da crônica oitocentista por parte da crítica e historiografia literárias, nesse primeiro momento, fazemos uma revisão bibliográfica sobre o estudo da crônica no Brasil.

Com esta revisão, pretende-se responder aos seguintes questionamentos: o que os críticos e historiadores da literatura falaram sobre o conceito, as origens e os elementos constitutivos do gênero crônica? Que dados temos sobre a crônica oitocentista na construção da ideia de crônica? Que estudos levaram em consideração o jornal e em que sentido ele foi tomado para contar essa história?

Estudos sobre a crônica ou sobre cronistas especificamente encontram-se de forma abundante na fortuna crítica brasileira. Para se realizar uma revisão bibliográfica, sabendo-se da amplidão de livros, ensaios e artigos sobre a temática, é necessário um recorte epistemológico que dê conta das necessidades da pesquisa e atenda aos seus objetivos.

Nesse sentido, a revisão bibliográfica aqui proposta leva em consideração estudos que se referem à constituição da crônica como *gênero*, e a verificação da presença ou ausência da crônica oitocentista na construção da história literária brasileira.

Não é objeto de nosso trabalho discorrer sobre estudos da crônica de autores específicos. De qualquer modo, estudos sobre cronistas do século XIX brasileiro serão devidamente mencionados, na medida em que contribuirão efetivamente para a noção do que era a crônica oitocentista e de como ela foi apropriada pelos críticos.

Por uma questão didática, vamos dividir em três momentos os estudos da crônica no Brasil: o momento dos precursores, os estudos da tradição e os ensaios mais recentes.

Consideramos como precursores os estudos de Sílvio Romero (1980 [1888]) e José Veríssimo (1904; 1907; 1915), porque situados na passagem do século XIX para o XX. Chamamos de tradicionais, os estudos desenvolvidos em meados do século XX, tendo como representantes Afrânio Coutinho (2003 [1955]), Massaud Moisés (2007 [1967]) e Antonio Candido (1992 [1981]), entre outros. E, por fim, mencionamos estudos mais contemporâneos, que vieram a público no final do século XX e início do XXI, apresentando novas nuances sobre o gênero cronístico.

2.1.1 Os críticos precursores

Iniciar esse percurso pelos precursores Silvio Romero (1851-1914) e José Veríssimo (1857-1916) respeita não apenas uma cronologia, mas também a figura de dois nomes que, além de terem forjado a crítica literária brasileira, vivenciaram a transição do século XIX para o XX, olhando de perto a produção literária da época. Aqui, eles são considerados para responder à seguinte questão: a crônica oitocentista já se fazia presente nos estudos literários brasileiros na passagem do século XIX para o XX?

Ao analisarmos as histórias da literatura brasileira escritas por esses dois autores, detectamos que a crônica ainda não tinha espaço assegurado na historiografia. A própria noção de crônica como hoje se entende estava diluída dentro dos periódicos oitocentistas como parte integrante das seções e do discurso próprio dos jornais da época. Como vimos no primeiro capítulo desta tese, o nome *crônica* não era ainda empregado no sentido atribuído no século XX, e a expressão *folhetim* abarcava uma série de significados, que incluía a noção atual de crônica.

Na *História da literatura brasileira*, de Silvio Romero, publicada em 1ª edição em 1888, a designação de crônica cabia apenas aos escritos de caráter historiográfico. Os chamados cronistas eram estudados ao lado dos oradores e pregadores dos primeiros séculos da colonização brasileira: Gandavo, Cardim, Gabriel Soares e José de Anchieta eram os cronistas do século XVI. Vicente do Salvador, Manuel de Moraes, Diogo Gomes Carneiro e Frei Cristóvão da Madre de Deus Luz, os nomes representativos da crônica do século XVII (ROMERO, 1980, [1888], p. 346 e 364).

Os escritores que são considerados precursores da crônica desenvolvida nos jornais do século XIX e embrião do que passou a ser chamado de crônica no século XX, tais como Justiniano José da Rocha e Francisco Otaviano, aparecem na *História da Literatura Brasileira* (1915), de José Veríssimo, como *publicistas*, e, mesmo assim, sem estudos específicos.

Publicista era a designação dada aqueles que escreviam sobre direito público ou sobre política (FIGUEIREDO, 1913, p. 1661). O sergipano Silvio Romero informava que publicista era o nome genérico dado a certos escritores, que, sem poder ser contados entre os adeptos dos gêneros tradicionais, “manejam a arte da palavra escrita com maestria na explanação de teses políticas, sociais, religiosas, econômicas e outras, ordinariamente na arena essencialmente moderna do jornalismo” (ROMERO, 1980, V. 5, p. 1588).

Os publicistas, portanto, poderiam até ter sido também cronistas, porém só figuravam na história da literatura em razão da escrita de estudos considerados importantes em áreas como economia, política, direito, teologia etc.

Em capítulo intitulado “Economistas, jurisconsultos, publicistas, oradores, linguistas, moralistas, biógrafos, teólogos e literatos”, Sílvio Romero (1980 [1888]) afirma tratar de “alguns dos mais notáveis espíritos deste país” com escritos associados ao “que foi praticado nas relações econômicas e jurídicas, nas políticas e sociais, e noutros domínios da inteligência”, lançando “as vistas sobre a história da imprensa, especialmente na sua mais palpitante manifestação, o jornalismo”.

Muitos dos chamados publicistas eram políticos e tinham publicados seus discursos parlamentares já reunidos em algum volume. Os jornalistas também poderiam ser chamados de publicistas, desde que atendessem aos requisitos temáticos e de publicação em livro, livreto ou congêneres.

Nesse sentido, o nome de algum autor figuraria catalogado na historiografia a partir de um ou mais estudos publicados em livro, livreto, panfleto ou opúsculo, como algumas obras eram chamadas. Inicialmente, poderiam até ser publicados numa série nos jornais, mas a questão do objeto livro ou suas variantes parecia ser imprescindível para a ideia de obra passível a ser lembrada pela crítica e pela historiografia.

Destaque-se que, no final do século XIX, não havia, ainda, a consolidação conceitual do gênero crônica. Os escritos cronísticos recebiam, como vimos, a denominação de folhetim ou folhetins e, em alguns casos, ganhavam um título específico para constituir uma seção ou coluna do jornal.

José Veríssimo, em sua *História da Literatura Brasileira* (1915), emprega, invariavelmente, o termo crônica no sentido de escrito de caráter histórico, ao lado dos anais e relatos historiográficos. Em uma única referência, menciona Machado de Assis como escritor de “crônicas jornalísticas”, não tecendo nenhuma observação a mais a esse respeito.

Depreende-se, assim, que o lugar reservado para o estudo da crônica no início do século XX ainda não havia sido pavimentado. Isto porque, entre outras razões, a crônica não era considerada um gênero literário.

Contra sua dispersão nos jornais, esforços iniciais existiram, no sentido de se terem as primeiras publicações reunindo Folhetins-crônica ou textos próximos a este formato: “Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro” (1862-1863) e “Memórias da Rua do Ouvidor” (1878), ambos de Joaquim Manuel de Macedo; “Filigranas” (1872), textos jornalísticos de Luís Guimarães Júnior; “Ao correr da pena” (1854-1855), de José de Alencar, crônicas enfeixadas

em livro no ano de 1874; “Folhetins” (1878), de França Júnior; e “Bilhetes postais” (1892-1893), de Coelho Neto, que foram lançados em livro em 1894.

Apesar destas iniciativas, os próprios autores não estavam seguros dessa empreitada editorial e na apresentação das coletâneas demonstravam relativo desconforto. É o que relata Marcus Vinicius Nogueira Soares em *A crônica brasileira do século XIX: uma breve história* (2014, p. 56-7), citando textualmente as palavras dos escritores.

No caso de José Alencar, por exemplo, é perceptível que a reunião dos folhetins cronísticos do autor em livro tinha muito mais a ver com a importância do nome dele, já consagrado nas letras brasileiras, que propriamente o valor do gênero crônica em si. Suas crônicas foram consideradas os primeiros escritos do grande autor nacional, ou seja, apenas com uma suposta importância cronológica: as crônicas eram os primeiros passos. A trajetória do escritor deveria ser contada, portanto, a partir delas.

José Maria Vaz Pinto Coelho, organizador dos folhetins de José de Alencar, em 1874, assim afirmou:

Por sua valia histórico-literária, ainda mais que por suas louçanias de estilo, estes folhetins não deviam continuar a viver dispersos como folhas soltas, que tivesse servido apenas a satisfazer exigências transitórias. Foi com eles que o seu autor abriu as portas da república das letras, onde por vias as mais legítimas não tardou a chegar à soberania, sem nenhuma maioridades antecipadas (...). Aqui se descortina já o escritor que tinha que ser qual o vemos – umas das nossas glórias mais sérias e originais, o chefe da literatura brasileira contemporânea. (COELHO apud FARIA, 2004, p. XII).

Conclui-se, dessas observações, que a crônica ainda não aparecia como um gênero literário digno de análise para a historiografia literária brasileira do final do século XIX e início do XX. Os folhetins de algum autor poderiam até ser mencionados, como foram os de Machado de Assis, porém, muito mais em função da figura do autor do que por se tratar de escritos consolidados como obra, ou mesmo obra literária.

No caso de Coelho Neto, vinte anos após o livro com a compilação dos folhetins-crônica de Alencar ser publicado, sua série cronística em *O paiz*, sob o título de “Bilhetes postais”, também é lançada em livro, no ano de 1894.

O final do Oitocentos também viu a publicação de outras reuniões de escritos cronísticos/folhetinescos do autor: “Lanterna Mágica”, em 1898, “O meio” e “Por montes e vales”, ambos em 1899. Mas não se tem notícia sobre estudos críticos sobre eles.

Nessa história da crônica, algo importante acontecia: iniciava-se um processo de publicação dos escritos antes dispersos nos periódicos. Um passo era dado para a existência de uma futura crítica sobre o gênero.

Apesar desses casos de publicação de escritos cronísticos de Coelho Neto (e de outros autores), a crônica ainda não era vista da mesma forma que o romance ou a poesia, por exemplo. José Veríssimo (1904) aponta o autor como um escritor copioso, isto é, de muitos escritos, tendo muito mais quantidade que qualidade.

É hoje o Sr. Coelho Netto o mais copioso dos nossos escritores, e copioso no duplo sentido de autor de numerosos livros, artigos, crônicas e folhetins, e de abundoso em palavras. No ante-rostro do seu último livro, *Tormenta*, nos enumera ele vinte e quatro obras, anunciando mais cinco para breve. E o Sr. Coelho Netto de pouco terá excedido os trinta anos, e não haverá vinte que escreve. Certo a maioria desses livros são apenas edições em volumes de escritos já publicados em jornais e revistas. (VERÍSSIMO, 1904, p. 1-2).

Coelho Neto tornou-se um nome marcante nos jornais brasileiros, cuja produção foi extremamente prolífica. “De 1891 a 1934, foram publicadas 250 edições das obras de Coelho Neto, com um total de 600.000 volumes, além de 8.000 artigos para os jornais do país e do estrangeiro” (COELHO NETO, 2007, p. LVIII).

As observações de José Veríssimo sobre o mais copioso autor da época foram extraídas do livro *Estudos de literatura brasileira: quarta série* (1904). Mas o crítico se debruçou principalmente sobre o romancista Coelho Neto, em razão da publicação do livro “Tormenta”. Apenas *au passant* faz referências ao cronista. Um ensaio dedicado a um romance e ao estilo geral do autor. Um sinal de uma suposta hierarquia de gêneros? Provavelmente. Mas haveremos de convir, também, que fazer uma crítica a escritos cronísticos é algo desafiador, principalmente pela diversidade de temas e variedade de escritos, ainda que reunidos sob uma mesma rubrica, como “Ao correr da pena” e “Bilhetes postais”, só para citar algumas referências aqui destacadas.

José Veríssimo volta a fazer referências a Coelho Neto no sexto volume de seus *Estudos de literatura brasileira* (1907). Num capítulo dedicado à apresentação das obras literárias brasileiras que foram lançadas entre os anos de 1903 a 1905, menciona novamente o caráter copioso do autor dos “Bilhetes postais”, agora com a coletânea “A bico de pena”:

Nenhum ano sem livro parece ser a divisa do Sr. Coelho Neto. O seu deste é o *A Bico de Pena* (Porto, Chardron, 1904), coleção copiosa de fantasias (poderíamos chamá-lhes folhetins), contos e perfis. O estilo geral é o da crônica, ou do nosso antigo folhetim, luso-brasileiro, remodelado pela influência daquela espécie literária francesa. E nesse gênero, pelos seus dons de imaginação, de língua, de espírito, e de

alta fantasia, o Sr. Coelho Neto é um dos melhores escritores da nossa língua. (VERÍSSIMO, 1907, p. 230).

Os motivos para o crítico se debruçar sobre a produção de Coelho Neto, na ocasião, eram o tamanho e a constante presença do autor nos periódicos e em várias publicações, aspectos que não tinham como passar despercebidos.

Nessa busca dos primórdios da crítica sobre a crônica no Brasil, outra referência pode ser listada para compor o painel historiográfico aqui esboçado, poucos anos antes de José Veríssimo. Trata-se das colocações de Sílvio Romero sobre Francisco Otaviano.

O nome de Francisco Otaviano, hoje lembrado como um dos precursores da crônica brasileira no século XIX, apareceu nos *Estudos de Literatura Contemporânea* (2002 [1883]), de Sílvio Romero, em um pequeno ensaio intitulado “A situação liberal e o Sr. Francisco Otaviano”. A ênfase do escrito de Romero recaiu sobre a figura do político, o então conselheiro e senador Otaviano, e críticas severas lhe são apresentadas. Poucas são as referências à figura do escritor e, mesmo assim, com palavras não muito elogiosas. O máximo que Sílvio Romero se aproxima do Francisco Otaviano-cronista é quando diz:

No jornalismo floresceu na época de transição entre Justiniano da Rocha e Quintino Bocaiuva, isto é, simboliza uma decadência. É um escritor palavroso, retórico, amaneirado e sem idéias. Não tem calor, não tem vida; é fluente, mas de uma fluência mortíça, pálida e doentia. Só produz ligeiros fragmentos; porque é incapaz de tomar uma idéia, uma doutrina, e desenvolvê-la em todas as suas faces. Sua frase não tem colorido, nem tem nervo; é flácida e mole como as bochechas de um velho. É pródigo em pequenos escritos de encomenda ou cartas elogiativas. Em todos eles é sempre vago e pobre de doutrina. (ROMERO, 2002 [1883], p. 67).

O estilo do jornalista Francisco Otaviano, como se vê, recebe duras críticas de Sílvio Romero. Ao final do referido ensaio, outras duras palavras reforçam negativamente a análise: “Há também uma mitologia literária, e o Sr. Otaviano é nela um Deus. Metam-lhe o ferro da crítica e deitem por terra o velho ídolo” (ROMERO, 2002 [1883], p. 67).

Apesar do duro posicionamento do crítico sergipano, cumpre-nos, neste momento, apenas apontar para os caminhos percorridos pela historiografia literária na apresentação da crônica no Brasil e suas origens. Certamente, muitas das palavras dos críticos de então refletiam disputas políticas e ideológicas, animosidades pessoais, além de terem inclinações biográficas muito mais que preocupações analíticas de uma obra.

A despeito do que foi falado sobre os primeiros cronistas oitocentistas, é certo que iniciativas estavam sendo dadas para a introdução da crítica literária a respeito da crônica.

A crítica e a historiografia literária brasileira da passagem do Oitocentos para os anos 1900 ainda não tinha subsídios suficientes (a saber, obras publicadas do gênero) para trazer estudos específicos sobre os escritos cronísticos. No máximo, chegavam à menção dos folhetins a partir da consolidação dos nomes dos escritores já consagrados no meio intelectual brasileiro da ocasião, tais como José de Alencar, Machado de Assis e Coelho Neto.

Nessa história da crítica sobre a crônica aqui brevemente esboçada, no que diz respeito aos primórdios das observações sobre o gênero, chegamos a duas conclusões. Primeiro, a crônica ainda não estava consolidada como um gênero literário. Uma ideia que se estabeleceu em meados do século XX. Sendo a crônica um gênero jornalístico, sem pretensões artísticas, a crítica literária não se debruçava sobre os escritos cronísticos. O máximo que havia eram notificações que a historiografia trazia sobre a publicação de coletâneas que começavam a surgir no final do Oitocentos. Em segundo lugar, a crítica só poderia se debruçar sobre os escritos cronísticos a partir do momento em que eles fossem compilados. Parece ser razoável exigir da crítica algum posicionamento apenas depois do trabalho dos pesquisadores ou organizadores ao trazerem à luz os textos dispersos nos periódicos.

2.1.2 A tradição dos críticos do século XX

A crítica literária produzida em meados do século XX é, neste trabalho, chamada de tradicional, por ter sido as bases de estudo crítico da metade ao final do século XX e, ainda, com repercussões no início do século XXI.

Priorizamos os seguintes ensaístas: Afrânio Coutinho (2003 [1955]), Massaud Moisés (2007 [1967]), e Antonio Candido (1992 [1981]), por serem referências sempre presentes nos estudos literários brasileiros, tendo obras reeditadas periodicamente. São representantes proeminentes de uma vasta produção crítica sobre a literatura brasileira, a partir dos quais muitos estudos se originaram na fortuna crítica do país.

Quanto à contribuição de Afrânio Coutinho para a temática, fazemos uso, inicialmente, do seu estudo “Ensaio e Crônica”, presente no volume 6 da coleção *A literatura no Brasil* (2003 [1955]). Perseguindo um rigor metodológico, o autor busca limites conceituais para a definição de *ensaio* e *crônica* e, em seguida, estabelece paralelos e aproximações entre os dois gêneros:

os gêneros literários dividem-se em dois grupos: aqueles em que os autores usam um método direto de se dirigir ao leitor, e aqueles em que os autores o fazem indiretamente, usando artifícios intermediários. Ao primeiro grupo, em que há uma explanação direta dos pontos de vista do autor, dirigindo-se em seu próprio nome ao leitor ou ouvinte, pertencem: o ensaio, a crônica, o discurso, a carta, o apólogo, a

máxima, o diálogo, as memórias. São os gêneros que se podem chamar “ensaísticos”. Ao segundo grupo, conforme o artifício intermediário: o gênero narrativo, epopeia, romance, novela, conto; o gênero lírico e o gênero dramático. (COUTINHO, 2003 [1955], p. 117).

Sobre o gênero *ensaio*, particularmente, Coutinho afirma:

Modernamente é a Montaigne, com os *Essais* (1596), que se deve a iniciação do gênero, novamente com o sentido que a etimologia da palavra indica: “tentativa”, “inacabamento”, “experiência”; dissertação curta e não metódica, sem acabamento sobre assuntos variados em tom íntimo, coloquial, familiar.

[...]

O ensaio é um breve discurso, compacto, um compêndio de pensamento, experiência e observação. É uma composição em prosa (há exemplos em verso), breve, que tenta (*ensaia*) ou experimenta, interpretar a realidade à custa de uma exposição das reações pessoais do artista em face de um ou vários assuntos de sua experiência ou recordações. Pode recorrer à narração, descrição, exposição, argumentação; e usar como apresentação a carta, o sermão, o monólogo, o diálogo, a “crônica” jornalística (no sentido brasileiro adiante analisado). (COUTINHO, 2003 [1955], p. 118).

As duas citações apontam para uma compreensão da crônica como um gênero ensaístico ou como uma das possibilidades de apresentação do ensaio. O tom íntimo, coloquial, familiar ou o que podemos chamar de certa leveza no estilo seriam marcas desses gêneros “em que os autores usam um método direto de se dirigir ao leitor”.

Seguindo sua exposição, Afrânio Coutinho acrescenta que o ensaio, “quanto ao assunto e à maneira”, pode ser de tipos diferentes. “De um lado, há o grupo de ensaios irregulares que os ingleses chamam de *informal*, ou ainda pessoais ou *familiar*”, nos quais os ensaístas “revelam um espírito livre, reagindo diante de fatos, pessoas ou paisagens, escrevendo de seus cenários familiares”, experiências e lembranças (COUTINHO, 2003 [1955], p. 119). Por outro lado, “mais modernamente, o uso da palavra tem-se estendido, perdendo aquele sentido tradicional, de ‘tentativa’. Tem-se desenvolvido em sentido inteiramente oposto ao original. E surgiu outro grupo de ensaios, chamados de *juízo*, que oferecem conclusões sobre os assuntos, após discussão, análise, avaliação” (COUTINHO, 2003, p. 119). Com uma estrutura mais formal de explanação e linguagem mais austera, “é o grupo que os ingleses chamam de *formal*”. No Brasil, para Afrânio Coutinho (2003 [1955]), a prática vem restringindo o uso da palavra *ensaio* ao segundo tipo, oposto ao sentido original, sendo sinônimo de *estudo* ou *crítica*.

Este percurso informativo foi feito para entendermos a conclusão a que chegou o crítico sobre a crônica:

Em resumo:

- a) A palavra *ensaio* designa no Brasil o *estudo* – crítico, filosófico, histórico, político, etc. Perdeu (como na França) o sentido original, assumindo o feitiço do estudo, acabado, concludente, depois de análise e pesquisa.
- b) Deteriorando-se o sentido original de *ensaio*, o gênero que primitivamente era denominado “ensaio” (tentativa, leve e livre, informal, familiar, sem método nem conclusão), gênero tradicional entre os ingleses, tornou-se no Brasil a *crônica*. (COUTINHO, 2003, p. 120).

Como visto, as primeiras definições sobre a *crônica* no referido artigo de Afrânio Coutinho (2003 [1955]) a relacionam com o gênero *ensaio*, entendendo-a como filha do *ensaio informal* inglês.

Na sequência do estudo, o crítico enumera os dois significados que o termo *crônica* recebeu tradicionalmente nos estudos literários brasileiros: o de relato histórico e o de gênero ligado ao jornalismo, como relato e comentário de fatos numa pequena seção, ganhando aos poucos a noção de “um gênero literário de prosa, ao qual menos importa o assunto, em geral efêmero, do que as qualidades de estilo” (COUTINHO, 2003 [1955], p.121).

Como vimos no capítulo 1, esta definição enfrenta algumas dificuldades, entre as quais a afirmação de que pouco importava o assunto. Tanto nos escritos cronísticos do século XIX quanto na *crônica* do século XX, os assuntos ligados, por exemplo, à cidade eram norteadores da escrita do cronista, de modo que até a falta de assunto tornou-se uma marca temática do gênero.

Quanto ao estilo ou linguagem da *crônica*, Afrânio Coutinho (2003 [1955], p. 121) defende que traços distintivos: “a variedade, a finura e argúcia na apreciação, a graça na análise de fatos miúdos e sem importância, ou na crítica de pessoas”.

Em outros momentos de seu *ensaio*, o crítico literário deixa a impressão de que as incógnitas quanto ao surgimento da *crônica*, a diversidade de temáticas e as várias possibilidades de linguagem parecem impor desafios a uma conceituação definitiva do gênero, objetivo buscado pelo seu estudo. Tudo isso acaba indicando uma espécie de aparecimento quase espontâneo da *crônica* em relação à dinâmica do jornalismo oitocentista.

Outra passagem do *ensaísta*, a qual julgamos importante transcrever, mostra alguns posicionamentos que se cristalizaram na crítica literária sobre a *crônica*:

É mister insistir na relação da *crônica* e do jornalismo, para se isolar a sua condição de gênero literário. Como se viu, a acepção do vocábulo evoluiu, modernamente, designando também, e com mais frequência, o comentário ligeiro ou a divagação pessoal feita com bom gosto literário, ligada estreitamente à ideia da imprensa periódica, pois nela revela-se o cronista. Tão característica é a intimidade do gênero com seu veículo natural que muitos críticos se recusam a ver na *crônica*, a despeito da voga de que desfruta, algo durável e permanente, considerando-a uma arte menor. Para Tristão de Athayde “uma *crônica* num livro é como um passarinho afogado”. De

qualquer modo, aceite-se ou não a permanência da crônica, é certo que ela somente será considerada gênero literário quando apresentar qualidade literária, libertando-se de sua condição circunstancial pelo estilo e pela individualidade do autor. (COUTINHO, 2003 [1955], p. 123).

Nota-se uma evidente preocupação nas palavras do autor: a insistente tentativa de tratar a crônica como um gênero literário, distinguindo-a de outros gêneros jornalísticos. Por um lado, se reconhece a estreita relação entre a crônica e o jornal, o que é inevitável. Por outro, busca-se uma autonomia da crônica em relação à imprensa e a valorização da crônica a partir do momento em que ela alcance um *status* literário.

O próprio Afrânio Coutinho aponta para a desvalorização da crônica na pena de “muitos críticos”, em função da “intimidade do gênero com seu veículo natural”. E ainda reforça a distinção do que seria uma mera crônica em oposição a uma crônica literária, na medida em que “somente será considerada gênero literário quando apresentar qualidade literária, libertando-se de sua condição circunstancial pelo estilo e pela individualidade do autor”.

Conclui-se que o crítico sugere que a estatura de literatura, ou melhor, de qualidade literária, definida particularmente pela crítica especializada, é o único caminho para a sobrevivência da crônica como um gênero digno de apreciação. Não parece ser sem razão, por exemplo, que na continuidade do ensaio, há uma insistência na vinculação entre crônica, poesia e lirismo. Como se a crônica por si só não bastasse ou não tivesse particularidades e autonomia como um gênero literário ou jornalístico.

Nesse sentido, assim ele se expressa: “O jornal brotou e cresceu no Brasil sob a atmosfera do Romantismo, o que contribuiu para que o acento lírico tivesse predominado sobre a crônica desde as suas primeiras manifestações” (COUTINHO, 2003 [1955], p. 123). E mais:

É perfeitamente compreensível que os cronistas literários fossem igualmente poetas, com a circunstância de que algumas de suas poesias narrativas não deixam de ter certo ar de crônica. Crônica em verso – para mencionar apenas um caso – era o que fazia Joaquim Norberto, quando, no poema “A confissão”, descreveu o Rio de Janeiro do tempo do velho entrudo. (COUTINHO, 2003, p. 123-4).

Além dessa associação entre o escrito cronístico e a poesia lírica, também se menciona a relação entre crônica e romance:

Cronistas foram também os primeiros romancistas, notando-se que o romance urbano ou de costumes era por assim dizer um desenvolvimento natural da crônica. O mais notável deles, a ficção picaresca das *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, surgiu em terreno fertilizado pela crônica e deste contém algumas características inconfundíveis, como assinalou Eugênio Gomes. Características negativas representadas pelo afogadilho da elaboração, pela

vulgaridade de certas notações e pelo excesso de cor local, mas que contribuíram decisivamente para o êxito dessa movimentada narrativa.

Esse fenômeno de hibridismo, isto é, a crônica ou folhetim desdobrada em romance, mas deixando transparecer vivamente as suas características, seja no estilo nervoso do escritor, seja no entrecho de um ou outro capítulo, tornou-se mais ou menos comum naquela altura do século. Para isso concorreu naturalmente a circunstância de que ambos os gêneros iam convergir nos jornais sob o mesmo título geral de folhetim. Folhetim era a crônica, mas também a novela ou romance, quando publicado em jornal. O fator espiritual de comunhão entre os dois gêneros era a poesia, que dominava a literatura romântica, sendo por isso explicável a influência que o folhetim exerceu particularmente sobre o mundo social. O poeta, o romancista, o homem de jornal, todos cederam às suas seduções com maior ou menor assiduidade. (COUTINHO, 2003, p. 124).

Saliente-se que, para Afrânio Coutinho (2003 [1955], p. 124), a indicação de que as características da crônica que contribuíram para o êxito de uma narrativa como *Memórias de um sargento de milícias* são “negativas”, pois, segundo ele, “representadas pelo afogadilho da elaboração, pela vulgaridade de certas notações e pelo excesso de cor local”.

A crítica tradicional, diante das dificuldades de conceituação da crônica como um gênero autônomo, parece optar entre dois caminhos: esquecer a crônica oitocentista, olhando apenas para a do século XX, já “literária” e coligida em livros, sinal de que ela se libertou do jornal e alcançou perenidade. Ou alçar a crônica à condição de literatura por meio do reconhecimento de seu “hibridismo”, mas, ainda assim, tendo a poesia como “fator espiritual de comunhão”.

Após as observações conceituais, Afrânio Coutinho, no ensaio que aqui estamos comentando, passa a apresentar os principais nomes da crônica brasileira: José de Alencar, Machado de Assis, João do Rio, Rubem Braga, enumerando, ainda, uma extensa lista de cronistas, de modo a compor um painel de referências para o estudo do gênero em questão. E acrescenta em sua análise uma classificação dos tipos de crônica, tecendo comentários sobre aspectos como linguagem, estilo e autonomia, bem como as relações entre a crônica e: o livro, a filosofia e a literatura.

As conclusões do crítico ressaltam que “a partir do Romantismo, a crônica (a princípio folhetim) foi crescendo de importância, assumindo personalidade de gênero literário, com características próprias e cor nacional cada vez maior” (COUTINHO, 2003, [1955] p. 135). Afrânio Coutinho assume declaradamente a ideia de enfatizar a natureza literária da crônica, de modo a diferenciá-la do jornalismo, e a natureza ensaística, no que tem de semelhança com o ensaio inglês: familiar, informal, coloquial. Suas últimas palavras acostam-se ao pensamento de outro crítico literário, Eduardo Portela (1977 [1958]), afirmando que “o fundamental na

crônica é a superação de sua base jornalística e urbana em busca da transcendência” (COUTINHO, 2003, p. 136).

Depreende-se do posicionamento crítico tradicional, aqui representado por Afrânio Coutinho (2003 [1955]), a percepção da crônica como gênero literário associado à ideia de obra de arte, criatividade artística, lirismo, enfim, elementos próprios de uma noção de literatura como arte da palavra. E, nesse sentido, a crônica oitocentista só seria valorizada na medida em que alcançasse tal *status*. Diferentemente deste posicionamento que olha muito mais para uma crônica do século XX na esfera do livro, da “transcendência”, do poético, entendemos que não é possível desvincularmos a crônica de suas bases “jornalística e urbana”. Esta é uma diferença fundamental dos escritos cronísticos oitocentistas para a crônica “literária” do século XX. O que nos induz a concluir que a crítica tradicional só voltou seu olhar para a crônica do Oitocentos para contar a história do gênero e para dizer que lá se encontram as bases para um objeto literário que só se desenvolveu e se autonomizou na pena de grandes nomes da literatura brasileira.

Brito Broca, em *Românticos, pré-românticos e ultra-românticos* (1979), contribui para nossa apresentação do percurso crítico sobre a crônica no Brasil com pequenos ensaios a respeito de Francisco Otaviano e sobre os folhetins de “Ao correr da pena” (2004 [1854]), de José de Alencar.

Francisco Otaviano é considerado um dos precursores da crônica no país, saudado por esta condição em vários estudos sobre o tema (SOARES, 2014; COUTINHO (2003 [1955])). O próprio Afrânio Coutinho afirma que:

A crônica brasileira propriamente dita começou com Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825-1889) em folhetim no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro (2 de dezembro 1852). Também no *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro assinou ele o folhetim semanal até 1854. É o advento dos românticos. (COUTINHO, 2003 [1955], p. 124).

É bem verdade que outros estudos conferem a condição de precursor também a Justiniano José da Rocha e José Maria da Silva Paranhos (SOARES, 2014), por exemplo, anteriores ao próprio Francisco Otaviano, porém isso não o retira da história do gênero em suas origens.

No artigo “Revivendo Francisco Otaviano”, Brito Broca (1979) menciona o primeiro ensaio biográfico sobre este jornalista, elaborado por Phocion Serpa em 1952. Segundo o crítico, o trabalho peca pelo excesso panegírico, até pelo fato de o autor ter uma única obra poética, sem maior valor, já que se sobressaiu na biografia de Francisco Otaviano a carreira

política. No que tange às referências sobre o Otaviano-cronista, destacam-se as seguintes palavras:

Do escritor, salvou-se, entretanto, o jornalista, não só o jornalista político, que dizem ter saído de primeira ordem, como o folhetinista, o ágil manejador desse gênero literário tão característico do século passado [século XIX] e hoje inteiramente desaparecido. Já nos foi dada a oportunidade de percorrer alguns folhetins de Francisco Octaviano em velhas coleções do *Jornal do Commercio*: não, porém, de maneira suficiente a verificar uma possível influência que eles teriam exercido em Machado de Assis, como sugere Phocion Serpa. Não duvidamos de que a influência exista. Machado admirava em Francisco Octaviano principalmente o jornalista, e os folhetins deste, entre 1852 e 54, teriam causado duradoura impressão na curiosidade intelectual do adolescente precoce que foi o autor de *Dom Casmurro* (BROCA, 1979, p. 234).

O nome de Francisco Otaviano é também sempre lembrado na crítica e na historiografia, no seu papel de folhetinista, pela “passagem do bastão” para José de Alencar:

A entrada de José de Alencar para o *Correio Mercantil* tem uma história, e vamos recordá-la aqui com alguns detalhes inéditos. Quando Francisco Otaviano se viu obrigado a deixar o folhetim do *Jornal do Commercio*, a fim de encarregar-se da secção política do *Correio Mercantil*, que acabava de ser adquirido pelo seu sogro, indicou como substituto José de Alencar. Pelas palavras do próprio Otaviano conclui-se que a direção do *Jornal do Commercio* não aceitou no primeiro momento a indicação. O folhetim daquele velho órgão era uma secção de importância e responsabilidade que devia ser ocupada por escritor experimentado, e Alencar não passava de um jovem plúmbeo. “Procurou-se para ‘A Semana’ a grande ilustração – escreve Francisco Octaviano – “o estilo clássico, mesmo o grande talento; mas não se procurou o feitiço, o demônio inspirador dos vinte anos.” Parece que o *Jornal* experimentou sem êxito na secção Justiniano José da Rocha e outros medalhões. Só então, depois dessas tentativas frustradas, resolvera optar pelo “demônio inspirador dos vinte anos” e convidar José de Alencar.

Mas nesse momento, Alencar já estava decidido a trabalhar para o *Correio Mercantil*, onde lhe acenava a amizade fraternal de Francisco Octaviano. (BROCA, 1979, p. 247).

No *Correio Mercantil*, José de Alencar escreveu os folhetins sob o título de “Ao correr da pena” (2004 [1854]), sendo considerado esse o início da trajetória consagrada do autor e onde “imprimiu à crônica a mais alta categoria intelectual”, nas palavras elogiosas de Afrânio Coutinho (2003, [1955], p. 124).

As considerações de Brito Broca (1979) sobre Francisco Otaviano pouco acrescentam sobre a crônica escrita pelo jornalista. E, na esteira de outros críticos, coloca o cronista como um mero figurante na história de José de Alencar.

Em linhas gerais, a crítica sobre a crônica oitocentista parece sempre ter caminhado ao redor de José de Alencar e Machado de Assis. A grandeza alcançada por esses dois autores,

certamente, ofuscou a pesquisa a respeito dos folhetins de outros, visto que sempre associados secundariamente em relação aos dois nomes proeminentes da prosa oitocentista brasileira.

Mas algo há de ser destacado na “passagem do bastão” para o jovem Alencar, a partir das palavras do próprio Francisco Otaviano e que serão corroboradas pelos elogios historicamente aplicados ao autor de *Iracema*. Trata-se da ruptura linguística ou estilística promovida por José de Alencar por ocasião da saída de Francisco Otaviano do *Jornal do Commercio*.

Observemos que o *Jornal* queria, em seu Folhetim, o estilo clássico de um autor experiente, enquanto o jovem Alencar só poderia levar ao periódico “o feitiço, o demônio inspirador dos vinte anos”, ou seja, um estilo mais simples e despojado em oposição à suposta sisudez clássica.

Marlyse Meyer (1998 [1987]) também se refere ao pequeno imbróglio que acabou sendo o marco de um “novo estilo”, citando a reação galhofeira do autor cearense:

Pelo jeito, tanta severidade não agradou ao público, e a redação acabou reconvidando José de Alencar, que aceitara o cargo no *Correio*, muito mais à vontade do que no velho jornal, aproveitando para partir para a galhofa contra o cronista “vestido de fraque” do *Jornal do Commercio*. (MEYER, 1998, p. 140).

A crítica tradicional entendeu perfeitamente que a espontaneidade e a simplicidade na linguagem configuravam traços diferenciadores do folhetim-crônica e que se firmavam com José de Alencar na esteira de Francisco Otaviano.

João Roberto Faria (2004), que reeditou os folhetins de José de Alencar, lembra que “entre os estudiosos das relações entre jornalismo e literatura no Brasil do século XIX, parece haver um consenso em torno do nome de Francisco Otaviano como o primeiro a cultivar entre nós o folhetim caracterizado pela *leveza de estilo e variedade de assunto*”. (FARIA, 2004, p. XVII) (grifo nosso).

Textos esparsos de Brito Broca (1979) também compõem o cenário da crítica sobre a crônica e, via de regra, são retomados por outros críticos e historiadores. É o caso do artigo “Crônica na Atualidade Literária Francesa”, publicado em 13 de setembro de 1958 no suplemento literário do jornal *O Estado de São Paulo*, mencionado por Massaud Moisés (2007 [1967], p. 102). O posicionamento de Brito Broca é na linha de entendimento da transformação da crônica no Brasil e da sempre associação do gênero com outros, quem sabe para lhe dar mais validade literária:

Estamos criando uma nova forma de crônica (ou dando erradamente este rótulo a um gênero novo) que nunca medrou na França. Crônica é para nós hoje, na maioria dos casos, prosa poemática, humor lírico, fantasia, etc., afastando-se do sentido de história, de documentário que lhe emprestam os franceses. (BROCA apud MOISÉS, 2007, p. 102).

Massaud Moisés (2007 [1967]), da mesma forma que Afrânio Coutinho (2003 [1955]), apresenta-nos um estudo de cunho didático sobre a crônica, analisando a origem do termo, histórico, características do gênero, conceito, estrutura, tipos e linguagem da crônica, bem como associações dela com o ensaio, a poesia e o conto. Pode-se dizer que um dos méritos destes críticos – Afrânio Coutinho e Massaud Moisés – é o rigor metodológico e a busca conceitual na forma de apresentar o gênero crônica. Uma diferença entre os dois é a perspectiva um pouco mais favorável que Afrânio Coutinho (2003 [1955]) dispensou ao gênero.

O posicionamento de Massaud Moisés (2007 [1967]) é no sentido de entender uma ambiguidade própria na crônica, visto que, segundo ele, a crônica se moveria entre ser um escrito “no” jornal e “para” o jornal:

Ambígua, duma ambiguidade irredutível, de onde extrai seus defeitos e qualidades, a crônica move-se entre ser *no* e *para* o jornal, uma vez que se destina, inicial e precipuamente, a ser lida na folha diária ou na revista. Difere, porém, da matéria substancialmente jornalística naquilo em que, apesar de fazer do cotidiano o seu húmus permanente, não visa à mera informação: o seu objetivo, confesso ou não, reside em transcender o dia-a-dia pela universalização de suas virtualidades latentes, objetivo esse via de regra minimizado pelo jornalista de ofício. O cronista pretende-se não o repórter, mas o poeta ou o ficcionista do cotidiano, desentranhar do acontecimento sua porção imanente de fantasia. Aliás, como procede todo autor de ficção, com a diferença de que o cronista reage de imediato ao acontecimento, sem deixar que o tempo lhe filtre as impurezas ou lhe confira as dimensões de mito, horizonte ambicionado por todo ficcionista de lei. De onde as características da crônica, como também suas grandezas e misérias, resultarem dessa inalienável ambiguidade radical. (MOISÉS, 2007 [1967], p. 104-05).

A crítica tradicionalmente buscou o estatuto literário para a crônica. O jornal, entendido como o lugar da notícia, da informação, da política, do comércio, da objetividade, destoaria da fantasia, do literário e do poético. O problema dessa separação é que o jornal do século XIX não tinha como fundamentos a objetividade e a impessoalidade. E mais: o poético, o romance, a prosa de ficção e tantos outros gêneros hoje facilmente identificados como literários constituíam os periódicos da época.

Diante dessas observações, levantamos duas hipóteses: ou o olhar da crítica do século XX estava tão voltado para a apreensão do literário, no sentido de arte da palavra, que desconsiderou o jornal em seu contexto discursivo; ou priorizou o olhar para a crônica já constituída dentro do século XX – a “moderna crônica” –, que se desenvolvia em cenário

diferente do Oitocentos. De qualquer forma, chega-se à conclusão de que a crônica do século XIX não recebeu um olhar contextualizado que melhor lhe apreenderia seus elementos constitutivos.

Vejamos que Massaud Moisés (2007 [1967], p. 104-5) já coloca o cronista como um escritor que, diferentemente do “jornalista de ofício”, busca “transcender o dia-a-dia pela universalização de virtualidades latentes”. E também como um “poeta ou ficcionista do cotidiano” que é capaz de “desentranhar do acontecimento sua porção mais imanente de fantasia”.

A questão da transcendência foi sugerida por Eduardo Portella em “A letra e a cidade”, artigo da obra *Dimensões I: crítica literária* (1977 [1958], que, segundo Beatriz Resende (1995), foi “um dos primeiros críticos a reconhecer na crônica importância literária, aceitando seu acesso ao cânone”, pois entendia que “os livros de crônicas, que começavam a ser publicados com frequência, transcendiam a condição puramente jornalística para se constituírem em obra de arte, fazendo da crônica um gênero literário específico, autônomo” (RESENDE, 1995, p. 36).

No caso de Massaud Moisés (2007 [1967]), encontramos certa ambiguidade nos seus posicionamentos sobre a crônica. Ele acentua o olhar de depreciação sobre o jornal, na medida em que, exaltando a necessidade do livro para a apreciação crítica da crônica, coloca esse outro formato de impressão como condição *sine qua non* para a sobrevivência dos escritos cronísticos:

A crônica merece a atenção que lhe vem sendo dispensada ultimamente não só porque apresenta qualidades literárias apreciáveis, mas porque, e sobretudo, busca subtrair-se à fugacidade jornalística assumindo a perenidade do livro. Continuasse encerrada nos periódicos, não haveria como examiná-la: o tratamento crítico de um texto literário implica, via de regra, o livro. [...] E se porventura algum estudioso se abalança a vasculhar jornais empoeirados à cata de colaboração de um escritor, é em função de sua obra impressa em livro. [...] a crônica somente ganhou a consideração dos críticos e historiadores da literatura no instante em que, ultrapassando as barreiras de seu veículo original, conheceu a forma de livro. Decerto que subjacentemente se observa um círculo vicioso, pois o interesse dos leitores e críticos é que determina, em primeira instância, que os editores se aventurem a reunir em volume as crônicas mais aplaudidas. Mas, em segunda instância, concretizado o projeto do livro, é este que determina sistematizar a atenção antes episódica ou a serviço de “nobilitar” uma atividade digestiva, marcada pelo signo da pressa e da subjetividade. (MOISÉS, 2007 [1967], p. 106).

Verifiquemos que, para o aludido autor, a sobrevivência da crônica advinha de dois aspectos indispensáveis: um interno, relacionado à linguagem ou estilo, a partir do momento

que transcendesse o cotidiano, atingindo universalidade; outro, externo, ligado à suposta perenidade que seria adquirida quando transposta para o formato de livro.

O livro, na visão do ensaísta, seria o único caminho de salvação da crônica, pois a única possibilidade para a apreciação crítica do gênero. A permanência no jornal seria a decretação da morte da crônica.

Apesar de dar esta “saída” para a sobrevivência da crônica, logo em seguida, Massaud Moisés (2007 [1967]) levanta uma problemática: a de que mesmo em livro a crônica não se desvincularia de sua natureza jornalística. O que foi composto para a dinâmica de um periódico não pode ser de lá retirado sem prejuízo de seus sentidos ou singularidades.

Nessa perspectiva, dizemos que o crítico se depara com uma questão que só recentemente os estudos literários se deram conta de buscar resolver, a saber: tratar os escritos cronísticos em diálogo com a materialidade do jornal, entendendo que o mais importante nesse resgate não é a busca do *literário* na crônica oitocentista, mas precisamente do *jornalístico* que lhe é inerente.

Após reconhecer que a crônica pode ser literária ao se desprender da reportagem e se aproximar do conto ou da poesia, Massaud Moisés (2007 [1967], p. 119) enumera o que para ele são as características da crônica: ambiguidade, brevidade, subjetividade, diálogo, estilo entre oral e literário, temas do cotidiano, ausência do transcendente e efemeridade.

O desfecho do crítico, eis a ambiguidade que outrora mencionamos de seu posicionamento, é “melancólico” para a crônica, pois nem o formato do livro, que num primeiro momento parecia salvá-la do ostracismo, é capaz de impedir seu “envelhecimento e morte”:

A crônica destina-se ao consumo diário, como nenhuma outra obra que se pretenda literária. Fugaz como o jornal e a revista, mal resiste ao livro. Quando um escritor se decide a perpetuar os textos que espalhou no dia-a-dia jornalístico, inevitavelmente seleciona aqueles que sua autocrítica e a alheia lhe sugerem como os aptos a enfrentar o desafio do tempo. E por mais exigente que seja o seu paladar ou aguda sua percepção de valores, as crônicas eleitas geralmente perdem, cedo ou tarde, a batalha contra o envelhecimento. A própria instituição do livro, não sendo sua morada permanente, mas a eventual, parece um ataúde, florido e pomposo, mas ataúde. Admitamos, contudo, que o envoltório do livro funcione como unguento preservador de total decomposição, e lá teremos, ao fim de tudo, a mumificação, que significa uma enganosa e falsa vitória sobre o poder implacável das horas. Os livros de crônicas condenam-se à secção de obras raras ou de ínfima circulação: um cronista com veia de mestre, como Machado de Assis, se ressuscitasse em nossos dias, veria, entre cético e melancólico, que suas crônicas reunidas em volume não conhecem o milagre da reedição, ao invés de seus romances e contos, que proliferam em várias impressões. (MOISÉS, 2007 [1967]), p. 119).

Outro ensaio que ficou emblemático na apreciação do gênero crônica foi o de Antonio Candido, “A vida ao rés-do-chão” (1992 [1981]). Com a elegância que lhe foi peculiar em todas

as apreciações críticas, Antonio Candido parte do que a tradição legou sobre a crônica como um gênero secundário ou menor para, dessa suposta inferioridade, identificar significados mais profundos:

A crônica não é um “gênero maior”. Não se imagina uma literatura feita de grandes cronistas, que lhe dessem o brilho universal dos grandes romancistas, dramaturgos e poetas. Nem se pensaria em atribuir o Prêmio Nobel a um cronista, por melhor que fosse. Portanto, parece mesmo que a crônica é um gênero menor. Graças a Deus, – seria o caso de dizer, porque sendo assim ela fica perto de nós. E para muitos pode servir de caminho não apenas para vida, que ela serve de perto, mas para a literatura [...]. Por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo o dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural. Na sua despreensão, humaniza; e esta humanização lhe permite, como compensação sorrateira, recuperar com a outra mão uma certa profundidade de significado e um certo acabamento de forma, que de repente podem fazer dela uma inesperada embora discreta candidata à perfeição. (CANDIDO, 1992 [1981], p. 13-4).

É perceptível o tratamento dialético do crítico. Ao mesmo tempo em que acaba reforçando a visão historicamente difundida da crônica como um gênero menor, aproveita essa concepção para, por outro lado, reconhecer-lhe alguns méritos, ao ponto de colocá-la, inesperadamente, como “discreta candidata à perfeição”.

O foco da análise de Antonio Candido (1992 [1981]) recaiu muito sobre a questão da linguagem e da temática prosaicas. Além disso, voltou a mencionar a questão da efemeridade do jornal como algo decisivo para o caráter desprezioso dos cronistas:

Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas. Ela é amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas, – sobretudo porque quase sempre utiliza o humor. Isto acontece porque não tem pretensões a durar, uma vez que é filha do jornal e da era da máquina, onde tudo acaba tão depressa. Ela não foi feita originalmente para o livro, mas para essa publicação efêmera que se compra num dia seguinte é usada para embrulhar um par de sapatos ou forrar o chão da cozinha. Por se abrigar neste veículo transitório, o seu intuito não é o dos escritores que pensam em “ficar”, isto é, permanecer na lembrança e na admiração da posteridade; e a sua perspectiva não a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão. Por isso mesmo consegue quase sem querer transformar a literatura em algo íntimo com relação à vida de cada um [...]. (CANDIDO, 1992, p. 14).

Mais uma vez, dialeticamente, descreve a perspectiva do cronista “do simples rés-do-chão”, que, por um lado, tem um viés pejorativo, mas, por outro, é capaz de se aproximar intimamente da vida de cada um, o que seria meritório.

Traçando uma suposta evolução da crônica, Antonio Candido retoma o que tradicionalmente já vinha sendo dito e afirma mais uma vez a característica de “gênero brasileiro, pela naturalidade com que se aclimatou aqui e a originalidade com aqui se desenvolveu”, mudando o formato inicial do folhetim, “encurtando e ganhando certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância”, “largando cada vez mais a intenção de informar e comentar (deixada a outros tipos de jornalismo), para ficar sobretudo com a de divertir”. E completa: “creio que a fórmula moderna, onde entra um fato miúdo e um toque humorístico, com o seu *quantum satis* de poesia, representa o amadurecimento e o encontro mais puro da crônica consigo mesma” (CANDIDO, 1992, p. 15). Em seguida, afirma que “é importante insistir no papel da simplicidade, brevidade e graça próprias da crônica” (CANDIDO, 1992 [1981], p. 19).

A visão que se extrai das palavras do crítico, por mais que haja uma boa vontade para com o reconhecimento de aspectos positivos na crônica, é a de que se trata de um gênero simples, feito às pressas, despretensioso, sem uma maior elaboração literária.

Contrariando esta perspectiva, Chalhoub, Neves e Pereira (2005, p. 11-22) defendem que a crônica “não se trata de um gênero simples” e que é possível, nas séries cronísticas, por exemplo, reconhecer “uma elaboração narrativa”.

Entendemos que a crítica tradicional, via de regra, tratou a crônica de uma perspectiva evolutiva: antes do Oitocentos, histórica; nos anos 1900, híbrida, oscilando entre o fato cotidiano e vislumbres literários; no pós-Oitocentos, pelo menos para alguns, consolidada como um gênero literário, capaz de dialogar com a poesia, o conto, o ensaio..., ganhando transcendência ao superar a efemeridade do jornal. Desse modo, os escritos cronísticos oitocentistas foram encarados apenas como os primeiros passos da “moderna crônica brasileira”. E mesmo esta, muitas vezes, foi categorizada como um gênero menor.

A insistência da crítica na ideia da crônica como um gênero brasileiro, por mais questionável que seja, pode ter sido responsável pela sua sobrevivência, como adverte Marcus Soares (2014, p. 10): “a valorização da crônica salta de um extremo a outro: do quase desaparecimento em sua precariedade de gênero vinculado ao jornal à sobrevivência garantida pelo título de primeiro gênero genuinamente nacional”.

Tradicionalmente, verificamos que houve uma grande preocupação da crítica literária em definir a crônica, categorizá-la, apontar suas tipologias e, em alguns casos, tentar fechá-la numa definição. Parece ser um movimento natural dos estudos. Não escapamos a esta tentação. Mas, é bom lembrar o alerta de Margarida de Souza Neves (1995), que afirma que as respostas ao questionamento do que é a crônica

correm o risco de ser menos sugestivas que as perguntas que as motivam se enveredarem pelo perigoso e tentador caminho das definições e das classificações, sempre demasiado estreitas para abarcar a riqueza deste gênero polimórfico, tanto pela diversidade de suas concretizações no exercício constante e sempre renovado dos cronistas quanto pela variedade de suas metamorfoses no tempo. (NEVES, 1995, p. 17).

O próprio Eduardo Portella (1986), crítico sempre retomado nos estudos sobre a crônica, num arroubo de autorreflexão, citando seu consagrado texto “A cidade e a letra” (1977 [1958]), disse:

Ao começar a escrever sobre crônica (tenho um artigo no meu *Dimensões*), estava muito preocupado em saber o que era crônica. Ficava indagando se era um poema em prosa, um conto, uma história curta, um pequeno ensaio; e que hoje exatamente não estou nada preocupado em saber o que é a crônica, ou melhor, não estou preocupado em classificar a crônica. A partir daí, imagino ter havido, de minha parte, uma certa conquista crítica; consegui passar desse esforço classificatório para estabelecer com a crônica uma relação livre, logo, não sou a pessoa mais indicada para dizer exatamente o que é a crônica. A gente fala em torno da crônica, diz coisas mais ou menos acertadas, outras inteiramente “furadas”, mas classificar a crônica, aí já é um tipo de pretensão que eu realmente deixei de ter; e nem me sinto à vontade, nem sequer acho necessária, quer dizer, não faria nenhum esforço nesse sentido. (PORTELLA, 1986, p. 25).

Por fim, entendemos perfeitamente o lugar e o momento da fala dos críticos do século XX (CERTEAU, 1982 [1975]) e reconhecemos certas impossibilidades de eles avaliarem nosso objeto de estudo – a crônica oitocentista – da mesma forma que hoje é possível com toda uma mudança de paradigma metodológico e historiográfico advindo da História Cultural, bem como com uma melhor disponibilidade de fontes primárias, a partir da digitalização de jornais em algumas plataformas na internet, como a Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

2.1.3 Estudos contemporâneos

Vistas em linhas gerais as inclinações que tradicionalmente a crítica devotou à crônica, passemos para um dos estudos mais fecundos sobre o gênero do Oitocentos. Por apresentar uma perspectiva mais aproximada do tempo de aparecimento da crônica nos periódicos do século XIX e por levar em consideração os jornais não apenas como mero repositório do supostamente literário, Marlyse Meyer (1998 [1987]; 2005 [1996]) pode ser apontada como um divisor de águas nos estudos críticos sobre a crônica oitocentista.

São méritos da ensaísta o uso do jornal como fonte primária, na esteira de Barbosa Lima Sobrinho (1960), e a consequente percepção do que foi desenvolvido no espaço “vale-tudo” da seção intitulada Folhetim, bem como a realização de uma arqueologia do gênero.

Em dois trabalhos determinantes sobre os folhetins – o livro *Folhetim: uma história* (2005 [1996]) e o ensaio “Voláteis e versáteis: de variedades e folhetins se fez a chronica” (1998 [1987]), – a autora preencheu lacunas na crítica literária brasileira e elevou a discussão a um patamar que superou alguns anacronismos da crítica tradicional. Seu pioneirismo também diz respeito a uma ousadia acadêmica: debruçar-se sobre gêneros até então sempre chamados de inferiores. Referimo-nos ao romance-folhetim de enredos “rocambolescos” e, em certo sentido, à crônica do século XIX, aquela encravada na efemeridade dos jornais oitocentistas, de autores pouco lembrados, e sem a conotação de gênero literário que lhe foi atribuída *a posteriori*.

Como o enfoque da obra *Folhetim: uma história* (2005 [1996]) recaiu mais sobre as narrativas que se desenvolveram no rodapé dos jornais, importa-nos mais de perto as colocações da autora no ensaio “Voláteis e versáteis...”. Tal escrito foi publicado na coletânea *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*⁸, livro que contou com estudos de Antonio Candido *et al* (1992), também uma importante obra no percurso da crítica sobre os escritos cronísticos. Em seguida, foi novamente publicado na obra *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios* (1998 [1987]). Porém, como a própria Marlyse Meyer indica em *Caminhos do imaginário no Brasil* (1993), o referido artigo foi redigido “entre o Natal de 1986 e fins de janeiro de 1987, por encomenda da amiga e colega Nádia Gotlib, para um colóquio sobre a crônica [...], a partir de velhos cadernos de uma pesquisa que já vinha de 1967”, uma época em que a ensaísta iniciava seus estudos no periódico *Estação* a respeito de Machado de Assis (MEYER, 1993, p. 171).

O ensaio “Voláteis e versáteis...” se inicia retomando o escrito que se tornou paradigmático nos estudos sobre a crônica: “O folhetinista”, uma das crônicas da seção “Aquarelas”, de Machado de Assis, no jornal *O espelho*, publicada em 30 de outubro de 1859, apresentada no primeiro capítulo desta tese.

O escrito de Machado tornou-se um lugar-comum para todos os estudos sobre a crônica. Isto não sem razão. Apesar de os próprios folhetinistas do século XIX, como José de Alencar,

⁸ No livro *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, o referido artigo de Marlyse Meyer não está completo. Em nota na página 129 há a seguinte informação: “Por absoluta falta de espaço, deixou de ser publicada uma parte do texto referente a este subtítulo”. A parte suprimida referia-se ao subtítulo “O jornal joco-sério”.

já falarem da “novidade” jornalística que era o Folhetim, Machado de Assis dedica uma seção completa ao tema (os Folhetins-crônica, via de regra, tratavam de vários assuntos numa mesma seção do jornal), denotando a importância do assunto e entendendo sua realidade jornalística além do mero entretenimento.

Após transcrever a referida crônica do autor de *Dom Casmurro*, Marlyse Meyer (1998 [1987]) lança algumas ponderações a respeito do posicionamento do consagrado romancista. (O que não deixa de ser uma novidade em relação à crítica tradicional, que sempre endeusou com ou sem razão tudo o que o autor escreveu).

Em seu escrito, Machado de Assis “reclama” que, nos jornais brasileiros, o folhetinista “é todo parisiense” e “difícilmente se tem aclimatado entre nós”. É imperioso repetir suas palavras:

Em geral o folhetinista aqui é todo parisiense; torce-se a um estilo estranho, e esquece-se, nas suas divagações sobre o *boulevard* e *Café Tortoni*, de que está sobre um *macadam* lamacento e com uma grossa tenda lírica no meio de um deserto. Alguns vão até Paris estudar a parte fisiológica dos colegas de lá; é inútil dizer que degeneraram no físico como no moral. Força é dizê-lo: a cor nacional, em raríssimas exceções, tem tomado o folhetinista entre nós. Escrever folhetim e ficar brasileiro é na verdade difícil. Entretanto, como todas as dificuldades se aplanam, ele podia bem tomar mais cor local, mais feição americana. Faria assim menos mal à independência do espírito nacional, tão preso a essas imitações, a esses arremedos, a esse suicídio de originalidade e iniciativa. (ASSIS, 2009 [1859], p. 55 e 57-8).

Analisando as colocações de Machado de Assis nesta passagem e em outras da crônica, Marlyse Meyer (1998 [1987]) chega a dizer que as observações do autor sobre o folhetim/crônica ou sobre o folhetinista/cronista são um pouco vagas e ambíguas para, em seguida, lançar alguns pertinentes questionamentos:

Por brilhantes que sejam as considerações sobre a “nova entidade literária”, não deixa de ser vaga e ambígua a definição anunciada, e fica-se a matutar sobre o que seria esse folhetim cunhado por influência direta de Paris, e, em última instância, bastante desancado pelo jovem jornalista. Desconfia-se até um pouco: seria tão nova assim a “entidade”? Seria realmente o folhetinista local seria “todo parisiense”, tão torcido assim a um “estilo estranho”? E, perdendo-nos o aquarelista a ingênua pergunta: sob que rubrica alinharia ele suas próprias incursões em *O Espelho*? (MEYER, 1998 [1987], p. 112).

Marlyse Meyer (1998 [1987]) ainda insinua que era possível achar, no meio de tanta influência francesa, muita frutinha sabendo mais à terra local do que quer deixar parecer o jovem e desenvolvido jornalista” (MEYER, 1998 [1987], p. 113).

Nesta discussão, podemos chegar à seguinte observação: independentemente de serem generalizadoras ou não as palavras de Machado de Assis, é certo que ele deu uma contribuição aos escritos cronísticos brasileiros, também, nessa temática da brasilidade, pois uma das marcas que a crítica tradicionalmente atribuiu a crônica no país foi seu “abrasileiramento”. Marlyse Meyer (1998 [1987]) parece questionar apenas se a suposta aclimação ou não do gênero já estava acontecendo ao tempo do autor de *Quincas Borba*.

Levando em consideração os escritos cronísticos da *Gazeta da Parahyba*, que são apresentados no capítulo 4 desta tese, podemos assegurar que as crônicas do referido jornal paraibano, já estavam devidamente aclimatadas. Paris não era o foco de interesse das crônicas da *Gazeta*. E a linguagem, os temas e as referências espaciais são devidamente associados ao ambiente da cidade – a cidade da Parahyba do Norte, atual João Pessoa.

A segunda parte do ensaio de Marlyse Meyer (1998 [1987]) consiste nas explicações conceituais sobre o folhetim: o termo, seu lugar no jornal, seus formatos, tipos, finalidade e história, sua relação com a matriz francesa, bem como os títulos que recebeu. Afastando alguns equívocos, a ensaísta esclarece uma série de impropriedades aplicadas ao Folhetim e faz uma coerente arqueologia da crônica.

Enquanto a crítica tradicional optou pela busca do *literário* nos escritos publicados nos rodapés, Marlyse Meyer (1998 [1987]) direcionou seu olhar para as inúmeras possibilidades daquele “espaço vazio”, reconhecendo neste espaço, “o uso consagrado do aleatório, aberto a qualquer recheio, apelando tanto para o acontecido como para o imaginário, livre o conteúdo, como é livre e sem empostação a linguagem que o expressa” (MEYER, 1998 [1987], p. 126-7).

Na perseguição dos nomes (entre os quais Folhetim e Variedades) e gêneros que os rodapés receberam nos jornais, a ensaísta mostra-nos que, com o passar do tempo, o rodapé da primeira página consagrou-se com o título de Folhetim, recebendo os romances, e a rubrica Variedade, por sua vez, passou para o corpo interno do jornal, com “conteúdos vários, muita matéria traduzida, resenhas, folhetins literários e teatrais, crônicas anônimas, tratando com leveza assuntos cotidianos” (MEYER, 1998, p. 136-7).

Numa análise exaustiva dos folhetins do *Jornal do Commercio*, a autora vai mostrando as mudanças e alterações ocorridas no rodapé, nas Variedades, e indicando o aparecimento da crônica. Comenta o episódio lembrado por Brito Broca (1979) da saída de Francisco Otaviano do *Jornal*, a indicação frustrada de José de Alencar para seu lugar, a chegada que acabou não dando certo de Justiniano José da Rocha, o novo convite a Alencar e sua recusa, acompanhada da ironia do autor de *Iracema* ao cronista “vestido de fraque” do *Jornal do Commercio*.

Marlyse Meyer (1998 [1987]) lembra que o espaço do Folhetim era extremamente dinâmico, cabendo nele uma variedade de escritos e rótulos, mas sua importância é tanta que “ele recobre algo que constitui realmente a viga-mestra do jornalismo. Tanto é verdade, que nem o oficialíssimo *Diário Oficial* fundado em 1862 por D. Pedro II pode dispensá-lo” (MEYER, 1998 [1987], p. 141).

E é nesta mixórdia de possibilidades discursivas dos folhetins que aparece a crônica, sem dono, sem nome, acanhada ou envergonhada, nas palavras da autora:

E há os outros textos. Cães vadios, livres farejadores do cotidiano, batizados com outro nome vale-tudo: a crônica. Cães sem dono, também, pois são na maior parte anônimos ou assinados com iniciais. Envergonhados, quem sabe, de um escrito que não se enquadra propriamente num gênero, que é quase uma fala, coisa de casa, useira e vezeira, literatura de pé de chinelo. O que não é pejorativo: nessa categoria se enquadram os deliciosos escritos jornalísticos de Martins Pena, que abrem o caminho também neste ramo para o colega França Júnior: seus *Folhetins do Jornal do Commercio*, onde trata com tanta verve e familiaridade o que deveria ser elevado tema – o teatro lírico. “Escreve como o povo gosta”, diria Macedo [...] (MEYER, 1998 [1987], p. 154-55).

Entre os vários ganhos da pesquisa de Marlyse Meyer (1998 [1987]) estão as descobertas de escritos considerados precursores da crônica. Com o devido reconhecimento das pesquisas de Marcelo de Ipanema, a autora menciona escritos do início da década de 1920, versando sobre higiene, saúde, instrução pública, assinados por *Constitucional Imparcial* (desconhecido) e o *Carioca Constitucional* (Brásílio Ferreira Goulart) (MEYER, 1998 [1987], p. 171).

Na perseguição da história da crônica, a ensaísta deixou elementos determinantes para o estudo do gênero, reforçando a feição dos escritos cronísticos do século XIX, sem incorrer em anacronismos. Vale a pena repetirmos esta passagem:

De um modo geral, retomando esta arqueologia da crônica que estou tentando exumar na pista do folhetim, destes meus saltos colibriescos, de jornal em jornal, fica o sentimento de um tom leve, chistoso, descontraído, que percorre, naquele que venho chamando o espaço vazio do folhetim, aqueles escritos não explicitamente ficcionais. Melhor dizendo, aqueles que não manifestam intenção explícita de fazer literatura. E nem por isso (talvez por isso mesmo), esses textos, em que a liberdade de tom ponteia a liberdade de assunto, deixam de ser de agradável leitura; ultrapassam o mero relato ou informe jornalístico, compondo um vivo quadro de usos, situações, comportamentos, comentários do cotidiano, contrastante com o jeito canhestro – a falta de jeito – dos primeiros textos com veleidades literárias. (MEYER, 1998, p. 170).

Entendemos que o ensaio de Marlyse Meyer – “Voláteis e versáteis: de variedades e folhetins se fez a chronica” (1998 [1987]) – é decisivo para os estudos da crônica do século

XIX, entre outras razões porque, a partir de fontes primárias, a autora traçou uma história do gênero, trazendo à luz os elementos definidores dos escritos cronísticos oitocentistas.

Mais recentemente, Marcos Vinicius Nogueira Soares publicou *A crônica brasileira do século XIX: uma breve história* (2014). Buscando seguir à risca a afirmação de que a crônica é eminentemente um gênero jornalístico, este autor problematiza três afirmativas que se consagraram na crítica tradicional, mas que contêm sérios limites por serem proposições do século XX, mal consideradas no Oitocentos, a saber: que a crônica seria originalmente brasileira, que corresponderia a um gênero menor e que teria *status* de literatura. Apesar de serem questionamentos já trazidos por Marlyse Meyer (1998 [1987]), por exemplo, há ganhos na pesquisa do pesquisador, na medida em que reforça a contribuição para um olhar menos anacrônico sobre os escritos cronísticos dos anos 1800.

De fato, Marcos Soares (2014) desconstrói a tradição que sempre afirmou a crônica como um gênero brasileiro, literário e menor. Ele lembra que, apesar de ter contribuições originais para a modalidade, não significa que a versão brasileira da crônica implique necessariamente em um gênero novo (SOARES, 2014, p. 21-23). Além disso, boa parte dos cronistas do século XIX estava cônica da origem francesa do gênero, bem como de sua matriz jornalística (SOARES, 2014, p. 11).

Ao problematizar a ideia da crônica como um gênero brasileiro, Marcus Soares (2014) se contrapõe ao artigo de Paulo Rónai “Um gênero brasileiro: a crônica” (1978). Este autor se filia a uma tendência que se firmou na tradição crítica de indicar a crônica como um gênero do Brasil. Para ele, a crônica era urbana, carioca, facilmente reconhecida pelo brasileiro. Além disso, acreditava que se tratava de um gênero novo.

Marcus Vinicius Nogueira Soares (2014) revisita estas ideias, reconhecendo o caráter urbano, mas contestando o “carioquês” da crônica, afinal o “meio de comunicação” onde ela se insere, “revistas e jornais, principalmente diários”, tem como diretriz “o registro escrito do cotidiano da cidade, independente de qual seja” (SOARES, 2014, p. 21).

A ideia da crônica como um produto carioca foi perpetuado por vários estudos, entre os quais os contidos em *Cronistas do Rio*, livro organizado por Beatriz Resende (1995) e que conta com um ensaio da própria organizadora, intitulado “Rio de Janeiro, cidade da crônica”. Mas tal visão já havia sido gestada muito antes e já aparecia em Massaud Moisés (2007 [1967]), por ocasião de uma discussão sobre a nacionalização do gênero:

Se gaulesa na origem, a crônica naturalizou-se brasileira, ou melhor, carioca: é certo que há cronistas, e de mérito, em vários Estados onde a atividade jornalística manifesta vibração algo mais do que noticiosa, – mas também é verdade que, pelo

volume, constância e qualidade de seus cultores, a crônica parece um produto genuinamente carioca. E tal naturalização não se processou sem profunda metamorfose, que explica o entusiasmo com que alguns estudiosos defendem a cidadania brasileira da crônica: ao menos em relação à crônica dos nossos dias, tudo faz crer que raciocinam corretamente. De qualquer modo, a crônica tal qual se desenvolveu entre nós, parece não ter similar noutras literaturas, salvo por influência de nossos escritores (como na moderna literatura portuguesa). (MOISÉS, 2007, p. 103).

O fato de a crônica aparecer em primeiro lugar nos jornais do Rio de Janeiro gera essa ideia de maternidade carioca, que não deve ser confundida com a transferência de linguagem, estilo e temáticas fluminenses para o restante do país. O que se transfere de forma natural relaciona-se ao discurso jornalístico e às particularidades do folhetim-crônica. Reconhecemos a importância dos jornais do Rio de Janeiro sobre os jornais das províncias, como uma matriz, da mesma forma que os jornais franceses foram para os do Rio de Janeiro.

Porém, os periódicos paraibanos, maranhenses, sul-riograndenses e demais apresentaram suas peculiaridades, vinculadas aos temas e coloquialismos locais, ideologias e tendências políticas, próprios de cada jornal e cada região.

Ao se referir à questão da suposta brasilidade do gênero crônica, Marcus Soares (2014) mapeia a crítica tradicional, problematizando se houve uma nacionalização do gênero, como querem os críticos, na configuração da chamada “moderna crônica brasileira”.

Entendemos que Marcos Soares foi assertivo ao entrar na discussão, posicionando-se nos seguintes termos:

Os que defendem a tese da brasilidade da crônica o fazem em perspectiva histórica, afinal remetem a determinada configuração moderna do gênero, mesmo quando aceitam a precedência francesa do folhetim. [...] o suposto afastamento [da matriz francesa] e a nacionalização são apenas efeitos interpretativos de um processo que é, a nosso ver, estrutural, de configuração do gênero, isto é, a crônica, como forma gerada e gerida no interior das páginas dos periódicos, depende da adesão ao cotidiano do qual ela é relato ou comentário, proximidade sem a qual ela não encontra condições mínimas de realização [...].

Assim, não é que a crônica seja brasileira em sua origem ou que se tornou nacional com o passar dos anos; a atenção que ela dedica à conjuntura interna, local ou nacional, e que, para a maioria dos críticos aqui apresentados, só se manifestaria na formulação da moderna crônica, é a condição *sine qua non* de sua existência, correspondendo, assim, à sua própria funcionalidade, e como tal válida em qualquer latitude cultural. (SOARES, 2014, p. 35-6)

Isto significa que o olhar para a realidade local e o emprego de uma linguagem mais cotidiana não expressam necessariamente uma nacionalização do gênero, mas são elementos próprios dos escritos cronísticos. Elementos constitutivos, estruturantes, que independem do

lugar onde o escrito foi publicado. É condição primordial uma vinculação à cidade, à política local ou nacional, aos assuntos que fazem o cotidiano, tema por excelência do jornal.

Marcus Soares (2014) também rechaça a problemática ideia, difundida tradicionalmente, da crônica como um gênero menor, lembrando que é possível analisar a questão sobre outro prisma, procurando entender a designação “menor” fora do escalonamento hierárquico, como faz a música com suas obras em tom menor, sem prejuízo da qualidade, ou como fez a poética tradicional que designava de arte maior ou menor de acordo com a métrica dos versos (SOARES, 201, p. 41-3). Enfim, no máximo, admitir o termo *menor* apenas como uma referência ao tamanho da crônica, como um gênero breve, curto. Mas não no aspecto qualitativo.

A terceira e última afirmação associada à crônica (sobretudo, oitocentista), no sentido de caracterizá-la como um gênero literário, também tem seus problemas, nas palavras do historiador. E “se torna um incômodo problema a partir do momento em que seus produtos efêmeros ganham a forma sacralizada do livro, reivindicando, assim, o estatuto de obra literária, o que, para os detratores da crônica, contradiz a própria natureza do gênero” (SOARES, 2014, p. 55).

A saída da crônica dos jornais para o livro, quando por meio de uma coletânea se reúne os textos outrora publicados nos periódicos, suscitou uma série de questionamentos a respeito do valor literário desses escritos. Era como se a crônica reivindicasse um lugar no panteão da alta literatura. Por volta das décadas de 1950 e 1960, a crítica se deparou com várias publicações de livros de crônica (SOARES, 2014, p. 48-62). Detratores questionavam o caráter literário desses escritos reunidos. Alguns mais favoráveis, como Afrânio Coutinho (2003 [1955]), buscavam os elementos poéticos ou o diálogo com outros gêneros como forma de legitimação da crônica. E, nessa linha, aqueles que viam “transcendência” em crônicas que superavam a efemeridade do jornal enfeixadas em livro (PORTELA, 1958).

O fato é que a crônica oitocentista e mesmo a chamada moderna crônica brasileira sempre suscitou análises críticas a respeito de sua literariedade. Entretanto, nada na crônica oitocentista e em todo o contexto jornalístico de seu aparecimento reivindicava essa condição de obra de arte literária. Trata-se de uma noção extemporânea e que, portanto, não deve incidir na apreciação do gênero como aspecto inicialmente constitutivo.

Um dos méritos de Marcus Vinicius Nogueira Soares (2014) foi problematizar e afastar as noções de brasilidade, minoridade, literariedade e transcendência aplicadas à crônica, aspectos que apenas provocam um desvio no verdadeiro percurso a ser traçado para a compreensão dos escritos cronísticos.

Outra obra contemporânea que contempla estudos sobre a crônica, incluindo artigos sobre autores oitocentistas é *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil* (2005), volumoso livro organizado por Sidney Chalhoub, Margarida de Souza Neves e Leonardo Affonso de Miranda Pereira.

O livro está dividido em três partes: I. Crônicas em série; II. Crônicas no plural; e III. Crônicas singulares. Na primeira parte, constam estudos sobre séries cronísticas de Justiniano José da Rocha, Machado de Assis, Leo Pardo, Lima Barreto, Coelho Neto, Câmara Cascudo e Graciliano Ramos. Na segunda, outros estudos são trazidos de autores de meados do século XIX e outros da primeira metade do XX: Machado de Assis, novamente; Francisco Corrêa Vasques; Bastos Tigre; e José Lins do Rego. Por fim, a coletânea se encerra analisando “textos que sem serem crônicas cumprem uma função análoga. Desenhos, cartas, sambas e relatos orais” (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 19-20).

Esta coletânea de ensaios representa novos olhares sobre as crônicas de alguns autores em particular. Mas a apresentação do livro, assinada pelos três organizadores, traz a dimensão dos estudos que a seguem e aponta elementos significativos e não anacrônicos da crônica oitocentista. No primeiro capítulo desta tese, analisamos algumas dessas observações. Retomamos no que achamos necessário reforçar.

Chalhoub, Neves e Pereira (2005, p. 11) partem do imprescindível lugar-comum – as considerações de Machado de Assis sobre o Folhetim-crônica –, mas, no final, ampliam a discussão sobre a crônica no Oitocentos, rompendo com concepções extemporâneas historicamente difundidas.

A partir de Machado de Assis, os autores lembram o que o Velho Bruxo deixou como marcas da crônica:

1. trata de “cousas ínfimas”;
2. gênero que é “coetâneo das primeiras duas vizinhas”;
3. surgiu ao acaso, da espontaneidade de uma conversa, tendo como uma das primeiras características a leveza;
4. trata de temas diversos, alinhavados pela arte das transições, fazendo dos pequenos acontecimentos sua matéria-prima;
5. presa aos assuntos do dia, efêmera, sem pretensões à perenidade;
6. aborda “cousas doces, leves, sem sangue nem lágrimas”.

Os elementos apontados por Machado de Assis (2009 [1876-1878]) e outros por José de Alencar (2004 [1854]), quando afirmava que seus escritos eram feitos “ao correr da pena”,

supostamente legaram a ideia da crônica como um gênero menor, desprezioso, feito às pressas, sem qualidade.

Entretanto, um olhar mais global sobre o que os dois autores, de fato, escreveram, mostra que eles, apesar de usarem, muitas vezes, imagens jocosas sobre a escrita folhetinesca, reconheceram dimensões nem sempre lembradas pelos detratores da crônica.

A tese dos pesquisadores é que a simplicidade da crônica é apenas aparente. A leveza do estilo e a temática das coisas miúdas não deixam transparecer a presença de “uma elaboração narrativa” que se configura nos escritos em série, mesmo em textos distintos em sua ocasião de escrita e assuntos diferentes.

Um ganho importante desse estudo, a nosso ver, é a sugestão das seguintes características dos escritos cronísticos: “a cumplicidade construída entre o autor e o público, quanto aos temas e questões a serem discutidos”; o “caráter de intervenção na realidade”; “uma série de mediações e filtros singulares” entre autor e leitor; “indeterminação”; e “estreita ligação com a imprensa” (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 13-18). Tais aspectos foram explicados no final do capítulo 1.

Apesar de ser uma caracterização que tenta dar conta dos elementos constitutivos da crônica, os autores são conscientes de que não se trata de uma definição universal do gênero:

Ressalte-se, porém, que, se tais características podem ser frequentemente notadas na produção cronística brasileira da segunda metade do século XIX e da primeira do século XX, nem por isso consistem em uma definição universal do gênero. [...] Ao invés de conceituar a crônica de modo unívoco, cabe enfrentar a sua especificidade, em um procedimento que radicalize a busca de sua historicidade, ao mesmo tempo em que se mostre atento aos complexos mecanismos narrativos que a constituem. (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 19).

Em linhas gerais, este é o estado da arte nos estudos sobre o gênero *crônica*. Cumprimos um percurso histórico iniciando com as considerações dos *críticos precursores*, aqui representados por Sílvio Romero (1980 [1888]) e José Veríssimo (1904; 1907; 1915). Discorreremos a respeito do tratamento dado à crônica pela *crítica tradicional*, exemplificada pelos estudos de Afrânio Coutinho (2003 [1955]), Brito Broca (1979), Massaud Moisés (2007 [1967]) e Antonio Candido (1992 [1981]). Por fim, consideramos os estudos contemporâneos, reconhecendo a obra de Marlyse Meyer (1998 [1987]) como divisor de águas.

No universo de estudos sobre a crônica, a crônica do século XIX é melhor compreendida quando se leva em consideração as fontes primárias e as práticas discursivas do jornalismo oitocentista. Mesmo respeitando o lugar social (CERTEAU, 1982 [1975]) de cada momento da crítica literária, não se pode deixar de constatar que houve um apagamento dos escritos

cronísticos oitocentistas. Sobretudo nos estudos da metade do século XX, com a *crítica tradicional*, a crônica do Oitocentos perdeu sua identidade porque ficou restrita a ser considerada escritos sem valor literário. Aplicou-se critérios estéticos para escritos que não devem ser avaliados sob esta ótica. A crônica oitocentista foi “desmaterializada”, pois seu suporte material – o jornal – foi esquecido e menosprezado (LUCA, 2011).

2.2 – A crônica do século XIX na historiografia e crítica literária paraibana

Duas perguntas norteiam a discussão nesse ponto do trabalho: o que se tem de produção sobre a história da literatura paraibana? E, o que se tem, dentro desta história, sobre a crônica oitocentista na Paraíba?

A primeira constatação é a de um déficit de obras sobre a história da literatura no estado. Esforços foram empreendidos para suprir as lacunas e deram passos importantes, mas, tomando como verdadeiras as palavras de Idelette Fonseca dos Santos (1989), os próprios pesquisadores reconhecem a “falta de um instrumento preciso e completo sobre a literatura feita na Paraíba” (SANTOS, 1989, p. 13). Estas palavras foram ditas há quase 30 anos. Constata-se um avanço na crítica literária na voz solitária de Hildeberto Barbosa Filho (1985; 1996; 1999; 2001; 2003; 2005), mas no âmbito da historiografia as referências continuam as mesmas da época em que foi feita a constatação de Idelette Santos (1989), exemplificadas nos esforços de João Lelis de Luna Freire (1953) e Gemy Candido (1983).

Com o livro intitulado *Maiores e menores*, João Lelis de Luna Freire (1953) reivindicou uma “autonomia intelectual da província”, apontando que “tudo quanto se historiou sob o rótulo de ‘nacional’ ou ‘brasileira’, no plano literário, até hoje, não está representando a realidade existente no nosso território. Há um desconhecimento do homem e da terra provincianos por parte dos ‘historiadores’ da nossa literatura” (FREIRE, 1953, p. 5).

Integrado ao lugar social (CERTEAU, 1982 [1975]) de membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, o autor entendia que as “matrizes legítimas” e “autênticas origens da nossa constituição literária” encontram-se no local, na província (FREIRE, 1953, p. 6).

A primeira parte de seu livro reivindica esse olhar, argumentando que o nacional só se faz a partir da reunião dos fragmentos locais. “O estudo tanto quanto possível extensional e profundo dos núcleos provincianos é o que nos possibilitará conseguir a imagem fiel da literatura brasileira” (FREIRE, 1953, p. 41). Ao lado desta reivindicação, o autor vai tecendo, em tom elogioso, uma série de considerações sobre as funções da literatura.

No aspecto mais analítico, o historiador vai, aos poucos, trazendo à luz suas considerações sobre a poesia e a prosa, chegando a afirmar que, no período após a Primeira Grande Guerra, a poesia sentiu, com pouca diferença de tempo, os abalos do movimento modernista, mas a prosa ficou “em atraso sensível e do qual bem pouco se recuperou até hoje” (FREIRE, 1953, p. 24).

A imagem criada pelo historiador aponta na direção da existência de uma poesia revitalizada pelo modernismo e uma prosa pouco desenvolvida. Não entrando no mérito de sua assertiva quanto à poesia, percebe-se que o autor quer enfatizar uma discrepância, de modo os escritos em prosa não seriam significativos. Logo, os jornais não eram considerados sequer como repositórios de escritos literários.

Na segunda parte da obra, João Lelis de Luna Freire (1953) passa a historiar a literatura paraibana, começando com um capítulo sobre os poetas. No capítulo seguinte, inicia as considerações sobre a prosa. E vai alternando capítulos sobre os dois gêneros.

Buscando as origens da prosa paraibana, o autor revisita o século XVI e coloca como marco inicial o “Relatório” do padre jesuíta Jerônimo Machado, redigido em 1583:

Daquela época remotíssima, é certo, pouco ficou a colher.

E das décadas seguintes, até muito perto dos nossos tempos, só temos que recorrer ao concurso dos documentos oficiais que, indiscutivelmente, se ainda existirem com a continuidade necessária, dormitam nos longínquos arquivos da Ibéria e dos Países Baixos.

Mas, literariamente, nada se registra além da contribuição funcional dos dirigentes naqueles dias penumbrosos, insofismavelmente deslembados eles de contribuir, sob outros prismas, para firmar o início de uma literatura.

[...]

A prosa, partindo daquele lendário documento, se a tanto se pode retroagir numa demarcação neste setor da nossa cultura escrita, ficou, como já disse, até bem próximo da era presente nos remançosos arquivos da vida brasileira alcançando sem fixação nem firmeza, a segunda metade do século passado [XIX].

As mensagens dos presidentes da província, as leis orçamentárias cuja divulgação sistemática começou em 1835, e os esqualidos e retorcidos relatórios da administração, constituem a mais volumosa contribuição às letras desse tempo, adstrita aos limites objetivos do serviço público de que podemos dar notícia com referência a um período mais recuado. (FREIRE, 1953, p. 59-60).

A ida às origens empreendida por Luna Freire (1953) retorna até o *Sumário das Armadas*, considerado a certidão de nascimento da Paraíba. Mas as palavras do historiador são colocadas para reforçar que o “literário” que existia na prosa paraibana, na verdade, eram os documentos oficiais, mensagens dos presidentes das províncias, relatórios da administração etc.

Das observações do historiador, duas coisas, entre outras, podem ser destacadas: em sua ótica, até o final do século XIX, não se reconhecia uma prosa literária paraibana. E, em segundo

lugar, como decorrência desse não reconhecimento, não se levava em conta o jornal como veículo do literário.

Nesse sentido, nossa tese se reveste de importância, pois há lacunas a serem preenchidas na história da literatura paraibana. Nosso trabalho vai poder contribuir, trazendo à tona escritos da prosa, por meio de crônicas, do Oitocentos, presentes na *Gazeta da Parahyba*.

Maiores e menores (1953) identifica um número abastado de poetas. Vários capítulos são dedicados a eles, mostrando que a literatura paraibana, ao menos até o instante do escrito do historiador e segundo sua visão, foi fecunda na poesia e pobre na prosa. O livro também dedica algumas passagens a outros gêneros ou áreas: a crítica, a oratória, o folclore, a política e o jornalismo, citando muito pontualmente o teatro.

No que diz respeito especificamente à prosa, na busca de referências à crônica, poucas são as referências, as quais enumeramos a seguir.

Um das épocas mais festejadas da literatura paraibana costuma ser relacionada ao período do governo de Solon de Lucena (1920-1924). Segundo o historiador, um entusiasta das letras. Não se menciona razões históricas, como a possível repercussão modernista neste período ou outros motivos, exalta-se tão somente a figura do administrador.

Nas palavras de João Lelis de Luna Freire (1953), no período de Solon de Lucena houve incentivo cultural, resultando no aparecimento de nomes ligados à poesia e à prosa. Esta, com destaque para Ademar Victor de Menezes Vidal, Aderbal Piragibe de Oliveira e Orris Fernandes Barbosa (FREIRE, 1953, p. 72). O autor não desenvolve estas observações, mas os escritores mencionados são colocados como responsáveis pela presença de uma literatura em prosa a partir da década de 1920.

O suposto reaparecimento da prosa apenas nesta década reforça que houve um apagamento historiográfico, não só da crônica, mas da prosa literária paraibana do século XIX. Se estivessem corretas as palavras de Luna Freire (1953) a esse respeito, não teria havido literatura em prosa na Paraíba do Oitocentos. *Data maxima venia*, entretanto, o estudo empreendido pela nossa pesquisa na *Gazeta da Parahyba* restaura a condição esquecida da prosa paraibana oitocentista, ao apontar, no capítulo 4, uma diversidade de escritos cronísticos, por meio de crônicas semanais, diárias e unitárias, insinuando uma realidade literária no ambiente dos jornais do Oitocentos.

Uma das últimas referências do historiador à prosa paraibana é no sentido de afirmar que ela começava, na primeira metade do século XX, a tomar uma feição própria (FREIRE, 1953, p. 128). Mas o seu arremate foi nesses termos: “Nenhuma literatura em que trabalharam

prosadores eminentes conseguiu ser tão fragmentária, tão esparsa e tão descontinuada como a que chamamos a nossa literatura, isto é, a literatura paraibana” (FREIRE, 1953, p. 141).

Como se depreende destas palavras, o historiador, do seu campo de visão e pesquisa, seguiu os pressupostos de seu lugar social não associando o jornalismo do século XIX à literatura, este envolvimento tão marcado nas práticas discursivas dos periódicos (BARBOSA, 2007).

Luna Freire (1953) teve, de alguma forma, acesso ao periodismo do final do século XIX. Em capítulo que reserva ao jornalismo paraibano (1953, p. 115-121), o historiador enaltece os fundadores da *Gazeta da Parahyba*, Eugenio Toscano de Brito e Arthur Achilles, reconhece o jornal como uma das significativas contribuições à inteligência paraibana e ao desenvolvimento da imprensa na província/estado, mas em nenhum momento entendeu a produção interna do jornal como efetiva contribuição à literatura da Paraíba.

A *História crítica da literatura paraibana*, de Gemy Cândido (1983), por sua vez, foi lançada 30 anos após o livro de João Lelis de Luna Freire (1953). O livro de Gemy Cândido (1983) reivindicava um novo olhar sobre a história literária na Paraíba, pois, em sua visão, os livros até então apresentavam uma literatura sem obras, visto que preocupados mais com o aspecto biográfico do que com as ideias: “A nossa literatura é assim uma literatura sem obras, mas rica de literatos” (CÂNDIDO, 1983, p. 13).

O discurso de Gemy Cândido (1983) é marcado por uma virulência. A introdução de sua obra é uma avaliação negativa sobre a literatura paraibana (o termo *crítica* do título de seu livro tem essa conotação), apontando que há um discurso elogioso e corporativo dos “Institutos” e “Academias” em que se ressalta mais a personalidade, por meio de um tom panegírico, que as ideias, o espírito criativo e as possíveis obras dos escritores.

Os equívocos do historiador se acentuam no momento em que delimita um espaço temporal da existência da literatura na Paraíba a uma época de 100 anos: “a literatura paraibana se fez ao longo dos últimos cem anos. Antes não se tem notícia de qualquer manifestação que se possa chamar de literária. Nem havia ambiente para tal. Nem iniciativas de importância” (CÂNDIDO, 1983, p. 14).

A concepção assumida elimina rigorosamente o jornal da história da literatura, deixando de compreender que a existência do *literário* no Oitocentos era totalmente imbricada ao jornalismo: “As múltiplas atividades a que se entregavam os nossos escritores, com passagem obrigatório (sic) pelo jornalismo, caminho seguro e certo de êxito pessoal, não deixavam lugar para o exercício literário livre e autônomo” (CÂNDIDO, 1983, p. 15).

Gemy Cândido (1983) revela uma concepção de literatura associada ao que chama de “livre exercício”, afirmando categoricamente que essa suposta liberdade não era possível porque o exercício jornalístico não permitia. Completando o quadro, o olhar do historiador apagou a vida literária do Oitocentos:

Nessa atmosfera de apatia generalizada permanecemos até pelo menos 1920, quando uma nova era de progresso intelectual, e, sobretudo, de afirmação literária, começa a surgir, em especial depois que José Américo de Almeida e José Lins do Rego aparecem em romance, e que mesmo assim são valores isolados que se fizeram por si graças a um conjunto de circunstâncias favoráveis [...] (CÂNDIDO, 1983, p. 15).

A crítica do autor relaciona-se ao fato de, na interpretação dele, só haver “evoluções autônomas” na literatura paraibana, pontuadas esporadicamente na figura de “gênios”. Percebe-se na escrita do crítico, uma compreensão questionável de que o ambiente social era marcado por ignorância e acanhamento.

É em oposição a interpretações como essa que nossa tese se apresenta. No atual estágio da pesquisa historiográfica, não se pode mais apagar a vida cultural que circulava no ambiente do jornalismo oitocentista.

Os pressupostos assumidos por Gemy Cândido (1983), vinculados à tendência da crítica literária brasileira de meados do século XX, que elegiam o critério “artístico-literário” como único meio de se aproximar dos escritos, impediram-no de se movimentar em direção aos jornais e ao Oitocentos.

Os historiadores da literatura paraibana, Gemy Cândido (1983) e João Lelis de Luna Freire (1953), convergiram em, pelo menos, dois pontos: entendiam que só se pode falar em literatura propriamente a partir de 1920. Foram convergentes também na forma como concebiam a historiografia literária, a saber: listando os nomes de autores e obras que, segundo seus critérios, podiam figurar numa lista canônica.

As obras de João Lelis de Luna Freire (1953) e Gemy Cândido (1983) são esforços historiográficos para se entender a produção literária paraibana dentro de uma cronologia e de uma perspectiva panorâmica. Existem, entretanto, outros livros com propostas diferentes que também representam esforços na tentativa de evidenciar a produção literária do estado: *A literatura na Paraíba: ontem e hoje* (1989) e uma antologia de *Autores paraibanos: prosa*, organizada por Ângela Bezerra de Castro *et al* (2005).

A literatura na Paraíba ontem e hoje (1989), organizada por Idelette Fonseca dos Santos é uma reunião de ensaios, conferências e mesas-redondas, resultados de um Curso de Introdução à Literatura Paraibana oferecido pela Fundação Casa de José Américo no ano de

1983. As conferências priorizaram nomes considerados consagrados da literatura paraibana: Monteiro da Franca, um dos primeiros poetas; Carlos Dias Fernandes; Augusto dos Anjos; José Américo de Almeida; José Lins do Rego; Ariano Suassuna e Paulo Pontes.

Sobre a crônica especificamente há apenas a transcrição de uma mesa-redonda, intitulada “Crônica e jornalismo literário”, coordenada por Francisco José Gomes (Chico Viana), com a participação de Severino Ramos, Hildeberto Barbosa Filho, Moema Selma D’Andréa e Vilson Brunel Meller.

As discussões giraram em torno da crônica como gênero, alguns de seus possíveis aspectos discursivos: lirismo, humor..., tendo como enfoque à produção contemporânea à época do debate.

Em outra direção, como projeto de caráter didático, visando levar às escolas da Paraíba a literatura produzida no estado, a coletânea *Autores paraibanos: prosa* (2005) foi organizada, por Ângela Bezerra de Castro *et al.*,

No livro, são listados 57 autores, entre romancistas, contistas, cronistas e jornalistas em geral, fazendo-se um pequeno perfil biobibliográfico de cada um, além da apresentação de passagens fragmentadas de romance e contos.

A coletânea, apesar de ter um caráter de antologia e intenções escolares, contribui para a história da literatura na Paraíba, na medida em que faz um levantamento abrangente dos escritores da prosa paraibana, desde autores nascidos nas décadas de 1870 e 1880 até escritores que estavam na ativa no início do século XXI.

Dos mais de 50 autores mencionados, cerca de 20 são colocados como cronistas, comprovando que há uma tradição de cronistas, sobretudo na segunda metade do século XX na Paraíba. Para os propósitos de nossa pesquisa, entretanto, são dignas de nota as referências aos autores: Coriolano de Medeiros (1875-1974), José Vieira (1880-1948) e José Américo de Almeida (1887-1980). Nascidos em fins do Oitocentos, escreveram em jornais e revistas, cultivando a crônica.

A figura de José Américo de Almeida alcançou destaque na esfera política, em razão de altos cargos públicos assumidos em sua trajetória de vida. No campo intelectual, notabilizou-se, entre outras obras, com *A Paraíba e seus problemas* (1980 [1923]) e com *A bagaceira* (1928), romance que é considerado nacionalmente como marco do modernismo regionalista da prosa de 30.

O José Américo de Almeida cronista, por sua vez, é um campo de pesquisa a ser explorado. Encontramos, em fonte primária, na *Revista Era Nova*, no início dos anos 1920, escritos cronísticos do autor e de outros jornalistas que passaram despercebidos pela

historiografia escrita por João Lelis Luna Freire (1953) e Gemy Cândido (1983). Suspeitamos que esta ausência se deve ao fato de o suporte material dos escritos ser o periódico – uma revista – e não o objeto tradicionalmente sacralizado do livro.

Na edição de 1º de maio de 1921, da *Revista Era Nova*, por exemplo, José Américo de Almeida assina o escrito “O morto-vivo”, em suas palavras, uma crônica fúnebre. Também há uma seção cronística intitulada “De passagem...”, assinada por Gil, que não conseguimos identificar a autoria. Há, ainda, outro escrito cronístico, “Viagens ao redor de mim”, assinado por X. Demestre. Enfim, neste exemplar e em outros, A *Revista Era Nova* mostrou uma vitalidade literária, incluindo colaboração de José Lins do Rego, textos sobre jornais paraibanos, crônicas, poemas, artigos etc. É um exemplo da existência de uma literatura cultivada no ambiente dos periódicos.

Coriolano de Medeiros, outro cronista apresentado na coletânea *Autores paraibanos: prosa* (2005) é um dos nomes de grande participação no cenário jornalístico-literário. Podemos enumerá-lo numa lista de cronistas paraibanos da passagem do século XIX para o XX.

A despeito da relevância literária de Coriolano de Medeiros, João Lelis de Luna Freire (1953), na sua inclinação de buscar apenas autores que tivessem um matiz “regionalista”, no sentido de expressar a “cor local”, reconhece no jornalista contribuições no campo da pesquisa histórica e de um “paraibanismo” (FREIRE, 1953, p. 102), mas não faz desdobramentos da informação de que estas contribuições vão do *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* ao romance *Manáíra*. O historiador ampliaria significativamente seu resgate histórico se voltasse os olhos ao livro de crônicas *O Tambiá de minha infância* (1994 [1942]), uma das evidências da crônica paraibana na primeira metade do século XX.

Quem efetivamente não deixou que acontecesse um apagamento completo da crônica paraibana da passagem do Oitocentos ao século XX, foi Eduardo Martins (1975), umas das referências na historiografia da imprensa paraibana (MARTINS, 1976; 1978; 1979).

Sua obra *Coriolano de Medeiros: notícia biobibliográfica* (1975) é uma efetiva contribuição à história e à produção de Coriolano de Medeiros. São apresentados dados detalhados sobre a vida e a obra do acadêmico que transitou por vários caminhos da inteligência paraibana, incluindo a crônica.

Eduardo Martins (1975) enumera exaustivamente a produção do autor e revela pseudônimos utilizados, publicações e órgãos que ele dirigiu, depoimentos, folhetins... E, além das obras de cunho histórico, destaca Coriolano de Medeiros como o autor dos livros de crônicas: *O Tambiá da minha infância* (1942) e *Sampaio* (1958), que são memórias que

remontam ao século XIX, no primeiro caso, e à representação de um tipo boêmio e espirituoso, no segundo.

Na pesquisa de Eduardo Martins (1975), muitos escritos de Coriolano de Medeiros, esparsos em jornais e revistas, associados à história e à literatura autobiográfica, são citados. Na lista, é possível encontrar sonetos, poemas em prosa, cartas, muitos textos sem identificação de gênero, crônicas e folhetins.

Com o título de Folhetim, sob o pseudônimo de Libório de Assumpção, são citados oito escritos entre 25 de fevereiro de 1900 e 24 de junho do mesmo ano, no periódico “O Commercio”. Sob o título de Chronica, o mesmo pseudônimo assina texto em 2 de março de 1904. E seguindo a mesma tradição das crônicas semanais, Coriolano de Medeiros assina 6 vezes a seção “Aos domingos”, no mesmo “O Commercio”, entre os dias 24 de abril e 2 de outubro de 1904 (MARTINS, 1975, p. 22-24). Consta, ainda, na pesquisa, que Coriolano de Medeiros colaborou em periódicos desde 1894 (MARTINS, 1975, p. 43).

A contribuição de nossa pesquisa se irmana às contribuições de Eduardo Martins (1975), se não no mesmo sentido de *notícia biobibliográfica*, isto é, de elaboração de uma lista de escritos de um autor, mas por não deixarmos em esquecimento expressões da vida intelectual paraibana que, em jornais, fizeram circular também a vida literária.

Os exemplares de *O commercio* citados por Eduardo Martins (1975) com os folhetins e a crônica semanal do autor não estão disponíveis no site da Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, e não correspondem aos exemplares que constam no site do Projeto Jornais e Folhetins da Paraíba no século 19, fontes de nossa pesquisa.

No campo da crítica literária, especificamente, as contribuições à história e ao ensaísmo da literatura paraibana se expressam na vasta produção de Hildeberto Barbosa Filho. Entre tantos livros de poesia e crônica, o autor também se destaca com uma produção crítico-ensaística: *A convivência crítica: ensaios sobre a produção literária da Paraíba* (1985); *Os desenredos da criação: livros e autores paraibanos* (1996); *As ciladas da escrita: aspectos da literatura na Paraíba* (1999); *Arrecifes e lajedos: breve itinerário da poesia na Paraíba* (2001); *Vocábulos e veredas: tópicos de literatura paraibana* (2003); e *Os labirintos do discurso: expressões literárias da Paraíba* (2005).

O número de ensaios do referido crítico literário voltado à produção poética acompanha o entendimento da historiografia de João Lelis de Luna Freire (1953): a compreensão de que a produção poética paraibana é bem mais abundante que a da prosa. Os parecem defender esta conclusão considerando a produção em livros.

Um dos ganhos da produção de Hildeberto Barbosa Filho é o fato de mudar o enfoque da mera enumeração de autores e livros que a história da literatura paraibana priorizou, para acentuar a apreciação crítica. Com ele, se consolida uma crítica literária paraibana.

No filtro metodológico a que somos inclinados a fazer, dos cinco livros citados, não faremos maiores comentários sobre *Arrecifes e lajedos* (2001), por se tratar de um itinerário exclusivo da poesia paraibana.

A convivência crítica: ensaios sobre a produção literária da Paraíba (1985) é um livro de amplo espectro, mas também voltado para a análise principalmente de obras poéticas. É composto de quatro partes: “A convivência dispersa”; “A convivência intrínseca”; “A convivência lúdica”; e “A convivência efêmera”. Em cada uma delas, estão presentes pequenos ensaios, cobrindo épocas, tendências e análises específicas de obras e autores, recaindo o olhar principalmente sobre a produção contemporânea.

Na primeira parte do livro, ao propor uma periodização para a história da literatura paraibana, Hildeberto Barbosa Filho (1985) sugere as seguintes fases:

- 1º) de “1854, com a publicação de *Vida e poesia*, de Monteiro da Franca, até 1930, tendo na década de 20 seu momento áureo em função notadamente da gestão de Solon de Lucena e da aglutinação artística em torno da figura de Carlos Dias Fernandes” (BARBOSA FILHO, 1985, p. 17);
- 2º) de 1930 até a década de 50, caracterizado “por um visível declínio qualitativo da produção” (BARBOSA FILHO, 1985, p. 17);
- 3º) “marcado pelo espírito de renovação, sobretudo no âmbito do discurso poético, envolvendo a *Geração 59*, o *Grupo Sanhauá* e o *Grupo Caravela*, nos fins dos anos 50 e em toda década de 60” (BARBOSA FILHO, 1985, p. 18);
- 4º) o momento atual, ainda indefinido, mas que teria como marco inicial a nova fase do *Correio das Artes*, em meados da década de 1970 (BARBOSA FILHO, 1985, p. 18).

Nesta proposta, é visível a demarcação de um início para a literatura na Paraíba, situado em 1958 em função da publicação de uma obra de poesia. Mas nessa fase inicial, salta-se de 1854 para a década de 1920, lembrando a tendência dos historiadores da literatura paraibana, João Lelis de Luna Freire (1953) e Gemy Cândido (1983), de conceber vida literária apenas a partir daquela década.

Em *Os desenredos da criação* (1996), por sua vez, já é possível perceber um equilíbrio de forças entre os ensaios, que estão catalogados de acordo com o gênero: prosadores, poetas e críticos. Sobre livros de crônicas, especificamente contemporâneas, estão presentes as seguintes análises, intituladas: “Carlos Romero e a paixão das coisas simples”; “Gonzaga: de crônica e crônica se faz o escritor”; e “Severino Ramos entre a memória e a poesia”. Este último, não necessariamente sobre uma obra cronística, mas sobre uma “prosa literária”, um “texto bipolar”, nas palavras do próprio crítico.

No aludido primeiro ensaio, Hildeberto Barbosa Filho (1996) se debruça sobre o livro *A dança do tempo* (1985), de Carlos Romero, e saúda o retorno de alguns cronistas aos jornais de seu tempo. É digno de nota a referência que é feita a uma tradição da crônica paraibana da metade do século XX, na figuras de autores como José Américo de Almeida, Perilo D’Oliveira, Ascendino Leite, José Lins do Rego, Juarez da Gama Batista e Virginius da Gama e Melo.

Apenas com esta enumeração, o crítico dimensiona uma tradição do gênero crônica no estado e uma continuidade, na visão dele, qualificada. Trata-se de um pequeno inventário, mas que sugere “fertilidade”, para usar uma palavra do próprio ensaísta.

Em seguida, Barbosa Filho (1996) reconhece que houve “subestimação do gênero” por parte de muitos “sabidões”:

A crônica, ao longo da sua história e afirmação estética, tem sido considerada, não por pouco sabidões, um gênero menor, um reservatório ambíguo que aconchega as marcas do conto ou do ensaio leve, ou do comentário livre e das meras confissões. Contribui ainda para este tipo de subestimação do gênero a sua natureza efêmera, aprisionada na fragmentação diagramática e passageira de uma página de jornal. No entanto, nos perguntamos: não haverá exagero ou leviandade na sacola destes argumentos? Sua ambiguidade e periodicidade não a tornam, em hipótese nenhuma, um gênero secundário. Mesmo juntando fronteiras, em algumas situações, com o conto, ela, a crônica, mantém sua particularidade, a sua independência e autonomia. (BARBOSA FILHO, 1996, p.80).

O crítico paraibano entendeu perfeitamente os descaminhos que a crítica literária brasileira trilhou no tratamento dado à crônica por muito tempo e acostou-se às tendências que reconhecem a crônica como um gênero autônomo e independente. Estas palavras, palavras entretanto, insinuam autonomia estética que só pode ser aplicada à crônica literária moderna.

Em *As ciladas da escrita* (1999), Hildeberto Barbosa Filho dá continuidade ao que chama de “exercício permanente de crítica literária” iniciado com *A convivência crítica* (1985) e *Os desenredos da criação* (1996). Novamente, divide seu livro em partes que contemplam a crítica, a ficção e a poesia. Diferentemente da obra anterior, entretanto, em *As ciladas...* não há apreciação de livros de crônicas.

Em *Vocábulos e veredas: tópicos de literatura paraibana*, o cronista Coriolano de Medeiros de *O Tambiá da minha infância* (1942) e *Sampaio* (1955) é recepcionado com um pequeno ensaio. Hildeberto Barbosa Filho (2003), nesse sentido, contribui para o registro de obras cronísticas nessa trajetória da história da literatura paraibana.

No mesmo livro, na parte chamada de “Algumas pistas de leitura”, Barbosa Filho (2003), clamava pela necessidade de estudos acadêmicos sobre a literatura paraibana e citava que, à época, duas dissertações de mestrado no âmbito da Universidade Federal da Paraíba, orientadas pelo professor Neroaldo Pontes, iniciavam pesquisas para cobrir lacunas na historiografia: “Contribuição à história literária da Paraíba: estudo da revista Era Nova” (1980), de Laélia Maria Rodrigues da Silva, e “A notícia do Modernismo na imprensa paraibana” (1986), de Antônia Maria Cantalice da Rocha. Eram sinais do aproveitamento dos jornais como fontes de pesquisa do fenômeno literário na Paraíba.

O Projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19, tendo a frente Socorro Barbosa (2007), consolidou estas possibilidades de pesquisa. A nossa tese e trabalhos como os de Gilsa Elaine Ribeiro Andrade (*Pereira da Silva no campo literário: o discurso da crítica e dos periódicos (1890-1960)*, 2015), e Josy Kelly Cassimiro Rodrigues dos Santos (*O livro dos Snobs: o romance inglês nos jornais e periódicos paraibanos do XIX*, 2016) são frutos de pesquisas que levam em consideração o jornal e trazem, à luz, autores, obras e práticas de leitura no âmbito da literatura paraibana.

Ainda em *Os labirintos do discurso: expressões literárias da Paraíba* (2005), o crítico Hildeberto Barbosa continuou sua contribuição à história da literatura e, sobre a crônica, voltou mais uma vez seu olhar para a produção contemporânea.

O ensaísta não esgotou seus exercícios críticos com as seis obras aqui mencionadas. Mas, certamente, estas são capazes de delinear a visão e a metodologia de sua pesquisa. É perceptível que os historiadores da literatura paraibana e também a crítica literária têm despendido esforços para contar a história literária do estado. O recorte temporal, entretanto, ficou praticamente restrito ao século XX.

No esforço de impedir o total apagamento da crônica oitocentista paraibana, uma obra efetivamente voltou ao ambiente dos jornais paraibanos do Oitocentos: *A velha Paraíba nas páginas de jornais*, do jornalista Wellington Aguiar (1999).

Nesta obra, ele reúne escritos de jornais paraibanos oitocentistas, dividindo em temas seus recortes e, de fato, trouxe exemplos de crônicas do Oitocentos para serem conhecidas no final da década de 1990, retomadas de vários jornais antigos. O cotidiano paraibano do século XIX emerge de suas páginas. A leitura de alguns trechos da *Gazeta da Parahyba* nas

transcrições do autor foi uma das razões para se buscar neste jornal, especificamente, a proposta de nossa tese.

Um dos méritos da obra é a apresentação de fragmentos de crônicas, anúncios, artigos, editais, discursos, enfim, os mais variados gêneros jornalísticos do periodismo oitocentista, divididos em grandes grupos temáticos: “Política, partidos e imprensa no Império – visita do Imperador”; “Do escravismo à abolição – secas na Paraíba”; “A implantação da República – tensões, derrubadas e oligarquias”; e “Cotidiano e imaginário de uma cidade”, além de dois capítulos versando sobre a revolução de 30.

Entendemos que nossa tese vai em direção diferente à do trabalho de Wellington Aguiar (1999), pois este preocupou-se em fazer recortes de escritos, não identificando, por exemplo, quais poderiam ser crônicas ou não, preferindo uma terminologia mais abrangente para os escritos reproduzidos: artigos.

Saudamos a pesquisa de Eduardo Martins (1975) sobre Coriolano de Medeiros como uma das pioneiras na tentativa de preservar, ao menos, as informações onde foram publicados os folhetins do autor.

Porém, a novidade, entre outras, de nossa pesquisa, é trazer à luz, dentro de um recorte específico – a *Gazeta da Parahyba* –, uma tipologia de crônicas, perfis cronísticos de seus autores, descobrindo quem estava por trás de certos pseudônimos, comprovando, enfim, que havia uma crônica na Paraíba do Oitocentos e que foi apagada da historiografia e da crítica literária paraibana.

2.3 – As razões do apagamento da crônica oitocentista

As revisões bibliográficas empreendidas neste capítulo, de certa forma, já anteciparam algumas respostas a respeito do apagamento da crônica oitocentista dos estudos literários em parte considerável do século XX.

Comprovamos que o jornal foi tido apenas como repositório de textos supostamente literários (BARBOSA, 2007) e que sua natureza efêmera impregnou a crônica do Oitocentos, na visão da crítica tradicional, da mesma fugacidade, e que sua linguagem não artística, informativa, diminuía o valor dos escritos cronísticos, segundo os posicionamentos dos críticos da metade do século XX, interessados que estavam numa crônica literária, transcendente, universal (PORTELLA, 1977 [1958]), longe dos aspectos constitutivos da crônica oitocentista em sua dinâmica com os periódicos.

Razões para o desaparecimento da crônica oitocentista deste ambiente ensaístico já foram esparsamente apresentadas no caudal de informações críticas expostas nos dois primeiros tópicos deste capítulo. Em função disso, apresentaremos uma espécie de sumário de razões, de modo a retomar e sedimentar o entendimento sobre o tema.

Em primeiro lugar, a crônica do Oitocentos foi largamente esquecida por ter sido publicada originalmente nos jornais. Os periódicos sempre foram encarados como materiais efêmeros. Logo, os escritos neles presentes acabam carregando a mesma adjetivação. A crítica tradicional entendia que eram escritos frutos da pressa, sem qualquer pretensão à posteridade e, portanto, nesta visão, não teriam porque sair desta sua realidade precária, devendo sucumbir juntamente com a natureza de sua publicação.

O fato de os jornais dos jornais do século XIX serem marcados pelo conteúdo político-ideológico, tendo sua existência vinculada a propósitos políticos, também contribuiu para uma visão negativa sobre os periódicos.

No Brasil, como ressalta Tania Regina de Luca (2011, p. 115-16), dois ícones dos estudos historiográficos – José Honório Rodrigues e Jean Glénisson – sedimentaram um entendimento de que a imprensa deveria ser vista sob suspeição. Segundo Luca (2011, p. 116-17), ainda que por motivos diferentes, as leituras dos referidos historiadores “contribuíram para alimentar o desprezo que os profissionais da área seguiam conferindo à imprensa”.

O olhar anacrônico sobre os jornais e sobre a crônica também contribuiu para o apagamento temporário do gênero no Oitocentos. Com a perspectiva da metade do século XX entendendo que a linguagem jornalística é objetiva, referencial, informativa, não se percebeu que os escritos dos periódicos no século XIX eram marcados pela subjetividade, pelo caráter pessoal. E, desse modo, olhou-se para a crônica do Oitocentos achando que não havia qualquer relação entre ela e a moderna crônica brasileira. Os escritos cronísticos do período foram tomados como documentos semelhantes à dita crônica histórica, não se percebendo os elementos constitutivos do gênero.

A crítica literária do século XX buscou outra crônica, não a oitocentista. Buscou a crônica que transcendia o cotidiano e almejava o universal; buscou a linguagem artística, metafórica, em outro termo, a literariedade, e não as verdadeiras marcas das práticas discursivas do jornalismo do século XIX.

Não se reconhecia nos jornais, até a segunda metade do século XX, sua verdadeira importância na cultura letrada do Oitocentos. Ele era visto como repositório e arquivo morto, útil apenas para a ampliação de dados sobre algum autor, obra ou gênero já consagrado. Não se entendia até bem pouco tempo a dinâmica, os diálogos e as motivações para o surgimento de

gêneros, configurando o literário de então. O jornal oitocentista foi esquecido para renascer com a mudança de paradigmas nos estudos historiográficos propostos, por exemplo, pela Escola de Annales (BURKE, 2008; 2010), com *novos objetos, novos problemas e novas abordagens* (LE GOFF; NORA; 1978, p. 11-2). A História Cultural possibilitou deslocamentos de ênfase no que diz respeito aos temas, aos suportes, às linguagens: do cânone para os desconhecidos; do livro para outros documentos.

Na década de 1970, ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história no Brasil. A introdução e difusão da imprensa no país e o itinerário de jornais e jornalistas já contava com bibliografia significativa, além de amudarem-se as edições fac-símiles e os catálogos dando conta de diários e revistas que haviam circulado em diferentes partes do território nacional. Reconhecia-se, portanto, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História **da** imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História **por meio da** imprensa. (LUCA, 2011, p. 111) (grifos da autora).

Tania Regina de Luca (2011) acrescenta que “o estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da História **da** imprensa e **por meio da** imprensa, o próprio jornal tornou-se **objeto** da pesquisa histórica” (2011, p. 118) (grifos da autora).

Outra razão que provocou distanciamento da crônica oitocentista foi o olhar que o Folhetim recebia em sua época e *a posteriori*. O Folhetim trazia os assuntos supostamente mais triviais, dentro do jornal, num espaço diferenciado, ao pé da página, contribuindo para esta visão pejorativa:

Depois dos anos 1850, são as crônicas que se instalam frequentemente no rodapé da imprensa brasileira, mas, consideradas como café pequeno da literatura, as séries de crônicas/folhetins portam títulos voluntariamente modestos: “A pacotilha” em *O Correio Mercantil* do Rio de Janeiro; depois “Páginas menores”. Os autores destas crônicas e folhetins são os mais conhecidos escritores da época, Manuel Antonio de Almeida, Francisco Otaviano, José de Alencar, Machado de Assis. (GRANJA; ANDRIES, 2015, p. 15)

Segundo a passagem, os folhetins-crônicas são tidos como “café pequeno da literatura”; os títulos das seções ou das séries eram modestos: “A pacotilha”, “Páginas menores”, “Ao correr da pena”; tudo isso, por mais que fossem espaços frequentados por nomes consagrados à época.

O biógrafo de José de Alencar, Luís Viana Filho (2008), representa uma tendência historiográfica que via nos folhetins apenas um “estágio” para obra de maior vulto:

Por algum tempo o folhetim absorveu a atividade do jornalista, que não esqueceria esses dias claros da juventude. Mas, embora propiciasse notoriedade, o folhetim não deixava de ser tido como um gênero secundário, superficial, talvez agradável, mas incapaz de influir na opinião séria do país. De certo modo estaria abaixo da glória sonhada por Alencar. Bem mais tarde, já na Câmara, Silveira Martins, o famoso tribuno, falando em tom de remoque, o arguiu de trazer para o debate “argumentos de folhetim, sensaborias próprias de rodapé de jornal”. Alusão evidente. Alencar na resposta, não escondeu, porém aqueles começos: “Comecei a minha vida pública, minha carreira de escritor, pelo folhetim...”. E lembrou que tivera por mestre Francisco Otaviano, “que também estreou-se no rodapé do *Jornal do Commercio*”. (VIANA FILHO, 2008, p. 69)

O Folhetim-crônica foi chamado de atividade da juventude, gênero secundário e superficial, “incapaz de influir na opinião séria do país”. Beatriz Resende (1995) assevera que, “para os escritores iniciantes, representava uma forma de lançamento e ensaio para obras posteriores. Aos já reconhecidos garantia uns *cobres* extras” (RESENDE, 1995, p. 40).

As expressões caracterizadoras que a crítica tradicional empregou eram sempre no sentido de indicar que as crônicas eram para entreter, divertir, de caráter desprezível, sem qualidades literárias, fugazes, pobres, enfim, um gênero menor, realizado “ao rés-do-chão”.

As próprias colocações dos autores contribuíram para um olhar pejorativo:

No século XIX, Macedo trouxe a lume *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro* (1862-1863), lamentando, retoricamente, a sua “inabilidade de escritor”, e *Memórias da Rua do Ouvidor* (1878), ambos estampados de modo seriado no *Jornal do Commercio*, embora esses textos não fossem propriamente crônicas. Em coletânea de seus textos jornalísticos, *Filigranas*, Luís Guimarães Júnior, pouco indulgente com o gênero, escreve: “este livro [...] está destinado a ser o último produto da musa inconsistente, banal e caprichosa do folhetim, de tão pouco valor realmente, no erário da verdadeira literatura pátria”. Alencar apenas agradeceu ao organizador, José Maria Vaz Pinto Coelho, pela edição, vinte anos depois, dos seus artigos no livro *Ao correr da Pena*, e pela oportunidade de se reencontrar “com esses filhos de minha musa inexperiente”. França Júnior publicou, em 1878, o volume *Folhetins*, uma coleção do que produziu na *Gazeta de Notícias*, em cuja advertência perguntava ao leitor: “Fiz bem ou fiz mal?”. O próprio Machado de Assis, apesar dos mais de quarenta anos dedicados ao ofício, com mais de seiscentas crônicas publicadas, selecionou somente seis para figurarem em suas *Páginas Recolhidas* (1899). No século seguinte, João do Rio, Olavo Bilac, Coelho Neto, entre outros, também estamparam os seus textos jornalísticos em volumes – o autor de *A Conquista*, por exemplo, diz tê-lo feito como forma de assegurar a subsistência de seus “escritos efêmeros”. (SOARES, 2014, p. 57).

A desconsideração do caráter retórico dessas expressões utilizadas pelos autores a respeito dos próprios escritos folhetinescos confere fundamentos suspeitos para a visão tão negativa que os folhetins sofreram ao longo da história.

Outra razão para o apagamento da crônica oitocentista relaciona-se à noção de obra de arte literária e a importância conferida ao objeto livro: sacralizado e tomado como o meio assegurado para a imortalidade.

A necessidade do livro para a apreciação crítica parece ser evidente. A crítica literária precisa de uma materialidade para poder se debruçar. Trata-se de um argumento relativamente plausível, mas as coisas não podem ser simplistas. Há uma série de nuances a serem levadas em consideração.

Quem defendeu ardorosamente a necessidade do livro, foi apresentado em tópico anterior, foi Massaud Moisés (2007 [1967]). Marcus Soares (2014) reage ao posicionamento do crítico:

Ora, se escrever romances e poemas para serem impressos originalmente em livros não garante a sobrevivência de uma obra, escrever sob as condições específicas de difusão periódica não a condena ao desaparecimento. Até porque, romances e poemas foram, muitas vezes, escritos para figurarem em jornais e revistas, extinguindo-se com as folhas que lhe serviram de suporte; no entanto, muitos também desapareceram nas páginas do livro, hoje acessíveis apenas em bibliotecas especializadas, logo sujeitos às mesmas exigências de pesquisa enfrentadas por aqueles que se dedicam à investigação de material jornalístico. Daí é que nos parece insustentável o argumento de Moisés, mesmo que tentando salvar a crônica da “fugacidade jornalística”, de que se a crônica “continuasse encerrada nos periódicos, não haveria como examiná-la: o tratamento crítico de um texto literário implica, via de regra, o livro”. Sob esse prisma, transcendência confunde-se com literatura, quer dizer, um texto qualquer só será literário na medida em que transcende as circunstâncias do aqui e agora de suas condições de publicação, atingindo um grau de perenidade para o qual a contribuição do formato livro teria sido, para esses críticos, decisiva. (SOARES, 2014, p. 66-7).

Arelada à ideia da suposta necessidade do livro, está outra concepção que invoca a ideia de obra, genialidade e autor. Com a mudança de paradigmas críticos na passagem do século XVIII para o XIX, o ambiente do Oitocentos conviveu com a noção de autor como gênio. As concepções clássicas estavam sendo substituídas pelas românticas:

No final do século XVIII, [...] outra postura vai surgindo, que tende a ver a obra menos como um espelho que refletisse algo que lhe fosse exterior e mais como uma chama que iluminasse a realidade; a literatura viria a ser cada vez mais concebida como o resultado de uma subjetividade privilegiada, a do autor concebido como gênio. Para dizer de forma concisa, observa-se uma mudança na concepção das artes de **imitação** para **expressão**. (DURÃO, 2016, p. 78) (grifos do autor).

Dentro dessa ótica, a ausência do livro impediria a noção de obra e, conseqüentemente, a de gênio, afastando cada vez mais a crítica dos escritores folhetinescos. Começava a se configurar, no ambiente do Romantismo, um olhar voltado para o indivíduo criador. E a ideia de obra, como uma totalidade contida em si:

a ênfase no indivíduo criador é tanto causa quanto efeito de uma **ruptura do elo aparente entre o texto e o mundo** que permitirá o surgimento de uma ideia de **obra** como totalidade contida em si, cada vez mais regida por princípios que lhe são

interiores, que ela impõe a si mesma e que consequentemente não podem mais ser ditados de fora. (DURÃO, 2016, p. 78) (grifos do autor).

A crítica também se deparou com outro aspecto relevante e contextual. No dizer de Brito Broca (1979), a crítica surge no Brasil por volta da década de 1840 com “apreciações de ordem geral sobre o problema da nacionalidade em literatura” (BROCA, 1979, p. 73). Durão complementa:

Em relação ao campo das letras, a história literária inaugurada pelo romantismo preocupava-se com as origens, enfatizava um desenvolvimento contínuo e orgânico de seu objeto (à exceção de catástrofes vindas de fora) e estruturava-se por uma teleologia implícita, uma finalidade progressiva à qual tendiam os fenômenos sob investigação. Ela priorizava o primitivo, em oposição à artificialidade clássica, o medieval (no Brasil, o período pré-colombiano ou do começo da colonização) e o espírito do povo, concebido como motor da história. Como resultado de tudo isso, vislumbravam-se os contornos da nação. (DURÃO, 2016, p. 81).

Alinhando essas ideias, para se chegar às razões que aqui buscamos, verifica-se que a crítica literária “foi fundamental para o projeto de construção da identidade nacional” (DURÃO, 2016, p. 11). Em outras palavras, os novos paradigmas trazidos pelo Romantismo: a noção de individualidade, de genialidade, de autor escritor de uma obra não se coadunavam com a figura do folhetinista nos jornais. E, além disso, se a crítica também buscava uma identidade nacional, a partir da volta às origens, os escritos cronísticos não forneciam esse aparato. Eram escritos voltados para a localidade, a cidade, não necessariamente, portanto, a nação, e dentro de uma perspectiva da contemporaneidade.

Some-se a isso a questão do anonimato, presente corriqueiramente nas seções dos jornais oitocentistas. As colunas não assinadas colocavam o problema da legitimidade literária:

eis porque a recolha de algumas dessas séries para publicação suscitou críticas de alguns homens de letras. Como qualificar de fato esse gênero híbrido que é a crônica, entre a escrita literária e a jornalística: trata-se de ficção próxima à da nova prosa de ficção, de *faits-divers*, de uma reflexão política ou do *déjà vu*? (GRANJA; ANDRIES, 2015, p. 15)

todas estas razões para o apagamento da crônica parecem se associar à questão do anacronismo. O olhar extemporâneo é incapaz de perceber as nuances das construções cronísticas, justamente porque se está vendo pela cosmovisão de um outro tempo. O desprezo do jornal e de suas idiossincrasias levou ao desaparecimento da crônica ou a considerações equivocadas sobre ela.

A própria questão dos pseudônimos, nas palavras de Chalhoub, Neves e Pereira (2005, p. 15), obedecia a uma cuidadosa escolha, não sendo necessariamente um disfarce, como diria Coelho Neto. Ao contrário, evidenciava um perfil narrativo para as séries cronísticas, construídos no intuito de abordar questões específicas em diferentes momentos”.

Estão, aqui, de forma breve, as possíveis razões do apagamento da crônica oitocentista ao longo do tempo: a visão que se tinha dos jornais e dos folhetins; a questão da ausência da publicação em livro; as concepções que vigoraram até a segunda metade do século XX a respeito das pesquisas, não aceitando de bom grado a imprensa como fonte primária; as noções críticas que buscavam formatos extemporâneos aos formatos constitutivos da crônica no Oitocentos; a busca pelo elemento nacional, identitário, não projetado nos escritos do cotidiano, relacionados à cidade; e o anonimato, que não foi visto necessariamente como estratégia discursiva e elemento da elaboração narrativa.

Por fim, lembramos a dissociação da crônica do seu suporte original, com prejuízos para a sua melhor compreensão. Opção que muitos podem ter levado em conta como justificativa para não fazer renascer alguns escritos cronísticos do século XIX.

3. A GAZETA DA PARAHYBA: CARACTERÍSTICAS, HISTÓRIA E REDATORES

3.1 A *Gazeta da Parahyba*, um jornal moderno

Uma das perguntas apresentadas no início deste trabalho diz respeito à existência da crônica nos jornais paraibanos do Oitocentos. Um questionamento que se impôs como proposta de pesquisa em função da inexistente referência a tais escritos cronísticos no âmbito da historiografia literária paraibana/brasileira.

As respostas alcançadas a partir da ida às fontes primárias revelaram a presença da crônica de forma profusa em diversos periódicos, constituindo um vasto campo a ser explorado, exigindo-nos um recorte epistemológico, que recaiu sobre o jornal *Gazeta da Parahyba*.

A escolha deste periódico se fez em função de diversos aspectos. Em primeiro lugar, tratava-se de uma folha diária e que apresentava várias seções entendidas como escritos cronísticos. Tanto crônicas semanais como pretensamente diárias, com títulos definidos e pseudônimos, chamaram-nos a atenção no sentido de evidenciar que a crônica, neste jornal, tinha espaços privilegiados e se distribuía ao longo dos dias, com perfis narrativos e traços peculiares.

As crônicas da *Gazeta* iam além do formato Folhetim-crônica, cuja proposta era a de passar a semana em revista, isto é, comentar os acontecimentos da semana que findava. Havia, no referido jornal, seções diárias com feição cronística, o que, no nosso entender, constituíram uma das marcas da *Gazeta da Parahyba*.

A própria profusão de seções cronísticas neste periódico exigiu, inclusive, mais um filtro metodológico para o exercício da nossa análise, a saber: a escolha de quais seções seriam mais detidamente observadas. Em momento oportuno, mais adiante, esclarecemos quais as escolhas e suas razões.

O fato de ser um jornal diário e com uma significativa duração para a realidade de seu tempo – dois anos e dois meses, entre os anos de 1888 e 1890 de forma diária e ininterrupta – também contribuiu para a escolha do periódico como objeto de estudo. A acessibilidade às fontes primárias, em sua maioria, com boas condições para a análise, somada ao número de exemplares disponível nos sites da Hemeroteca da Biblioteca Nacional e do Projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19 complementaram as justificativas para a escolha da *Gazeta* como foco de pesquisa e comprovação da presença de escritos cronísticos no Oitocentos paraibano.

O período de circulação do jornal entre 1888 e 1890 inseria-se, por sua vez, em uma época com eventos históricos decisivos para o Brasil: a promulgação da Lei Áurea, abolindo a escravidão em 13 de maio de 1888, e a passagem do regime monárquico para o republicano com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Apesar do valor histórico dos eventos citados, eles foram tratados com certa naturalidade nos escritos cronísticos da *Gazeta da Parahyba*.

Segundo o historiador Horácio de Almeida:

A República chegou à Paraíba sem ter quem a recebesse. Os cavalheiros mais credenciados para festejar o acontecimento acolheram a notícia com incredulidade. Mais que isto, com indiferença. Nem mesmo curiosidade pública despertou, segundo o testemunho de um ilustre paraibano, que teve parte na implantação do novo regime. (ALMEIDA, 1978, p. 207).

O “ilustre paraibano”, citado por Almeida, é Eugênio Toscano de Brito, justamente o fundador da *Gazeta da Parahyba*. O historiador paraibano afirmava, inclusive, que não havia nem representação nem imprensa republicana na província da Parahyba, indicando que a *Gazeta* era um órgão monarquista que só na última hora aderiu ao novo regime:

Imprensa republicana na Paraíba não havia. Já na última hora, perto da proclamação da República, A *Gazeta da Parahyba*, órgão monarquista, de Eugênio Toscano de Brito, cedeu uma de suas colunas para escoamento da propaganda republicana. No interior, dois jornalzinhos, vez por outra, davam um vagido em prol da República. Eram a *Verdade*, em Areia e a *Gazeta do Sertão*, em Campina Grande. (ALMEIDA, 1978, p. 207).

A caracterização da *Gazeta da Parahyba* como um órgão monarquista não encontra eco nos historiadores da imprensa e da política paraibana, como veremos a seguir. E o próprio Horácio de Almeida aponta que os responsáveis pelo jornal tomaram parte do governo novo que se instalava por meio de juntas governativas (ALMEIDA, 1978, p. 208-9), o que nos leva a entender que a caracterização como órgão monarquista era uma conclusão do historiador a partir de um “editorial sereno e frio”, como ele assim classifica, da *Gazeta* sobre a Proclamação ou a partir da ideia de que houve uma adesão completa ao regime republicano por parte dos paraibanos alguns dias depois do evento de 15 de novembro de 1889 (ALMEIDA, 1978, p. 209).

Eugenio Toscano de Brito (1910 [1897]), é bem verdade, classificava seu jornal como neutro, sem coloração partidária, pois abrigava escritos de todas as tendências. Entretanto, seus vínculos pessoais – ele era filho do chefe do partido liberal (Felizardo Toscano de Brito, deputado por três legislaturas) e alguns de seus companheiros de jornalismo eram políticos

deste partido – e suas tendências ideológicas perceptíveis nos escritos da *Gazeta da Parahyba* deixavam claras as opções pró-republicanas do redator-chefe. Além do mais, Eugenio Toscano de Brito participou ativamente das articulações para a formação da 1ª junta governativa na era republicana na Paraíba (ALMEIDA, 1978, p. 209).

Celso Mariz, em *Apanhados históricos da Paraíba*, afirmou o seguinte sobre a *Gazeta da Parahyba* e sobre a *Gazeta do Sertão*:

Em 1888, dois jornais de largo liberalismo surgem aqui: a “Gazeta da Parahyba” de Eugênio Toscano [...] e a “Gazeta do Sertão” de Irineu Jófili, em Campina Grande. Naquele mesmo ano, Jófili, antecedendo um dos pontos do programa com que em julho de 89 subiria o Gabinete Ouro Preto, requereu como deputado, à Assembleia, que esta considerasse urgente, perante o Parlamento Nacional, a Federação das províncias. E era seu companheiro de imprensa o engenheiro Francisco Retumba, republicano confesso. Eugênio Toscano, como Jófili filiado ao partido Liberal, ainda mais largas tendências demonstrava, espírito crítico, demolidor e independente que era. [...] Era visível a inclinação republicana do filho de Felizardo. (MARIZ, 1994 [1922], p. 177).

Outra ressalva às palavras de Horácio de Almeida é com relação à sua afirmação de que “no interior, dois jornalzinhos, vez por outra, davam um vagido em prol da República. Eram a *Verdade*, em Areia e a *Gazeta do Sertão*, em Campina Grande”. “Jornalzinhos” não nos parece a palavra mais adequada para caracterizar os referidos periódicos. Afinal, foram jornais com longa duração para a época, o que, por si só, atesta a relevância destas folhas.

A *Gazeta do Sertão*, jornal semanal fundado por Irineu Joffily e Francisco Retumba, foi o primeiro periódico de Campina Grande. Iniciou sua publicação em 1º de setembro de 1888 e existiu até 6 de maio de 1891, quando foi empastelado⁹ (ARAÚJO, 1985 [1986], p. 81-2), ou seja, não durou mais tempo em função do fechamento de suas portas imposto por forças governistas. Era considerado um jornal progressista e independente. E seu fundador, Irineu Joffily, foi uma das expressões políticas importantes da época.

A *Verdade*, por sua vez, saía às terças, quintas e sábados e durou de 1888 até 1895, com vários colaboradores (ARAÚJO, 1985 [1986], p. 98-100), considerado um jornal batalhador pela causa abolicionista.

Por ocasião das leituras a respeito da história da imprensa na Paraíba, outra razão se apresentou para a escolha da *Gazeta da Parahyba* como objeto de estudo: a difundida opinião de que era um jornal moderno e de destaque em seu tempo, conforme indicou Alcides Bezerra

⁹ O dicionário de Candido de Figueiredo (1913, p. 706) registra o verbo *empastelar* como o ato de amontoar confusamente caracteres tipográficos. A expressão *empastelamento* era empregada para dizer que uma redação de jornal ou tipografia havia sofrido alguma intervenção, por meio de atos autoritários e/ou violentos, causando o fechamento ou suspensão das atividades jornalísticas.

(1922 [1920]) e, em sua esteira, José Leal (1962), Eduardo Martins (1976; 1978), Fátima Araújo (1983; 1986 [1985]) e José Octávio de Arruda Melo (2011). Aliás, sobre a *Gazeta da Parahyba*, especificamente, os historiadores da imprensa paraibana pouco ampliaram ao que Alcides Bezerra apontou na década de 1920, a despeito das inestimáveis contribuições à história da imprensa paraibana ampliadas, sobretudo, por Eduardo Martins (1976; 1978) e Fátima Araújo (1983; 1986 [1985]).

Pioneiro nas pesquisas sobre a história da imprensa paraibana, Alcides Bezerra abriu as portas para esta história em artigo escrito em 20 de abril de 1920, mas publicado no volume XIV da Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba em 1922. Sob o título “A imprensa na Paraíba”, o artigo passou a ser referência no assunto a partir de então, de modo a ser sempre retomado por aqueles que ingressaram no estudo da temática, como fizeram os autores há pouco citados.

Na maioria dos casos, as palavras do autor do pioneiro estudo são simplesmente repetidas. Wellington Aguiar e José Octávio de Arruda Melo, por exemplo, no livro *Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro* (1989), em tópico intitulado “A Imprensa, do Império à República”, transcrevem boa parte do escrito de Bezerra, mostrando que o artigo deste estudioso foi realmente decisivo para se contar a história dos jornais e periódicos que circularam na Paraíba. Os demais historiadores paraibanos também pagam tributo ao autor do escrito da década de 1920.

Sobre a *Gazeta da Parahyba*, assim se pronunciou o pesquisador Alcides Bezerra, após indicar que a década de 1880-1890 “foi uma das mais fecundas na proliferação de jornais, de grande e pequeno formato” (BEZERRA, 1922 [1920], p. 55):

Essa década se fecha com chave de ouro: a *Gazeta da Parahyba*.

Nas vésperas da República, em 8 de maio de 88, surgiu na província esse jornal diário que havia de fazer grande ruído e dar novos moldes à imprensa indígena.

Dirigiam a *Gazeta* Eugenio Toscano, Antonio Bernardino, Rodolpho Galvão, Cordeiro Junior, Arthur Aquiles, Alonso de Almeida e Eduardo Marcos, os quais constituíam um luzido corpo redacional. Entre seus colaboradores contou sucessivamente com Cícero Moura, Antônio Camillo, Machadinho (dr. Francisco Ferreira da Silva Machado), Fernando Coêlho de Araujo, Faria Goudinho, drs. Francisco Retumba, Cordeiro Senior, Epitácio Pessoa e outros.

Quando apareceu a *Gazeta*, publicavam-se na capital *O Despertador*, *O Liberal Parahybano*, *O Conservador* e o *Jornal da Parahyba*, os dois primeiros do partido liberal, e os segundo (sic) do conservador. A *Gazeta* não mostrava pendor por nenhum dos dois partidos monárquicos. Foi o primeiro jornal da província que teve um bom serviço telegráfico. Trazia sempre bons romances em folhetins, minuciosas notícias das outras províncias e do interior, críticas dos acontecimentos do dia anterior, crônica aos domingos e uma reportagem. Era, em suma, um jornal moderno, no feitio, e também no fundo, pelas suas tendências abolicionistas e republicanas. (BEZERRA, 1922 [1920], p. 55-6).

As considerações do historiador estão marcadas por palavras elogiosas ao periódico. Para ele, a *Gazeta* fecha uma das mais fecundas décadas do jornalismo paraibano com “chave de ouro”, tendo um “luzido corpo redacional”, fazendo “grande ruído” e “dando novos moldes à imprensa” na Paraíba. No nosso entendimento, os fundamentos para a caracterização como um “jornal moderno” são indicados no que diz respeito aos aspectos ideológico (apresentando “tendências abolicionistas e republicanas”) e técnico-jornalísticos (“o primeiro jornal da província que teve um bom serviço telegráfico”, trazendo “sempre bons romances em folhetins, minuciosas notícias das outras províncias e do interior, críticas dos acontecimentos do dia anterior, crônica aos domingos e uma reportagem”). Acrescentaríamos, para completar a caracterização da *Gazeta da Parahyba* como um jornal diferenciado no ambiente paraibano, a presença de escritos cronísticos em séries diárias ou, como neste trabalho caracterizamos, pretensamente diárias.

É o que parece preconizar a própria *Gazeta da Parahyba*, em sua edição 339, de 10 de julho de 1889, ao comentar que o *Jornal da Parahyba*, seu “concorrente” ligado ao governo da época, anunciava “novos elementos de vitalidade”, entre os quais “a inserção de folhetins devidos à humorística pena de um dos mais bonitos talentos da província”. Sobre tal questão, o jornalista da *Gazeta* comentava, não sem ironia:

Eu sou apologista do “Jornal”.
Mesmo porque apraz-me partilhar os dissabores dos vencidos. Mas, os seus melhoramentos, desejáveis e louváveis, sugerem-me óbvias considerações; a saber:
– Um “jornal” governamental, não será suscetível de progressos?
– folhetins, leituras amenas e tipos elzevires¹⁰ não se harmonizarão com políticas dominantes?
Infelizmente é esse o molde dos jornais políticos da terra.
Na época de prosperarem, definham.
O “Liberal Parahybano,” diminuiu o formato, agora que as suas correspondências aumentam, e Deus queira que não diminua de tipo.
Contudo, esperemos que ainda faça o mesmo que o “Jornal,” – isto é, – melhore mais adiante as suas seções recreativas.
Ambicionando, pois, inúmeras prosperidades ao “Jornal da Parahyba,” e felicitando-o pelo seu breve advento literário, sentimos que, há mais tempo, não se tenham exibido em suas colunas, as penas brilhantes e robustas que, jubiloso, nos promete dos seus novos e bem-vindos colaboradores. (GAZETA DA PARAHYBA, 10 jul 1889, Ano II, n. 339, p. 1).

Percebe-se que os avanços prometidos pelo *Jornal da Parahyba* a seus leitores e assinantes, caracterizados como elementos de vitalidade, já eram contemplados pela *Gazeta da Parahyba*. Faltavam ao jornal governamental: folhetins, seções recreativas, uma “pena

¹⁰ Segundo Candido de Figueiredo (1913, p. 721), o termo “elzevires” refere-se aos caracteres tipográficos à maneira de Elzevir, um tipógrafo holandês.

humorística” e leituras amenas, elementos associados aos escritos cronísticos, já bem presentes nas seções da *Gazeta*.

Oscar Oliveira Castro, autor de *Vultos da Paraíba: patronos da Academia* (1955), ao falar sobre Eugenio Toscano de Brito, fundador da *Gazeta da Parahyba*, fez alguns comentários a respeito do jornal e de sua importância para o periodismo paraibano:

Como jornalista [Eugenio Toscano] inaugurou, na Paraíba, uma nova fase na imprensa. Modificou a feição material e a orientação doutrinária do jornal. Sacrificou os rodapés, tão em uso, no tempo, onde se publicavam capítulos dos dramalhões de origem europeia. O jornal passou a fazer sensacionalismo: surgiram as reportagens, incentivaram-se as polêmicas, começaram a aparecer notícias com uma pontinha de escândalo e o serviço telegráfico deu os primeiros passos, nesse caminhar, com que evoluiu para uma destacada seção do jornal moderno.

Indo um pouco além do que Alcides Bezerra (1922 [1920]) disse em seu pioneiro artigo, Oscar Castro correu alguns riscos, no nosso entender, no comentário que fez a respeito da propagada feição moderna da *Gazeta da Parahyba*. Concordamos que a mudança do aspecto material, o desenvolvimento do serviço telegráfico e as questões ideológicas contribuíram para o diferencial do jornal em seu tempo. Mas relutamos em concordar que houve sacrifício do rodapé para fugir da influência europeia, bem como em aceitar que as polêmicas e possíveis escândalos tinham a ver com uma nova fase da imprensa.

Um dos redatores da *Gazeta da Parahyba*, Cordeiro Junior, como veremos adiante, foi um importante tradutor de romances-folhetins franceses, inclusive com exclusividade para o jornal paraibano. Polêmicas e discussões, inclusive com ataques pessoais, também faziam parte da prática jornalística oitocentista, conforme atestou Socorro Barbosa (2007). Nesse sentido, defendemos a ideia de que a feição moderna da *Gazeta da Parahyba* se deve a aspectos técnico-jornalísticos e, em certo sentido, também a aspectos ideológicos.

Outra razão para a definição da *Gazeta da Parahyba* como foco de estudo foi o fato de ser um jornal publicado diariamente, quando os outros jornais eram bissetmanais ou semanais. Este aspecto certamente indica uma dedicação dos redatores ao exercício diário do jornalismo, mas também uma capacidade técnica para se ter uma tiragem todos os dias, já inicialmente de 700 exemplares. O jornal era publicado pela Tipografia dos Herdeiros de J. R. da Costa (informação sempre inserida no final da última coluna do jornal, em sua página 4), situada à Rua da Misericórdia, nº 9A (endereço indicado no cabeçalho da folha)¹¹.

¹¹ A propósito, sobre o tipógrafo J. R. da Costa, registre-se a existência de dois estudos relevantes: o artigo da professora Socorro Barbosa “Os intermediários da leitura na Paraíba do Oitocentos: livreiros e tipógrafos” (2010) e a recente dissertação de mestrado da pesquisadora Thayná Cavalcanti Peixoto (2017), intitulada “José Rodrigues da Costa: a trajetória de um tipógrafo na cidade da Parahyba (1848-1866)”.

Sobre a referida tipografia e suas publicações, há de se destacar o livro de Eduardo Martins *A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos* (1978). Segundo este autor, “a *Typographia* de J. R. da Costa, depois, *Typographia* dos herdeiros de J. R. da Costa, publicou o primeiro livro paraibano, inúmeros periódicos e folhetos, todos com nitidez e asseio, tanto pela composição como pelo esmero da revisão” (MARTINS, 1978, p. 68) (grifos no original).

Figura 10 – Capa da *Gazeta da Parahyba*



Fonte – GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 9, 18 mai 1888, p. 1.

Os primeiros números da *Gazeta da Parahyba*, exemplificado pela edição n. 9 na Figura 10, informavam a tiragem de 700 exemplares diários, além dos dados comerciais e de impressão, tais como o local da redação e da tipografia onde o jornal era redigido e impresso (Rua da Misericórdia N. 9A), os preços das assinaturas (Capital, por mês: 1\$000; Interior e províncias – Ano: 14\$000; Trimestre: 4\$000) e o valor avulso do jornal (60rs).

A tiragem de 700 exemplares, tomando por verdade a informação, era um número significativo, sobretudo por ser um jornal diário. Aliás, nas palavras de Socorro Barbosa (2009, p. 27), de fato, era um “jornal à época de grande circulação”. E, como se não bastasse, já na edição 14, de 24 de maio de 1888, a folha passava a informar uma tiragem de 800 exemplares. Esta nova informação foi estampada na primeira página do jornal até a edição 285, de 2 de maio de 1889. Como não restaram os exemplares das edições 286 até a 315, não se tem certeza de até quando tal dado foi veiculado. A partir da edição 316, de 9 de junho de 1889, a indicação do número da tiragem de exemplares foi substituída pela frase: “A *Gazeta da Parahyba* é a

folha de maior circulação na Província”, e que também desapareceu a partir da edição 579, de 8 de maio de 1890.

Para termos uma ideia da grandeza deste número, basta dizer que no principal jornal contemporâneo da *Gazeta* – o *Jornal da Parahyba*, periódico “oficial”, por ser do partido conservador, até o advento da República – só pudemos ver a indicação de uma tiragem, na ocasião de 1000 exemplares, em sua edição 2870, de 14 de novembro de 1889. Não é possível precisar quando foi iniciada a indicação da tiragem por falta de vários números do periódico, mas é possível percebermos que foi algo que aconteceu após a edição 2800, de 2 de agosto de 1889, quando a folha informava que se tornaria diária e duplicaria a tiragem. No site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, o último número digitalizado desse jornal é o da edição 2781, de 19 de junho de 1889. No site do Projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19, há apenas cinco exemplares do periódico, com datas esparsas, incluindo a mencionada edição 2870.

O *Jornal da Parahyba*, registre-se, era publicado duas vezes por semana até então e era a mais longa folha em duração na província – 28 anos –, tendo iniciado sua publicação em 1862 e se estendido até 1890 (BEZERRA, 1922 [1920], p. 56), quando foi empastelado após a mudança de regime e de governo. Sendo o órgão de publicação dos atos do governo por tanto tempo, era natural ter uma vida mais duradoura e mais condições financeiras para se manter. A *Gazeta da Parahyba* só veio publicar os atos de governo após a proclamação da República, quando seus redatores eram aliados da nova junta governativa, e, mesmo assim, não por muito tempo.

A *Gazeta do Sertão*, jornal de Campina Grande da mesma época, de propriedade de Irineu Joffily e Francisco Retumba, também estampava, em suas primeiras páginas, uma tiragem de 800 exemplares. Entretanto, era uma publicação semanal, diferentemente da *Gazeta da Parahyba*, que já nasceu como uma folha diária.

Outros dois elementos que eram indicados como motivos de autopromoção da *Gazeta* e que, de certa forma, atestavam aspectos diferenciadores eram: o serviço de telegrama e as traduções de folhetins.

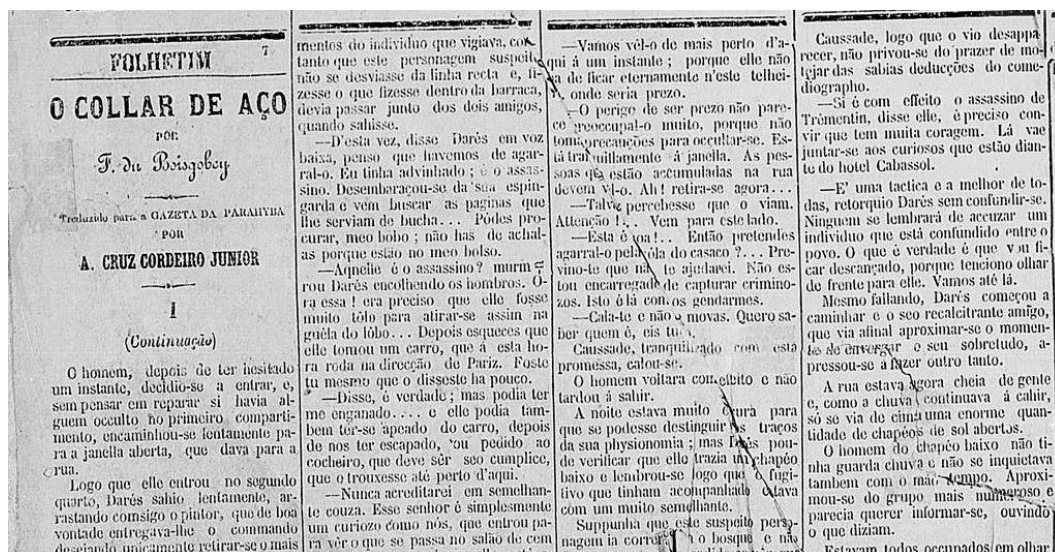
Figura 11 – Seção Telegrammas da Gazeta da Parahyba



Fonte – GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 7, 16 mai 1888, p. 3.

Observemos que a seção “Telegrammas”, presente na Figura 11, vem com o subtítulo “Serviço particular da Gazeta”, ou seja, o jornal dispunha de um serviço exclusivo, sem intermediário, de modo que indicava tal informação de forma a promover o periódico. Em edição do dia 16 de maio de 1888, constavam notícias vindas por telegrama de Recife, por exemplo, do dia 15.

Figura 12 – Romance-folhetim “O collar de aço”



Fonte – GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 7, 16 de mai 1888, p. 2.

Os romances-folhetins publicados diariamente, como um sinal de adoção de uma das práticas mais bem-sucedidas do jornalismo do século XIX, eram traduzidos por um dos

principais redatores do jornal com exclusividade. Como se vê exemplificado na Figura 12, o romance “O collar de aço”, de F. du Boisgobey, foi traduzido para a *Gazeta da Parahyba* por A. Cruz Cordeiro Junior. Foi o primeiro romance-folhetim que a *Gazeta* trouxe à lume.

Sendo Cordeiro Junior um dos redatores da folha, sua exclusiva tradução apontava para um diferencial do jornal que não se contentava em meramente reproduzir folhetins já traduzidos de jornais da Corte ou de outras províncias. Apesar de a tradução de romances-folhetins de autores europeus ser uma prática jornalística oitocentista, nem todos os jornais traziam a seção folhetim e, mais, nem todos que reproduziam estas narrativas tinham um tradutor dentro da própria redação a serviço do jornal.

A tradução de “O collar de aço” (*Le collier d'acier*, 1883), de fato, era uma exclusividade. Apesar de o autor – Fortune du Boisgobey – ser um nome presente em publicações do gênero romance-folhetim em jornais oitocentistas, como atestam as listas de autores e obras traduzidas nos jornais do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul apresentadas por Yasmim Nadaf (2002) e Antonio Hohlfeldt (2003), tudo aponta para o fato de que a primeira narrativa folhetinesca da *Gazeta da Parahyba* era uma tradução original. Segundo Socorro Barbosa (2009, p. 51), Cordeiro Junior realmente “foi o primeiro a traduzir no Brasil o folhetim *O colar de aço*, de F de Boisgobey”. Em pesquisa realizada nos jornais paraibanos, Josy Kelly dos Santos (2016, p. 40) acrescenta que o mencionado redator era “um dos tradutores mais presentes” na imprensa oitocentista da Paraíba.

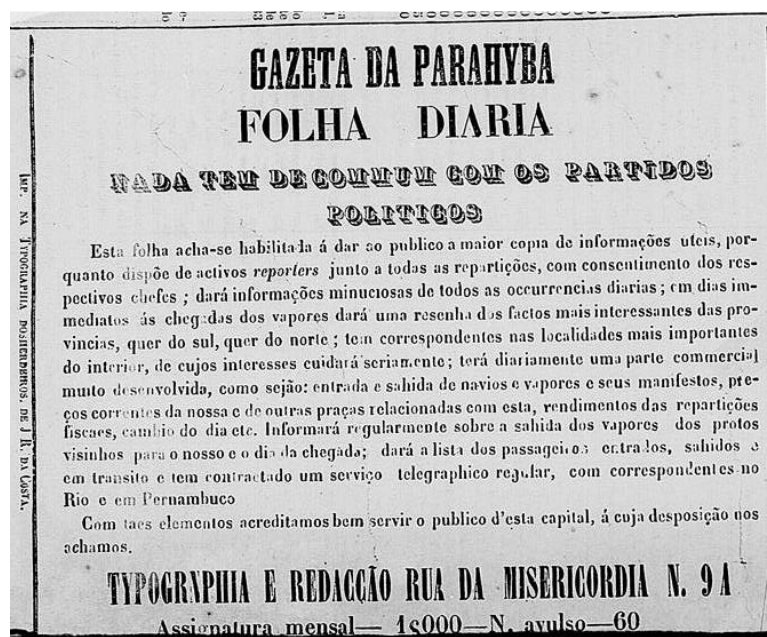
Todos esses aspectos realmente indicam que a *Gazeta da Parahyba* era um “jornal moderno no feitio”, como apontou Alcides Bezerra (1922 [1920], p. 56). Mas um outro aspecto também nos chamou a atenção: o jornal não tinha um subtítulo nos moldes dos outros da época, que apontavam explicitamente a tendência política seguida pelas folhas.

Os jornais contemporâneos da *Gazeta* eram os seguintes: “O Despertador: jornal político, literário e noticiador”, “O Estado da Parahyba: periódico político, social e noticioso, órgão republicano”, “Arauto Paraibano: periódico literário, noticioso e abolicionista”, “Liberal Parahybano: órgão liberal”, “Gazeta do Sertão: órgão democrata” e “Jornal da Parahyba: órgão do partido conservador”. Todos traziam uma designação que os vinculava ideologicamente a alguma tendência política ou partidária. A *Gazeta da Parahyba*, por sua vez, autointitulava-se apenas como uma “folha diária”.

Talvez como estratégia para angariar leitores e assinantes, a *Gazeta* queria se mostrar independente e imparcial, por mais improvável que isto fosse possível, sobretudo nos moldes da politizada imprensa oitocentista. Em anúncio da época (Figura 13), presente em algumas edições do periódico, e também reproduzido por Eduardo Martins (1978), havia os seguintes

termos sobre o jornal: “nada tem de comum com os partidos políticos”. O anúncio também apontava características da *folha*, a fim de alcançar novos assinantes ou compradores:

Figura 13 – Anúncio da *Gazeta da Parahyba*



Fonte – GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 44, 29 jun 1888, p. 4.

No anúncio (Figura 13), indica-se que o jornal dispõe de “ativos repórteres junto a todas as repartições” e que “dará informações minuciosas de todas as ocorrências diárias”, trará notícias das outras províncias, contando com “correspondentes nas localidades mais importantes do interior”. Além disso, conta com uma parte comercial que apresentará informações sobre a saída e chegada de navios, preços, taxas de câmbio etc. e com um serviço telegráfico regular, com correspondentes no Rio de Janeiro e em Pernambuco.

A *Gazeta da Parahyba* foi publicada entre os anos 1888 e 1890, somando um número de 627 edições. Como vimos, era uma folha diária. O jornal só não circulava às segundas-feiras e, via de regra, após feriados. Considerando o caráter efêmero das publicações no século XIX, pode-se dizer que foi um jornal exitoso, até pelo fato de ser uma publicação diária, com tiragem de 700 exemplares nos primeiros dias, passando, como já mencionamos, ainda na edição 14, para uma tiragem de 800 exemplares. Segundo informava a própria *folha*, na edição 10, a *Gazeta* recebia notícias para serem publicadas até às 8 horas noite.

As primeiras edições foram extraviadas. No acervo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, há o exemplar mais antigo digitalizado, datado de 13 de maio de 1888, edição 5. No

livro *A Tipografia do Beco da Misericórdia* (1978), Eduardo Martins apresenta uma foto da primeira página da edição 4, datada de 12 de maio de 1888.

O primeiro número da *Gazeta da Parahyba* foi publicado em 8 de maio de 1888, conforme indica o próprio jornal, por ocasião da comemoração do aniversário do periódico no início do Ano III, edição 579, de 8 de maio de 1890, e pelo próprio Eugenio Toscano de Brito em suas “Reminiscências” (1910 [1897], p. 266). Alcides Bezerra (1922 [1920], p. 55) e Fátima Araújo (1986 [1985], p. 40) reiteram esta informação.

O último número, também extraviado, foi a edição 627, de 8 de julho de 1890. Esta data pode ser comprovada novamente a partir dos relatos de Brito (1910 [1897], p. 271), Bezerra (1922 [1920], p. 56) e Araújo (1986 [1985], p. 40). Em fonte primária, confirmamos a informação por meio do Jornal *O Estado da Parahyba*, edição 2, datada de 9 de julho de 1890.

Quanto às seções do jornal, sua estrutura e distribuição de conteúdos, havia um padrão com poucas variações. Na primeira página, a chamada capa do jornal, havia as seguintes seções ou colunas: o expediente, o editorial ou artigo de fundo, algum artigo político e, às vezes, efemérides.

No expediente, o jornal prevenia os assinantes a respeito do pagamento ou cancelamento da assinatura, bem como alertava:

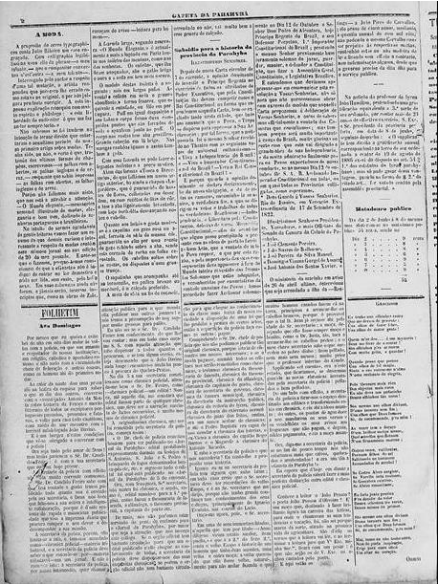
Convém desde já que fique bem gravado no espírito do público que esta redação só se explicará na parte editorial deste jornal e nunca na seção dos apedidos destinada exclusivamente as pessoas estranhas a redação, e que trouxeram os seus escritos em linguagem decente, assinando o respectivo termo de responsabilidade, sempre que esta for julgada necessária. É este um ponto para o qual convergirá muito seriamente a nossa atenção. (*Gazeta da Parahyba*, Ano I, n. 7, 16 de maio de 1888, p. 1).

Abaixo do Expediente, ficava o Editorial, por vezes chamado também de artigo de fundo. Nele, os assuntos políticos predominavam. Nos primeiros números, o tema da abolição foi abordado ao lado de outras discussões mais locais, como as obras da igreja matriz, por exemplo.

de 1888), um relatório escrito pelo engenheiro de minas Francisco Soares da Silva Retumba, fruto de uma viagem ao interior da província. Esse documento, inclusive, chamado de Relatório Retumba, é citado, entre outros, por José Américo de Almeida em *A Paraíba e seus problemas* (1980 [1923], p. 347-354).

Outra seção que figurava ora na primeira página, ora na segunda era o “Subsídio para a história da província da Parahyba”, uma coluna criada para abrigar documentos relativos à história da Paraíba, cujo primeiro escrito foi um discurso de 1822 de José Bonifácio de Andrada, que havia sido comissionado pelo governo da Parahyba do Norte para representar a província (ed. 8, de 17 de maio de 1888).

Figura 15 – Página 2 da *Gazeta da Parahyba*



Fonte – GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 28, 10 jun 1888, p. 2.

O expediente da Tesouraria da Fazenda e de outras repartições, notícias de outros estados ou do interior, a crônica policial, os editais e informações sobre cotação de preços e câmbio na seção Comércio, por exemplo, eram seções que podiam vir na terceira ou quarta página do jornal. Regularmente, o jornal trazia informes financeiros de repartições como a Alfândega e o Consulado, bem como informações sobre as embarcações – os vapores – que chegavam ao porto, sendo nomeados os passageiros que chegavam, partiam ou estavam em trânsito.

Via de regra, na página 3, figuravam as seções cronísticas, intituladas “Toadas” e “Carambolas”, e outras que vieram depois, bem como a seção “Telegrammas”. A coluna “A pedidos”, comumente presente na página 4, às vezes também estava na terceira página.

Figura 16 –Página 3 da Gazeta da Parahyba



Fonte – GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 28, 10 jun 1888, p. 3.

A última página do jornal podia receber as mesmas seções da página 3, mas era primordialmente destinada aos anúncios, editais e comércio.

Figura 17 –Página 4 da Gazeta da Parahyba



Fonte – GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 28, 10 jun 1888, p. 4.

O maior acervo de exemplares da *Gazeta da Parahyba* encontra-se digitalizado na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Das 627 edições que existiram, sobreviveram 508, quase todas em bom estado de leitura, apesar de partes laterais estarem cortadas em muitos exemplares

e algumas poucas edições estarem incompletas. Entre as edições que faltam, estão os quatro primeiros números e as cinco últimas edições. Dois períodos específicos também não contam com edições sobreviventes: os números 193 a 253 e 286 a 315, além de outras edições esparsas.

A qualidade da impressão, o quadro de redatores, as várias seções cronísticas, o serviço telegráfico, a exclusividade da tradução de romances-folhetins, a significativa tiragem diária, os posicionamentos políticos adotados, tudo isso contribuiu, entendemos, para a “feição moderna” da *Gazeta da Parahyba*, expressão dita por Alcides Bezerra (1922 [1920], p. 56), corroborada por outros pesquisadores, como Socorro Barbosa (2009, p. 37), Eduardo Martins (1978, p. 207), Fátima Araújo (1983, p. 73) e José Leal (1962, p. 27-8).

3.2 A história da *Gazeta da Parahyba*

Os dados mais relevantes sobre a história do jornal *Gazeta da Parahyba* alcançados por nossa pesquisa foram fornecidos pelo seu fundador e redator-chefe, Eugenio Toscano de Brito, em artigo intitulado “Reminiscências: de como fundou-se e porque morreu a ‘Gazeta da Parahyba’ ” (1910 [1897]).

Como se trata de um artigo específico sobre um jornal, interpretamos que os historiadores da imprensa na Paraíba não se debruçaram com maior interesse sobre o escrito de Eugenio Toscano, pois priorizaram uma história mais panorâmica a respeito dos jornais e revistas que existiram na história do estado.

Entretanto, o valor histórico das “Reminiscências” do redator-chefe é inegável pelos esclarecimentos que traz a respeito daquele órgão de imprensa e sobre o contexto político que motivou a suspensão das atividades do referido jornal.

O escrito, em forma de depoimento, encontra-se datado, ao final, com o ano de 1897 (sete anos após o encerramento da *Gazeta da Parahyba*), mas foi publicado no volume 2 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano em 1910. O artigo informa sobre os redatores do jornal, as colunas e seções, dando pistas de alguns pseudônimos dos cronistas, e, acima de tudo, contando como surgiu a ideia de se criar aquela *folha diária* e quais as razões para o término da publicação.

Segundo Toscano de Brito (1910 [1897]), a ideia para o surgimento da *Gazeta da Parahyba* se deu na casa de Eduardo Marcos de Araújo, que recebia amigos nos finais de tarde para uma habitual conversa, nos primeiros dias do mês de maio de 1888.

Eduardo Marcos, que contribuía jornalisticamente com o *Arauto Parahybano*, “um pequeno jornal de estudantes”, informou sobre a proposta do *Arauto* de se tornar uma

publicação diária. Nesse sentido, pediu a contribuição de Eugenio Toscano para auxiliar, na redação, os jovens do *Arauto Parahybano* na nova empreitada deles. Após meditar, a resposta veio em forma de pergunta e desafio, conforme o relato do diálogo entre os dois:

E porque não fundaremos nós uma folha diária?

Eduardo era homem de resoluções rápidas e pois aceitando a minha ideia, disse:

– Você quer? Acha que poderemos sustentar uma folha em certas condições?

– Garantam-me, respondi, a existência de uma folha durante três meses que eu responsabilizo-me pelo resto.

Nisto entra Alonso de Almeida, então Inspetor da tesouraria de Fazenda, e atualmente Diretor de Contabilidade do Tesouro Nacional e que era um dos *habitués* das palestras vespertinas em casa do Eduardo.

Comunicamos a nossa ideia a Alonso que aceitou-a com entusiasmo e prometeu-me o seu valiosíssimo concurso para a nova empresa; e aí mesmo ficou assentada uma reunião de alguns íntimos para o dia seguinte. (BRITO, 1910 [1897], p. 264).

Na continuidade do relato, Eugenio Toscano de Brito informa sobre a reunião do dia seguinte com a presença de Eduardo Marcos, Alonso de Almeida, Antonio Bernardino, Antonio Carvalho e Arthur Achilles, entre outros dos quais não recordava mais, ficando decidida a fundação do *Correio Parahybano*, primeiro nome que foi pensado para a *Gazeta da Parahyba*.

O passo seguinte foi se dirigir à Tipografia dos herdeiros de José Rodrigues da Costa e definir as cláusulas da impressão. Novos contatos foram estabelecidos, agora, com Rodolpho Galvão e Antonio da Cruz Cordeiro Junior, o Cordeirinho, como era chamado pelos mais próximos.

Eugenio Toscano narra que Cordeiro Junior foi um dos maiores entusiastas da ideia. De pronto, o amigo já fazia projetos e cálculos sobre o futuro do jornal e se encarregou, de antemão, pelos romances-folhetins, assegurando uma assinatura do jornal francês *Petit Journal*, a fim de que pudesse publicar “sempre romances novos e dos melhores escritores franceses e que ainda não fossem conhecidos no Brasil” (BRITO, 1910 [1897], p. 265).

Em depoimento afetivo de Eugenio Toscano, “Cordeirinho foi um dos maiores, senão o maior esteio que durante a sua vida teve a *Gazeta da Parahyba*, à qual sacrificou ele os seus mais vitais interesses” (BRITO, 1910 [1897], p. 265).

No primeiro número do jornal, hoje não mais encontrado, datado de 8 de maio de 1888, Antonio Bernardino escreveu o artigo de apresentação, Rodolpho Galvão, um artigo sobre os portugueses no Brasil e Eugenio Toscano de Brito, as notícias políticas (BRITO, 1910 [1897], p. 266).

Estabelecendo-se como um marco no periodismo paraibano, por inaugurar, no jornalismo do estado, na época província, o primeiro serviço telegráfico direto, a *Gazeta da*

Parahyba trouxe ao público as discussões no Parlamento nacional sobre a abolição da escravidão, cuja Lei Áurea foi promulgada cinco dias após a primeira edição da *Gazeta*.

Segundo Eugenio Toscano de Brito (1910 [1897], p. 267),

quando recebeu a notícia da passagem do projeto [da abolição] no Senado a *Gazeta* mandou distribuir milhares de boletins anunciando a realização da grande aspiração nacional e ao seu escritório corriam os ex-escravos pedindo a sua *carta de alforria*; (os boletins) e foi munido deles que apresentavam-se no dia seguinte as casas de seus ex-senhores dizendo-se forros.

Grande popularidade deram esses fatos a nascente folha que viu-se logo cercada de grande simpatia, sendo com muita avidez procurada diariamente. (BRITO, 1910 [1897], p. 266).

A *Gazeta da Parahyba* nasceu e se promoveu em um momento de grande efervescência política. A possível simpatia alcançada pela *folha* se somava às inovações que o periódico introduzia na imprensa da província.

As informações para a caracterização da *Gazeta da Parahyba* como um jornal moderno, assim adjetivada pelos historiadores da imprensa paraibana a partir de Alcides Bezerra (1922 [1920]), podem ter sido colhidas das seguintes palavras do seu fundador:

A *Gazeta* trouxe uma completa reforma ao nosso jornalismo indígena: um excelente serviço telegráfico, publicação diária de bons folhetins-romance, minuciosas notícias do exterior, interior e principalmente da então província, dando conhecimento ao público do movimento de todas as repartições; seção diária de crítica sobre os acontecimentos do dia anterior, crônicas domingueiras etc. etc., nada lhe faltando enfim para um verdadeiro jornal.

De mais, colocada em um terreno neutro entre os dois partidos liberal e conservador, a *Gazeta* chamou naturalmente para o seu seio todas as aptidões e talento de que dispunham aqueles dois partidos, e os das classes conservadoras. (BRITO, 1910 [1897], p. 267-8).

Um das partes mais esclarecedoras do escrito de Eugenio Toscano de Brito, pelo menos no que diz respeito às informações sobre quais eram os jornalistas colaboradores da *Gazeta da Parahyba*, está na passagem em que o fundador-chefe do referido jornal enumera os nomes de seus companheiros nas lides da imprensa. Para a nossa pesquisa, foi um “achado” importante, entre outras razões, porque trouxe à luz os nomes de quem estava por trás de alguns pseudônimos:

Dirigida em seu começo exclusivamente por Antonio Bernardino, Rodolpho Galvão, Cordeiro Junior, Arthur Achilles, Alonso de Almeida, Eduardo Marcos e eu [Eugenio Toscano de Brito], ela [a *Gazeta da Parahyba*] teve sucessivamente as valiosas colaborações de Cícero Moura (Dr.), que juntamente com Arthur Achilles redigiram as *Notas da Semana* além de outros artigos sobre crítica e instrução; Antonio Camillo, fino espírito e aprimorado crítico que, além da interessante seção sobre o movimento

literário do país e do estrangeiro, escrevias as magistrais *silhouettes*; Machadinho (Dr. Francisco Ferreira da Silva Machado) que escrevia excelentes artigos literários e de crítica literária e social juntamente com o inditoso Fernando Coelho de Araújo; Alexandre de Faria Godinho, um talento trabalhado para o jornalismo, sempre cheio de muita *verre* (sic) e de muito *humour*, fazendo verdadeiro sucesso os seus artigos e folhetins assinados Rhadamanto e Rivadavio (depois houve muitos Rhadamantos e Rivadavios) Francisco Retumba (Dr.) que escrevia com a mesma facilidade com que falava, sempre proficientemente; Cordeiro Senior (dr.) um atleta na polêmica, cujos artigos eram verdadeiros primores pela pureza do estilo e beleza da forma; Epitácio Pessoa (Dr.) cujo nome basta citar; Cleto Toscano, e outros que não me ocorre; no Rio de Janeiro eram nossos correspondentes José Leal e Augusto Toscano (Dr.); em São Paulo o Dr. Ferreira Machado que para ali fora removido como empregado de Fazenda; em Mamanguape o Vigário Ayres e Vicente Ferrer (já falecido); em Souza, Silva Maris (Dr.); em Campina Grande, Rego Mello (Dr.). Os acontecimentos políticos que se deram no país durante os anos de existência da *Gazeta*: queda do Ministério João Alfredo, subida do partido liberal, proclamação da república; a mudança de domicílio e a morte modificaram em muito o corpo da redação, enquanto ela extinguiu-se em 1890 estava aquela exclusivamente a cargo de Rodolpho Galvão, Cordeiro Junior e eu [Eugenio Toscano de Brito], tendo, entretanto, eficaz auxílio de alguns daqueles colaboradores. (BRITO, 1910 [1897], p. 268-9).

As palavras do redator-chefe, além de trazer à luz os nomes dos que colaboraram com a vida da *Gazeta da Parahyba*, mostram que este jornal tinha um corpo de correspondentes espalhados dentro e fora da província, depois tornada estado. Notícias do interior e de São Paulo e Rio de Janeiro preenchiam as colunas da *folha* de forma atualizada, em função do serviço de telégrafo particular e da existência de correspondentes vinculados ao jornal.

Em seu último ano de publicação, 1890, a *Gazeta da Parahyba* já não contava com todos os seus redatores iniciais. A mudança de domicílio de Alonso de Almeida e a morte de Eduardo Marcos, conforme falaremos adiante, já haviam reduzido o número dos primeiros dirigentes de sete para cinco integrantes logo depois dos primeiros meses de vida da *Gazeta da Parahyba*. E, segundo o depoimento de Toscano de Brito, verificou-se que já não estavam na redação Antonio Bernardino e Arthur Achilles à época da decisão de suspensão das atividades do jornal.

Eugenio Toscano, nas suas “Reminiscências” (1910 [1897], p. 270) conta a sua versão sobre o fechamento da redação da *Gazeta da Parahyba*. Segundo ele, a “facilidade com que a república inaugurara o sistema de suprimir os jornais que lhe caíam no mais leve desagrado”, colocou a *Gazeta* numa “melindrosa posição”, pois qualquer alusão crítica ao poder governante do estado, provocaria a supressão do jornal, inclusive com o uso de violência.

Por esta época, fim de 1889 e, sobretudo, primeira metade de 1890, a *Gazeta da Parahyba* tinha “perdido aqueles tons de humorismo e facécia que sempre manteve” (BRITO, 1910 [1897], p. 270). Constatamos, levando em consideração esse depoimento de Eugenio Toscano e olhando para o número de escritos cronísticos publicados no período mencionado, que as crônicas diárias, sempre tão presentes com um tom mais crítico e jocoso, já não eram

publicadas com regularidade e muitas seções já não mais existiam. Sobreviviam apenas as crônicas semanais da seção “A semana finda”, publicadas às terças-feiras para comentar os acontecimentos da semana, e uma ou outra seção cronística sem a regularidade das primeiras seções quando do surgimento da *Gazeta da Parahyba* em 1888. As pressões políticas que levaram a *Gazeta* a agir de forma mais melindrosa repercutiam no desaparecimento de seções cronísticas e, por fim, levaram ao fechamento definitivo do jornal.

O Despertador, O Liberal Parahybano, O Conservador e o Jornal da Parahyba, periódicos ligados aos partidos monárquicos, os primeiros da facção liberal, e os outros, da conservadora, já tinham fechado as portas com o advento da República. Restava, não por muito tempo, a *Gazeta da Parahyba*.

O depoimento de Eugenio Toscano de Brito, a despeito da suspeita de advogar em causa própria, indica uma imagem ativa de sua parte ao não ceder às pressões de forças militares como a razão para o fechamento da *Gazeta da Parahyba*, cujo último dia de publicação foi 8 de julho de 1890.

Um novo jornal estava surgindo na época – *O Estado da Parahyba* – com coloração republicana, publicando os atos administrativos do governo do estado e, naturalmente, defendendo o poder governamental.

Logo em seu segundo número, em uma pequena seção da terceira página, numa sequência de várias notas de temas esparsos, o novo jornal editou uma nota sobre a suspensão da publicação da *Gazeta da Parahyba*:

Suspendeu temporariamente a sua publicação a *Gazeta da Parahyba*. Ignoramos os motivos reais que levaram os seus redatores à tão surpreendente resolução. Em todo caso podemos afirmar que não houve intervenção alguma do governo do Estado, a quem era prestado todo o apoio pela redação, como ela mesmo confessa, e muito menos da distinta oficialidade do 27, não obstante o seu justo ressentimento para com aquela folha. (O ESTADO DA PARAHYBA, Ano I, n. 2, 9 jul 1890, p. 3).

Na seção “A pedidos”, página 4, do mesmo jornal *O Estado da Parahyba*, Epitácio Pessoa, então secretário do governo, com um escrito intitulado *Gazeta da Parahyba*, também faz referências à suspensão da *Gazeta*, eximindo-se de qualquer responsabilidade sobre o ocorrido, bem como eximindo o governo estatal. Com um escrito assinado com data de 8 de julho de 1890, assim se pronunciou:

Este distinto órgão de publicidade suspendeu hoje a sua publicação. Sinto profundamente que segundo consta-me, tenham envolvido o meu humilde nome neste

fato lamentável. Devo dizer ao público a parte que tive na *compressão* da liberdade de imprensa, para mim a mais respeitável e civilizadora de todas as liberdades.

Em seu primeiro número *O Estado da Parahyba*, referindo-se a uma passeata promovida nesta cidade em regozijo à decretação da Constituição, escreveu:

“Dispersou-se a passeata no quartel, onde terminou a festa do dia por um certame oratório em que tomaram parte os mesmos oradores salientando-se o Dr. Epitácio Pessoa por um arrebatado discurso e o Dr. Cunha Lima pelo seu valor cívico revelado a par de indizível modéstia.”

A *Gazeta*, aproveitando o ensejo para fazer um *tout d’esprit*, comentou a notícia, escrevendo entre outras coisas o seguinte:

“Não sabíamos dessa corrida oratória em que foram jóqueis vencedores os Drs. Epitácio e Cunha Lima.”

Achei pouco delicada a figura; mas nem de leve mostrei-me ressentido com os meus ilustres amigos, redatores daquela folha.

Ontem, em amistosa palestra com eles, emiti a mesma opinião quando, chamado ao assunto, discutimos a propriedade ou impropriedade da imagem. Isto reproduziu-se à noite. Separamo-nos como bons amigos que somos.

Hoje, porém, fui surpreendido com a declaração dos redatores da *Gazeta* de que suspendiam a publicação da folha até que pudessem, “sem melindrar susceptibilidades e com garantia da lei, exprimir as suas ideias; e mais surpreendido fiquei com saber que me atribuíam o ter concorrido para aquele fato, revelando, no caráter de secretário do governo, a má vontade deste a respeito daquela folha.

Ora compreende o público que, tratando-se de um incidente todo pessoal e sem importância, eu jamais poderia discuti-lo em caráter oficial; e quando o tivesse feito portei-me tão convenientemente que o meu procedimento não poderia de modo algum autorizar a resolução da “gazeta”.

Convém esclarecer que a briosa oficialidade do 27 batalhão mostrou-se ofendida com os comentários daquele jornal, e neste sentido houve troca de explicações que, constame, não desvaneceram aquela má impressão. Se foi este desgosto o que determinou a suspensão da “Gazeta da Parahyba”, não se me atribua co-participação em um ato para o qual não concordo, nem tão pouco o Governo do estado que se mostrou sempre solícito em dar as mais vivas demonstrações de simpatia àquela folha.

Parahyba, 8 de julho de 1890.

Epitacio Pessoa.

(*O Estado da Parahyba*, Ano I, n. 2, 9 jul 1890, p. 4)

Pelas duas declarações contidas no jornal *O Estado da Parahyba*, o governo se eximia de qualquer intervenção, mas os escritos deixavam indicado a possível interferência do 27º batalhão de infantaria. É o que os historiadores vão apontar como causa para a suspensão das atividades da *Gazeta da Parahyba*, destino semelhante já tomado pelo *Jornal da Parahyba*, no ano anterior:

Em 1889 essa folha [*Jornal da Parahyba*] foi empastelada, por fazer oposição ao então presidente dr. Gama Rosa, a quem esse atentado foi atribuído naquele tempo. Posteriormente pessoas da intimidade daquela autoridade negaram-lhe a conivência no crime, que, parece, foi praticado por soldados de linha mandado do coronel Honorato Caldas, então comandante do 27.º Batalhão de infantaria. Sorte igual teria a *Gazeta da Parahyba* em 90 se não suspendesse a publicação. A oficialidade do aludido batalhão irritou-se com a *Gazeta* por causa de uma ligeira notícia, e como a época era de profunda anormalidade o presidente republicano de então não pôde garantir a liberdade de imprensa, o que motivou o desaparecimento daquela folha no dia 8 de julho de 1890. Citemos os principais heróis desse atentado: coronel Bento da Gama, capitão Panasco, alferes Belerophonte... (BEZERRA, 1922 [1920], p. 56).

Como não sobreviveram ao tempo os cinco últimos números da *Gazeta da Parahyba*, não tivemos acesso nas próprias edições do jornal ao escrito que causou tanta repercussão a ponto de provocar a interrupção da publicação da *Gazeta*.

Entretanto, Eugenio Toscano de Brito (1910 [1897], p. 270-276) narra a sua versão dos fatos e traz à luz o que se escreveu na *Gazeta da Parahyba* nos últimos dias que antecederam o fim do jornal. Afirmando que ignorava, até aquele momento (1897), os reais motivos da suspensão da *Gazeta*, Eugenio Toscano relembra alguns acontecimentos que tentam estabelecer ligação entre os fatos. Desse modo, menciona que, em junho de 1890, duas expressões usadas no jornal foram motivos de repreensão por parte de comandantes militares. Uma delas – *razões de cabo esquadra* –, que intitulava uma nota, provocou a ida de um capitão – o capitão Bezerra – até a redação da *Gazeta da Parahyba*, a fim de “aconselhar” o redator a não mais usar aquele tipo de expressão que podia sugerir uma desmoralização dos cabos de esquadra¹².

Afirma Eugenio Toscano (1910 [1897], p. 270) que tentou em vão explicar o emprego daquele brocado popular, ficando pasmo diante da reação do militar.

Dias depois, em razão de um escrito na edição 613¹³, de 20 de junho de 1890, outro comandante, do qual Toscano de Brito não recordava o nome, compareceu à redação da *Gazeta da Parahyba* para protestar, em nome do 27º Batalhão, “contra a expressão *competentemente municuada*, porquanto os soldados tinham ido apenas com os respectivos armamentos” (BRITO, 1910 [1897], p. 271), presente na seguinte nota:

EXPLOÇÃO

Morte e ferimento

Ontem, às 10 ½ horas da noite, nas Trincheiras, em frente ao sítio do tenente coronel Baptista, em uma dependência da casa de Antonio Caetano, estando trabalhando em fogos um rapaz de nome José Ferreira e um outro do mesmo nome e aleijado, conhecido por José Amor Divino, deu-se uma explosão pela queda de um candeeiro, ficando completamente carbonizado o segundo e gravemente ferido o seu companheiro.

A dependência da casa ficou completamente destruída e reduzida a um montão de cinzas.

[...]

Grande foi a aglomeração de povo que para ali correu e, à hora em que escrevemos, 11 ½ da noite, continua a dirigir-se para o lugar da catástrofe grande massa popular.

O ferido foi socorrido por um dos nossos colegas, que, de volta, encontrou uma grande força de linha competentemente.... municuada e uma outra de polícia, que iam naturalmente manter a ordem, conquanto esta não estivesse alterada.

[...]. (GAZETA DA PARAHYBA, Ano III, n. 613, 20 jun 1890, p. 3) (grifo nosso).

¹² Razões de cabo de esquadra” era um dito popular que significava razões sem valor, insuficientes, argumentos de nenhum peso. A expressão ainda indicava que os cabos de esquadra eram de pouco saber mas com fumos de comando, segundo escrito do próprio jornal em outra ocasião (GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 87, p. 3).

¹³ Nas “Reminiscências”, Eugenio Toscano de Brito (1910 [1897], p. 271) indicou a edição 612. Certamente, foi traído pela memória. Constatamos que a nota a que ele se referiu estava na edição 613. A data foi mencionada corretamente.

No dia seguinte, em nota de primeira página, a *Gazeta* trouxe mais informações sobre o ocorrido e retificou a informação, afirmando: “As praças de linha que compareceram estavam apenas armadas, ficando assim retificada esta parte da notícia” (GAZETA DA PARAHYBA, Ano III, n. 614, 21 jun 1890, p. 1).

Mas o estopim aconteceu por ocasião da penúltima edição da *Gazeta da Parahyba*, n. 626, de 6 de julho de 1890. E como não sobreviveram os últimos números do jornal, valemos do que Eugenio Toscano de Brito registrou:

Em seu número 626 (foi o penúltimo) em uma local, com o título *Hom’esse!* Escrevia a *Gazeta*:

“Disse o *Estado da Parahyba* que a passeata em regozijo pela decretação da Constituição despertou-se no pátio do Quartel, ‘onde terminou a festa do dia por um certame oratório, em que tomaram parte os mesmos e outros oradores, salientando o Dr. Epitácio por um arrebatado discurso e o Dr. Cunha Lima pelo seu valor cívico revelado a par de indizível modéstia’.

Ora, nós não sabíamos dessa corrida oratória em que forma jóqueis vencedores os Drs. Epitácio e Cunha Lima, por isso não lhes tínhamos dado os parabéns, o que aproveitamos a ocasião para fazê-lo.

Mas, o que teria dito o Dr. Cunha Lima que foi vencedor *pelo seu valor cívico a par de indizível modéstia?*

Querem ver que o Sr. Dr. Chefe de Polícia, principiando o seu discurso por afirmar ser o mais obscuro dos oradores, que levantava a sua débil voz perante aquela augusta assembleia (e ali está a indizível modéstia) disse ali mesmo nas barbas do 27, cobras, e lagartos do Deodoro, do exército e da armada? (E aí está a revelação do valor cívico.) Deve ter sido isto...”

Logo cedo no dia da publicação dessa local, tive conhecimento por vagos rumores, do desgosto que a notícia tinha causado entre a oficialidade do 27, e que os dias, senão as horas da *Gazeta* estavam contados.

Devo confessar que apesar de todos os precedentes eu tinha a ingenuidade de não acreditar nesses rumores mesmo porque não via na local motivo para tanto.

De que tratava-se com efeito?

De inocente *troça* feita ao dislate do futuro órgão do partido do governador do estado! (BRITO, 1910 [1897], p. 271-2).

Após a publicação das palavras mencionadas no registro de Eugenio Toscano, a redação da *Gazeta da Parahyba* foi novamente “visitada”, desta vez pelo coronel, depois general, Bento da Gama, comandante do 27º Batalhão. Como o redator-chefe não se encontrava no local em todas às vezes que foi procurado, Eugenio Toscano de Brito teve que se dirigir à noite para a casa do comandante, onde o coronel, em nome da oficialidade, exigiu “uma retratação completa por parte da *Gazeta* em face da ofensa que lhe tinha sido dirigida chamando-o de covarde, pois era uma covardia supor que o Dr. Cunha Lima tinha dito cobras e lagartos do Marechal Deodoro em sua presença e que ela [a oficialidade] tinha ficado silenciosa” (BRITO, 1910 [1897], p. 273).

Eugenio Toscano de Brito argumentou que se tratava de ironia e alfinetadas contra o jornal *Estado da Parahyba* e o Dr. Cunha Lima, e não contra o 27º Batalhão, mas as explicações não foram aceitas, e a conversa entre os dois foi ficando cada vez mais tensa:

Expliquei ao Coronel Bento da Gama a interpretação que se devia dar a notícia; que nela via-se claramente ironia e alfinetadas mas não ao 27 Batalhão, e sim ao *Estado* e ao Dr. Cunha Lima, que eu não tinha dúvida em dar a esse respeito uma explicação.

– Explicação não; satisfação.

– Satisfação, não, coronel, porque não vejo motivo para isso.

– O Dr. pense bem, insistiu o Coronel. A oficialidade está muito exaltada, principalmente o Panasco (Capitão) e o Belerophonte (alferes); e eu, por melhores razões que visse assistir de sua parte nunca, em questões semelhantes estarei em divergência com os meus oficiais.

– Mas, uma explicação, que o Sr. verá mesmo antes de ser publicada, poderá conciliar ambas as partes.

– Não concilia, não; conheço a quanto pode chegar o fogo dessa rapaziada que tenho no quartel. Olhe: eu mesmo escrevo o artigo e você publicará como se fosse da redação:

Recusei-me ainda uma vez, e levantando-me, disse ao Coronel:

– Bem, Coronel; não podendo nós chegarmos a um acordo, só tenho que retirar-me, certo de que a *Gazeta* continuará a sair.

– E eu, Dr.; só tenho a dizer-lhe que não me responsabilizo pelas consequências.

Frase esta que o Coronel ainda repetiu ao transpor eu a porta da rua. (BRITO, 1910 [1897], p. 273).

Após esse não muito amistoso diálogo, cheio de ameaças e insinuações, entre o redator-chefe e o coronel Bento da Gama, ao voltar para a sede da *Gazeta da Parahyba*, Eugenio Toscano de Brito encontrou os colegas de redação que o aguardavam, pressentindo o que estava prestes a acontecer – o empastelamento do jornal ou o fechamento antes desse ato de violência extrema:

Voltando ao escritório da *Gazeta* encontrei-o repleto de amigos, que tendo notícia do que se passava, aguardavam a minha volta; todos pressentiam a tempestade a desencadear-se.

Expus-lhes singelamente a minha conferência com o Coronel Bento da Gama e pedi-lhes conselhos, certo de que eu mantinha a minha opinião expendida ao Coronel – de que a *Gazeta* continuaria sair.

Ainda hoje [1897] me recordo do silêncio morno, profundo, angustioso que seguiu-se as minhas últimas palavras, era que esmagava-nos na ocasião a liberdade, a igualdade e a fraternidade republicanas, tais quais as compreendiam os homens do 15 de Novembro!

Rodolpho Galvão, Francisco Retumba, Cordeiro Junior, Antonio Camillo, Faria Godinho, todos finalmente foram de opinião que, em face de tão formal ameaça, seria uma loucura a continuação da publicação do jornal, e eu só tive que submeter-me a opinião dos meus amigos.

– Outro então faça o *requiescat*¹⁴ – eu não, repliquei.

– Faça eu, disse o Rodolpho. (BRITO, 1910 [1897], p. 274).

¹⁴ O termo *requiescat* faz parte da expressão latina “*requiescat in pace*” e significa “descanse em paz. Prece recitada no ofício dos mortos e muitas vezes gravada em pedras tumulares” (www.dicionariodelatim.com.br).

Rodolpho Galvão escreveu, então, o epitáfio do jornal em nota intitulada “Última hora”:

Em virtude das circunstâncias anômalas em que nos achamos, e que nos dois últimos dias se tem acentuado relativamente a liberdade do que está até hoje tínhamos gozado na manifestação dos nossos pensamentos, como órgão da imprensa neste Estado, resolvemos suspender temporariamente a publicação da *Gazeta da Parahyba*, até que possamos sem melindrar susceptibilidades, e com garantia da lei, exprimir as nossas ideias.

O público que tem acompanhado a nossa norma de conduta, nos fará a justiça de bem aquilatar dos nossos serviços, franca e desinteressadamente prestados a administração deste Estado, depois da inauguração da República.

Os nossos assinantes que acham-se adiantados em seus pagamentos convidamos a vir ao nosso escritório receber o que lhe é devido.

Acreditamos que em breve prazo poderemos reaparecer na arena jornalística, mantendo a nossa autonomia. (BRITO, 1910 [1897], p. 274-5).

O relato de Eugenio Toscano de Brito, em suas “Reminiscências” (1910 [1897]) explicam como a *Gazeta da Parahyba* surgiu e como a ameaça de militares do recém instalado regime republicano impôs o fechamento do jornal.

Em tendo como verdade o depoimento do redator-chefe, a *Gazeta* tinha condições plenas de continuar suas atividades jornalísticas. A ameaça explícita de um coronel, comandante de um batalhão, pôs fim a um projeto dos mais bem sucedidos do periodismo paraibano do século XIX.

Conhecida a história da *Gazeta da Parahyba*, conheçamos, agora, um pouco mais sobre os principais redatores desta *folha diária*.

3.3 Os redatores da *Gazeta da Parahyba*¹⁵

Está difundida e consolidada na história da imprensa paraibana, a saber, nos registros de Alcides Bezerra (1922 [1920]), José Leal (1962), Eduardo Martins (1976; 1978) e Fátima Araújo (1986 [1985]), a informação de que os redatores e diretores da *Gazeta da Parahyba* foram: Eugenio Toscano de Brito, Arthur Achilles¹⁶, Antonio Bernardino, Rodolpho Galvão, Antonio da Cruz Cordeiro Junior, Alonso de Almeida e Eduardo Marcos.

As lembranças de Eugenio Toscano de Brito, no seu artigo “Reminiscências” (1910 [1897], p. 268), realmente confirmam esses nomes como responsáveis pela redação no primeiro

¹⁵ Neste tópico 3.3 nos ateremos a biografar os sete redatores iniciais, diretores fundadores da *Gazeta da Parahyba*, que contou com outros colaboradores, citados ao longo do nosso texto.

¹⁶ Optamos por grafar o nome do jornalista Arthur Achilles desse modo, a despeito de alguns livros grafarem Artur Aquiles, para seguir a forma como ele foi comumente citado nas fontes primárias, a saber, nos exemplares da *Gazeta da Parahyba*, e nas “Reminiscências” de Eugenio Toscano de Brito (1910 [1897]).

momento da existência do periódico, elencando, também, vários nomes de seus colaboradores e correspondentes.

Além das palavras de Eugenio Toscano de Brito (1910 [1897]), suficientes para a comprovação de quem dirigia e redigia regularmente o jornal, as fontes primárias, isto é, os exemplares da *Gazeta da Parahyba*, em grande medida, fazem alusão às colaborações dos referidos jornalistas, caracterizando-os como redatores do periódico.

Porém, a participação dos redatores não se deu na mesma proporção. Por exemplo, a morte de Eduardo Marcos em outubro de 1888, meses depois do início da publicação do jornal, e a mudança de domicílio, para outra província, de Alonso de Almeida interromperam o exercício jornalístico desses dois escritores na *Gazeta da Parahyba*.

Apesar de contar com a participação de Rodolpho Galvão, Francisco Retumba, Antonio Camillo e Faria Godinho, por ocasião do segundo aniversário do jornal, em 8 de maio de 1890, edição 579, em diversos escritos laudatórios pelo início do terceiro ano de publicação, verifica-se que, dos sete redatores iniciais, dois figuravam ainda como responsáveis, naquela ocasião, pela continuidade do periódico: Eugenio Toscano e Cordeiro Junior.

Um escrito sob a assinatura de um pseudônimo – Dominó Vermelho – apontava que a *Gazeta da Parahyba* era “filha legítima e bem legítima do Dr. Eugenio Toscano”. E mais:

Concorre para isto [a continuidade da *Gazeta da Parahyba*] os esforços incessantes, a inteligência inexaurível de seu chefe e fundador, e o talento e a coragem do Dr. Cordeiro Junior, que, com as fulgurações diamantinas de sua pena de prosador e de poeta, aparece quase sempre em todas as suas colunas, sendo ele também o timoneiro infatigável da galera.

(*Gazeta da Parahyba*, 8 de maio de 1890, Ano III, n. 579, p. 1)

O engenheiro renomado da época Francisco Retumba, que também foi um dos sócios da *Gazeta do Sertão*, importante periódico de Campina Grande, em sua homenagem ao jornal aniversariante, na mencionada edição comemorativa, confirma as palavras anteriores: “Os Drs. Eugenio e Cordeiro Junior têm sabido resistir com heroísmo a tantas e tão variadas causas de desgostos e desânimo; a população verdadeiramente patriótica deste Estado lhes deve grande dívida de gratidão” (*Gazeta da Parahyba*, 8 de maio de 1890, Ano III, n. 579, p. 2).

Outro escrito da mesma edição acrescentava:

A *Gazeta da Parahyba* representa uma gama enorme de sacrifícios, e é a afirmação eloquente da dedicação e amor ao trabalho dos dois ilustres cidadãos que, de algum tempo a esta parte, lhe tem sido os únicos sustentáculos – Eugenio Toscano e Cordeiro Junior.

Estes dois moços, cheios de vida e atividade, dessa vida e atividade que seriam capazes de prodígios em outro estado mais próspero que a Parahyba e de horizontes

mais largos, parecem viver única e exclusivamente para a *Gazeta*. (*Gazeta da Parahyba*, 8 de maio de 1890, Ano III, n. 579, p. 2).

Depreende-se dessas citações que os dois principais redatores do jornal foram, de fato, o seu fundador e redator-chefe Eugenio Toscano de Brito e o jornalista e tradutor Antonio da Cruz Cordeiro Junior, de modo a recair sobre eles a responsabilidade de boa parte dos escritos da *folha*.

As séries de crônicas presentes na *Gazeta da Parahyba* estão assinadas por pseudônimos. E as pesquisas até então não se debruçaram sobre esta questão, no sentido de associar quais redatores ou colaboradores poderiam estar por trás dos nomes fictícios. Na presente tese, conseguimos identificar alguns deles. Mais adiante, revelaremos.

Até mesmo o volumoso Dicionário Bibliográfico de Sacramento Blake (1883; 1902), com seus 7 volumes, que esclareceu uma série de pseudônimos da história literária e jornalística brasileira, não trouxe luz a esta questão no que diz respeito aos jornalistas que constituíram a redação da *Gazeta da Parahyba*. O levantamento de Sacramento Blake chega a citar três jornalistas dos que se relacionam a nossa pesquisa: Antonio da Cruz Cordeiro (BLAKE, v. 1, 1883, p. 145), um dos colaboradores da *Gazeta*; seu filho Antonio da Cruz Cordeiro Junior (BLAKE, 1883, v. 1, p. 438); e Rodolpho Galvão (BLAKE, 1902, v. 7, p. 140-141).

Os verbetes relativos aos dois primeiros não poderiam conter dados sobre a *Gazeta da Parahyba* porque estão no volume 1 do Dicionário, lançado em 1883. Portanto, cinco anos antes do jornal iniciar sua publicação. Os dados sobre Rodolpho Galvão, presentes no volume 7, lançado em 1902, por sua vez, restringem-se à informação da publicação de dois escritos na área de medicina.

Socorro Barbosa (2009, p. 27) constatou a mesma dificuldade quando se referiu à *Gazeta da Parahyba* e ao jornalista Arthur Achilles, um dos redatores do periódico: “Devido ao uso do anonimato e de pseudônimos fica difícil identificar, entre a produção literária que circulou abundantemente naquele jornal, a produção do jornalista [Arthur Achilles]”.

O privilégio de nossa pesquisa em ter acesso às fontes primárias e poder se debruçar sobre um periódico específico trouxe uma contribuição na questão do anonimato na *Gazeta da Parahyba*. Ao menos três pseudônimos podem ser associados a três dos redatores do jornal. Como veremos mais adiante, uma série de indícios e alguns escritos, além de informações diretas, vão identificar pseudônimos de Eugenio Toscano de Brito, Cordeiro Junior, Eduardo Marcos, Arthur Achilles e do colaborador Faria Godinho.

Em tópico posterior, esses “achados” de nossa pesquisa serão ressaltados como uma contribuição para a história da literatura e do jornalismo da Paraíba. Afinal, as informações até

então publicadas pelos historiadores da imprensa paraibana sobre os jornalistas/redatores da *Gazeta da Parahyba* não mencionam os escritos cronísticos nem identificam a autoria dos mesmos. Afora as já analisadas “Reminiscências” de Eugenio Toscano de Brito (1910 [1897]), que não foram retomadas pelos historiadores em sua inteireza, desconhecemos, no universo de referências bibliográficas as quais tivemos acesso, dados sobre os pseudônimos da *Gazeta da Parahyba*. O lugar social (CERTEAU, 1982 [1975]) no qual nos encontramos, entretanto, legou-nos o privilégio de algumas descobertas.

Informações sobre os sete principais redatores da *Gazeta* no início da publicação do periódico não são encontradas em uma única obra. O quadro a seguir mostra fontes que contêm dados biobibliográficos a respeito dos redatores do jornal, objeto de nosso estudo. Para a construção do quadro, levamos em consideração as seguintes obras: o *Pequeno Dicionário dos Escritores/Jornalistas da Paraíba do Século XIX*, organizado pela professora Socorro Barbosa (2009); o *Dicionário Literário da Paraíba*, organizado por Idelette Muzart Fonseca dos Santos (1994); o *Dicionário Biobibliográfico Paraibano*, de José Leal (1990); o livro *A imprensa na Paraíba*, também de José Leal (1962); *A tipografia do Beco da Misericórdia*, de Eduardo Martins (1978); e *Vultos da Paraíba*, de Oscar Oliveira Castro (1955).

Quadro 1 – Fontes bibliográficas sobre os redatores da *Gazeta da Parahyba*

Redatores da <i>Gazeta da Parahyba</i>	Obras que contêm dados biobibliográficos sobre os jornalistas					
	BARBOSA (2009)	SANTOS (1994)	LEAL ¹⁷ (1962)	LEAL (1990)	MARTINS ¹⁸ (1978)	CASTRO ¹⁹ (1955)
Eugenio Toscano de Brito	X		X	X	X	X
Arthur Achilles dos Santos	X ²⁰	X ²¹	X	X		X
Antonio da Cruz Cordeiro Junior	X	X	X	X		
Eduardo Marcos de Araújo	X ²²					
Antonio Bernardino dos Santos	X ²³			X		
Rodolpho Galvão				X		
Joaquim Alonso M. de Almeida	X ²⁴					

Fonte – Pesquisa autoral, 2017.

Como é possível perceber, o dicionário organizado por Socorro Barbosa (2009) é a obra que mais traz referências aos redatores da *Gazeta da Parahyba*. Isso se justifica, entre outras razões, porque foi a pesquisa que priorizou o jornalismo do século XIX. As obras de Leal (1962; 1990), por sua vez, contribuíram com informações muito objetivas e pontuais, apesar de apontar dados sobre a maioria dos autores.

A constatação a que chegamos com este levantamento é que há um número maior de informações a respeito de Eugenio Toscano de Brito e Arthur Achilles. Além de terem assumido posições de comando em jornais oitocentistas e até do início do século XX, no caso de Achilles, foram “imortalizados” como patronos de cadeiras da Academia Paraibana de Letras – APL, o

¹⁷ Em *A imprensa na Paraíba*, José Leal faz um pequeno inventário de jornalistas. O autor reconhece textualmente a sua pretensão em fornecer uma pequena parcela dos nomes do periodismo paraibano (1962, p. 65). Seus dados específicos sobre os jornalistas, realmente, pouco acrescentam à biobibliografia dos redatores da *Gazeta da Parahyba*, apesar de citar três deles.

¹⁸ A obra de Martins (1978) traz informações sobre os redatores de *O Publicador*, jornal publicado pela Tipografia de J. R. da Costa, posteriormente Tipografia dos herdeiros de J. R. da Costa. Não tem, portanto, o mesmo propósito dos dicionários. Mas, foi incluído, neste quadro, por ser uma das importantes fontes sobre Eugenio Toscano de Brito, que passou a integrar a redação em 1882, com a saída de Cordeiro Senior (MARTINS, 1978, p. 185).

¹⁹ O livro de Castro (1955), por ser sobre os patronos das cadeiras da Academia Paraibana de Letras, traz, naturalmente, apenas informações sobre Eugenio Toscano de Brito e Arthur Achilles, os dois únicos redatores da *Gazeta da Parahyba* que integraram este panteão acadêmico.

²⁰ Dois verbetes foram incluídos para se referir ao jornalista Arthur Achilles dos Santos no dicionário organizado por BARBOSA (2009): um, com entrada **ACHILES dos Santos, Artur**; outro, com entrada **AQUILES, Artur**. As informações referem-se ao mesmo escritor e não se repetem em sua totalidade; complementam-se.

²¹ O nome do jornalista Arthur Achilles também foi grafado com a entrada **AQUILES, Artur** pelo dicionário organizado por Santos (1994).

²² Apesar de se informar em Barbosa (2009, p. 27-8) que os dados sobre Eduardo Marcos de Araújo foram extraídos de Santos (1994), verificamos que só constam dados sobre o autor no primeiro dicionário.

²³ No verbete sobre Antonio Bernardino dos Santos, em BARBOSA (2009, p. 130), constam apenas esses dados: “(* 1835, Paraíba, – + 1912, Rio de Janeiro-RJ)”.

²⁴ Consta apenas a seguinte informação sobre Alonso de Almeida em BARBOSA (2009, p. 20): “Diretor de *A Gazeta Paraibana*”. Provavelmente, uma referência à *Gazeta da Parahyba*.

que pode ter resultado numa visibilidade maior para as pesquisas²⁵. Arthur Achilles também é patrono de uma das cadeiras do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP, tendo participado de sua fundação em 1905 (Eugenio Toscano de Brito faleceu em 1903, portanto, antes da fundação do IHGP).

Cordeiro Junior, a despeito de estar presente em várias referências, incluindo menção feita a ele na *Enciclopédia de Literatura Brasileira*, organizada por Afrânio Coutinho e J. Galante de Sousa (2001, V.2, p. 527), não recebeu ainda, no cenário paraibano, o mesmo espaço alcançado pelos dois companheiros citados.

A conclusão a que se chega sobre os demais redatores é que não há muitos dados disponíveis sobre Eduardo Marcos, Antonio Bernardino, Alonso de Almeida e Rodolpho Galvão, pelo menos no âmbito da historiografia literária ou jornalística.

Além disso, o que se disse sobre esses sete jornalistas até então não chega a explicitar a participação deles na *Gazeta da Parahyba*. Logo, os escritos cronísticos presentes no periódico constituem um campo novo de investigação.

Quando Alcides Bezerra (1922 [1920], p. 55) apontava no seu pioneiro estudo sobre a imprensa paraibana que a *Gazeta da Parahyba* tinha um “luzido corpo redacional” certamente baseava-se, entre outras razões, no fato de que seus redatores foram militantes do jornalismo antes de fundarem a *Gazeta* e mesmo depois da suspensão dela. O próprio historiador, ao enumerar os jornais e periódicos que circularam no solo paraibano mostra, por exemplo, que Antonio Bernardino fez parte da fundação de *O Bossuet da Jacoca* em 1875 e Arthur Achilles já havia estreado no jornal *A Parahyba* em 1880 (BEZERRA, 1922 [1920], p. 54-5). Em 1887, segundo Eduardo Martins (1976, p. 80), o *Arauto Parahybano* contava com a colaboração de Antonio Bernardino dos Santos, Eduardo Marcos de Araújo e Eugenio Toscano, entre outros.

Após o fechamento da *Gazeta da Parahyba*, Eugenio Toscano, Arthur Achilles, Antonio Bernardino e Rodolpho Galvão, “todos espíritos brilhantes e experimentados nas lides do jornalismo” voltariam a se encontrar em *O Parahybano*, de 1892 (BEZERRA, 1922 [1920], p. 57). Eugenio Toscano ainda colaboraria nos primeiros dias de *A União*, de 1893, e Arthur Achilles fundaria *O Commercio*, jornal que circulou entre os anos de 1899 e 1907, sua “tenda de combate”, nas palavras de Alcides Bezerra (1922 [1920], p. 57).

²⁵ O pai de Antonio da Cruz Cordeiro Junior, conhecido por Cordeiro Sênior, indicado também como colaborador da *Gazeta da Parahyba*, também figurou na Academia Paraibana de Letras. É o patrono da cadeira nº 11 (CASTRO, 1955).

3.3.1 Eugenio Toscano de Brito, o fundador e redator-chefe

O fundador da *Gazeta da Parahyba* e um de seus principais redatores foi Eugenio Toscano de Brito. Nascido na cidade da Parahyba, atual João Pessoa, em 10 de outubro de 1850, era filho do Comendador Felizardo Toscano de Brito, chefe do Partido Liberal, e D. Eugênia Accioli Toscano de Brito.

Figura 18 – Imagem de Eugenio Toscano de Brito



Fonte – APL. Disponível em: <http://www.aplpb.com.br/videos-e-imagens>. Acesso 14 nov 2017.

Segundo Eduardo Martins (1978, p. 206), depois de estudar os preparatórios, Eugenio Toscano seguiu para o Rio de Janeiro onde cursou a Faculdade de Medicina, concluindo seus estudos em 1879, na Bahia, em função de desavenças entre a turma de estudantes e professores da corte. Diplomou-se em medicina com uma tese sobre o beribéri. Foi casado com D. Josefina Roy Toscano de Brito.

“Ainda acadêmico, fez parte com os depois notáveis publicistas Teixeira de Souza e Miguel Lemos, de uma revista mensal de ciências, letras e artes, denominada ‘A Ideia’, cujo primeiro número apareceu no Rio em 1 de julho de 1874” (MARTINS, 1978, p. 206).

Ao voltar à cidade da Parahyba, dedicou-se à medicina, ao magistério e ao jornalismo. Exerceu, ainda, vários cargos públicos:

Foi nomeado Inspetor da Saúde Pública e do Porto; exerceu as funções de Vacinador Provincial, Diretor do Serviço Médico da Santa Casa de Misericórdia, Cirurgião-Mor da Província; Médico Legista da Polícia da Estrada de Ferro Conde D’Eu. Era sócio correspondente da Sociedade de Medicina Cirúrgica do Rio de Janeiro; Professor de Trigonometria, Pedagogia, Ciências Físicas e Naturais, Geografia, Álgebra, Biologia e História Natural. Foi, também, Diretor da Instrução Pública, Diretor da Escola Normal e do Lyceu. (BARBOSA, 2009, p. 37).

Apesar de ser filho do chefe do Partido Liberal e de ter exercido cargos públicos, segundo Eduardo Martins (1978, p. 206), Eugenio Toscano de Brito foi um “mau político, não obstante ser excelente cidadão”:

Desde que não podia aceitar fatos consumados, não se alinhava em conchavos, não conhecia ardis para fazer eleitores, ficou reputado pernicioso à política, condenou-se desde logo, por sua sinceridade, a não atingir altos cargos, mau grado sua competência, seu amor à terra natal e a sua honestidade!
Teve, portanto, que clinicar, fonte que lhe ofereceu sólidas amizades e simpatias. (MARTINS, 1978, p. 206).

A designação “mau político” aplicada a Eugenio Toscano de Brito deve ser definitivamente relativizada. O próprio Eduardo Martins, ao empregá-la, sugere que a expressão se deve ao fato de o filho de Felizardo Toscano de Brito não se aliar a conchavos eleitoreiros.

Celso Mariz, em *Apanhados históricos da Paraíba* (1994 [1922], p. 177), após afirmar que a *Gazeta da Parahyba* foi “um diário bem feito, mais ou menos imparcial, e vibrantíssimo”, assim escreveu sobre o redator-chefe:

Nele [no diário *Gazeta da Parahyba*] bate Eugenio quem lhe aparece errar e honra quem, nesse ou naquele partido, se lhe afigure lutador de predicados e de princípios. Atacando os conservadores, poupou enquanto pôde essa nobre figura de Abiaí que, ofendido com o empastelamento do “Jornal da Parahyba” pelos soldados do Cel. Caldas (outubro de 1889) foi da pena do jornalista liberal que recebeu mais pronta e valente desafronta. Assim também, forte, desembaraçado, enérgico, justiceiro, um tanto acre, era ante os desacertos e as boas atitudes, as figuras estreitas e as personagens eméritas de seu próprio partido. (MARIZ, 1994 [1922], p. 177).

Após a Proclamação da República, conforme registra os historiadores da Paraíba (ALMEIDA, V. 2, 1978; MARIZ, 1994 [1922]), Eugenio Toscano de Brito participou ativamente das articulações para a instalação do novo governo na antiga província, que se tornava então Estado da Parahyba, tendo seu nome apontado para integrar a primeira junta governativa:

As primeiras combinações de governo foram aqui [na Paraíba] acionadas por Eugênio Toscano. Das reuniões que a 17 [de novembro de 1889] se fizeram no paço municipal e no Clube Astréia saiu a primeira junta aclamada: Cel. Honorato Caldas, comandante do 27º Batalhão do Exército, 2º tenente da Armada Artur José dos Reis Lisboa, Barão de Abiaí, Dr. Lima Filho, Eugênio Toscano. (MARIZ, 1994 [1922], p. 179).

O coronel Caldas, por meio de manobras políticas e militares, que desagradaram a muitos, acabou formando uma nova junta, sem a participação de Eugenio Toscano como

integrante, apesar de o jornalista continuar a ser uma voz importante no cenário político da época. A trajetória política do redator-chefe da *Gazeta da Parahyba* continuou, ora aliando-se aos governos que se instalaram, ora fazendo oposição (MARIZ, 1994 [1922], p. 179-190).

Após o fechamento da *Gazeta da Parahyba* em 1890, dois anos depois, Eugenio Toscano de Brito se aliava novamente aos companheiros de jornalismo da *Gazeta* e fundava o jornal *O Parahybano*. Esta *folha* sofreu ataques e perseguições até o seu empastelamento, juntamente com o fechamento da Tipografia dos herdeiros de J. R. da Costa, história registrada, entre outros, por Eduardo Martins em *A tipografia do Beco da Misericórdia* (1978).

Eugenio Toscano exerceu vários cargos públicos ligados à administração, ao magistério e a medicina. Foi escrivão da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia. Sua nomeação foi publicada na edição 36 da *Gazeta Parahyba*, de 20 de junho de 1888. Em vários números do jornal, como as edições 63, 66 e 68, por exemplo, encontram-se editais da Santa Casa sob a sua assinatura como escrivão.

Suas funções como médico também são mencionadas na *Gazeta*. Na edição de número 340, de 11 de julho de 1889, o jornal faz menção a uma cirurgia realizada por um médico chamado Corrêa de Bittecourt no hospital da Santa Casa da Misericórdia. Na operação, um paciente sem visão há anos, tem a vista restabelecida após uma cirurgia de catarata, na qual o Dr. Eugenio Toscano auxiliou no procedimento.

Na edição 317, de 11 de junho de 1889, outra operação é relatada feita pelo mesmo médico Corrêa de Bittecourt. Na ocasião, além de Eugenio Toscano, Rodolpho Galvão também auxiliou na cirurgia em que foi aplicada uma pupila artificial em um paciente com leucoma central de pupila. No dia seguinte, o paciente estava com a vista excelente, segundo o relato.

Já na edição 348, de 20 de julho de 1889, os redatores-médicos Eugenio Toscano e Cordeiro Junior atuam como peritos numa autópsia.

Em nota publicada na seção A pedidos, na *Gazeta da Parahyba* de 8 de novembro de 1889, ed. 438, os médicos Eugenio Toscano, Cordeiro Junior e Rodolpho Galvão estão numa lista (Figura 19) em que a Pharmácia Americana comunicava que já havia despachado as receitas prescritas:

Figura 19 – Os redatores-médicos

A PHARMACIA AMERICANA de	
Baptista Junior & C.ª despachou du-	
rante o mez do Outubro receitas	
prescriptas pelos seguintes medicos:	
Dr. Manoel Carlos	114
Dr. Lima Filho	97
Dr. Flavio Maroja	43
Dr. Maia	22
Dr. M. Azevedo	19
Dr. Fialho	15
Dr. Eugenio	10
Dr. Lacerda	9
Dr. Cordeiro	7
Dr. Cordeiro Junior	5
Dr. R. Galvao	5
Dr. G. Santiago	4
Dr. V. Bittencourt	3
Dr. Adolpho Machado	2
Dr. Simplicio Mavignier	2
Dr. Arthur Greenhalgh	1
Dr. Corrêa Bittencourt	1
362	

Fonte – GAZETA DA PARAHYBA, 8 nov 1889, Ano II, n. 438, p. 3 (destaques nossos).

Eugenio Toscano de Brito foi uma figura muito ativa profissionalmente. Como médico, integrou juntas médicas, clinicou, foi Inspetor de Higiene, atendendo em casa, à rua Duque de Caxias, 81, das 8 às 9 da manhã, quem precisasse se vacinar, conforme indica nota de 15 de janeiro de 1890 da *Gazeta da Parahyba*.

Também foi professor de ciências físicas e naturais, sendo depois removido para assumir o cargo de professor de trigonometria e geometria do Liceu, de acordo com as edições 506 e 507 da *Gazeta*, que comunicam esta mudança. Ainda na área da educação, integrou bancas de exames, ora presidindo ora sendo examinador, conforme se vê em portarias do governo, como a publicada no referido jornal, edição 621, de 1º de julho de 1890. Segundo Socorro Barbosa,

era considerado o terror dos estudantes que não gostavam de estudar. A sua participação em bancas de exames era um sucesso pelo número de reprovações. Era o carrasco da mocidade que não gostava de estudar, possuindo sólido conhecimento nas matérias que lecionava no Lyceu, álgebra, latim, inglês e geografia, além de outras em que se considerava preparado. Revelou-se competente em pedagogia. (BARBOSA, 2009, p. 37).

Quanto aos aspectos de sua escrita, a *Gazeta da Parahyba* publicou uma coluna assinada por um pseudônimo, Phileas Fogg (personagem do romance *A volta ao mundo em 80 dias*, de Julio Verne), em que um perfil biográfico de Eugenio Toscano de Brito é apresentado. No fragmento a seguir, de cunho elogioso, o escrito aponta o que seria algumas características da pena jornalística do redator-chefe:

Desde os tempos acadêmicos conheço o ilustre filho do finado chefe do partido liberal desta província, e sempre o vi a braços com trabalhos jornalísticos sem detrimento de seus estudos. Quando na corte existia a *Reforma*, ele foi por longo tempo um dos colaboradores desse órgão liberal. Um dia achava-se na sala da redação quando Cesario Alvim, pergunta-lhe se era bom escrever alguma coisa sobre o Cotegipe, que

nesse tempo fazia parte do ministério. Respondendo afirmativamente à pergunta do ilustre deputado mineiro, este lança mão da pena e com golpes formidáveis, que não passaram de arietadas liliputianas, tentou abalar esse gigante que, há pouco, caiu fulminado pela morte.

Citando este fato quero mostrar que o meu digno comprovinciano Dr. Eugenio sempre lidou na imprensa, sempre trabalhou e ao lado de homens eminentes do país, cultivando a sua inteligência e que brilhantemente manifesta na vida laboriosa de hoje. Se o seu estilo não tem os clarões e os arrojos do de Quintino Bocayuva, tem uma simplicidade, uma originalidade atraente, sabendo elevá-lo a altura do assunto que aborda. Respeito muito sua pena temível de escritor humorístico; é graciosa, vibrante e excessivamente cáustica.

Talvez achem exagerado o paralelo, mas o que se dá com o Dr. Eugenio tem um exemplo em V. Hugo, o grande mestre do século. Gustavo Planche, afirmou não ser ele poeta; Laserre chamou-o de nulidade e Mirecourt, vendido ao ouro dos jesuítas, num vômito de mediocridade impotente, o insultou com o epíteto de miserável.

Isto prova que é apanágio do talento e do gênio ser vilipendiado pelos zoilos (sic) e invejosos. Não admira portanto que ao esforçado paraibano, redator-chefe da *Gazeta da Parahyba*, na oficina em que trabalha como um verdadeiro operário da imprensa popular nesta província, seja o alvo de uma impertinente fuzilaria de doestos, que entretanto não o atingem. (GAZETA DA PARAHYBA, 23 abr 1889, Ano II, n. 277, p. 2).

Na *Gazeta da Parahyba*, Eugenio Toscano escrevia artigos sobre questões políticas (BRITO, 1910 [1897], p. 266), entre outros temas, e, sob o pseudônimo Orsini, redigia a crônica domingueira, o Folhetim-crônica, numa seção intitulada “Aos domingos”. Foi, sem dúvida, o mais presente redator da *Gazeta*, não só porque exercia o cargo de redator-chefe, mas porque desde o princípio tomou para si o compromisso de levar adiante o projeto do jornal (BRITO, 1910 [1897], p. 264) e, segundo constatou nossa pesquisa, foi o único que não se ausentou um só momento das oficinas da Tipografia dos herdeiros de J. R. da Costa, onde a *folha* era impressa.

A *Gazeta da Parahyba* registrava qualquer ausência de seus redatores, seja por motivo de morte, como ocorreu a Eduardo Marcos de Araújo, de viagem, como as que foram registradas de Cordeiro Junior e Rodolpho Galvão, ou mudança de domicílio, no caso de Alonso de Almeida.

O principal campo de ação de Eugenio Toscano foi, de fato, o jornalismo. Tornou-se patrono da cadeira 15 da Academia Paraibana de Letras e faleceu em 31 de janeiro de 1903, em sua cidade natal, aos 52 anos de idade.

3.3.2 Antonio Bernardino dos Santos

Antonio Bernardino dos Santos, pai de Arthur Achilles, é outro nome associado ao corpo redacional da *Gazeta da Parahyba*. Nas fontes bibliográficas pesquisadas, constam apenas duas referências mais específicas sobre a biografia deste autor. Socorro Barbosa (2009, p. 130)

informa que ele nasceu em 1835 na cidade da Parahyba e faleceu em 1912 no Rio de Janeiro. José Leal (1990, p. 119), por sua vez, traz as seguintes informações em seu verbete: “Advogado. Político. Bacharel em Direito. Deputado Provincial às legislaturas 1862/63 e 1864/65. Deputado Estadual à legislatura de 1893/96. Falecido no Rio de Janeiro a 15 de julho de 1912”.

Nas histórias da imprensa paraibana, nas obras de Alcides Bezerra (1922 [1920]), José Leal (1962), Eduardo Martins (1976; 1978) e Fátima Araújo (1983; 1986 [1985]), Antonio Bernardino dos Santos é sempre citado como integrando o corpo redacional de algum jornal, entre os quais a *Gazeta da Parahyba*. Porém, nenhum dado a mais é acrescentado.

A partir de fontes primárias, podemos contribuir com mais informações sobre o referido jornalista. Sua participação como redator da *Gazeta*, atestada pelos historiadores da imprensa paraibana, é confirmada na edição 57, de 15 de julho de 1888, do mencionado jornal. Em um escrito sobre um evento comemorativo ao dia 14 de julho, data nacional da França, afirma-se textualmente: “o nosso colega de redação Dr. Antonio Bernardino dos Santos deu início aos ‘toasts’ congratulatórios, saudando a França”.

Descobrimos também que ele ocupou o cargo de procurador fiscal. É o que se verifica a partir dos editais da Tesouraria da Fazenda que vinham por ele assinados em várias edições da *Gazeta da Parahyba*, como a de número 54, de 12 de julho de 1888, por exemplo.

A edição 139, de 24 de outubro de 1888, num editorial intitulado “Baixa política”, comenta a demissão de Antonio Bernardino, após três anos exercendo o cargo de procurador fiscal e dos feitos da fazenda. Afirma-se textualmente que ele era “responsável pela parte política da *Gazeta*” e que, por não omitir seus posicionamentos, estava sendo demitido pelo presidente da província do cargo público que ocupava. O mesmo escrito também menciona outra vítima das rivalidades políticas na época: Eugenio Toscano de Brito, que havia sido demitido da instituição escolar conhecida por Externato Normal, onde exercia cargo na diretoria e como lente²⁶ de Pedagogia.

Pelas fontes primárias, também confirmamos que Antonio Bernardino foi advogado. Na edição 141 da *Gazeta da Parahyba*, há um anúncio de seu escritório, situado à rua Duque de Caxias, 79. O profissional podia ser encontrado todos os dias úteis das 10 horas da manhã às 4 da tarde. Fora desse horário, podia ser achado na redação do jornal ou em sua residência, “no Jaguaribe”.

²⁶ Lente era o termo comumente usado na época para professor. Segundo o Dicionário de Candido Mendes (1913, p. 1181), a expressão era designada para quem lê ou para o professor da Universidade, de uma escola superior ou de um liceu.

Antonio Bernardino também exerceu, no ano de 1889, vários cargos de forma interina, como chefe de polícia e inspetor da alfândega e conservador do comércio. De acordo com a edição 433 da *Gazeta da Parahyba*, de 5 de novembro de 1889, o pai de Arthur Achilles compôs a diretoria do Teatro Santa Rosa, que fora inaugurado dois dias antes desta data.

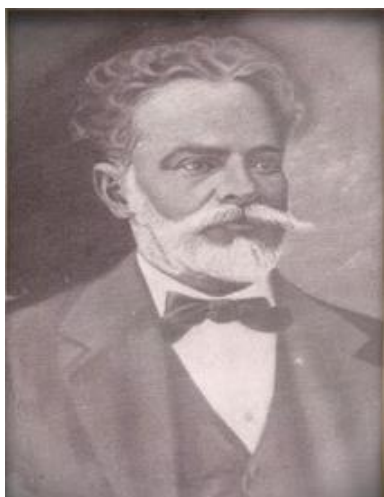
Notadamente político, envolto na dinâmica do poder local, ora a favor, ora contra, Antonio Bernardino dos Santos juntamente com o coronel Caldas do 27º batalhão foram acusados pelo *Jornal da Parahyba* de estarem por trás do atentado ocorrido contra a tipografia deste jornal, segundo escrito da edição 415 da *Gazeta da Parahyba*, de 10 de outubro de 1889. Na edição 431, de 29 de outubro de 1889, da *Gazeta*, na seção A pedidos, o Partido Liberal sai em defesa do redator.

O jornalismo e a política, uma convergência mais que natural no século XIX, deram o tom da participação de Antonio Bernardino dos Santos no corpo redacional da *Gazeta da Parahyba*.

3.3.3 Arthur Achilles dos Santos

Filho de Antonio Bernardino, Arthur Achilles dos Santos é considerado um dos nomes mais importantes do jornalismo paraibano, a contar com as palavras de José Leal (1962, p. 66): “Talvez a mais robusta vocação de jornalista deste século na Paraíba. Participou da redação de numerosos jornais, fundou e dirigiu outros, inclusive o famoso diário COMÉRCIO, cuja redação funcionou como escola vocacional do periodismo conterrâneo”.

Figura 20 – Imagem de Arthur Achilles



Fonte – APL. Disponível em: <http://www.aplpb.com.br/videos-e-imagens>. Acesso 14 nov 2017.

Natural da cidade de Pedras de Fogo-PB, Arthur Achilles nasceu em 20 de junho de 1864 e faleceu em Recife, no dia 29 de novembro de 1916, aos 52 anos²⁷. Reproduzimos o verbete sobre o autor, que consta no *Dicionário Literário da Paraíba*:

Jornalista, político e filósofo, Artur Aquiles Santos é também patrono da Cadeira nº 7 da APL e membro do IHGP. Após a conclusão do curso de humanidades no Liceu Paraibano, dedica-se à imprensa ao lado de seu pai, Antônio Bernardino dos Santos, como redator do jornal A PARAÍBA. Quando oficial de gabinete do governo Gama Rosa, dirige O COMÉRCIO e A VOZ DO POVO, iniciando sua longa caminhada na vida jornalística em O PARAIBANO, GAZETA DA MANHÃ, GAZETA DA PARAÍBA e LIBERAL PARAIBANO. Revela-se oposicionista ferrenho do poder, principalmente dos governos de Venâncio Neiva e Álvaro Machado, denunciando-lhes as corrupções administrativas através de O COMÉRCIO, jornal que lhe serve de tribuna de novembro de 1889 até o primeiro decênio deste século [XX]. Castro Pinto chama-o de “cotovia da madrugada dos interesses da PB, ao perceber-lhe o empenho com que trata as causas coletivas. Considerado anti-clerical, por criticar a intromissão da Igreja nas causas sociais, envolve-se com as comissões organizadoras da Festa das Neves, critica o jornal católico A IMPRENSA e intensifica campanha contra os desatinos do clero em Princesa. Em 1904, forças repressoras do poder invadem O COMBATE, bem como O COMÉRCIO, depredando máquinas, móveis e arquivos, obrigando-o a procurar uma tipografia do Recife para imprimir seu jornal que, dois anos depois, volta à circulação. Participante ativo das rodas literárias do “Café Chic”, sob o pseudônimo de Rostand, mantém uma coluna “Estrada do Carro”, abrangendo várias áreas do conhecimento: política, arte, ciência, literatura e religião. Além dos artigos, há uma série de “sueños” que prima pela linguagem e estilo. Edita, em seu jornal, as primeiras poesias de Augusto dos Anjos, a pedido do filho, [Antonio Bernardino] Santos Neto, amigo do poeta. (SANTOS, 1994, p. 58).

Na obra *Vultos da Paraíba* (1955), Oscar Oliveira Castro transcreve uma espécie de testamento deixado pelo redator, nove anos antes de morrer. Sobre este escrito, o historiador afirma: “nenhuma página já se escreveu mais oportuna para o estudo psicológico de Artur Aquiles, do que esse retrato vivo de sua personalidade”. De fato, o documento revela alguns de seus pensamentos sobre a vida, a crença em Deus, a sociedade e o trabalho na imprensa:

É possível que o meu falecimento ocorra subitamente e assim desejo que os meus observem estritamente, o seguinte: “Inhumem o meu cadáver sem a menor solenidade dos enterramentos comuns, conduzindo-o ao campo santo numa simples rede, carregada por dois a quatro trabalhadores de qualquer armazém do comércio; devo ser atirado à vala rasa sobre a qual nenhuma legenda será escrita. Minha família não se cubra de luto, que é uma despesa desnecessária e precaríssima aos pobres; se por força de convenção social se quiserem expressar por atos exteriores, o sentimento que porventura, tiverem, pelo meu eterno afastamento limitem-se os filhos a por um trapo de crepe na manga do paletó e minha filha com uma simples fita preta nos adornos da sua querida cabeça. Muito trabalhei e nada fiz, em vida, mesmo porque com trabalho honesto, como sempre foi o meu, jamais se acumulam economias; e quem assim deixa, neste vale de lágrimas numerosa família, não pode consentir que esta faça sacrifícios por um fato que é a consubstanciação de sua maior desventura. Não preciso dar outras razões de ordem filosófica, para que se convençam da justeza dos desejos enumerados.

²⁷ Divergindo da idade do jornalista, quando de sua morte, Oscar Oliveira Castro (1955) afirmou que Arthur Achilles faleceu com 50 anos de idade, mas não aponta nem o ano de nascimento, nem o de morte do jornalista.

Todos os meus atos, na vida pública obedeceram ao desejo consciencioso de ser útil aos outros e sobretudo à Paraíba. Nunca fui, porém, bem compreendido, sendo sempre caluniado pelos que me supuseram, sem motivo, aliás, uma entrave aos seus interesses individuais. Se a minha atividade me houvesse proporcionado fortuna, tê-la-ia eu aplicado à suavização do infortúnio alheio, pois nada me consumiu mais a existência do que a impossibilidade de fazer a caridade. O meu lar, em minha vida, jamais logrou verdadeiro conforto, por isso mesmo que a minha índole sempre repugnou passar bem, pesando, sobre a economia alheia.

Sempre cri e creio em Deus, pelo que nunca deixei de ser um resignado às aflições da minha existência, algumas oriundas da minha extrema pobreza, inúmeras decorrentes da ingratidão dos meus coestaduanos; entretanto, o meu espírito, em algum tempo, foi obumbrado pela paixão do ódio.

Quando deixei de figurar na vida ativa da imprensa, tive por intuito corresponder aos influxos de minha organização moral, que sempre se colidia com as conveniências inferiores da sociedade, da política, ambas fundamentalmente contaminadas de abjeções e despudor.

Li muitos livros, estudei alguns filósofos de escolas várias e muito pouco aprendi neles, eis que nada me adiantaram ao saber que a experiência dos homens e das coisas me proporcionava.

Por último, recolhido à vida íntima, senti-me desopresso do meu pesadelo, que é o trato da vida social onde só impera a hipocrisia e a má fé; nessa quadra final do meu tirocínio humano, atendi, exclusivamente, para a beleza extraordinária do Decálogo e para a incomensurável ciência, que em caudais indescritíveis transborda do Antigo e Novo Testamento e, quanto pude evitei o contato dos homens que se iludem com as aparências do prestígio e do poder, tudo envidando para não perdê-los.

Peço a justiça de minha terra que não atrole minha pobre e querida família com as suas pesadíssimas e, quase interminas formalidades, e aos meus amigos, se os tenho, realmente, que lhe sejam úteis a ela, nesse ponto de vista, intercedendo junto aos poderosos para que a não reduzam à miséria as alcavalas judiciárias.

Por isso, se o espírito não morre com o corpo, fiquem certos de que lhes serei eternamente grato”. (ACHILLES apud CASTRO, 1955).²⁸

Este jornalista da *Gazeta da Parahyba* ainda foi diretor do Arquivo Público, onde, segundo Oscar Castro, em meio a livros e papéis antigos, encontrou “a doença insidiosa, que simulando apenas ligeiro distúrbio orgânico, seguiu-se a perda da cor, das forças e a magreza, que transformou-lhe os traços e alquebrou o corpo e a alma” (CASTRO, 1955).

Na *Gazeta da Parahyba*, segundo relato de Eugenio Toscano de Brito (1910 [1897], p. 268), Arthur Achilles dos Santos foi um dos cronistas semanais da *folha*, sendo responsável pela seção “Notas da Semana”, que saía às terças-feiras, comentando os acontecimentos da semana anterior.

Mais dados relevantes sobre a atuação de Arthur Achilles como jornalista foram fornecidos por Eduardo Martins em *A tipografia do Beco da Misericórdia* (1978). Nesta obra, Martins (1978, p. 36) nos informa sobre o empastelamento do jornal *O Parahybano*, com a depredação das máquinas da tipografia e a detenção de diretores e empregados. Era o ano de

²⁸ A obra de Oscar Castro (1955) não tem páginas numeradas. Por isso, não indicamos a página nas citações deste autor. Sobre o depoimento/testamento de Arthur Achilles, ao qual reproduzimos na íntegra a partir de Castro, não nos foi possível ter acesso em fonte primária, nem o próprio Oscar Castro informa de onde ele extraiu tal escrito.

1892. A *Gazeta da Parahyba* já havia suspenso suas atividades, mas Eugenio Toscano de Brito e Arthur Achilles estavam juntos novamente como redatores principais deste outro jornal. No cabeçalho do jornal, logo abaixo do título e subtítulo, há a indicação dos nomes dos dois jornalistas com tal designação, conforme a Figura a seguir:

Figura 21 – Capa do jornal *O Parahybano*



Fonte – *O PARAHYBANO*, 1 nov 1892, Ano I, n. 203, p. 1.

Em *O Parahybano: diário politico, litterario e noticioso*, não estavam juntos novamente apenas Eugenio Toscano e Arthur Achilles. Eles tinham também a companhia de Antonio da Cruz Cordeiro Junior, que continuava exercendo o seu papel de tradutor de romances-folhetins de forma exclusiva e inédita, e de Antonio Bernardino dos Santos, o pai de Arthur Achilles. A *Gazeta da Parahyba* revivia em *O Parahybano*, impresso na mesma tipografia dos herdeiros de José Rodrigues da Costa.

O empastelamento do jornal relacionava-se ao forte papel crítico da *folha* contra o governo de Álvaro Machado. A ação truculenta teve repercussão em todo o Brasil. Eduardo Martins (1978, p. 46-7) reproduz telegramas do Rio de Janeiro, informando que a violência cometida contra o jornal, suas oficinas, diretores e empregados estava sendo comentada na Imprensa da capital federal, na Câmara dos Deputados e no Senado.

Após demanda judicial para garantir o livre exercício da imprensa, inclusive com a concessão de um *habeas-corpus* preventivo contra as ameaças e violência capitaneadas pelo então chefe de polícia – Antônio Ferreira Baltar –, os redatores de *O Parahybano* retomavam a escrita, nas edições de novembro de 1892, com a seção “Notas políticas”, de Eugenio Toscano,

os artigos de Antonio Bernardino e os editoriais de Arthur Achilles (MARTINS, 1978, p. 51). Todos estes escritos rebatendo as críticas do então chefe do executivo – Álvaro Machado – ou ampliando as acusações contra os supostos desmandos do governo.

A escrita afiada e a coragem de Arthur Achilles fariam com que enfrentasse outro empastelamento de um jornal seu, no início do século XX:

“O Commercio” era a tenda de combate de Arthur Achilles, jornalista de pulso que fez escola em nosso meio e por vezes interpretou os sentimentos de seus coestadanos com grande brilho e galhardia. Juntavam-se a esse vigoroso espírito de combatente os moços intelectuais de então: Coriolano de Medeiros, Álvaro de Carvalho, Oscar e Órris Soares, Manoel Paiva, Santos Netto, José de Borba, Leonardo Smith, Augusto Belmont, Esperidião de Medeiros, Affonso Gouveia, Clemente Rosas e outros. A política paraibana, por essa época, não primava pela largueza de vistas [...]. “O Commercio”, que propugnava pela concretização de todas as liberdades, tece que romper com o presidente estadual de então, o desembargador José Peregrino de Araújo, sertanejo de têmpera, e fez-lhe vigorosa oposição, bem como ao chefe de polícia dr. Antonio Simeão dos Santos Leal [...]. Enquanto atacava a administração do Estado, “O Commercio” elogiava com justiça o chefe do partido. Os ânimos se exaltaram, desencadearam-se as paixões tumultuosamente, de parte a parte, dando em resultado o empastelamento d’ “O Commercio” na noite de 28 de julho de 1904. Nessa mesma noite foi empastelado e incendiado “O Combate”. (BEZERRA, 1922 [1920], p. 57-8).

A citação anterior, além de comentar o empastelamento de dois jornais, mostra-nos que Arthur Achilles, de militância já experiente nas lides do jornalismo, começava a interagir com uma nova geração de jornalistas, a exemplo de Coriolano de Medeiros. É por esta e outras razões que Alcides Bezerra (1922 [1920]) e José Leal (1962) apontam o redator de *O Commercio* como um dos nomes decisivos para a configuração do jornalismo que vai se desenvolver no século XX na Paraíba.

Arthur Achilles ainda participaria como colunista em *A Philippéa: revista litteraria, comercial, agrícola, politica, religiosa, scientifica, artisitica, industrial e humoristica*, fundada por Coriolano de Medeiros, em 1905 (ARAÚJO, 1986 [1985], p. 139-140) e como colaborador de *Terra Natal: revista cientifica, literária, artística e industrial*, de publicação semanal, sob a direção de Santos Neto (MARTINS, 1976, p. 83). Ao que tudo indica, fechou sua participação no jornalismo, em 1914, quando criou uma *folha* independente e de pouca duração, o *Jornal do Commercio*, ao lado de Coriolano de Medeiros, Celso Mariz, Rocha Barreto e Rodrigues de Carvalho (MARTINS, 1976, p. 84).

3.3.4 Antonio da Cruz Cordeiro Junior

Outro nome importante da redação da *Gazeta da Parahyba* foi Antonio da Cruz Cordeiro Junior, nascido em 15 de fevereiro de 1859 na cidade da Parahyba, atual João Pessoa. Além de jornalista, foi médico. Faleceu em Desterro-SC, em 1894, exercendo, segundo José Leal (1990, p. 64), o cargo de Capitão-Médico da Guarnição Federal.

Em Sacramento Blake temos as seguintes informações:

É filho do doutor Antonio da Cruz Cordeiro, de quem se trata à pag. 145 do presente volume [referência ao próprio dicionário] e natural da província da Parahyba. Nada mais sei a seu respeito senão que escreveu:

- *Bosquejo* literário a propósito do decenário de Castro Alves. Bahia, 1881 - neste volume se acham duas poesias do laureado poeta, ainda inéditas: *Adeus meu canto*, e *Lucia*. (BLAKE, 1883. V. 1, p. 438).

De acordo com o *Dicionário Literário da Paraíba* (SANTOS, 1994, 87), Cordeiro Junior foi poeta e crítico literário. Autor de um livro intitulado *Bosquejos literários*, destaca-se, na sua produção poética, um poema dedicado à padroeira da cidade “A virgem das Neves”, publicado durante o novenário no ano de 1888.

O poema mencionado, por ser longo, foi publicado na seção “Carambolas”, da *Gazeta da Parahyba*, nas edições de 69 a. 74, entre os dias 29 de junho e 4 de agosto de 1888, 3 de agosto de 1888, assinado sob o pseudônimo O Taco, o que confirma Cordeiro Junior como o autor de uma das seções cronísticas do jornal, revelando quem estava por trás do pseudônimo.

Os dados do *Dicionário* citado coincidem com a data do jornal – novenário de 1888, homenagem à padroeira da cidade, – pois os primeiros dias de agosto são dedicados à Festa de Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade da Parahyba, atual João Pessoa, e o escrito foi justamente publicado em 3 de agosto de 1888.

Mais adiante, discutiremos sobre a seção “Carambolas”, seu autor sob pseudônimo – O Taco – e outros indícios e provas de que era Cordeiro Junior o autor dos escritos da seção. Porém, já fica registrada mais uma descoberta de nossa pesquisa.

Antonio da Cruz Cordeiro Junior era filho de Antonio da Cruz Cordeiro, que ficou conhecido como Cordeiro Sênior. Seu pai foi um dos patronos da Academia Paraibana de Letras, cadeira nº 11.

A trajetória de Cordeiro Sênior, como médico, político e poeta, foi apresentada por Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano em artigo intitulado “Entre a medicina, a política e a poesia: a trajetória do dr. Antonio da Cruz Cordeiro na província da Paraíba na segunda metade

do Oitocentos” (2015). Seguindo os passos do pai, Cordeiro Junior exerceu a medicina e trilhou o caminho do jornalismo.

No jornalismo, além de redator da *Gazeta da Parahyba*, Cordeiro Junior notabilizou-se, neste jornal e em *O Parahybano*, como tradutor de romances-folhetins franceses. A ação de traduzir para os periódicos, de forma inédita, narrativas de autores franceses deve ser destacada, pois é uma prova de que o jornalismo nas províncias não era defasado em relação à corte.

O papel de Cordeiro Junior como tradutor de obras inéditas concedia à *Gazeta da Parahyba* e a *O Parahybano* mais um meio de angariar novos leitores e assinantes. Como ressaltou Socorro Barbosa (2009, p. 51), ele “foi o primeiro a traduzir no Brasil o folhetim *O colar de aço*, de F. de Boisgobey”.

Para a *Gazeta da Parahyba*, além da mencionada obra de F. de Boisgobey, outros folhetins inéditos no país vieram à luz com as traduções de Cordeiro Junior: *A emboscada* e *O Regimento*, ambos de Julio Mary; *Rosa Mignon*, de A. Dalséme; *Turluton*, de René Maizerov; e *Duqueza Claudia*, de René de Pont-Jest.

Em alguns casos, acompanhando os romances que estavam sendo publicados naquele momento na França, Cordeiro Junior não demorava em traduzi-los para o rodapé da *Gazeta da Parahyba*. O anúncio do início de um novo folhetim confirma tais informações:

O NOVO FOLHETIM

O romance que, sob o título “A EMBOSCADA” começamos hoje a dar em folhetim, está sendo ainda publicado em Paris e com grande sucesso pelo “Petit Journal”.

O seu autor, Julio Mary, é um dos mais laureados romancistas modernos e as suas obras são disputadas pelas folhas diárias, que se empenham em oferecer aos leitores uma interessante produção literária.

Confiados na regularidade da remessa do “Petit Journal”, que nos foi obsequiamente oferecido pelo Sr. Brito Lyra, conceituado negociante desta praça, não hesitamos em encetar a tradução da “A EMBOSCADA”, levados unicamente pelo desejo de proporcionar ao público a leitura de um romance completamente inédito no Brasil e não vertido ainda em língua portuguesa.

Estamos convencidos de que o novo folhetim muito agradará aos nossos assinantes e leitores.

(GAZETA DA PARAHYBA, 24 ago 1888, Ano I, n. 89, p. 1).

O mesmo aconteceu quando Cordeiro Junior estava terminando a tradução de *O Regimento*. O jornal começaria o folhetim *Duqueza Claudia*, romance que acabava de aparecer nas colunas francesas:

Tendo sido começada a sua publicação em Paris a 13 de Abril p. passado, quase podemos assegurar que nenhuma outra folha brasileira antecipou-se-nos em oferecer à apreciação dos seus leitores a *Duqueza Claudia* primoroso trabalho de RENÉ DE PONTJEST, autor de tantas outras obras entusiasticamente acolhidas pelo público,

entre as quais citaremos o *Processo dos Thugs* e o *Rio das perolas*. (GAZETA DA PARAHYBA, 17 mai 1890, Ano III, n. 585, p. 2).

Apenas pouco mais de um mês depois do início da publicação do romance na França, sua tradução seria iniciada e viria à luz para os leitores paraibanos. Sem dúvida, o papel exercido por Cordeiro Junior no universo da literatura e do jornalismo oitocentista na Paraíba é digno de nota e exaltação. Além das traduções e seus significados culturais, como um dos redatores mais presentes nas colunas da *Gazeta da Parahyba*, a descoberta de alguns de seus escritos cronísticos aumentam a relevância do autor em seu tempo.

Um escrito de 29 de outubro de 1889, na *Gazeta*, assinado por um pseudônimo, traz mais algumas informações sobre o filho de Cordeiro Sênior:

FAC-SIMILE

Dr. Cordeiro Junior

É mais conhecido pelo seu nome de escritor, de jornalista, do que por sua pessoa. Na primavera da vida, em plena eflorescência da mocidade, são raros os que pelo talento e pelo trabalho adquirem como o Dr. Cordeiro Junior tão grande e merecida nomeada.

Conta hoje trinta anos, e muitos que possuem o duplo de sua idade, não fizeram ainda o que já tem feito esse jovem paraibano.

É de pequena estatura, de uma organização débil, moreno e pálido, com o olhar brilhantemente doce e a fronte amplamente rasgada dos poetas e pensadores.

A soma enorme de esforços que representa esta “Gazeta”, depois do Dr. Eugenio, está consubstanciada material e intelectualmente nesse moço esperançoso e infatigável.

[...]

Foi na Bahia onde ele principiou a manejar a pena de jornalista, entrando nos combates pacíficos da palavra escrita. [...]

É poeta e tradutor primoroso.

Se tudo quanto tem passado pelo bico de sua pena, quer produções de sua lavra, quer versões para a língua portuguesa, corresse impresso em livros, com certeza muitas dezenas de volumes contaria registrados com o seu nome.

Atualmente é o sonho dourado do Dr. Cordeiro Junior o romance *Turtulon*, que em folhetim está sendo agora por ele traduzido e ansiosamente *devorado* pelos inúmeros leitores deste jornal.

Todo o seu pensamento está nesse conto primoroso de René Maizerov, ao qual dedica um amor extremo como se fosse um fruto de seu coração de esposo, desse coração tão cheio de afetos e de bondade para todos que o conhecem.

[...]

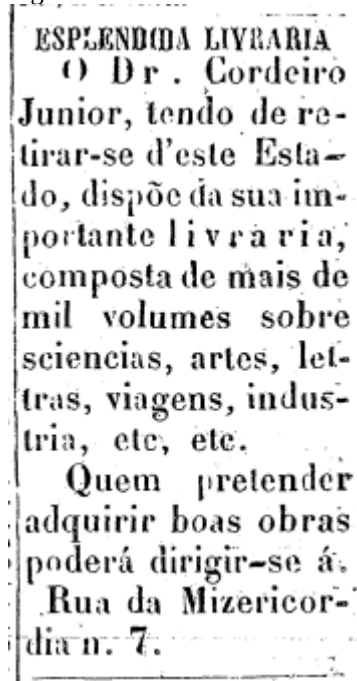
Dominó Vermelho.

(GAZETA DA PARAHYBA, 29 out 1889, Ano II, n. 431, p. 1)

Após a suspensão das atividades da *Gazeta da Parahyba*, em 1890, Cordeiro Junior volta as lides do jornalismo em 1892, com *O Parahybano*. Neste jornal, traduziu *O homem da noite* e *Paulina de Meriane*, de Julio de Gastyne, e *Jaime o honrado*, de L. Sazie E. G. Grison. Os dois últimos, em determinado momento, com tradução simultânea.

Segundo Socorro Barbosa (2009, p. 51), nesse mesmo ano, ao se transferir para o Mato Grosso, o jornalista anuncia no jornal a venda da sua biblioteca. Conforme se percebe no anúncio reproduzido na Figura 17, o acervo era composto “de mais de mil volumes sobre ciências, artes, letras, viagens, indústria etc. etc.).

Figura 22 – Anúncio da venda da biblioteca de Cordeiro Junior



Fonte – O PARAHYBANO, 15 nov 1892, Ano I, n. 210, p. 4.

As lembranças de Eugenio Toscano de Brito, em suas “Reminiscências” (1910 [1897]), mostraram a dimensão da importância do tradutor de romances-folhetins franceses, Cordeiro Junior, no jornalismo da *Gazeta*.

Para Toscano de Brito, Cordeiro Junior “foi um dos maiores, senão o maior esteio que durante a sua vida teve a *Gazeta da Parahyba*”. E mais: “a imprensa era a sua *cachaça* e para o jornal tinha ele decidida vocação” (BRITO, 1910 [1897], p. 265, destaque no original). Escritos de 8 de maio de 1890 no referido jornal comprovam que o tradutor-redator foi, juntamente com Eugenio Toscano, o responsável pela continuidade e duração do periódico.

Desde a ideia de iniciar a publicação de um novo jornal que Cordeiro Junior foi um dos maiores entusiastas do projeto, fazendo uma assinatura do jornal francês *Petit Journal*, a fim de que pudesse publicar “sempre romances novos e dos melhores escritores franceses e que ainda não fossem conhecidos no Brasil” (BRITO, 1910 [1897], p. 265).

Na seção “Carambolas” da *Gazeta da Parahyba*, Cordeiro Junior, sob o pseudônimo O Taco, trouxe escritos em verso e em prosa. No rodapé do jornal, brindou os leitores paraibanos com traduções inéditas de romances-folhetins.

3.3.5 Eduardo Marcos de Araújo

Sobre o redator Eduardo Marcos de Araújo, o *Pequeno Dicionário dos Escritores/Jornalistas da Paraíba do Século XIX*, organizado por Barbosa (2009, p. 27), indica que ele foi colaborador de *O sorriso*, jornal que foi substituído em 1887 pelo *Arauto Paraibano*. Informa, ainda, que ele participou do Clube Literário Recreativo, em 1880, fundado com o propósito de promover a educação popular. Em 1883, o clube inaugura uma biblioteca que acabou sendo doada, por falta de recursos, à Loja Maçônica *Lealdade e Perseverança*.

Estas foram as únicas informações biobibliográficas que encontramos a respeito do autor na historiografia da imprensa paraibana, excetuando, naturalmente, o fundamental artigo de Eugenio Toscano de Brito (1910 [1897]) sobre a vida e a morte da *Gazeta da Parahyba*.

Em fontes primárias, entretanto, mais particularmente em edições da própria *Gazeta*, encontramos mais algumas informações que podem se somar às poucas existentes a respeito do redator/colaborador Eduardo Marcos.

Na edição 36, de 20 de junho de 1888, da *Gazeta*, por exemplo, ficamos sabendo que ele foi nomeado, na ocasião, para o cargo de mordomo de hospital e expostos da Santa Casa. Nesse ato administrativo de nomeações, também consta a de Eugenio Toscano para o cargo de escrivão da mesma instituição.

Em outras edições da *Gazeta da Parahyba*, como as de números 73 e 75, por exemplo, Eduardo Marcos de Araújo assina editais da Alfândega como “o lançador” de impostos de profissões e indústrias. Ele ocupava o cargo de 1º escriturário da Alfândega.

A morte deste colaborador do jornal foi anunciada na edição 122, de 4 de outubro de 1888. Na edição do dia anterior, já constava uma nota informando o grave estado de saúde de Eduardo Marcos. Os editoriais das edições 122 e 126 da *Gazeta da Parahyba* foram ocupados com as homenagens ao companheiro.

No caudal de escritos que foram publicados nos dias posteriores à morte de Eduardo Carlos, algumas informações biográficas vieram à luz. Além de funcionário público – 1º escriturário da Alfândega da capital – ele cursava o 3º ano do curso de Direito da Faculdade de Recife e foi um dos fundadores do jornal *Gazeta da Parahyba* e do “Club Astrea”. Era filho do padre de mesmo nome, Eduardo Marcos de Araújo, já falecido, que foi deputado provincial

(1868-1869), de linha política liberal. A morte do pai ocorreu quando Eduardo Marcos tinha apenas 16 anos, em 1868, deixou-o com o peso de uma família de 6 pessoas. Segundo editorial da edição 122, de 4 de outubro de 1888, da *Gazeta da Parahyba*, os amigos do pai incentivaram o filho a seguir a mesma carreira sacerdotal. A assembleia provincial votou uma lei concedendo-lhe um auxílio pecuniário para ele ordenar-se na diocese do Ceará, mas, numa época de plena reação conservadora contra os liberais, o presidente da província negou o benefício. Por meio de Felizardo Toscano de Brito, conseguiu um lugar de colaborador na Tesouraria da Fazenda. Em pouco tempo, foi nomeado amanuense da mesma repartição, e com a reforma que em 1873 sofreram as repartições da fazenda, passou a exercer o lugar de 2º escrivão, sendo em 1880 removido para a alfândega como 1º escrivão, cargo que ocupou até sua morte.

Sobre sua família e casamento, a *Gazeta da Parahyba* traz as seguintes informações:

Casado com uma filha do finado padre Augusto Cyrillo de Oliveira e Mello, enviuvava em 1883, tendo do matrimônio um filho.

Com o seu casamento trouxe para o seio de sua família a do seu sogro, composta de quatro moças e dois rapazes, vendo ele morrer em pouco tempo os dois cunhados e duas cunhadas, restando da família de seu sogro somente duas senhoras que viviam em sua companhia e as quais tratava ele como extremoso irmão, e era também único arrimo.

No meio de todas estas lutas, Eduardo Marcos era sempre o homem de tempera de ferro a quem não aniquilam os azares da sorte; e sendo o seu maior desejo formar-se em direito, ainda tinha tempo para estudar, tendo já prestado exame no 1º e 2º ano da faculdade de direito do Recife, e preparava-se para ir fazer o do 3º.

Verdadeiro pai de seus irmãos, ele cuidava-lhes da educação com todo esmero, enviando daqui mesmo os auxílios que podia dispor a um deles, que achava-se matriculado na escola militar do Rio de Janeiro.

Ao passo que ele assim cuidava da família que criara, da que lhe legara o pai e da sua finda esposa, era igualmente o arrimo da família de um velho tio morador em Cabedelo e a qual dispensava ele todo cuidado, bem como as de seus irmãos José e Enéas aos quais bem adversa tem sido a sorte. (*Gazeta da Parahyba*, 4 out 1888, Ano I, ed. 122, p. 1).

Em meio aos elogios a Eduardo Marcos, destaca-se a reiterada afirmação de que foi uma alma caridosa, mesmo não sendo um homem de posses. As informações apontam que morreu pobre, em 3 de outubro de 1888, de modo que os amigos organizaram uma subscrição para arrecadar fundos para ajudar à família e nas despesas do enterro.

Como não se tem a data precisa de nascimento de Eduardo Marcos de Araújo, nos aproximamos das seguintes informações sobre seu ano de nascimento e idade quando veio a falecer. Considerando que seu pai morreu em 1868, quando Eduardo Marcos tinha apenas 16 anos, conclui-se que o falecido redator da *Gazeta da Parahyba* nasceu em 1852. Sua morte em 1888 sugere que faleceu com 36 anos de idade.

Nessa trajetória de pesquisa, consideramos a descoberta destes dados sobre a vida de Eduardo Marcos de Araújo como uma de nossas efetivas contribuições para a história da literatura paraibana/brasileira. Afinal, apenas um pequeno parágrafo sobre ele consta nos dicionários literários da Paraíba, além das informações pontuais de sua participação como redator/colaborador de jornais da província.

Porém, aliada a esta descoberta, outra também importante para a nossa pesquisa vem à luz, quando identificamos uma série cronística da *Gazeta da Parahyba*, redigida sob um pseudônimo, que pode ser atribuído a Eduardo Marcos de Araújo. Trata-se da seção intitulada “Toadas”, de Zé Bigode, que, mais adiante, em tópico específico, será devidamente apresentada.

As já mencionadas “Reminiscências” de Eugenio Toscano de Brito (1910 [1897]) mostraram, como vimos, que a ideia de produzir a *Gazeta da Parahyba* surgiu a partir de umas das conversas habituais de um grupo de conhecidos, nos finais de tarde, na casa de Eduardo Marcos de Araújo, nos primeiros dias de maio de 1888.

3.3.6 Alonso de Almeida

Alonso de Almeida, cujo nome completo é Joaquim Alonso Moreira de Almeida, é, dos redatores da *Gazeta da Parahyba*, o que menos recebeu atenção da historiografia. E isso é plenamente justificado pela quase total ausência de informações sobre ele nas próprias fontes primárias. Nos estudos sobre a história da imprensa da Paraíba, desde Alcides Bezerra (1922 [1920]), passando por José Leal (1962), Eduardo Martins (1976; 1978) e chegando até Fátima Araújo (1983; 1986 [1985]), Alonso de Almeida é citado como integrante do corpo redacional da *Gazeta*, não havendo outras informações relevantes a seu respeito.

As próprias fontes primárias, isto é, os números do jornal em que ele foi redator, não trazem dados sobre sua atuação jornalística. Mesmo assim, descobrimos algumas informações biográficas sobre Alonso de Almeida. A primeira, que ele foi Inspetor da Tesouraria da Alfândega. A segunda, que foi removido para a província de Alagoas para assumir a Inspetoria da Fazenda naquela localidade. Estes dados constam no editorial da *Gazeta da Parahyba* de 20 de setembro de 1888, edição 110, que informa, ainda, que ele viajaria no vapor “Manáos” para o seu novo destino.

A edição 97, de 2 de setembro de 1888, da *Gazeta*, ao mencionar que Alonso de Almeida estava deixando o cargo de Inspetor da Tesouraria, também confirma a reiterada informação

que a historiografia da imprensa paraibana consolidou, a saber que, de fato, ele foi um dos redatores do jornal.

Interpretamos a mudança de domicílio de Alonso de Almeida, quatro meses depois de a *Gazeta da Parahyba* iniciar sua publicação diária, como uma das possíveis razões para pouco se saber a respeito do referido redator.

O artigo “Reminiscências: de como fundou-se e porque morreu a “Gazeta da Parahyba” (BRITO, 1910 [1897], p. 264) informa-nos que, depois de Eugenio Toscano e Eduardo Marcos conversarem a respeito da ideia de fundar um jornal diário, Alonso de Almeida, na ocasião Diretor de Contabilidade do Tesouro Nacional e um dos frequentadores habituais das conversas de fim de tarde na casa de Eduardo Marcos de Araújo, foi o primeiro a saber da novidade, aceitando-a com entusiasmo e prometendo contribuir com o projeto.

3.3.7 Rodolpho Galvão

Rodolpho Galvão é outro redator pouco conhecido na historiografia da imprensa da Paraíba. Por exemplo, o que Eduardo Martins (1976; 1978) e Fátima Araújo (1983; 1986 [1985]) falam sobre este jornalista é apenas um eco do que Alcides Bezerra (1922 [1920]) escreveu, informando que ele fazia parte do corpo redacional da *Gazeta da Parahyba*. Mas este dado parece ser devedor das “Reminiscências” (1910 [1897]) de Eugenio Toscano de Brito.

No âmbito das fontes bibliográficas paraibanas às quais tivemos acesso, novamente excetuando as lembranças de Eugenio Toscano, José Leal é o único que traz dados novos sobre o autor. Constam as seguintes informações no verbete do *Dicionário Bibliográfico Paraibano*:

Médico, diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1887. Diretor da Instrução Pública. Emigrou para São Paulo, onde instalou consultório médico, tendo, porém, regressado à Paraíba para depois, fixar-se no Recife, onde foi Diretor da Repartição Provincial de Higiene. Em 1896 seguiu para Paris, a fim de estudar bacteriologia no Instituto Pasteur. Em Roma perdeu a primeira esposa, esmagada por um elevador. Regressando à Pátria, fundou no Recife em 1897 o Instituto Pasteur, para tratamento dos casos de hidrofobia. Em 1899 publicou o primeiro volume da obra “Noções de Bacteriologia”, trabalho que lhe deu entrada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para ocupar uma cátedra. Era membro de numerosas agremiações científicas da Europa. Faleceu a 1º de setembro de 1908 no Rio de Janeiro. (LEAL, 1990, p. 55-6).

Apesar de trazer novas informações sobre Rodolpho Galvão, percebe-se que as contribuições do dicionarista estão voltadas para a vida médica do redator, o que poderia sugerir que, diferentemente dos outros médicos-redatores da *Gazeta da Parahyba* – Eugenio Toscano

e Cordeiro Junior –, que se dedicaram de maneira mais efetiva à prática jornalística, Rodolpho Galvão teria priorizado sua carreira na medicina.

Entretanto, tal conclusão é arriscada. As fontes primárias apontam para uma atuação de Rodolpho Galvão como importante correspondente. É o que se depreende do que está escrito na *Gazeta da Parahyba*, de 24 de outubro de 1888, edição 139, que informa que ele foi correspondente do *Jornal do Recife*, tendo suas palavras transcritas para os jornais da corte, sempre recebendo comentários lisonjeiros.

Além disso, as “Reminiscências” (1910 [1897], p. 269) de Eugenio Toscano de Brito informam que, quando a *Gazeta da Parahyba* se extinguiu em 1890, a redação do jornal estava sob a responsabilidade de Rodolpho Galvão, Cordeiro Junior e do próprio Toscano de Brito.

Foi da lavra do jornalista Rodolpho Galvão o comunicado da suspensão das atividades da *Gazeta da Parahyba* (BRITO, 1910 [1897], p. 274-5).

A despeito da pouca informação sobre o jornalista na historiografia da imprensa paraibana, ele chega a ser mencionado no Dicionário de Sacramento Blake, nos os seguintes termos:

Filho de Felipe Benicio da Fonseca Galvão e nascido na província, depois estado da Parahyba, a 30 de março de 1860, é doutor em medicina pela faculdade do Rio de Janeiro, membro da sociedade francesa de higiene de Paris, da sociedade de medicina de Pernambuco, do Instituto arqueológico e geográfico pernambucano e inspector geral de higiene em Pernambuco. Escreveu:

- *Das concepções delirantes*, seu valor diagnóstico: tese apresentada à Faculdade de medicina do Rio de Janeiro, etc. Rio de Janeiro, 1886, in-4º.

- *Noções de bacteriologia*, precedidas de uma carta do dr. Benjamin Antonio da Rocha Faria. Recife, 1898, 303 págs. in-8º. (BLAKE, 1907, V. 7, p. 140-141).

As informações apontadas por Sacramento Blake, mais uma vez, priorizam a sua atuação e produção na área médica.

O jornal *Gazeta da Parahyba* registra algumas ações profissionais do jornalista. O cargo de Diretor da Instrução Pública, citado por José Leal (1990, p. 55), é confirmado pela edição 343 da *Gazeta*, de 14 de julho de 1889, que informava que Rodolpho Galvão havia assumido, no dia anterior, a função de Diretor Geral da Instrução Pública Primária.

A *Gazeta da Parahyba* também traz dados sobre uma viagem de Rodolpho Galvão a São Paulo. Na edição de número 139, de 24 de outubro de 1888, informa que o médico-jornalista seguia no vapor “Pará”, a fim de exercer a profissão médica. A nota, onde consta essas informações, finaliza-se com as seguintes palavras:

A Gazeta da Parahyba, que foi muitas vezes honrada com a inteligente colaboração do ilustre Dr. Rodolpho Galvão, despede-se saudosa de seu companheiro, desejando-lhe boa viagem e mil felicidades, bem como a sua digna e gentil esposa, irmã do nosso colega Dr. Cordeiro Junior. (GAZETA DA PARAHYBA, 24 out 1888, Ano I, n. 139, p. 1).

O retorno de Galvão é registrado nas edições 282 e 283, respectivamente de 28 e 30 de abril de 1889. Ele viajava de volta à Paraíba no mesmo vapor onde também viajava Cordeiro Junior, seu cunhado.

A esposa de Rodolpho Galvão, irmã de Cordeiro Junior, se chamava Maria das Neves Cordeiro, conforme informação da *Gazeta da Parahyba*, edição 107, de 16 de setembro de 1888, quando, na ocasião, noticiava o casamento dos dois.

Esta informação de que Rodolpho Galvão foi casado com a irmã de Cordeiro Junior é mais do que um dado meramente pessoal, mas diz respeito também a uma “rede de sociabilidade”.

Serioja Mariano (2015) comenta sobre uma rede de sociabilidade mantida pelos filhos que, muitas vezes, seguiam a carreira dos pais, referindo-se a Cordeiro Sênior e Cordeiro Junior, Felizardo Toscano e Eugenio Toscano. Redes que eram “importantes no processo de ascensão política e manutenção do *status quo*”.

A *Gazeta da Parahyba*, por meio de seu corpo redacional, pode-se dizer, formava uma rede de sociabilidade. Não vamos nos ater a esta discussão, importante, é bem verdade, porque fugiríamos do escopo principal de nossa tese. Além disso, seria assunto para uma outra pesquisa. Entretanto, apontamos, ao menos, as relações familiares e de amizade que foram responsáveis pela *Gazeta da Parahyba* e que vinham de outros jornais, assim como se seguiram em novos periódicos, como atestamos anteriormente. Não por acaso, Eugenio Toscano, Antonio Bernardino e Eduardo Marcos, antes da *Gazeta*, estiveram juntos no *Arauto Parahybano* (MARTINS, 1976, p. 80). Após o fechamento da *Gazeta da Parahyba*, Eugenio Toscano, Arthur Achilles, Antonio Bernardino e Rodolpho Galvão, se reuniram novamente em *O Parahybano* (BEZERRA, 1922 [1920], p. 57).

Nessa teia de relações, relembremos laços políticos, familiares e profissionais, além do jornalismo: Antonio Bernardino era pai de Arthur Achilles; Felizardo Toscano, pai de Eugenio Toscano; Cordeiro Sênior, pai de Cordeiro Junior.

Felizardo Toscano de Brito, advogado, foi o chefe do Partido Liberal na província da Parahyba e deputado por várias legislaturas (LEAL, 1990, p. 27); Cordeiro Sênior, médico, foi eleito pelo mesmo partido para o mandato de deputado por três legislaturas (MARIANO, 2015, p. 300); Antonio Bernardino dos Santos, advogado, também exerceu a função de deputado em

três ocasiões (LEAL, 1990, p. 119). Os filhos dos três irmanaram-se no jornalismo, defendendo os valores liberais. Eugenio Toscano foi médico, assim como Cordeiro Junior, mas todos exerceram cargos públicos.

Rodolpho Galvão foi médico, atuando junto com Eugenio Toscano em algumas situações da área da medicina, e se casou com a irmã de Cordeiro Junior. Tinha, portanto, um sogro também médico, e atuava no jornal com o cunhado.

Eduardo Marcos, aparentemente a princípio fora da *rede*, se aproxima, após a morte do pai, quando é ajudado por Felizardo Toscano de Brito, que conseguiu um lugar de colaborador na Tesouraria da Fazenda. Daí em diante, exerceu funções públicas, sendo nomeado para um cargo na Santa Casa de Misericórdia no mesmo ato de nomeação de Eugenio Toscano.

Uma rede de sociabilidade formou a *Gazeta da Parahyba*. As ideias defendidas pelos seus redatores constituíram os escritos do jornal, entre os quais encontram-se as crônicas. Em 1888, o jornal mais importante que circulava na província paraibana era o *Jornal da Parahyba*, órgão do partido conservador que estava no poder. A *Gazeta da Parahyba* surge e faz um contraponto, mesmo que se autointitulando apartidário.

4. AS EXPRESSÕES DA CRÔNICA OITOCENTISTA NA GAZETA DA PARAHYBA

4.1 Crônicas, cronistas e pseudônimos

A *Gazeta da Parahyba* pode ser enquadrada na expressão “jornalismo de crônica”, mencionada por Albert e Terrou (1990, p. 54), não só porque o jornalismo oitocentista, diferentemente do que se caracterizou depois, não havia consolidado as reportagens como base principal da escrita dos periódicos e a linguagem empregada era eminentemente pessoal e subjetiva. Mas, sobretudo, pela efetiva presença de uma série de escritos cronísticos consolidando seções periódicas do jornal.

Encontramos na *Gazeta* uma profusão de escritos que podem ser caracterizados como cronísticos. E, diante deles, um desafio: quais escritos deveriam ser levados em consideração para serem objeto de análise?

O primeiro passo metodológico foi a identificação dos escritos de feição cronística presentes na *Gazeta da Parahyba*. Verificamos a existência das seguintes modalidades de crônica: crônicas semanais ou hebdomadárias; crônicas diárias (ou pretensamente diárias); crônicas específicas; e crônicas unitárias. A única modalidade não detectada na *Gazeta* foi a crônica de eventos, uma seção criada em função de eventos festivos e/ou religiosos da cidade para comentar os acontecimentos durante os dias da festividade. Nesse caso, as festas eram comentadas nas seções cronísticas já existentes, semanal ou diária²⁹.

Como as crônicas específicas são escritos voltados para o registro de atos de órgãos públicos, como a polícia, os tribunais e as casas legislativas, voltamos a atenção para os *escritos cronísticos considerados embriões da crônica literária*, a saber: as crônicas em séries (semanais ou diárias) e as crônicas unitárias, isto é, aquelas que não fazem parte de uma série específica nem ocupam uma seção fixa no jornal, aparecendo esporadicamente.

Nesse processo de identificação dos escritos cronísticos, percebemos que eles vinham quase sempre assinados com pseudônimos. As colunas e seções não assinadas, via de regra, constituíam os editoriais ou artigos de fundo e as colunas políticas, sendo responsabilidade da redação. O tom mais espontâneo da linguagem, por vezes jocoso, o caráter de leitura amena e a temática prosaica foram considerados como indícios do gênero crônica.

²⁹ A classificação dos escritos cronísticos em crônica semanal, diária, de evento, específica e avulsa é uma das contribuições desta pesquisa e foi apresentada no primeiro capítulo.

Como o jornalismo oitocentista era eminentemente político e profundamente envolvido com intrigas partidárias, as crônicas também apresentavam essa dinâmica. Em outras palavras, muitas colunas políticas se aproximavam do perfil cronístico e vice-versa, exigindo-nos um olhar mais criterioso para a classificação do escrito.

Não houve dificuldade para a identificação das crônicas semanais porque esses escritos indicavam internamente que eram crônicas, na medida em que o cronista citava o gênero que estava escrevendo em várias ocasiões. Além disso, o espaço do Folhetim costumeiramente, a essa altura do Oitocentos, abrigava tal modalidade de escrito que pretendia “passar a semana em revista”. Quando não era redigida no espaço do rodapé do jornal, a crônica hebdomadária ou semanal recebia uma designação que indicava explicitamente seu propósito de “contar” a semana para os leitores, a exemplo das seções “Notas da semana” e “A semana finda”, da *Gazeta da Parahyba*.

Quanto às crônicas diárias, diferentemente das semanais que se autodenominavam internamente crônicas, estabelecemos alguns critérios para evidenciar a condição de escrito cronístico: a linguagem mais prosaica e, por vezes, jocosa, trazendo um escrito ameno, não grave; o pertencimento a uma série regular, com título definido em uma seção do jornal; a existência de uma assinatura, mesmo que por pseudônimo, assumindo uma “autoria” e perfil narrativo; a temática ligada ao cotidiano e a demandas da cidade, formando um retrato urbano ou social.

Para identificarmos as crônicas unitárias, usamos os mesmos critérios das crônicas diárias, excetuando o pertencimento a uma série, razão pela qual eram unitárias e, portanto, não regulares.

Os quadros a seguir (Quadros 2 a 5) mostram detalhadamente o levantamento feito sobre quem foram os cronistas (pseudônimos) e quais escritos podem ser classificados como crônica no âmbito da *Gazeta da Parahyba*³⁰.

³⁰ Não foram incluídas, nestes quadros, as “crônicas específicas”: “Chronica Policial” e “Chronica da Assembleia”, por não serem modalidades da crônica, objeto desse estudo.

Quadro 2 – Relação de crônicas semanais ou hebdomadárias da *Gazeta da Parahyba*

Título da série ou da crônica	Dia da semana	Autoria ou Pseudônimo	Nº de escritos	Edições onde se encontram as crônicas
Crônicas semanais (ou hebdomadárias)				
Aos domingos	domingo	Orsini	25	Ano 1888: 5, 11, 17, 22, 28, 40, 45, 51, 57, 69, 119, 131, 143, 160, 166. Ano 1889: 257, 262 ³¹ , 268, 282, 316, 322, 327, 412, 418, 430.
Aqui e ali	domingo	Rivadavio	9	Ano 1888: 91, 97, 107, 125, 137, 154, 172, 183, 192.
Notas da semana	terça	Walker	20	Ano 1888: 108, 114, 120, 126, 138, 144, 149, 155, 161, 167, 178, 184. Ano 1889: 258, 263, 269, 274, 277, 283, 317, 323.
A semana finda	terça	Warton	40	Ano 1889: 328 (quarta), 332, 338, 344, 350, 356, 362, 367, 372, 378, 384, 389, 395, 401, 407, 413, 419, 425, 431, 435, 441, 447, 453, 465, 471, 480. Ano 1890: 483, 487, 493, 499, 505, 511, 522, 534, 540, 546, 555, 561, 572, 583.

Fonte – Pesquisa autoral, 2017.

Quadro 3 – Relação de crônicas diárias (ou pretensamente diárias) da *Gazeta da Parahyba*

Título da série ou da crônica	Dia da semana	Autoria ou Pseudônimo	Nº de escritos	Edições onde se encontram as crônicas
Crônicas diárias (ou pretensamente diárias)				
Toadas	Série diária	Zé Bigode	61	Ano 1888: 6, 24 a 40, 42 a 48, 50 a 61, 63 a 68, 70 a 75, 84 a 91, 93, 95, 98, 104.
Carambolas ³²	Série diária	O Taco	90	Ano 1888: 6, 36 a 79, 81 a 98, 105, 107 a 114, 118, 121 a 124, 126, 127, 129, 132 a 134, 136, 138 a 141, 144, 149
<i>Toto foro, tota urbe...</i>	Série diária	Paulo Cavête	18	Ano 1888: 132 a 136, 138, 141, 143, 146, 153 a 156, 158 a 160, 165, 172.
Cousas chinesas	Série diária	(O) Mandarin ³³	11	Ano 1889: 364 a 368, 379, 380, 385, 386, 396. Ano 1890: 496.
A propósito	Série diária	Ignotus ³⁴	42	Ano 1889: 341, 343 a 346, 349, 354, 355, 360, 361, 365, 366, 368, 369, 371 a 381, 385 a 393, 395, 399, 400, 405, 406, 410 a 412.
Da ponta	Série diária	Sylvio	12	Ano 1889: 401 a 403, 405 a 412, 415.
Altos e baixos	Série diária	Fritz	11	Ano 1889: 470, 471. Ano 1890: 481 a 484, 577 a 579, 582, 583.

Fonte – Pesquisa autoral, 2017.

³¹ Os dois escritos do Folhetim-crônica das edições 262 e 412 estão assinados com as iniciais E. T., certamente de Eugenio Toscano, e não como Orsini, como as demais crônicas da série “Aos domingos”. As mesmas iniciais assinam algumas crônicas unitárias, localizadas no rodapé do jornal, espaço do Folhetim.

³² A seção *Carambolas* era escrita ora em prosa, ora em verso. Mesmo os escritos em verso, via de regra, tinham a feição cronística, ao fazer comentários sobre o cotidiano, tal qual os escritos em prosa da própria seção e das outras seções cronísticas da *Gazeta da Parahyba*.

³³ Nem todas as crônicas da Seção *Cousas Chinesas* estão assinadas. Apenas, a partir da edição 385, consta a indicação da autoria sob o pseudônimo Mandarin ou O Mandarin.

³⁴ A seção *A propósito* foi assinada pelo pseudônimo Ignotus. Porém, em alguns escritos, consta os pseudônimos Mario, Ignotus II e Ignotus III.

Quadro 4 – Relação de crônicas unitárias (não pertencentes a uma série regular) da *Gazeta da Parahyba*

Título da série ou da crônica	Dia da semana	Autoria ou Pseudônimo	Nº de escritos	Edições onde se encontram as crônicas
Crônicas unitárias				
Folhetim: História de uma onça	domingo	João Voltaire	1	Ano 1888: 63.
A cidade	quarta	Ruyalto	1	Ano 1888: 76.
Folhetim: A cidade	domingo	Ruyalto	2	Ano 1888: 80, 85.
Por casa	quarta	Rivadavio	1	Ano 1888: 82.
Por casa	sexta	Max	1	Ano 1890: 580.
Sem norte e sem rumo	sábado	Orsini	1	Ano 1888: 177.
Um passeio ao Cabedelo	domingo	C. M.	1	Ano 1889: 262.
Folhetim: Epistola a Luiz	terça	E. T.	1	Ano 1889: 274.
Folhetim: A semana em verso	terça	Tennyson	3	Ano 1889: 332 ³⁵ , 356, 367.
Folhetim: Junto às urnas	sábado	E. T.	1	Ano 1889: 382.
Folhetim: Club da Juventude	terça	E. T.	1	Ano 1890: 517.
Folhetim: O jumento do meu compadre	quarta	Alceste	1	Ano 1890: 578.
Folhetim: Sem rumo	quinta	Jack	1	Ano 1890: 563.
Folhetim: Entre S. João e S. Pedro	domingo	E. T.	1	Ano 1890: 620.

Fonte – Pesquisa autoral, 2017.

Quadro 5 – Relação de Séries cronísticas, sem regularidade diária ou semanal, da *Gazeta da Parahyba*

Título da série ou da crônica	Dia da semana	Autoria ou Pseudônimo	Nº de escritos	Edições onde se encontram as crônicas
Séries cronísticas irregulares				
Por alto	Sem definição de dia	Lucilius	10	Ano 1889: 408, 411, 414, 420, 423, 427, 429, 433, 438, 448.
Por dentro	Sem definição de dia	Plauto	12	Ano 1889: 407, 410, 413, 417, 419, 421, 426, 428, 430, 434, 440, 445.
Por fora	Sem definição de dia	Publius	7	Ano 1889: 406, 409, 412, 416, 418, 432, 437.
Pela ponta	Sem definição de dia	Píndaro	8	Ano 1889: 445, 446, 452. Ano 1890: 482 a 485, 487.
<i>Causerie</i>	Sem definição de dia	Alceste	9	Ano 1890: 554, 556, 557, 559, 564, 571, 579, 586.

Fonte – Pesquisa autoral, 2017.

Diante de um número tão grande de escritos cronísticos, fomos impelidos, por razões metodológicas, a fazer escolhas de quais crônicas seriam objeto de um olhar mais específico.

Nosso primeiro critério de escolha foi tipológico. Como as crônicas unitárias eram escritos isolados, entendemos que não havia sentido escolhê-las prioritariamente, pois não formavam uma sequência de escritos, de modo que não era possível definir um perfil narrativo de seu autor. As seções regulares, via de regra, definiram seus propósitos de escrita. Assim sendo, o primeiro filtro foi deixar, para um olhar secundário, as crônicas unitárias (Quadro 4) e aquelas que não seguiam uma regularidade semanal ou diária (Quadro 5). Mesmo com esta suposta exclusão, algumas dessas crônicas, não só foram citadas e levadas em consideração

³⁵ Está ilegível o nome do autor desta crônica da edição 332. O aspecto “borrado” do nome do autor, inclusive, sugere não ser Tennyson.

para exemplificar alguns aspectos da escrita cronística da *Gazeta da Parahyba*, como foram contempladas na antologia organizada nos Anexos da tese.

O segundo critério de escolha foi temporal. Assumindo a interpretação de que o primeiro ano de publicação do jornal, além de contar com seus redatores fundadores, provavelmente apresentava o projeto inicial do periódico, concluímos que as primeiras seções podiam revelar a proposta jornalística original da *Gazeta da Parahyba*.

Registramos no ano de 1888, a presença de 211 escritos cronísticos na *Gazeta*, publicados entre os meses de maio e dezembro. No ano de 1889, identificamos 148 crônicas. Apesar de o jornal ter saído em todos os meses desse ano, há várias edições extraviadas e que, portanto, não se tem acesso a elas. O ano de 1890 contou com 29 crônicas, de janeiro a junho, corroborando a informação de Eugenio Toscano de Brito que afirmou que os redatores estavam melindrosos com a situação política, arrefecendo o tom humorístico do jornal (BRITO, 1910, [1897], p. 270). De fato, o ano de 1888 concentrou um número maior de seções cronísticas com maior duração.

O terceiro critério de escolha relacionou-se à identificação de autoria das crônicas. Como elas eram assinadas por pseudônimos, a descoberta de seus verdadeiros autores foi um desafio à parte. Saber quem eram os jornalistas que estavam por trás dos pseudônimos constitui uma importante informação histórica. Em função da ausência de estudos sobre a crônica oitocentista paraibana, a revelação dos nomes dos verdadeiros autores é, no nosso entender, uma contribuição efetiva para a história da literatura e do jornalismo paraibano. A partir desta pesquisa, é possível apontar alguns precursores da crônica no estado.

Há um universo de jornais e, consequentemente, de escritores a serem ainda estudados nos periódicos paraibanos do século XIX. Mas, a partir de agora, os nomes de Eugenio Toscano de Brito, Cordeiro Junior, Eduardo Marcos de Araújo, Arthur Achilles, Cícero Moura, Faria Godinho e Antonio Camillo³⁶, jornalistas que defendemos serem autores de alguns pseudônimos, podem ser estudados também em suas produções cronísticas e literárias. Nesse sentido, pudemos, com este trabalho, recuar no tempo as informações sobre o desenvolvimento da crônica no estado de maneira a comprovar a existência de uma crônica oitocentista na Paraíba.

³⁶ Cícero Moura, Faria Godinho e Antonio Camillo não são listados como *redatores* da *Gazeta da Parahyba*, mas, sim, *colaboradores*, designação que sugere uma participação menos frequente que a dos redatores nas páginas do jornal. Em razão da não inclusão do nome dos dois como redatores por parte dos historiadores da imprensa paraibana, conforme vimos no tópico sobre os redatores da *Gazeta* (3.2), eles não foram biografados nesta tese tal qual os outros jornalistas.

Após a aplicação dos três critérios – tipológico, temporal e identitário – para a escolha de quais seções cronísticas seriam apresentadas e analisadas, o foco recaiu sobre os seguintes escritos: as crônicas semanais de Orsini e Rivadavio e as crônicas diárias de Zé Bigode e O Taco.

Uma seção semanal que poderia figurar ainda dentro dos critérios apresentados é a intitulada “Notas da Semana”, redigida sob o pseudônimo Walker, que defendemos ser Arthur Achilles. Porém, como duas colunas semanais já estavam sendo contempladas – “Aos domingos” e “Aqui e ali”, decidimos apenas citar passagens das crônicas da seção “Notas da Semana” e transcrever alguns de seus escritos nos Anexos.

A descoberta de quem estava por trás de alguns pseudônimos da *Gazeta da Parahyba* baseou-se no depoimento de Eugenio Toscano de Brito no artigo “Reminiscências: de como fundou-se e porque morreu a ‘Gazeta da Parahyba’ ” (1910 [1893]) e em escritos encontrados nas fontes primárias, a saber, no próprio jornal. As informações colhidas, se não esclareciam de forma definitiva, eram analisadas e complementadas com dados históricos e deduções em cima de pistas deixadas em vários escritos.

Em uma nota publicada na edição 69, de 29 de julho de 1888, a *Gazeta da Parahyba* transcrevia um escrito do jornal *Manguaba*, de Alagoas, que apontava quem eram os responsáveis pelos pseudônimos O Taco (da seção “Carambolas”), Zé Bigode (da coluna “Toadas”) e Orsini (do Folhetim-crônica “Aos domingos”):

Gazeta da Parahyba.

Pagou-nos a visita. Conhecíamos a *Gazeta* pelos elogios que tecia um distinto Parahybano, autoridade entre nós.

Bem redigida, com serviço especial de telegramas, discutindo com mestria os interesses sociais, sem cor política, pode-se dizer – É um dos bons jornais que se publicam no Império.

A poesia, a muita verve e a crítica joco-séria de Taco, Zé Bigode e de Orsini parecem denunciar as penas de Cordeiro Junior, Eduardo Marcos e Eugenio de Brito.

Somo gratos a *Gazeta* pela sua gentileza.

(Do *Manguaba*, de Alagoas)

O nosso ilustre colega esqueceu-se, naturalmente por ignorar, os nomes de Bernardino dos Santos e Alonso de Almeida, cujas valentes penas tem elevado a *Gazeta* na altura em que se acha. (GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 69, 29 jul 1888, p. 2)

Apesar de não garantir a perfeita ligação entre os pseudônimos e os jornalistas, visto que empregou a expressão “parecem denunciar...”, a nota não é contestada. A observação colocada abaixo da transcrição do jornal alagoano apenas ressalta que os nomes de Antonio Bernardino e Alonso de Almeida não deveriam ser esquecidos como integrantes da equipe de

redatores da *Gazeta da Parahyba*. Tratava-se, no mínimo, portanto, de uma pista a ser seguida, a fim de encontrarmos elementos comprobatórios definitivos.

Eduardo Marcos de Araújo realmente parece ter sido o autor das “Toadas”, assinadas com o pseudônimo de Zé Bigode. A última crônica desta seção foi publicada na edição 104, de 13 de setembro de 1888. Depois de um período quase ininterrupto de publicação entre as edições 24 (06/06/1888) e 75 (07/08/1888), e outro entre as edições 84 (18/08/1888) e 91 (26/08/1888), a seção começou a oscilar sua publicação diária até definitivamente não mais aparecer no jornal. A época de desaparecimento da seção de Zé Bigode coincide com o período de enfermidade e morte de Eduardo Marcos.

Em crônica de 15 de agosto de 1888, intitulada “Por casa”, Rivadavio, pseudônimo de Alexandre de Faria Godinho, ironizava que, no dia anterior, a *Gazeta da Parahyba* tinha vindo “estranha, doentia... nem artigo de fundo, nem toadas, nem cidades” e informava: “o Zé Bigode deu parte de doente. / A sua enxaqueca tira-lhe o sono e o apetite. / Anda apático e ‘sorumbático.’ / Ele, o leão da “verve” e da ironia, sempre de sorriso cáustico e mordente a brincar-lhe nos lábios, também se permite invadir, algumas vezes, de pesadas nostalgias...” (GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 82, 15 ago 1888, p. 2).

A informação de que Zé Bigode não estava bem de saúde em 15 de agosto de 1888 explica a interrupção da seção que vinha sendo publicada quase ininterruptamente até dia 7 de agosto, não sendo publicada do dia 8 ao dia 17 deste mês e rareando no mês de setembro.

A edição 121 do dia 3 de outubro de 1888 da *Gazeta da Parahyba* trouxe uma nota informando que Eduardo Marcos de Araújo se encontrava em grave estado de saúde. Sua morte foi informada e lamentada no dia seguinte, edição 122.

A enfermidade de Zé Bigode assinalada por Rivadavio em 15 de agosto de 1888, as oscilações da publicação de seus escritos neste mês, a data da última seção “Toadas” (13/09/1888), o rareamento dos escritos de Zé Bigode no mês de setembro, a data de informe da gravidade da doença do jornalista (3/10/1888), bem como sua morte informada em 4 de outubro de 1888 parecem juntar as “peças do quebra-cabeça” da identificação, comprovando as indicações do jornal alagoano de que Zé Bigode era, de fato, Eduardo Marcos. Entendemos que esse conjunto de dados e deduções são suficientes para comprovar a autoria da seção “Toadas”.

Quanto ao pseudônimo Orsini, a comprovação de que era Eugenio Toscano de Brito não resta dúvida, pois o próprio jornalista assim afirmou na edição 257, de 24 de março de 1889, ao finalizar seu Folhetim-crônica “Aos domingos” com as seguintes palavras: “Para o autor destes folhetins cessa a razão de ser do pseudônimo *Orsini* para firmá-los com as duas primeiras iniciais de seu nome”. E assinou “E. T.”.

Mais uma vez, a indicação do jornal *Manguaba*, de Alagoas, cuja nota transcrevemos há pouco, era confirmada.

A terceira insinuação do periódico alagoano era que Cordeiro Junior estava por trás do pseudônimo O Taco, autor da seção “Carambolas”. Esta informação é comprovada pela nossa pesquisa e é uma das identificações de pseudônimo com provas consistentes a seu respeito.

Na mesma crônica em que Eugenio Toscano de Brito revela ser Orsini, autor do Folhetim-crônica “Aos domingos”, também revela que Cordeiro Junior era O Taco. Comentando sobre as *coleções* do colega de redação, assim revela quem estava por trás das “Carambolas”:

As *coleções* de Cordeiro Junior são uma das maiores originalidades que eu conheço e posso afirmar que ninguém possui coisa igual.

Tudo quanto de original e interessante Cordeiro Junior encontra nos jornais que lê, corta e prega em um quarto de folha de papel, e quando tem o número de folhas suficientes para formar um livro regular, ele cose, encaderna, arranja os dizeres com as letras dos jornais e tem assim formado um livro em tudo originalíssimo; e a sua *coleção* já sobe a mais de duzentos volumes!

[...]

Há dias entrava ele na redação da *Gazeta* sobraçado um embrulho; eram o *Collar de Aço* e a *Emboscada*, romances que foram publicados em folhetim nesta folha, as conhecidas *Carambolas*, e o *Microcosmo*, folhetins publicados no *Jornal do Commercio*, pelo Sr. Carlos de Laet; e ele depois de tê-los convenientemente preparado, mandará encaderná-los nas oficinas de Manoel Henrique. (GAZETA DA PARAHYBA, Ano II, n. 257, 24 mar 1889, p. 1).

As informações de Eugenio Toscano sobre Cordeiro Junior não só revelam a autoria da seção “Carambolas” como também revelam práticas de leitura e circulação de impressos, modos de ler e editar escritos no Oitocentos. As coleções de Cordeiro Junior, encadernadas a partir de recortes de jornais, editadas *a posteriori* em oficinas tipográficas, não só informam sobre um comportamento individual do tradutor-redator da *Gazeta da Parahyba*, mas servem como prova a respeito de práticas de leitura, apropriação de escritos, interesses intelectuais, maneiras de se lidar com a literatura publicada nos jornais etc. (CHARTIER, 1999).

Outra prova de que Cordeiro Junior foi o autor das “Carambolas” é extraída do confronto de informações entre duas fontes diferentes. O *Dicionário Literário da Paraíba*, organizado por Idelette Muzart Fonseca dos Santos (1994, p. 87), informa que Cordeiro Junior foi autor de um livro intitulado *Bosquejos literários*, destacando-se, na sua produção poética, um poema dedicado à padroeira da cidade, “A virgem das Neves”, publicado durante o novenário no ano de 1888.

Partindo da informação dada pelo dicionário que o referido poema foi publicado durante o novenário de 1888, verificamos a “coincidência” de datas na fonte primária, a *Gazeta da*

Parahyba, que trouxe à luz, na seção “Carambolas”, a partir da edição 69, de 29 de julho de 1888, até a edição 74, de 4 de agosto do mesmo ano, um longo poema em louvor à Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade da Parahyba, durante os festejos à santa e ao aniversário da cidade. Portanto, conseguimos estabelecer o vínculo entre a informação do dicionário e a fonte primária, de modo que resta comprovado ser O Taco, na verdade, Cordeiro Junior. A seção “Carambolas”, apesar da feição cronística, tanto trazia escritos na forma de prosa com em verso.

“Carambolas” foi a seção cronística mais duradoura da *Gazeta da Parahyba*, com 91 escritos encontrados. Dado que corrobora as informações de que Cordeiro Junior, “com as fulgurações diamantinas de sua pena de prosador e de poeta, aparece quase sempre em todas as suas colunas [do jornal], sendo ele também o timoneiro infatigável da galera”, conforme afirmou Dominó Vermelho, um dos pseudônimos que acreditamos ser do colaborador Antonio Camillo (GAZETA DA PARAHYBA, 8 de maio de 1890, Ano III, n. 579, p. 1). Cordeiro Junior era responsável diariamente também pela tradução dos romances-folhetins da *folha*.

O artigo de Eugenio Toscano de Brito (1910 [1897]) sobre a *Gazeta da Parahyba*, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, contém as informações mais explícitas sobre os pseudônimos do jornal. Assim se pronunciou o redator-chefe:

[a *Gazeta da Parahyba*] teve sucessivamente as valiosas colaborações de Cícero Moura (Dr.), que juntamente com Arthur Achilles redigiram as *Notas da Semana* além de outros artigos sobre crítica e instrução; Antonio Camillo, fino espírito e aprimorado crítico que, além da interessante seção sobre o movimento literário do país e do estrangeiro, escrevias as magistrais *silhouettes*; [...] Alexandre de Faria Godinho, um talento trabalhado para o jornalismo, sempre cheio de muita *verre* (sic) e de muito *humour*, fazendo verdadeiro sucesso os seus artigos e folhetins assinados Rhadamanto e Rivadavio (depois houve muitos Rhadamantos e Rivadavios) (BRITO, 1910 [1897], p. 268).

No espaço do rodapé, também chamado Folhetim, a *Gazeta da Parahyba* trouxe com regularidade semanal, a princípio apenas aos domingos, sua crônica hebdomadária. Seguindo o modelo do periodismo oitocentista, durante os dias da semana, no rodapé, publicava-se o romance-folhetim, traduzido com exclusividade por Cordeiro Junior, e, no domingo, acrescentava-se outro rodapé para o Folhetim-crônica.

Duas séries de crônicas ocuparam o espaço conhecido por Folhetim no jornal: “Aos domingos”, assinada por Orsini, e “Aqui e ali”, assinada por Rivadavio. Nas palavras transcritas acima, Eugenio Toscano cita outra crônica hebdomadária, isto é, outra seção para a crônica semanal. Isto porque, a partir da edição 108, a crônica domingueira ganhou companhia. Outra crônica semanal ganhou espaço na *Gazeta da Parahyba*, às terças, com uma seção intitulada

“Notas da semana” e que depois foi substituída pela seção “A semana finda”, de outro autor, mas com o mesmo propósito.

Os títulos da coluna seguiam um padrão do jornalismo oitocentista. Por exemplo, Machado de Assis assinou, sob pseudônimos, em periódicos do Rio de Janeiro, os “Comentários da Semana” (no *Diário do Rio de Janeiro*, 1861-1862), “Notas Semanais” (em *O Cruzeiro*, 1978) e “A Semana” (na *Gazeta de Notícias*, 1892-1893).

As observações de Eugenio Toscano de Brito indicam Arthur Achilles e Cícero Moura como responsáveis pela crônica semanal “Notas da Semana”. Esta seção era assinada pelo pseudônimo Walker, sendo publicada a partir da edição 108, de 18 de setembro de 1888, finalizando na edição 323, de 18 de junho de 1889. A seção foi renomeada para “A semana finda”, publicada no mesmo dia da semana – terça-feira – e com o mesmo propósito – comentar os fatos da semana anterior. Porém, passou a ser assinada por Warton.

Nas lembranças de Toscano de Brito, ele apenas cita o título “Notas da Semana”, mas indica que dois jornalistas foram responsáveis pela seção: Arthur Achilles e Cícero Moura.

Sobre a autoria das seções hebdomadárias das terças-feiras, a nossa pesquisa defende, correndo riscos, que Walker era o pseudônimo de Arthur Achilles e Warton, de Cícero Moura. Eugenio Toscano havia deixado claro que Arthur Achilles escrevera as “Notas da Semana”, mas, ao mencionar Cícero Moura como outro autor da seção deixou em dúvida se eram dois autores para um mesmo pseudônimo e uma mesma seção.

Esta associação dos dois autores para uma mesma seção, no nosso entender, feita por Eugenio Toscano de Brito, pode ter sido um lapso de memória, mas também pode ter ocorrido porque houve duas crônicas semanais, às terças, uma substituindo a outra. “Notas da Semana”, de Walker, foi substituída por “A semana finda”, de Warton.

Mesmo com a interrupção das “Notas da Semana”, esta coluna continuava a existir, sendo publicada no mesmo dia da semana e seguindo o mesmo propósito, mas com uma mudança de título e pseudônimo, que no nosso entender, sugere que outro autor assumiu a responsabilidade daquela crônica semanal. Baseamos nossas conclusões em dois fatos. Primeiro, quando Warton assume “A semana finda” em substituição a Walker das “Notas da Semana”, deixa claro que se tratava de uma substituição:

Parece que estou vendo uma nuvem de descontentamento e mesmo de decepção ensombrar o semblante do leitor ao deparar com *A semana finda* em vez da rubrica *Notas da semana*, que infalivelmente apareciam às terças-feiras.

É justo.

A linguagem vibrante de Walker, os criteriosos conceitos por ele sempre expedidos, os levantados comentários que ligava aos acontecimentos, a justa apreciação dos fatos

ocorridos, tudo isso vai hoje ser substituído por uma simples resenha da semana finda, escrita com um pálido acúmulo de frases mal contornadas, mas ditadas pela maior boa vontade e pelo empenho que faz a *Gazeta* em bem servir aqueles que a leem. Entretanto, compatriota e amigo de Walker, cuja atividade intelectual acaba de encontrar um vasto campo para a sua manifestação, privando os seus apreciadores de vê-lo hoje nas colunas desta folha, procurarei, no encajado limite das minhas forças, seguir-lhe as pegadas nessa escabrosa estrada, cujos obstáculos ele sabia vencer com tanta facilidade e firmeza e que, estou certo, me farão tropeçar de vez em quando. Sirva, pois, a minha boa vontade de compensação ao arrojo do meu empreendimento. (GAZETA DA PARAHYBA, Ano II, n. 328, 26 jun 1889, p. 1).

A linguagem retórica empregada por Warton, a fim de captar a benevolência do acostumado leitor das “Notas da Semana” e que, na ocasião, se deparava com a crônica semanal com novo título, deixava claro que se tratava de uma substituição.

O segundo fato que nos impulsiona a defender as “Notas da Semana” como de Arthur Achilles, além da textual indicação de Eugenio Toscano, e “A semana finda” como de Cícero Moura relaciona-se à nomeação de Achilles ao cargo de oficial de gabinete da administração da província, no exercício da presidência de Dr. Manoel Dantas.

A *Gazeta da Parahyba* (n. 327, de 23 de junho de 1889) informou a nomeação de Arthur Achilles justamente na semana que a seção “Notas da Semana” deixou de existir. O cargo de oficial de gabinete da presidência provincial, entendemos, impedia a continuidade regular da colaboração de Arthur Achilles com a *Gazeta da Parahyba*. É bem provável que foi a partir deste momento que a *Gazeta* deixou de tê-lo em seus quadros como redator, pois, a contar pelo depoimento de Eugenio Toscano (1910 [1897]), quando o jornal fechou as portas em 1890, aquele jornalista já não figurava como um dos redatores da *folha*.

Retomando às “Reminiscências” de Eugenio Toscano de Brito (1910 [1897], p. 268), temos a informação de que Antonio Camillo foi autor de uma seção biográfica chamada “Silhoeuttes”. Como era uma coluna assinada pelo pseudônimo Phileas Fogg, referência a um personagem de *A volta ao mundo em 80 dias*, de Julio Verne, conclui-se que o colaborador da *Gazeta da Parahyba*, Antonio Camillo, estava por trás deste pseudônimo.

Outro esclarecimento deixado por Eugenio Toscano (1910 [1897], p. 268) apresenta o colaborador Faria Godinho como sendo o autor dos folhetins-crônicas assinados pelo pseudônimo Rivadavio, “sempre cheio de muita verve e de muito bom humor”. Rivadavio, ou Faria Godinho, alternou com o próprio Eugenio Toscano de Brito a escrita da crônica folhetinesca que era publicada aos domingos. Enquanto o Folhetim-crônica de Eugenio Toscano intitulava-se “Aos domingos” e vinha assinado por Orsini, num primeiro momento, e pelas iniciais E. T., em segundo momento, o Folhetim-crônica de Faria Godinho intitulava-se “Aqui e ali” e era assinado por Rivadavio.

Esclarecidos alguns dos pseudônimos da *Gazeta da Parahyba*, cumpre lembrar que o uso desse expediente no jornalismo era uma prática discursiva generalizada nos periódicos oitocentistas, como afirma, a esse respeito, Socorro Barbosa:

Desde os primórdios da imprensa brasileira, observa-se uma tendência forte ao anonimato, ou ao uso indiscriminado do pseudônimo, tanto nos jornais da Corte como naqueles existentes nas províncias a partir da segunda década do século XIX. Esta prática parece ser menos uma “fraqueza” ou “defeito” da imprensa brasileira, do que uma marca da linguagem jornalística no século XIX. (BARBOSA, 2007, p. 32).

Os motivos para o anonimato podiam ser os mais variados, sendo uma estratégia comum plenamente usada na comunidade jornalística do século XIX, assimilada por escritores consagrados ou não.

Vários foram os motivos pelos quais os escritores, tanto aqueles desconhecidos, que contribuíram com a imprensa, como os famosos, utilizaram-se desta estratégia. José de Alencar, Machado de Assis, Coelho Neto, entre outros, estão entre os consagrados. Uma das razões, a mais óbvia talvez, diz respeito à necessidade de proteção, seja da autoridade, seja da reputação, ou até mesmo, no caso das mulheres, de algum pai ou marido ciumento. Por isso o uso mais sistemático do artifício encontra-se em escritos amorosos, políticos, em debates e contendas pessoais (BARBOSA, 2007, p. 33).

Como vimos, o uso de pseudônimos no jornalismo do Oitocentos não pode ser interpretado como defeito ou fraqueza. Era uma prática discursiva. E, como tal, precisa ser observada com várias nuances.

Limitar a interpretação do anonimato a questões políticas, como se fosse uma máscara pura e simplesmente aproveitada para se fazer crítica a autoridades, sem se expor publicamente, não explica plenamente essa prática discursiva. Mesmo porque os redatores dos jornais e o lugar onde estes eram impressos eram de conhecimento público.

A questão dos pseudônimos era um “artifício frequente entre os cronistas brasileiros desde meados do século XIX” e obedecia a “uma cuidadosa escolha”, não sendo necessariamente um disfarce. Ao contrário, evidenciava a delimitação de um perfil narrativo para as séries cronísticas, cujos narradores eram “construídos no intuito de abordar questões específicas em diferentes momentos” (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA 2005, p. 15).

O escritor Coelho Neto, em entrevista concedida à *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, em 12 de junho de 1912, respondendo na seção “Pergunta aos nossos escritores” ao questionamento por que usava pseudônimo, afirmou: “os meus pseudônimos marcam épocas diferentes, verdadeiros períodos da minha vida literária, fases diferentes do meu espírito. O

pseudônimo adequava-se ao assunto e à preocupação da época” (GAZETA DE NOTÍCIAS, Ano XXXVI, n. 164, 12 jun 1912, p. 1).

Em *Estratégias e máscaras de um fingidor: a crônica de Machado de Assis*, Dilson F. Cruz Jr. (2002) estuda a crônica machadiana no sentido de evidenciar a existência de várias vozes que percorrem os escritos. O estudo aponta para uma direção diferente da que nos interessa propriamente, porque preocupado com as relações entre autor, cronista, narrador e as múltiplas vozes que emergem das crônicas, mas expõe de maneira efetiva uma complexidade inerente à construção narrativa em escritos cronísticos.

O uso, portanto, de pseudônimos pode envolver uma série de elementos muito mais complexos que um simples disfarce.

No âmbito da *Gazeta da Parahyba*, os escritos cronísticos dialogavam entre si, na medida em que um cronista fazia referência ao escrito do outro. Nesse sentido, interpretamos que a questão do anonimato também podia funcionar como uma espécie de jogo intertextual entre os jornalistas da época, do mesmo jornal ou de jornais concorrentes. Não era incomum, um cronista fazer referência a outro, ambos escrevendo sob pseudônimos.

No Folhetim-crônica da seção “Aos domingos”, edição 45, de 1º de julho de 1888, Orsini afirma que Zé Bigode, pseudônimo da seção “Toadas”, “tem direta e salutar influência sobre a tranquilidade e ordem públicas e sobre o pacatismo dos busca-pés”. Ao justificar que o escrito de Rivadavio seria substituído pelo seu, no Folhetim-crônica do dia 30 de setembro de 1888, edição 119, Orsini diz que o leitor, naquele dia, estaria “privado da saltitante prosa do – Aqui e Ali –”, nome da seção assinada pelo companheiro jornalista.

Justificando a ausência do escrito de um cronista num determinado dia e a substituição pelo escrito de outro, os cronistas não só informavam a mudança ou explicavam as razões da substituição, queriam assegurar a fidelidade do leitor e deixá-lo ciente que o perfil narrativo era diferente, por mais que o propósito da seção se mantivesse. É o que vemos nas palavras de Orsini sobre a prosa de Rivadavio ou, como demonstrado há pouco, quando a seção “Notas da Semana” foi substituída pela coluna “A semana finda”.

As referências intertextuais na menção a outro pseudônimo também podiam indicar as características do outro narrador-cronista. Quando O Taco (pseudônimo de Cordeiro Junior) faz menção a Zé Bigode (pseudônimo de Eduardo Marcos) na edição 6, de 15 de maio de 1888, pede “vênia ao ilustre companheiro para secundá-lo nos seus louváveis esforços”, procurando “acompanhar o amigo” na postura satírica e no estilo irônico.

Além de manter a suposta segurança do indivíduo e a liberdade da fala, estar sob um pseudônimo parecia ser também uma brincadeira que alimentava a curiosidade à medida que o tempo passava sem que o anonimato fosse revelado.

Na crônica “Por casa”, da *Gazeta da Parahyba*, de 15 de agosto de 1888, Rivadavio (pseudônimo de Faria Godinho, como vimos) comenta a negativa de um colega, sob o pseudônimo de Ruyalto, em escrever para a *folha*, por já ter sido supostamente descoberta sua identidade:

Ruyalto, instado a escrever alguma coisa, balbuciou pretextos fúteis de colegial...
Que não escrevia mais nada, disse ele.
Que os seus amigos já o tinham descoberto. Disseram-lhe à “queima-roupa,” o Horacio, o Santos, e mais este, e mais aquele.
Enfim, o diabo! que não se podia esboçar duas linhas que não soubesse logo quem era o autor.
– Sabe que mais? não estava para se comprometer... (GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 82, 15 ago 1888, p. 2).

Mais do que simplesmente esconder os autores, os pseudônimos cumpriam funções associadas aos temas abordados e aos propósitos da seção, constituindo um perfil narrativo específico, no nosso entender, insubstituível.

4.2 O Folhetim-crônica da *Gazeta da Parahyba*: “Aos domingos” e “Aqui e ali”

Com o título “Aos domingos”, sob o pseudônimo Orsini, o redator-chefe da *Gazeta da Parahyba*, Eugenio Toscano de Brito escreveu no rodapé do jornal, no espaço do Folhetim, sua crônica folhetinesca e domingueira, via de regra, impressa na segunda página.

Sob a designação de Rivadavio, Alexandre de Faria Godinho, um dos colaboradores da *Gazeta*, alternou-se com Orsini na ocupação do Folhetim-crônica hebdomadário do domingo.

Estão disponíveis no site da Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional 25 escritos da série “Aos domingos”, da *Gazeta da Parahyba*. A primeira crônica foi publicada na edição 5, de 13 de maio de 1888, porém está praticamente toda ilegível, devido à mutilação que sofreu. A última publicação de “Aos domingos” disponível é a da edição 430, de 27 de outubro de 1889.

Publicada no rodapé do jornal, no espaço designado de Folhetim, como o próprio já informa, a crônica saía aos domingos. Assinada com o pseudônimo Orsini, teve sua verdadeira autoria informada na edição 257, de 24 de março de 1889, quando textualmente Eugenio

Toscano de Brito disse que indicaria as iniciais de seus dois primeiros nomes (E. T.) no final do escrito a partir daquela data.

A leitura dos escritos de Orsini/Eugenio Toscano revela um escritor plenamente consciente do que era o Folhetim-crônica hebdomadário. Em momentos autorreferenciais, o cronista discorria sobre a prática da escrita folhetinesca: o papel de trazer os acontecimentos da semana, a linguagem amena e alegre.

Os primeiros escritos de Orsini versaram, prioritariamente, sobre a própria *Gazeta da Parahyba*. A novidade da chegada de uma folha diária com o recurso de telégrafo direto e particular era motivo de exaltação do jornal. A notícia da abolição da escravidão foi dada de forma imediata e os informes sobre a saúde do Imperador também chegavam sem demora:

Semana gorda na verdade foi a que findou, cheia de movimentos, festas, sensações, alegrias e novidades, e tudo isto graças a “Gazeta da Parahyba” que com a sua atividade e a sua reportagem trouxe sempre o público ao corrente do que se passava na corte sobre a questão servil, e de como ia S. M. o Imperador de saúde. A “Gazeta da Parahyba” sim, é que se deve tudo isto, porque se não fosse ela, só no dia 14 ter-se-ia notícia da sanção da lei de 13 de maio e ontem, pelo vapor do sul, de qual o estado de S. Majestade.

[...]

Mas, apesar de divulgada com a rapidez do raio, como o sabe fazer a “Gazeta”, a notícia da sanção da lei de 13 de maio, ainda houve quem concedesse nesse dia cartas de liberdade entre discursseiras e vivórios, e imprensa que noticiasse tais fatos!

Magnânimos corações na verdade estes, que ainda uma vez provaram quão piramidalmente filantrópicos são os sentimentos paraibanos!

Ao ter notícia do fato fiz um – cúmulo – e ofereci-o ao meu colega da “Seção para todos”, que, dando-me umas tantas razões, não quis aceitá-lo. O cúmulo era este:

Cúmulo da Filantropia.

Libertar escravos depois da lei de 13 de maio.

*

A notícia do estado grave em que se achava o Imperador produziu verdadeira consternação e dor na nossa população, sincera manifestação dos seus monárquicos, e do quanto ama ela o trono e o altar.

Depois veio a dúvida. Estaria o Imperador mesmo doente? Não haveria engano no telegrama da “Gazeta”? Tratar-se-ia mesmo do Imperador do Brasil? E desejosos de ver já a “Gazeta” com correspondentes na Alemanha, afirmavam peremptoriamente: não tem que ver, o Imperador doente é o da Alemanha. E afirmavam-nos isto no próprio escritório da “Gazeta”!

Perversos! que não querem compreender que a “Gazeta” nasceu justamente para dar-lhes luz, e dizer-lhes às 6 horas da manhã, depois do café, o que deu-se no mundo 12 horas antes. (GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 11, 20 mai 1888, p. 2)

O papel de falar sobre os acontecimentos da semana era referido nas primeiras palavras da crônica, ao se indicar que a semana havia sido “gorda [...], cheia de movimentos, festas, sensações, alegrias e novidades”. E tudo isso graças à *Gazeta*. Aliada à autopromoção do jornal, verifica-se uma das marcas dos escritos cronísticos em geral: a ironia.

A dinâmica mais rápida no repasse de notícias da corte e do mundo, com apenas 12 horas de diferença, era saudada como uma “luz” que estava à disposição dos leitores nas primeiras horas da manhã.

A abordagem dos temas – no caso, a lei da abolição e a saúde do Imperador Dom Pedro II – vinha acompanhada de alfinetadas e ironias marcando o estilo, ou como se dizia comumente no jornal, a *verve* do autor, isto é, a criatividade espirituosa, a maneira irônica de abordar os assuntos.

Na crônica da semana seguinte, comentando as comemorações, na cidade, em função da abolição da escravatura, o tom irônico novamente se apresenta: “Por um triz que as festas da abolição não degeneraram em festas das Neves, com as suas passeatas de levantamento de bandeiras, um verdadeiro fetichismo introduzido na popularíssima festa há anos, e no que se despende grandes somas somente para satisfação dos curiosos, porque o culto à Virgem é uma história” (GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 17, 27 mai 1888, p. 2).

O escrito cronístico, próximo da realidade cotidiana, por tratar de temas associados aos acontecimentos da cidade, acaba revelando comportamentos e posturas sociais.

A tradicional Festa das Neves na cidade de João Pessoa, que ocorre todos os anos, sobretudo nos primeiros dias de agosto, para se comemorar o aniversário da cidade (5 de agosto) e homenagear sua padroeira, recebe o olhar crítico do cronista, pois seu propósito de culto à Virgem já tinha perdido espaço para outros interesses. A associação entre as comemorações em virtude da abolição e a tradicional Festa das Neves é feita de maneira irônica, com o emprego da expressão “degeneram” e da constatação de que o culto à Santa tinha virado “uma história”.

A presença do discurso autorreferencial, que refletia a consciência dos cronistas a respeito do caráter de sua escrita e dos elementos que forjam o gênero crônica, é uma espécie de lugar-comum nos escritos cronísticos. Mencionado como exemplo de função metalinguística, nas arriscadas palavras de teóricos como Marcus Vinicius Nogueira Soares (2014), corre-se o risco de achar que era uma prática dos cronistas literários do século XX.

As crônicas da *Gazeta da Parahyba*, entre elas a de Eugenio Toscano de Brito/Orsini, trazem costumeiramente passagens autorreferenciais, via de regra iniciando o escrito, como se vê na crônica de 3 de junho de 1888, edição 22:

São 8 horas da manhã; sento-me à mesa para escrever as tiras de papel a que obriguei-me perante o público e perante os amigos de casa, e ouço dobrar o sino, recordando-me que alguém morreu. Má, muito má ocasião esta para escrever folhetim que, se não deve ser, e realmente não é, uma seção do riso como entendem alguns simplórios, todavia o seu tom deve ser alegre.

Assunto não me falta, não; e ao assentar-me para escrever eu penso em tanta coisa. . . (GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 22, 3 jun 1888, p. 2).

Estas passagens que tematizam a própria escrita acabam revelando elementos caracterizadores do gênero crônica. No fragmento acima, por exemplo, o Folhetim-crônica é caracterizado como não sendo uma seção do riso, “como entendem alguns simplórios, todavia o seu tom deve ser alegre”.

A linguagem amena da crônica, sem a gravidade dos artigos de fundo ou editoriais e das notícias em geral, não eliminava uma escrita satírica, mais severa, sem prescindir da ironia. Nesse sentido, alguns alvos podiam ser escolhidos para a crítica. Orsini não poupou autoridades policiais e políticas de sua avaliação. Criticou interferências para a aprovação de apadrinhados em exames preparatórios, denunciou ações malfadadas e posturas incongruentes de quem exercia cargos públicos.

A temática política recebia, assim, um espaço privilegiado nas crônicas de Eugenio Toscano de Brito, não só pelas tendências ideológicas do autor e vínculos partidários liberais, mas também porque a política sempre foi umas das tônicas do jornalismo. Nas edições 268 (7 de abril de 1889) e 282 (30 de abril do mesmo ano), por exemplo, predomina a crítica política.

No escrito de 14 de outubro de 1888, que começa com uma espécie de anedota, o alvo foi o trabalho dos deputados da Assembleia Provincial e seus vencimentos:

Conta-se que ao finado e grande Vasconcellos, quando ministro, apresentara-se certo dia um pretendente a um emprego. Queria um emprego em que trabalhasse pouco, pudesse viver descansado mas que chegasse para sustentar a família. O ministro ouviu-o atenciosamente e quando o pretendente terminou, disse-lhe: – Meu amiguinho, se eu encontrasse um emprego em tais condições não dava-o a ninguém: tomava-o para mim. Esse ideal de emprego realiza-o a nossa assembleia provincial; e se o *emprego* não chega para sustentar a família, em compensação são somente dois meses em dose a 10\$000 rs. diários, afora a ajuda de custo e as prorrogações. Há 44 dias que *funciona* a assembleia provincial e há 44 dias que não funciona. Mais um pouco, e estará aí o dia de seu encerramento. (GAZETA DA PARAHYBA, Ano 1888, n. 131, 14 out 1888, p. 2).

A crítica à Assembleia Provincial também foi feita por Rivadavio, o outro cronista do rodapé da *Gazeta da Parahyba*, com o mesmo tom irônico:

Trabalha a assembleia provincial. E a não serem umas notas cômicas, alegres, que, das suas sessões, nos tem feito sabedores a Gazeta do Sertão, ignoramos o que, no interesse das finanças e da província, tenha legislado aquela respeitável corporação. Verdade seja que ela é pouco inventiva; dizemos mesmo que, em sua especialidade, ela é retrospectiva. Porque, grande parte dos seus trabalhos fecundos e laboriosos, versam sobre projetos transatos.

Em meio dessa pesada elaboração, apresentam-lhe às vezes, ideias novas, empresas novas, enfim uma aluvião de coisas novas, – que já foram discutidas, aprovadas e sancionadas há dois anos, há três anos, e que, como mera especulação, são sempre de efeitos negativos. (GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 125, 7 out 1888, p. 3).

A crônica de Orsini também poderia ser marcada pelo lirismo, ou seja, por uma escrita marcada pela subjetividade, o sentimento ou o poético. Nesse sentido, a nostalgia, as lembranças, a evocação do passado poderiam figurar no Folhetim-crônica.

Na crônica de 24 de junho de 1888, em plena época do São João, a festa junina torna-se motivo para a expressão da saudade e lembrança das antigas comemorações:

Não há festa que tenha tão profunda influência no meu espírito como a de S. João. As alegrias que eu tinha outrora ao chegar este dia são substituídas hoje por uma melancólica tristeza, lembrando-me desse passado que não volta mais, dessa quadra descuidada da infância em que não se tem a menor ideia do que sejam as torturas do presente. Outros terão saudades dos seus vinte anos, eu com franqueza tenho dos meus doze, dessa época da vida em que, como disse o poeta, colhe-se as pitangas e trepa-se a tirar mangas. Também tudo hoje está mudado e o São João de 20 anos atrás não se assemelha em nada com o de hoje, que é um arremedo pálido do que foi. A civilização, e o calçamento tem pouco a pouco invadido-nos, fazendo recuar para bem longe estes costumes tradicionais que o povo ainda procura conservar como uma relíquia do passado. Desde a véspera deste dia que a cidade assumia uns ares de festa e prazer e todos tinham uma tal alegria comunicativa, que ninguém parecia ter o direito de ficar triste. Não havia casa de família que não estivesse a preparar canjica, o bolo de S. João, o milho assado e mais isto e mais aquilo. Era uma verdadeira azafama em honra do santo e em honra da glotonice. Logo cedo principiavam os preparativos para as fogueiras e os mastros nas ruas, e mesmo nas principais, como a Direita. (GAZETA DA PARAHYBA, Ano 1888, n. 40, 24 jun 1888, p. 2).

O lirismo presente na passagem transcrita acompanhava certa melancolia. A reflexão nostálgica na lembrança de que a infância não volta mais carrega a crônica de um tom mais poético.

Os assuntos das crônicas eram os mais variados, e Orsini não se furtou à observação dos acontecimentos sociais da cidade, como era próprio do gênero Folhetim-crônica. Em escrito de 28 de outubro de 1888, edição 143, discorre sobre um baile em um dos clubes da cidade – o clube Astrea –, do qual foi membro e diretor. Dirigindo-se, nesta crônica, às leitoras, o cronista faz uma espécie de avaliação da moda da época, tecendo comentários sobre as vestimentas das senhoras presentes ao baile, chegando a enumerar quem vestia este ou aquele modelo.

Ironia, autorreferencialidade, olhar crítico sobre a cidade ou comportamentos sociais, doses de lirismo são marcas dos escritos cronísticos oitocentistas que os caracterizam como embriões da crônica literária moderna. Tais elementos estavam presentes na seção “Aos

domingos”, na escrita de Eugenio Toscano de Brito, mas também de outros cronistas da *Gazeta da Parahyba*, comprovando que a crônica desenvolvida na província da Parahyba do Norte não era melhor nem pior que as que eram escritas na Corte ou em outras províncias, ou melhor dizendo, eram semelhantes às crônicas dos autores consagrados da literatura brasileira, como José de Alencar, Machado de Assis, França Junior, entre outros.

Além de Eugenio Toscano de Brito, o Folhetim-crônica domingueiro da *Gazeta da Parahyba* também foi escrito por Alexandre de Faria Godinho que, entre outras atividades, ocupava o cargo de vice-cônsul de Portugal na província da Parahyba.

Faria Godinho usou o pseudônimo Rivadavio e seu folhetim não se iniciou quando o de Orsini deixou de ser publicado. Ambos se alternaram ocupando o espaço do rodapé, sendo que, de acordo com o levantamento de nossa pesquisa e os jornais disponíveis, Rivadavio produziu um número menor de folhetins cronísticos, 9 apenas, além de escrever em outros espaços do jornal.

Sob a denominação de “Aqui e ali”, a série de Rivadavio, iniciada na edição 91, de 26 de agosto de 1888, também levava em consideração, como era o propósito das crônicas semanais da época, os acontecimentos da semana para a construção do escrito.

A imagem digitalizada do jornal onde se encontra a primeira crônica da série está parcialmente “cortada”, impedindo a identificação de algumas palavras. Porém, mesmo assim, é possível compreender, na primeira parte do escrito, a proposta do autor para com seus escritos:

Aqui e ali – pela literatura [...], pelo comércio, e especialmente pelo noticiário da semana, irei [...] colecionando o que de saliente e de mais pitoresco houve [...] adicionando pequenas notas. [...] enfeixando essas saliências [...], e essas notas breves, em [crônica] semanal (GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, 26 ago 1888, p. 3).

Apesar de entrecortado, o escrito dá um vislumbre da proposta do cronista. Além de fazer referência a acontecimentos salientes e pitorescos da semana, como era a praxe do Folhetim-crônica hebdomadário, Rivadavio antecipa ao leitor que seu escrito será composto de pequenas notas. E, de fato, essa é uma das diferenças entre a crônica de Eugenio Toscano de Brito e a de Faria Godinho.

Era próprio dos folhetins cronísticos, desde José de Alencar, por exemplo, em sua série *Ao correr da pena* (2004 [1874]), o escrito ser composto de várias notas separadas por algum sinal (um asterisco, um traço, três pontos etc.). A crônica de Orsini/Eugenio Toscano de Brito fez uso desse expediente, mas, via de regra, em menor número, como se seu escrito estivesse

mais alinhavado³⁷. Rivadavio/Faria Godinho, por sua vez, optou em construir sua crônica com pequenas notas.

Outra diferença verificada diz respeito à estrutura dialógica. Rivadavio incluiu em suas notas vários diálogos, simulando pequenas narrativas. Apesar de também usar a mesma estratégia, no escrito de Orsini isso era mais raro.

Em nossa avaliação, Rivadavio foi aparentemente mais cronista *social* que Orsini, entendendo esta designação no sentido de registrar mais eventos sociais, como bailes e recepções. A estrutura com mais notas de seu escrito possibilitava pontuar diversos temas em uma mesma crônica.

Os assuntos políticos permearam, naturalmente, a escrita dos dois jornalistas, sempre com alfinetadas e ironias à política da província ou da corte. Ao mencionar as comemorações do dia 7 de setembro, alusivas à independência “do Império”, Rivadavio revela um estilo ácido e irônico, antimonarquista:

Ignoramos que causas estranhas concorreram para essa frieza e indiferença pela realeza, e, mais que tudo, pela independência do império. Será por estar de há muito abolida entre nós essa pragmática constitucional?
O certo é que isso que se fez, assemelhou-se mais a um cortejo fúnebre, do que a um cortejo de gala!

*

A efígie do Imperador emoldurada em uma velha e tosca litografia, engomada a um simulacro de docel, foi de uma incorreção detestável e humilhante!
Custa a crer que no paço do governo não exista uma pintura a óleo retratando o primeiro cidadão do país, e que, por isso mesmo, seja condigna e valiosa!
A crônica registra o fato sem maiores comentários, notando de passagem que, na época presente, de modernos horizontes em todos os departamentos sociais, a ressurreição de velharias, consoante a sua índole, raro se poderá firmar e impor, por isso que a maior parte, caiu já pelo estilete da crítica, da indiferença, e, em suma, pela sua própria inutilidade. (GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 107, 16 set 1888, p. 3).

Correndo todos os riscos próprios das caracterizações generalistas, fechamos este tópico afirmando, sobre os dois cronistas do rodapé da *Gazeta da Parahyba*, que Orsini escreveu uma crônica mais analítica, mais reflexiva; Rivadavio foi cronista do registro dos fatos. Ambos, porém, irônicos e expressivos, revelaram domínio da escrita do gênero crônica em suas nuances possíveis, contribuindo para a manutenção de uma seção hebdomadária que durou, quase sem interrupções, até o final de 1889, sobretudo com Eugenio Toscano de Brito.

³⁷ O termo alinhavado é aqui usado na perspectiva da escrita da crônica oitocentista, em que os cronistas precisavam de “ganchos” (outro termo que a crítica fez uso) para alinhavar o escrito. Sidney Chalhoub (2005) trata desse procedimento na crônica de Machado de Assis, mais especificamente na série “A + B”.

Nos anexos desta tese, na antologia que organizamos das crônicas da *Gazeta da Parahyba*, consta a transcrição de 10 crônicas da seção “Aos domingos” (Anexo A) e a de 5 escritos da seção “Aqui e ali” (Anexo B).

4.3 As “Toadas” de Zé Bigode, o “leão da verve e da ironia”

A coluna intitulada “Toadas”, assinada pelo pseudônimo Zé Bigode, manteve uma regularidade diária, quase ininterrupta, entre as edições 24 e 104 da *Gazeta da Parahyba*, que correspondeu aos meses entre junho e setembro de 1888, rareando seu aparecimento apenas no último mês do período citado. Isto em função da enfermidade do seu autor – Eduardo Marcos de Araújo –, conforme descobrimos e expusemos em tópico anterior, acontecendo, em seguida, a interrupção da série por ocasião da morte do jornalista.

Apesar de manter a regularidade a partir da edição 24, as “Toadas” de Zé Bigode, ao menos duas, foram publicadas nos primeiros números da *Gazeta da Parahyba*. Em função da não mais existência dos quatro primeiros números do jornal, entre a edição 1 e a 23, só pudemos comprovar a publicação de duas “toadas”: a que foi publicada na edição 6, de 15 de maio de 1888, e outra que o próprio escrito desta edição menciona, mas sem precisar a data ou número do jornal.

A razão do nome da seção – “Toadas” – está associada, naturalmente, ao propósito dos escritos e ao perfil da entidade ficcional criada pelo autor e representada pelo pseudônimo.

De acordo com o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Candido de Figueiredo³⁸, editado em 1913, estes são os sentidos para a palavra toada: “Ato ou efeito de toar. Rumor; ruído. Atoarda; boato. Entoação. Canto. Maneira, sistema; gosto”. Por sua vez, segundo o mesmo dicionário, toar significa: “Emitir som; soar. Fazer estrondo. Trovejar”.

Diante dos esclarecimentos, o sentido de toada que pode ser associado ao conteúdo e estilo de Zé-Bigode é o de fazer barulho, causar rumor. Na consolidação da ideia do gênero crônica, a crítica literária aponta para uma veia satírica, mordente, irônica, de modo que as todas de Eduardo Marcos de Araújo se enquadram nesse aspecto vinculado aos escritos cronísticos.

O primeiro escrito disponível das “Toadas” se encontra na sexta edição do jornal, de 15 de maio de 1888. Eis a transcrição de parte do escrito:

³⁸ Optamos por este dicionário em função da data de sua publicação, que se aproximava mais da época dos escritos do jornal *Gazeta da Parahyba*.

Toadas

Desde domingo que coço a cabeça à procura de uma ideia e a ideia não me chega. É o caso que o “Jornal da Parahyba” procurando chamar às contas estas “Toadas”, em artigo de fundo, já se vê, disse que eu Zé-Bigode, não era Zé-Bigode! e tomando a nuvem por Juno, zás, descansou em cima de um outro, um dos Srs. lá da primeira página!

E esta! Já viram disto? O “Jornal da Parahyba” a supor-me um destes anônimos que pululam aí no seio da sociedade sem saber-se quem são, donde vieram e para onde vão!

Entretanto perguntem ao primeiro “parvenu” que encontrarem quem é Zé-Bigode e ele apontando para si dirá: Zé-Bigode sou eu! Porque Zé-Bigode anda em toda parte, Zé-Bigode conhece tudo e de tudo sabe: porque afinal Zé-Bigode fala pela boca de todo mundo, e se querem uma prova perguntem ao tabelião ali da esquina, o José Bezerra, se ele não é Zé-Bigode, e imediatamente o José Bezerra dará um pulinho com os seus cambitos e gritará:

– O Zé-Bigode sou eu, e tudo quanto as “Toadas” dizem da Santa-Casa tem sido afirmado por mim.

Vão um pouco mais adiante, entrem na casa do Dr. Justa e perguntem-lhe:

– Dr. Justa, quem é Zé-Bigode?

E o Dr. Justa dirá:

– O Zé-Bigode? O Zé-Bigode sou eu. Pois não sabem que daqueles negócios da estrada de ferro só quem pode deles ter conhecimento é o Dr. Justa?

Andem mais, entrem ali no correio e perguntem ao João Davino:

– Sr. subdelegado quem é o Zé-Bigode?

E o João Davino dirá:

– Ora boas! O Zé-Bigode é nem mais nem menos do que este seu criado.

Vão ao Dr. Augusto Galvão e perguntem-lhe:

– Sr. delegado quem é o Zé-Bigode?

E o Sr. Dr. delegado dirá:

– O Zé-Bigode? O Zé-Bigode sou eu, é a polícia.

Desçam ao varadouro e suponham que o primeiro que encontram seja o Varandas, este eterno folgazão a quem a gente quer bem, quer queira, quer não, e perguntem-lhe:

– Varandas, quem é o Zé-Bigode?

E o Varandas rindo-se e atirando uma das suas pilhérias, sempre cheias de aticismo, dirá:

– Pois animal tu não sabes que Zé-Bigode sou eu!

Vão a tesouraria de fazenda, a alfândega, ao consulado, ao tesouro provincial, a capitania do porto, a secretaria da polícia, a secretaria do governo, em todas as repartições públicas enfim e desde o chefe ao último empregado, cada um deles é um Zé-Bigode.

Vão ao comércio, perguntem a tudo quanto é patrão e caixeiro quem é Zé-Bigode e todos exclamarão:

– Zé-Bigode somos nós!

Penetrem no liceu, indaguem dos lentes e desde o mais maduro até o mais tenro cascabulho quem é Zé-Bigode e todos dirão que eles é que são Zé-Bigode.

Vão ao foro e indaguem de juizes, promotor público, escrivães e oficiais de justiça quem é Zé-Bigode, e a resposta não se fará esperar:

– Zé-Bigode somos nós!

Penetrem no lar doméstico e vejam a mãe de família em sua labutação diária, e a menina que faz o seu crochê, a moça que toca piano e rie-se para o moço que passou na rua, e junto de todas elas, fazendo-lhes companhia está o Zé-Bigode.

Esmerilhem mais, vão as últimas camadas sociais, indaguem do povo quem é Zé-Bigode e o povo dirá:

– Zé-Bigode sou eu!

Porque Zé-Bigode é o eco da opinião pública, porque Zé-Bigode representa uma enorme consciência, a consciência de todos, a consciência do povo!

Só o “Jornal da Parahyba” entretanto não conhece Zé-Bigode!
[...]

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 6, 15 mai 1888, p. 3)

O discurso autorreferencial da passagem da crônica transcrita traz à luz a proposta da seção “Toadas”, o perfil do “autor” Zé Bigode, apresenta, em certo sentido, um estilo e revela aspectos das práticas discursivas do jornalismo oitocentista (BARBOSA, 2007).

A referência ao *Jornal da Parahyba* que, em artigo de fundo³⁹, ou editorial⁴⁰, havia discorrido sobre quem estava por trás do pseudônimo Zé Bigode revela duas práticas do jornalismo no século XIX: além do uso do pseudônimo, comentado em tópico anterior, a constante referência que um jornal fazia a outro. No Oitocentos, havia um “diálogo” entre os jornais, por meio de polêmicas, transcrição de notícias, comentários associados ao que era publicado por outro periódico etc.. Não era, portanto, incomum, um periódico mencionar o outro, para rebater ou responder alguma provocação, para repercutir algum acontecimento e assim por diante.

Na *toada* transcrita, Zé-Bigode ironiza o *Jornal da Parahyba*⁴¹ que, em artigo de fundo, gênero que, via de regra, expressava de forma séria a opinião da redação ou do editor, se ocupava em apontar quem era Zé-Bigode e criticar seus escritos.

O artigo do *Jornal da Parahyba* torna-se um dos elementos motivadores para a coluna daquele dia, de Eduardo Marcos de Araújo. A linguagem empregada por Zé Bigode revelava-se irônica, espontânea, com leveza, humor, aparentando uma espécie de tom de brincadeira.

Rivadavio, pseudônimo de Faria Godinho, denominou Zé Bigode, em crônica de 15 de agosto de 1888, como “o leão da ‘verve’ e da ironia, sempre de sorriso cáustico e mordente”. Mais uma vez, o termo *verve* era associado a um cronista, como outrora fora associado a Orsini, designando talento, vivacidade, entusiasmo, um estilo criativo, mas também, provocativo.

³⁹ “**Artigo de fundo.** O mesmo que **editorial**, como é conhecido modernamente. O **artigo de fundo** tem origem no jornalismo opinativo, e está vinculado sempre à opinião do impressor, do editor ou do responsável pela publicação. De estilo discursivo, gongórico, ora rebarbativo, ora prolixo, o **artigo de fundo** evoluiu para o **editorial** a partir das substanciais mudanças de linguagem e de tecnologia absorvidas pelos jornais e revistas, principalmente desde o radiojornalismo e o telejornalismo. O impacto social, político, econômico e cultural do nosso tempo aposentou o **artigo de fundo**, de conteúdo doutrinário e não raro literário, abrindo espaço para o **editorial**, mais conciso e mais objetivo, qualquer seja o veículo: na imprensa, no rádio ou na TV.” (BAHIA, 2010, p. 32) (grifos no original).

⁴⁰ O termo *editorial*, apesar de não intitular nenhuma coluna da *Gazeta da Parahyba*, aparece em vários escritos do jornal, via de regra, na expressão *artigo editorial*, designando o artigo de fundo da primeira página.

⁴¹ Infelizmente, a edição do *Jornal da Parahyba* que contém as referências a Zé-Bigode não está nos arquivos disponíveis da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional nem no site do Projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19.

A ironia, sem dúvida, foi uma das marcas da verve de Zé-Bigode. Os diálogos sugeridos para que o jornalista do *Jornal da Parahyba* fosse travar com as pessoas da cidade – o tabelião, o subdelegado, o delegado, a dona de casa, as moças etc. – são carregados de um tom jocoso.

Após “brincar” com a curiosidade do anonimato, pois todos eram Zé Bigode, o cronista apresenta a proposta de sua seção jornalístico-literária:

Zé-Bigode é o eco da opinião pública, porque Zé-Bigode representa uma enorme consciência, a consciência de todos, a consciência do povo! [...] Artes de Zé-Bigode, Srs. do “Jornal”, artes de Zé-Bigode que anda fazendo das visões realidades e despertando as consciências adormecidas! (GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 6, 15 mai 1888, p. 3).

A seção existia, levando em consideração essa passagem, para ser porta-voz do povo, para apresentar demandas da cidade, para fazer denúncias, despertar consciências, provocar reflexão.

Nesse sentido, em crônica narrativa, de 7 de junho de 1888, Eduardo Marcos de Araújo se abre a um lirismo reflexivo e conta uma história associada à condição do negro mesmo após a abolição da escravidão:

Vou contar uma história triste, que é ao mesmo tempo uma triste história. Quando nos chegou a lei de 13 de maio, morava em casa de seu senhor uma pobre escrava de nome Maximiana com seis filhinhos, o mais velho dos quais tem 12 anos, e chama-se Miguel. No dia em que o sol da liberdade raiou naquele escuro cérebro e ela sentiu em um arfar dos seios todo o valor desta palavra – livre! e notou que outros eram os gorjeios dos pássaros, outra a cor das árvores e dos céus, outro o calor do sol, e que toda a natureza parecia expandir-se em um hino de alegria que comunicava a sua alma, procurou um outro abrigo que lhe desse a luz porque aquele em que estava representava o passado que só lhe dera trevas. E Maximiana saio da casa do ex-senhor. Este porém não consentiu que a pobre mãe levasse consigo o mais velho, e não houve rogos, não lágrimas que o comovessem. – Era para ajudá-la a sustentar os outros filhinhos que ela queria levar consigo o mais velho, o Miguel, dizia a mãe; demais, ele era seu filho e só o seu filho. E o ex-senhor, que é pai, foi surdo aos gemidos daquela dor, não compreendeu as angústias daquele coração, supondo talvez que o coração da mãe-preta é diferente do coração da mãe-branca, e que, como a pele, os corações são brancos e pretos. Pouco tempo depois, ele, o ex-senhor, fez uma pequena viagem, e, conforme o costume, a criança saiu a vender tabuleiro. Fosse vadiação do menino, fosse qualquer outra causa, a conta do dia não estava certa, e ele teve medo de voltar para a casa do ex-senhor de sua mãe, porque lhe bateriam. E foi procurar o conchego materno, e aí encontrou o abrigo, o descanso e o sossego; e mais que tudo isto, o colo de sua mãe e as carícias de seus irmãozinhos. Mas ainda assim ele não estava sossegado. Quando o ex-senhor voltou da viagem e soube do que se passara, à noite mesmo dirige-se à choupana de sua ex-escrava, e esbordoando mãe e filho, leva este para a sua casa. Até aqui a história triste; agora a triste história,

⇒

Banhada em lágrimas, a inconsolável mãe procurou uma autoridade e lhe indicaram o Sr. Dr. delegado de polícia.

Contou-lhe a história de suas dores, perguntou-lhe se ela e seus filhos estavam ou não livres, e pediu-lhe que mandasse lhe fosse entregue seu filho, o seu Miguel. Austero juiz que ouve a confissão do crime de um arrependido, assim ouviu o Sr. Dr. delegado as angústias de uma mãe que lhe pedia mais que justiça: pedia-lhe o seu filho; e o Sr. Dr. delegado respondeu-lhe que nada podia fazer, que não podia ser nem a favor dela, nem do ex-senhor.

⇐

Decididamente Salomão foi mais sábio do que o Sr. Dr. Augusto Galvão.

Zé-Bigode.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 25, 7 jun 1888, p. 3)

A história relatada, a princípio sem a certeza de que se trata de uma ficção ou não, ganha verossimilhança no último parágrafo, emergindo a crítica e o convite para acordar “consciências adormecidas”. O cronista usa o nome do delegado da província, à época, Dr. Augusto Galvão, atribuindo-lhe falta de sabedoria na condução da situação apresentada pela senhora Maximiana. Interpretamos que, neste escrito, o cronista convida o leitor a refletir sobre a condição do negro no momento pós-abolição.

Despertar consciências, ora por meio de provocações, ora por meio da reflexão, foi uma das propostas de Zé Bigode, que produziu escritos cronísticos marcados pela ironia e pelo tom jocoso, mas também soube construir uma crônica grave e reflexiva.

Sendo porta-voz de demandas sociais, suas crônicas cobraram melhorias na Santa Casa de Misericórdia, denunciaram arbitrariedades policiais e injustiças, defenderam os mais necessitados, cumprindo, assim, a proposta esboçada no “programa” de sua seção.

Porém, um dos temas mais recorrentes nos escritos das “Toadas” foi a construção do Ramal da ferrovia Conde D’Eu para Cabedelo, cidade portuária da atual região metropolitana de João Pessoa, tendo, em muitos escritos, um personagem-alvo de provocações: o engenheiro fiscal da presidência da província, responsável por fiscalizar a construção da linha férrea em solo paraibano: Dr. Antonio Gonçalves Justa Araújo.

As informações que conseguimos colher a respeito deste engenheiro referem-se à sua atuação na demarcação de terras indígenas no Ceará e na Paraíba (PALITOT, 2013), a negócios ligados à iluminação pública na província (MAIA; GUTIERRES; SOARES, 2009) e a obras de estradas de rodagem (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 267), mas nada a respeito da relação dele com a obra da construção da Ferrovia Conde D’Eu, nem mesmo no livro que trata diretamente deste assunto, inclusive com documentos de fonte primária – *A Gretoeste: a história da rede ferroviária Great Western of Brazil*, de William Edmundson (2016).

Apesar de a história aparentemente ter apagado o Dr. Justa Araújo no que tange à sua atuação junto aos ingleses da linha férrea, a *Gazeta da Parahyba*, não só na pena de Zé Bigode,

mas também de outros cronistas, fez muitas referências ao engenheiro. Via de regra, referências irônicas e satíricas.

O fragmento abaixo da crônica de 6 de junho de 1888 ilustra essa temática recorrente:

Em meu nome, em nome da população de Cabedelo e de todos aqueles que tem de utilizar-se um dia do ramal da via férrea “Conde d’Eu” para aquela povoação, eu vou propor um negócio ao Dr. Justa Araújo, e desde já peço desculpa ao ilustre Dr. se com a minha indiscrição vou ofender a sua reconhecida modéstia.

O negócio é nem mais nem menos do que este: abrir uma subscrição popular para ofertar ao Dr. Justa qualquer coisa, para S. S. não consentir que os trilhos do ramal passem em frente da alfândega e consulado, impedindo completamente o trânsito por tão estreita rua, como é aquela em que se acham as duas repartições.

Esta é a primeira cláusula da proposta: a segunda é para que o Sr. Dr. Justa não consinta igualmente que a estação de Cabedelo seja colocada a um quilometro distante da povoação, tendo de atravessar-se, durante o inverno, extensa campina coberta d’água, para chegar-se a ela.

Eu podia propor que o fim da subscrição fosse oferecer uma gratificação ao Dr. Justa; mas sabendo do horror que o mesmo Dr. tem às gratificações, e podendo mesmo isto não “retumbar” bem. . . julgo mais conveniente que o fim da subscrição seja para fazer-se ao Dr. Justa presente de uma carta de súdito de S. M. Britânica.

Isto é equitativo e é justo.

No Rio de Janeiro o povo promove uma subscrição para ofertar a José do Patrocínio uma casa e um amparo para os seus filhos, pelo muito que fez o valente jornalista em prol dos escravos; nós aqui faremos coisa mais ou menos idêntica em favor do engenheiro fiscal, por parte do governo, da E. de F. “Conde d’Eu” pelo muito que tem feito pela causa pública e bem-estar do povo, e é preciso que este mostre a sua gratidão ao Dr. Justa.

Eu já ouço a objeção que se me vai fazer: que eram os ingleses que deviam fazer a oferta.

Sim, mas os ingleses já tem em atenções pago ao Dr. Justa a consideração e respeito que este lhes tributa.

[...]

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 24, 6 jun 1888, p. 3)

Na crônica, há algumas referências históricas que precisam ser apresentadas. Sobre a linha férrea, tomemos as palavras do historiador Horácio de Almeida:

Os trabalhos para a construção da estrada de ferro tiveram início em 1880 e já no ano seguinte era inaugurado o trecho que vai da capital ao lugar chamado Entroncamento, centro da zona açucareira, numa extensão de 30 quilômetros. Chamava-se Companhia Estrada de Ferro Conde d’Eu, mudada mais tarde para Great Western of Brasil, quando a exploração do serviço passou para essa companhia inglesa, por arrendamento.

Em Entrocamento⁴² a estrada se bifurcava em dois ramais, um para o norte, outro para o sul. O do norte chegou a Mulungu, seguindo depois para Guarabira, de onde prosseguiu para Nova Cruz, no Rio Grande do Norte e daí a Natal. O do sul parou em Pilar, a caminho de Pernambuco.

Os trabalhos caminhavam rápido. Em 1882 inaugurou-se o ramal de Entroncamento a Mulungu. Em 1884 o prolongamento para Guarabira. Já em 1883 estava inaugurado o trecho para Pilar, ramal da linha Sul. Houve maior demora em fazer a ligação da capital ao porto do Cabedelo, numa extensão de apenas 18 quilômetros, só realizado em 1889. (ALMEIDA, 1978, p. 170).

⁴² Entrocamento era uma localidade perto da cidade de Sapé (EDMUNDSON, 2016, p. 207).

A construção do ramal férreo que ligaria a cidade da Parahyba do Norte, atual João Pessoa, até Cabedelo enfrentou pendências contratuais, oposição de comerciantes, disputas entre companhias envolvidas no negócio, litígios, de modo que houve atraso no término da obra, no trecho para Cabedelo, de apenas 18 km. (EDMUNDSON, 2016, p. 201-218).

A manifestação do cronista é no sentido de apresentar um pedido para que os trilhos da linha férrea não passassem na rua onde havia duas repartições e que a estação não fosse instalada a um quilometro de distância da povoação. Porém, essas reivindicações, apesar de plausíveis no contexto, parecem ser pretextos para a verdadeira crítica, cujo alvo era o engenheiro fiscal da província, Dr. Antonio Carlos Justa Araújo, e sua relação com os ingleses responsáveis pela obra. Em vários escritos cronísticos da *Gazeta da Parahyba* houve insinuações de que o engenheiro fiscal atendia mais aos interesses dos ingleses que dos paraibanos, inclusive por meio de benefícios financeiros.

É por esta razão que o escrito de Zé Bigode contém insinuações irônicas, como as do trecho: “Eu podia propor que o fim da subscrição fosse oferecer uma gratificação ao Dr. Justa; mas sabendo do horror que o mesmo Dr. tem às gratificações, e podendo mesmo isto não ‘retumbar’ bem. . .” (GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 24, 6 jun 1888, p. 3).

Há ironia na ideia de que o engenheiro Justa Araújo tinha “horror” às gratificações e também na expressão em destaque – não “retumbar” bem –, pois esta era uma referência ao também engenheiro Francisco Soares da Silva Retumba, que, em suas viagens ao sertão, produziu relatórios sobre as necessidades de melhoramentos econômicos e sociais. Francisco Retumba, que também era sócio da *Gazeta do Sertão*, jornal campinense, tendo Irineu Jóffily como sócio, era colaborador da *Gazeta da Parahyba* e seu relatório – “Memória sobre os melhoramentos de que precisa a província da Parahyba” – foi publicado, por partes, a partir da edição 91, de 26 de agosto de 1888. José Américo de Almeida, em *A Paraíba e seus problemas* (1980 [1923]), menciona e transcreve trechos do relatório.

Ao empregar, portanto, o verbo “retumbar”, Zé Bigode faz uso de um trocadilho para acentuar sua ironia e crítica. As insinuações de recebimento de gratificações e a completa sujeição aos interesses ingleses pintam um quadro caricaturado da figura do engenheiro Justa Araújo, objeto da crítica.

As ironias à figura do engenheiro fiscal também são construídas nas referências à “subscrição” para ofertar ao Dr. Justa Araújo da mesma forma que o povo do Rio de Janeiro fez para José do Patrocínio. O termo “subscrição” designava “o compromisso de concorrer com uma quantia para certos fins” (FIGUEIREDO, 1913, p. 1900), isto é, um documento que colhe

assinaturas para a arrecadação de fundos. A comparação com José do Patrocínio, uma importante expressão dos movimentos abolicionista e republicano brasileiros acentua a provocação de Zé Bigode, na medida em que a imagem do Dr. Justa Araújo é pintada como alguém sem modéstia, supostamente envolvido em negociatas, afinal, na expressão do cronista, “os ingleses já tem em atenções pago ao Dr. Justa a consideração que este lhes tributa”. (GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 24, 6 jun 1888, p. 3).

Como mencionamos, a Estrada de ferro Conde D’Eu foi um dos temas mais explorados pela crônica de Zé Bigode, e a figura do engenheiro fiscal, Dr. Antonio Gonçalves Justa Araújo, um dos alvos prediletos da crítica do jornalista.

A veia irônica de Zé Bigode é mais uma expressão da crônica oitocentista paraibana, nas páginas da *Gazeta da Parahyba*. No Anexo C, desta tese, encontram-se 10 escritos da seção “Toadas” que comprovam e ampliam as informações aqui apresentadas.

4.4 As “Carambolas” de O Taco, “o colibri da *Gazeta*”

A seção chamada de “Carambolas” era assinada pelo pseudônimo O Taco, que se tratava, como comprovamos, de Antonio da Cruz Cordeiro Junior. O título da coluna e o pseudônimo escolhido associam-se ao jogo de bilhar. Segundo o dicionário de Candido de Figueiredo, o termo carambola tinha vários sentidos, mas os que se aplicam ao contexto de escolha do pseudônimo e do nome da seção, eram os seguintes: “Bola vermelha do bilhar. Ato de carambolar. [...] Ato de matar duas perdizes com um só tiro. [...] Bater sucessivamente com uma bola nas outras duas, ao bilhar. Enganar, intrigar.” (FIGUEIREDO, 1913, p. 374).

A relação com o jogo de bilhar é dita pelo cronista, em escrito de apresentação da seção que ficaria sob sua responsabilidade no jornal:

Muito bom dia, meus queridos leitores!
É preciso ser cortês... Não quero aparecer nas colunas da folha mais procurada da terra sem cumprimentar os amáveis assinantes... e os que a procuram... apesar de tudo!

÷

Deram-me um grande taco – tão grande que absorveu-me – e ordenaram-me que carambolasse!...
Isto é muito bom de dizer-se; mas carambolas sem bolas é o que não considero absolutamente uma coisa possível...
Tenho, porém, uma ideia:
Vivemos todos em uma grande bola – o mundo – e nós os pobres mortais não passamos de outras tantas bolas dispersas por esta grande vastidão da terra, onde elas afastam-se e... desaparecem.

÷

Pois bem; é d’esse encontro continuado dos homens, encontro que assemelha-se a verdadeiras carambolas, que resultam os fatos, dignos ou não de apreciação, que se

passam na sociedade... Uns vivificados pelo riso, pela satisfação e pelo bem estar, outros ensombrados pela dor, pela necessidade e pela miséria; uns animados pela boa vontade, pela dedicação e pela sinceridade, outros alimentados pela calúnia, pela prevenção e pela inveja!..
Estão achadas portanto as minhas bolas... (GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 6, 15 mai 1888, p. 3).

O caráter autorreferencial era característico dos primeiros escritos de uma série na *Gazeta da Parahyba*. Os jornalistas informavam o início de uma coluna seriada no periódico, apresentando a proposta da seção. As referências contidas na passagem transcrita confirmam que O Taco se propunha a produzir escritos de feição cronística, ao indicar que registraria “fatos dignos ou não de apreciação, que se passam na sociedade”, mas ligados aos encontros dos homens, tal qual o encontro das carambolas, que poderiam resultar riso ou choro, sinceridade ou inveja. Apesar de a passagem acima ser apenas um extrato do universo de crônicas da seção, já se insinuava uma marca do estilo do autor: linguagem poética, reflexiva.

A expressão “o colibri da Gazeta”, atribuída ao cronista e inserida no título deste tópico, foi extraída de uma crônica de 15 de agosto de 1888, intitulada “Por casa”, escrita por Rivadavio, pseudônimo de Faria Godinho. Neste escrito, há as seguintes expressões: “Taco, o seráfico Taco, jasmim e ‘colibri’ da ‘Gazeta’.” (GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 82, 15 ago 1888, p. 3).

Apesar de Rivadavio não esclarecer o porquê das expressões, chamou-nos a atenção o termo “colibri” aplicado a Cordeiro Junior, porque tanto Machado de Assis quanto José de Alencar empregaram esta expressão para designar o folhetinista-cronista.

Para Alencar, o escritor de folhetins era “uma espécie de colibri a esvoaçar em ziguezague, e a sugar, como o mel das flores, a graça, o sal e o espírito que deve necessariamente descobrir no fato o mais comezinho!”. O autor cearense queixava-se da obrigação a que o cronista estava submetido: “percorrer todos os acontecimentos”, passando “do gracejo ao assunto sério, do riso e do prazer às misérias e às chagas da sociedade; e isto com a mesma graça” (ALENCAR, 2004 [1874], p. 25).

Para Machado de Assis, “o folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar do colibri na esfera vegetal; salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espaneja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence; até mesmo a política.” (ASSIS, 2009b, p. 55-6).

É talvez arriscada nossa associação entre o apelido dado a Cordeiro Junior por Faria Godinho e o que Machado de Assis e José de Alencar escreveram, mas, entendemos, não ser inverossímil. Cordeiro Junior foi o responsável pelos romances-folhetins da *Gazeta da*

Parahyba. Diariamente, as versões e traduções dele figuravam no espaço do rodapé do jornal. Os escritos da seção “Carambolas”, apesar de, via de regra, não serem muitos extensos, constituíram a maior seção cronística da *Gazeta*, com 91 aparições, no universo de jornais disponíveis. Sem contar outros escritos, sob pseudônimos ou sem assinatura, que podem ter sido da lavra de Cordeiro Junior, mas ainda não foram identificados.

O potencial escriturístico deste jornalista pode ser comprovado pelas traduções e pelas crônicas, pela escrita em prosa e em verso. As “Carambolas”, apesar de classificadas, no nosso entendimento, como uma seção de crônicas, trouxe escritos na forma de prosa, mas também na forma de versos. Mantivemos nossa caracterização como uma seção cronística, porque os versos por ele publicados nas “Carambolas”, muitos deles, guardavam as referências cotidianas, o registro dos acontecimentos, elementos tipicamente explorados pelo gênero crônica. Como exemplo, podemos citar o escrito do dia 10 de agosto de 1888, cujas duas primeiras estrofes transcrevemos:

Como um ativo *repórter*,
Quando tenho de ir à bordo
Logo cedinho eu acordo
E me largo para o cais;
Mas, se vejo o Joca Pinto,
De meia cara... não minto,
Eu tomo o escalér e... záz!

Ontem, porém, cheguei tarde
E vi no cais muita gente
Esperando o presidente
Que nos veio governar.
Por ser eu do mesmo grêmio,
Quis também ter o meu prêmio
De ir vê-lo e cumprimentar.
[...]

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 78, 10 ago 1888, p. 3)

Apesar da estrutura em versos, o conteúdo do escrito refere-se ao papel do repórter ou do cronista na busca do fato para ser registrado. O contexto das palavras é uma referência à chegada do novo presidente para governar a província, no caso o Sr. Pedro Correia de Oliveira, que governou de agosto de 1888 a janeiro de 1889 e entre os dias 4 e 17 de fevereiro de 1889 (ALMEIDA, H., 1987, p.49).

No âmbito da poesia, o longo poema em louvor à Virgem, que se encontra referendado no *Dicionário Literário da Paraíba* (SANTOS, 1994, 87), foi publicado entre as edições 69 e 74, de 29 de julho e 4 de agosto de 1888.

O aspecto “colibri” de Cordeiro Junior fazia-o ocupar diferentes colunas do jornal, mas também experimentar vários gêneros. Nesse sentido, é possível encontrar nas “Carambolas”: poesia, conto, diálogos, anedotas, além da crônica.

Mais um aspecto que pode ser citado sobre as “Carambolas” relaciona-se ao fato de muitas crônicas da seção serem produzidas em função do que era escrito no *Jornal da Parahyba*, exemplificando o que Socorro Barbosa (2007) demonstrou sobre as características do jornal oitocentista, a saber, que formulava uma rede de interlocução entre jornais e jornalistas, pois era próprio dos periódicos do século XIX sustentar polêmicas entre si.

No escrito de 11 de julho de 1888, O Taco volta a falar sobre o programa da seção “Carambolas”, nos dando um retrato panorâmico das formas literárias que poderiam ser exploradas pelo autor:

Preciso entreter hoje com os leitores uma curta palestra, que é ao mesmo tempo uma explicação quase necessária.

[...]

Assim, esta seção não é puramente humorista, desde que nela tenho de apreciar os fatos que se passam na sociedade, advogar os interesses do povo e da província e ocupar-me também das questões que se agitam no país e que nos possam trazer uma utilidade qualquer.

Ora compreende-se que um plano tão vasto, onde são diversos os caracteres das questões que se debatem; onde os fatos apresentam-se, ora exigindo, por sua gravidade, uma observação séria e uma discussão refletida, ora prestando-se à comentários burlescos; onde os homens se apresentam, por sua posição, por sua índole, por suas obras, por suas palavras, por seus atos, sob uma evidente multiplicidade de formas, desde o catonismo até o descuido e à relaxação, desde a fiel observância dos seus deveres até a tolerância e o abuso no cumprimento deles; compreende-se, em face de tudo isto, que não é possível dar uma forma sempre humorística, sempre graciosa, à todas as teses que for preciso desenvolver, a todas as questões que for indispensável elucidar nas “Carambolas”, de acordo com o programa traçado.

*

Fique portanto estabelecido, de uma vez por todas, que não é somente por um lado – o humorístico – que serão encaradas as questões debatidas nesta seção, que será escrita com uma linguagem que esteja de acordo com o assunto que o “Taco” tomar por base. E, para que isto fique melhor gravado no espírito dos leitores, poderei desde já fazer uma ligeira discriminação, estabelecendo, em um número limitado de grupos ou de formas, as diversas ordens de questões de que poderei ocupar-me.

*

Teremos, por exemplo:

Carambolas humorísticas.

Carambolas de pura fantasia.

Carambolas referentes aos nossos costumes.

Carambolas sobre questões sociais e políticas.

Carambolas exclusivamente literárias.

[...]

*

O Taco, pois, poderá moldar as suas Carambolas sob formas diferentes, desde o tom humorístico e a linguagem graciosa da quadra popular como esta, por exemplo:

“Maria Cachucha,

Quem é o teu pimpão?

É um soldadinho

Chamado João.”

até o tom sério e a linguagem refletida que devem ser aplicados à um assunto de ordem mais elevada, como, por exemplo, se nota no seguinte verso de propaganda que tomo ao acaso:

“Por isso na impaciência

Desta sede de saber,

Como as aves do deserto

As almas buscam beber...

Oh! bendito o que semeia

Livros... livros à mão cheia...

E manda o povo pensar!

O livro, caindo na alma,

É gérmen – que faz a palma,

É chuva – que faz o mar!”

*

Dadas estas explicações, estou certo de que esta seção, que não julgo de todo inútil, será encarada conforme o assunto de que, em prosa ou verso, nela se ocupar. (GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 53, 11 jul 1888, p. 3).

Nada melhor do que o próprio escritor para apontar suas propostas literárias. A diversidade de possibilidades temáticas e formais que Cordeiro Junior indicou para as “Carambolas” lembra a seção Variedades, uma das marcas do jornalismo oitocentista, onde todos os gêneros eram bem-vindos. E como muito fundamentadamente historiou Marlyse Meyer (1998), “voláteis e versáteis: de Variedade e Folhetins se fez a Crônica”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início desta tese, apresentamos algumas perguntas que foram motivadoras para o desenvolvimento da pesquisa. Havia crônica na Paraíba do século XIX? Como ela se configurava? O que diz a historiografia literária paraibana a respeito da crônica no Oitocentos? Houve algum apagamento, por quê? É possível preencher as supostas lacunas históricas? Quais seriam os exemplos de escritos e autores do gênero crônica na Paraíba oitocentista?

Entendemos que as questões levantadas foram respondidas. A crônica oitocentista na Paraíba, a despeito de seu apagamento por razões as mais diversas, incluindo o lugar social (CERTEAU, 1982 [1975]) dos críticos e historiadores da literatura, neste nosso trabalho, emergiu, de maneira que acreditamos numa contribuição efetiva para a história da literatura paraibana/brasileira.

As fontes primárias, a saber, os jornais que circularam na Paraíba oitocentista, disponíveis em duas plataformas digitais – o site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional e o site do Projeto Jornais e Folhetins Literários na Paraíba no Século 19 –, revelaram, primeiramente, uma gama de periódicos e, em segundo lugar, dentro destes periódicos, uma infinidade de escritos nos mais variados gêneros literários e jornalísticos, constituindo um tesouro inesgotável de possibilidades de pesquisa.

A escolha do jornal *Gazeta da Parahyba* como objeto de estudo específico, por si, já possibilitava vários direcionamentos. Somos conscientes de que não esgotamos o que pode ser dito sobre a crônica neste periódico, porém conseguimos apresentar as facetas da crônica oitocentista a partir de um recorte epistemológico que dá passos, acreditamos, capazes de contribuir historicamente com o desenvolvimento dos estudos do gênero crônica.

Havia crônica na Paraíba do século XIX? Sim. Havia muitos escritos cronísticos circulando nos periódicos paraibanos, e escritos nos moldes da imprensa da corte, por vezes tomada, equivocadamente, como superior ou melhor. O jornalismo no Oitocentos expandiu-se no Brasil em geral. Da mesma forma que José de Alencar e Machado de Assis enfrentaram as redações dos jornais e produziram crônicas hoje estudadas pela crítica literária, os jornalistas na cidade da Parahyba do Norte também produziram crônicas nos mesmos moldes das práticas discursivas reveladas nos escritos dos autores consagrados.

Não só havia crônica com um sentido unitário na Paraíba oitocentista, havia diferentes modalidades do gênero. Foi pesquisando os jornais paraibanos que nos surgiu a ideia de propor uma classificação para os escritos cronísticos do século XIX. Os escritos existiam, mas, via de

regra, tomados como se fossem uma homogeneidade, como se a crônica oitocentista fosse apenas folhetinesca, no sentido de ocupar um lugar fixo na disposição das colunas e seções do jornal – o rodapé ou Folhetim. Por meio da consulta aos jornais paraibanos, especialmente a *Gazeta da Parahyba*, pudemos comprovar a existência de crônicas semanais ou hebdomadárias, mas também diárias; crônicas específicas ligadas à dinâmica das repartições ou do governo e a órgãos públicos e casas legislativas; mas também de eventos, criadas para registrar os acontecimentos durante um período determinado de tempo; crônicas em série, no sentido de constituírem uma seção regular do jornal, com título, pseudônimo e perfil narrativo, assim como crônicas unitárias, produzidas circunstancialmente; crônicas folhetinescas, enfeixadas no rodapé dos jornais, publicadas aos domingos, mas também fora do rodapé, ocupando outros espaços e páginas, circulando em outros dias da semana.

Diante dessa diversidade, por que a crônica oitocentista foi apagada da historiografia e crítica literárias na Paraíba? Porque, não só na Paraíba, os periódicos foram considerados, por muito tempo, sem valor, sem credibilidade (LUCA, 2011) ou considerados como mero repositório de escritos de autores consagrados e gêneros supostamente superiores (BARBOSA, 2007).

A primazia do livro deixou o jornal como coadjuvante na história literária, como acessório, até que novas abordagens advindas da História Cultural (CHARTIER, 1999; BURKE, 2008; 2010) possibilitaram “novos olhares sobre velhos objetos” (VILAR, 2009).

Trilhando caminhos abertos por quem historiou a imprensa paraibana (BEZERRA, 1922 [1920], LEAL, 1962, MARTINS, 1976; 1978, ARAÚJO, 1983; 1986 [1985]) e por quem apontou diretrizes na pesquisa com jornais (BARBOSA, 2007; 2010; 2011) pudemos fazer descobertas a respeito da *Gazeta da Parahyba* e seus redatores. E, nas fontes primárias, descobrir a vitalidade da crônica paraibana no Oitocentos, exemplificada por meio de escritos atribuídos a Eugenio Toscano de Brito, Cordeiro Junior, Eduardo Marcos de Araújo, Arthur Achilles e Faria Godinho.

A partir da nossa pesquisa, ousamos dizer, os escritos desses jornalistas podem ser tomados, não só para contar a história da imprensa, mas também para contar a história da literatura ou, mais especificamente, da crônica no estado da Paraíba.

Na revisão bibliográfica empreendida, a historiografia da literatura brasileira, por meio de críticos precursores, como Silvio Romero (1980 [1888]) e José Veríssimo (1904; 1907; 1915), pudemos perceber que a crônica e o folhetim não foram contemplados com estudos específicos. Respeitando o lugar social (CERTEAU, 1982 [1975]), não havia como exigirmos isso deles. No século XX, a crítica literária predominante, tradicionalmente representada por

Coutinho (2003 [1955]), Moisés (2007 [1967]) e Candido (1992 [1981]), empreendeu esforços para conceber a crônica na categoria de gênero literário à semelhança dos outros, como o conto, o romance e o ensaio, e acabou retirando os escritos cronísticos de sua base jornalística, pois a materialidade do livro e a valoração a partir de critérios estéticos passaram a ser as varas de medir a suposta qualidade dos escritos. Para esta tradição crítica, em livro, a crônica pode ganhar transcendência (PORTELLA, 1977 [1958]), no jornal, ela se perde na efemeridade de seu suporte (MOISÉS, 2007 [1967]).

Para a crônica oitocentista, as notícias alvissareiras vieram dos estudos de Marlyse Meyer (1998 [1987]; 2005 [1996]). Nos escritos desta pesquisadora, os folhetins receberam uma atenção desprovida de anacronismos, e as expressões folhetinescas, por meio de romances e crônicas, ganharam estudos de fôlego pioneiros.

Na esteira de Marlyse Meyer (1998 [1987]; 2005 [1996]), foi possível compreender melhor o romance-folhetim e o Folhetim-crônica, bem como o espaço do rodapé dos jornais e suas múltiplas possibilidades no abrigo de escritos dos mais variados gêneros.

Na crítica literária mais recente, pudemos vislumbrar a retomada definitiva da crônica oitocentista ao meio acadêmico. Chalhoub, Neves e Pereira (2005) organizaram estudos em que escritores consagrados ou esquecidos tiveram suas crônicas analisadas. Marcus Vinicius Nogueira Soares (2014) contribuiu com a história da crônica do século XIX defendendo seu caráter jornalístico e afastando os anacronismos que a ela eram atribuídos, como sendo um gênero brasileiro, menor e literário.

Estudos específicos das crônicas de autores consagrados também contribuíram para que os escritos cronísticos oitocentistas recebessem um olhar menos enviesado, como a crítica tradicionalmente olhou para o gênero. Por exemplo, a organização de coletâneas das crônicas de Machado de Assis com estudos introdutórios de John Gledson (1996; 1997; 2003; 2006; 2013), Lucia Granja e Jefferson Cano (2008), Leonardo Pereira (ASSIS, 2009), João Roberto Faria (ASSIS, 2009) e Rodrigo Camargo de Godoi (ASSIS, 2014). Mas não só a crônica de Machado de Assis, também a de Coelho Neto, José de Alencar, Olavo Bilac.

No âmbito da historiografia e crítica literária paraibana, reconhecemos os esforços de João Lelis de Luna Freire (1953), Hildeberto Barbosa Filho (1985; 1996; 1999; 2001; 2003; 2005) e Gemy Candido (1983). Barbosa Filho, como crítico, empreendeu estudos sobre cronistas, poetas e romancistas, sem os quais a história da literatura na Paraíba não teria tantos subsídios histórico-críticos. Luna Freire (1953) e Gemy Candido (1983), por sua vez, foram vozes quase que solitárias no empreendimento de se fazer uma história da literatura na Paraíba.

Nosso trabalho se acosta ao que já existe, somando forças para deixar registradas contribuições historiográficas.

Fomos privilegiados pelo nosso lugar social (CERTEAU, 1982 [1975]). Pudemos ter acesso às fontes primárias e aos estudos pioneiros daqueles que se debruçaram sobre a crônica oitocentista. E, nesse sentido, pudemos avançar na apresentação de escritos e cronistas paraibanos até então apagados pela história. Mas não chegaríamos a descobertas que esta pesquisa conseguiu, sem as bases lançadas pelos historiadores da imprensa paraibana, sobretudo: Alcides Bezerra (1922 [1920], José Leal (1962), Eduardo Martins (1976; 1978) e Fátima Araújo (1983; 1986 [1985], assim como somos devedores do Projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século XIX (2007), idealizado pela professora Socorro Barbosa (2007). Suas pesquisas e direcionamentos impulsionam estudos nas fontes primárias do jornalismo oitocentista.

No âmbito do estudo dos jornais e de jornalistas paraibanos, especificamente, há de se destacar Eduardo Martins. Além dos livros sobre a imprensa: *Primeiro jornal paraibano* (1976) e *A tipografia do Beco da Misericórdia* (1978), ele escreveu *Coriolano de Medeiros: notícia biobibliográfica* (1975) e *Cardoso Vieira e O Bossuet da Jacoca* (1979), ambos traçando perfis biográficos de personalidades que participaram da construção da história do jornalismo paraibano. Sendo Coriolano de Medeiros, autor de *O Tambiá da minha infância* e *Sampaio* (1994), um dos cronistas que estava nas redações de periódicos na passagem do século XIX para o XX. Wellington Aguiar (1999), de forma pioneira, trouxe fragmentos dos jornais oitocentistas para revelar os gêneros que circulavam, incluindo a crônica.

Os estudos destes pesquisadores, historiadores, jornalistas e críticos literários impulsionaram as descobertas que nossa pesquisa aponta. Ousamos acreditar que, em cada capítulo desta tese, há contribuições para a história da literatura paraibana e brasileira.

No primeiro capítulo, de ordem conceitual, apresentamos uma proposta de classificação dos escritos cronísticos do Oitocentos, dividindo as crônicas de acordo com a seguinte tipologia:

- Específicas;
- Políticas;
- Semanais ou hebdomadárias;
- Diárias (ou pretensamente diárias);
- de Eventos;
- Unitárias.

As crônicas específicas registravam as atividades de instituições ou órgãos. Podiam ser legislativas ou parlamentares, judiciárias, policiais. Nesse sentido, as sessões parlamentares eram comentadas, o expediente dos tribunais era divulgado e as ações policiais eram registradas.

As crônicas políticas eram seções ou colunas do jornal em que se comentava especificamente os fatos políticos. Na *Gazeta da Parahyba*, havia uma seção chamada “Cousas políticas” que serve de exemplo para esta categoria.

As crônicas semanais, também chamadas de hebdomadárias, passavam a semana em revista, isto é, preocupavam-se em registrar os acontecimentos da semana anterior ao dia da publicação do escrito. Ocupavam o espaço do rodapé do jornal conhecido por Folhetim, e por isso ficaram conhecidas como Folhetins-crônicas ou Folhetins-variedades, publicadas aos domingos; ou poderiam vir fora do rodapé e em outro dia da semana, como ocorreu com a seção “Notas da Semana”, da *Gazeta da Parahyba*, que era publicada às terças-feiras.

As crônicas diárias constituíam uma série ou coluna diária do jornal. Foram aqui chamadas também de pretensamente diárias por um excesso de zelo, pois a regularidade poderia sofrer interrupções. Eram comentários ou reflexões cotidianas, via de regra com linguagem leve, amena, tom jocoso, ironia. Às vezes, apresentava certo lirismo.

As crônicas de eventos eram seções criadas para ser o registro ou comentário de um evento da cidade, a exemplo de festas religiosas. Em João Pessoa, a tradicional Festa das Neves, evento comemorativo do aniversário da cidade e em homenagem à padroeira local, Nossa Senhora das Neves, motivou a criação desse tipo de crônica.

As crônicas unitárias eram aquelas que não pertenciam a nenhuma série de escritos ou a uma coluna fixa do jornal. Não tinham periodicidade diária nem semanal. Era um escrito único, mas com todos os elementos caracterizadores do gênero crônica. Podiam ser fruto de uma colaboração fortuita de um cronista não vinculado à redação do jornal.

O segundo capítulo contemplou a revisão bibliográfica, a verificação do estado da arte sobre o gênero crônica e percorreu sobre as razões do apagamento da crônica oitocentista na história e crítica literária. Constatamos que a crônica ainda não figurava no escopo de análise dos primeiros historiadores e críticos da literatura brasileira. O Folhetim-crônica era visto com reservas, não estando no mesmo patamar de gêneros como a poesia, o teatro e o romance, que eram contemplados nos estudos e análises de críticos como Silvio Romero (1980 [1888]) e José Veríssimo (1904; 1907; 1915).

A crítica que se estabeleceu no século XX olhou para os escritos cronísticos com pressupostos e interesses que se afastavam do que realmente foi este gênero no Oitocentos. Seu

suporte material – o jornal –, com uma dinâmica própria e práticas discursivas peculiares, foi esquecido. Para uma linha de interpretação, o livro tornou-se o lugar onde a crônica poderia alcançar um *status* literário, estético, transcendental, desvinculado da efemeridade do jornal (PORTELLA, 1977 [1958]). Para outra tendência crítica, nem mesmo enfeixada em livro, a crônica ganharia um *status* estético, justamente porque era um gênero próprio do jornal e sua natureza era efêmera e localizada, não universal (MOISÉS, 2007 [1967]). Em outros caminhos da crítica, viu-se a crônica como um gênero menor, amenizando-se a carga negativa dessa designação ao aproximá-la do leitor (CANDIDO, 1992 [1981]) ou se apontou a crônica como um gênero brasileiro (RÓNAI, 1978) e ainda como desdobramento do ensaio informal inglês (COUTINHO, 2003 [1955]).

Todos esses esforços críticos para se compreender o gênero crônica priorizaram uma perspectiva, sobretudo, ligada ao estético, em que se buscava convergências com o conto ou com a poesia, por exemplo, de modo que o elemento jornalístico da crônica foi desconsiderado.

A chegada de novos olhares sobre a documentação histórica, entretanto, apontou novas possibilidades de pesquisa a partir da História Cultural (BURKE, 2008; 2010). As práticas de leitura, os modos de ler e escrever, a preocupação com a circulação dos impressos, o olhar sobre a tríade leitor, suporte e autor (CHARTIER, 1999) abriram horizontes de pesquisa para se explorar objetos de estudo outrora esquecidos ou analisados até então anacronicamente.

Os periódicos, a imprensa, vistos com desconfiança até meados do século XX experimentaram um novo olhar (LUCA, 2011), em que as fontes primárias ganharam a condição de imprescindíveis para o estabelecimento de análises mais próximas das condições de produção dos escritos e impressos (BARBOSA, 2007).

Os folhetins, outrora, associados apenas a uma literatura de massa, superficial, e a uma leitura ingênua e pouco inteligente ganharam estudos aprofundados, que os colocaram no seu devido lugar histórico (MEYER, 1998 [1987]; 2005 [1996]), sem a necessidade de critérios valorativos anacrônicos.

Todas estas mudanças de perspectivas críticas proporcionaram o surgimento de estudos sobre a crônica, encarada como um gênero que não devia ser diminuído face aos outros gêneros literários.

É diante desse cenário que a nossa pesquisa se insere, isto é, em um lugar privilegiado (CERTEAU, 1982 [1975]). Tivemos à nossa disposição fontes primárias e direcionamentos metodológicos (BARBOSA, 2007) que abriram os caminhos para novas descobertas.

Ainda no segundo capítulo desta tese, pudemos comprovar o esquecimento a que foi submetida a crônica do século XIX e compreendemos o porquê do seu apagamento. No âmbito

dos estudos historiográficos e críticos sobre a literatura paraibana, a crônica oitocentista não esteve presente, ora em função dos suportes materiais indisponíveis, ora em função de pressupostos alheios à dinâmica do jornalismo do Oitocentos.

Ao estudarmos os jornais paraibanos do século XIX, nos deparamos com a crônica oitocentista da Paraíba. As fontes primárias, hoje, estão à disposição com uma infinidade de possibilidades de pesquisa.

Entendemos que o nosso trabalho é uma efetiva contribuição para se contar a história da *Gazeta da Parahyba* e das crônicas que circularam neste periódico.

No capítulo 3, dados históricos e biográficos foram trazidos à luz, de modo a apresentar informações até então desconhecidas ou desconsideradas pela historiografia da imprensa paraibana.

O quarto capítulo da tese, por sua vez, trouxe à tona uma crônica plenamente desenvolvida nas páginas da *Gazeta da Parahyba*. Seções cronísticas semanais e diárias marcaram este jornal. Naturalmente em conformidade com as práticas discursivas do jornalismo oitocentista, perfis narrativos, pseudônimos diversificados, propostas jornalístico-literárias bem definidas apresentaram um corpo de cronistas que já podem ser enumerados na história da literatura paraibana.

Indo de encontro a qualquer ideia que possa diminuir o jornalismo ou a literatura paraibana do século XIX, a *Gazeta da Parahyba* abrigou o folhetim-romance com tradução própria e inédita do redator Cordeiro Junior, o Folhetim-crônica e, de forma diferenciada, crônicas diárias, enfim, modalidades literárias marcantes no Oitocentos.

Não só trouxemos à luz crônicas que ainda não tinham sido estudadas, trouxemos seus autores, identificando quem estava por trás de alguns pseudônimos. Nossa pesquisa conseguiu ampliar as informações biográficas dos jornalistas que são apenas citados na historiografia da imprensa paraibana, como os redatores da *Gazeta da Parahyba*. A partir das fontes primárias, pudemos ampliar os dados sobre esses jornalistas/cronistas.

Zé Bigode, O Taco, Orsini, Rivadavio, Walker e outros pseudônimos foram entidades ficcionais com programas determinados e estilos peculiares. A ironia, o lirismo, as polêmicas, o tom jocoso, as temáticas diversificadas, e não só a política, e todos os elementos próprios das práticas discursivas do Oitocentos estavam presentes nos escritos cronísticos da *Gazeta da Parahyba*.

Se até então não se falava na crônica paraibana oitocentista, apresentamos alguns nomes que fizeram parte desta história e que estavam apagados: Eugenio Toscano de Brito, Antonio da Cruz Cordeiro Junior, Eduardo Marcos de Araújo, Alexandre de Faria Godinho e Arthur

Achilles. Eles não foram apenas redatores ou colaboradores da *Gazeta da Parahyba*. Estes jornalistas fizeram literatura, por meio da crônica. Não só se envolveram com as picuinhas políticas típicas do jornalismo do século XIX, criaram seções cronísticas, entidades ficcionais, desenvolveram estilos próprios e podem ser, a partir de nossa pesquisa, lembrados como cronistas paraibanos do Oitocentos.

Como ilustração destas descobertas, nos Anexos, há uma antologia de crônicas da *Gazeta da Parahyba*, inclusive de algumas seções que não foram estudadas mais a fundo, em função das escolhas metodológicas aplicadas à pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Wellington de. **A velha Paraíba nas páginas de jornais**. João Pessoa: A União, 1999.
- ALBERT, P. e TERROU, F. **História da imprensa**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- ALENCAR, José de. **Ao correr da pena**. Edição preparada por João Roberto Faria. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1874].
- ALMEIDA, Horácio de. Cronologia paraibana. In: MELLO, José Octávio de Arruda (coord.). **Capítulos de história da Paraíba**. Campina Grande: Grafset, 1978, p. 43-50.
- _____. **História da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1978, V. 2.
- ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3. ed. João Pessoa: A União, 1980 [1923].
- ANDRADE, Gilsa Elaine Ribeiro. **Pereira da Silva no campo literário: o discurso da crítica e dos periódicos (1890-1960)**, 2015. João Pessoa. Orientadora: Socorro de Fátima Pacífico Barbosa. Tese (doutorado). Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Letras.de Andrade.
- ANDRIES, Lise. Primeiros quadros parisienses. In: GRANJA, Lúcia; ANDRIES, Lise (orgs.). **Literaturas e escritas da imprensa: Brasil/França, século XIX**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2015, p. 39-55.
- ARAÚJO, Fátima. **Paraíba: imprensa e vida**. 2. ed. Campina Grande: Grafset, 1986 [1985].
- _____. **História e ideologia da imprensa na Paraíba**. João Pessoa: A União, 1983.
- ASSIS, Machado de. A + B. In: **Obra completa em quatro volumes**. Organização de Aluizio Leite, Ana Lima Cecilio e Heloisa Jahn. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008 [1886]. Volume 4.
- _____. **Bons dias!** Introdução e notas de John Gledson. Campinas-SP: Unicamp, 2008 [1888-1889].
- _____. **Comentários da semana**. Organização, introdução e notas de Lúcia Granja e Jefferson Cano. Campinas-SP: Unicamp, 2008 [1861-1862].
- _____. **História de quinze dias**. Organização, introdução e notas de Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas-SP: Unicamp, 2009 [1876-1878].
- _____. **Notas semanais**. Organização, introdução e notas de John Gledson. Campinas-SP: Unicamp, 2008 [1878].

_____. **O espelho.** Organização, introdução e notas de João Roberto Faria. Campinas-SP: Unicamp, 2009 [1859].

_____. **O futuro.** Organização, introdução e notas de Rodrigo Camargo de Godoi. Campinas-SP: Unicamp, 2014 [1862-1863].

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e literatura:** a imprensa brasileira no século XIX. Porto Alegre, Nova Prova, 2007.

_____. **Jornalismo e literatura no século XIX paraibano:** uma história. Disponível em http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/estudos/Jornalismo_e_literatura_no_seculo_XIX_uma_historia.pdf. Acesso em: 15/10/2011.

_____. Os intermediários da leitura na Paraíba do Oitocentos: livreiros e tipógrafos. In: _____ (org). **Livros e periódicos nos séculos XVIII e XIX.** João Pessoa: UFPB, 2010.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico; SILVA, Fabiana Sena e FORMIGA, Girlene Marques. **Miscelâneas, rodapés e variedades:** antologia de folhetins paraibanos do século XIX. João Pessoa: Ideia, 2007. CD-ROM.

BARBOSA FILHO, Hildeberto. **A convivência crítica:** ensaios sobre a produção literária da Paraíba. João Pessoa: Grafset; Governo do Estado da Paraíba, 1985.

_____. **As ciladas da escrita:** aspectos da literatura na Paraíba. João Pessoa: Ideia, 1999.

_____. **Arrecifes e lajedos:** breve itinerário da poesia na Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2001.

_____. **Os desenredos da criação:** livros e autores paraibanos. João Pessoa: UFPB, 1996.

_____. **Os labirintos do discurso:** expressões literárias da Paraíba. João Pessoa: Unipê, 2005.

_____. **Vocábulos e veredas:** tópicos de literatura paraibana. João Pessoa: 2003.

BEZERRA, Alcides. A imprensa na Paraíba. In: **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano.** Ano XIV, Volume V. Parahyba: Imprensa Oficial, 1922 [1920], p. 51-64.

BRITO, Eugenio Toscano de. Reminiscências: de como fundou-se e porque morreu a “Gazeta da Parahyba”. In: **Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano.** Ano II, V. 2. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1910 [1897], p. 263-276.

BROCA, Brito. **Românticos, pré-românticos e ultra-românticos:** vida literária e romantismo brasileiro. São Paulo: Polis; Brasília: INL/MEC, 1979.

BURGARDT, Camila Machado. **A invenção da seca no século XIX: a imprensa do Norte e o romance Os retirantes.** João Pessoa, 2014. Orientadora: Socorro de Fátima Pacífico Barbosa. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Letras.

BURKE, Peter. **A escola dos annales (1929-1989):** a revolução francesa da historiografia. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2010 [1990].

_____. **O que é história cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [2004].

CANDIDO, Antonio *et al.* **A crônica:** o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas-SP: Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, Antonio *et al.* **A crônica:** o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas-SP: Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992 [1981].

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade.** 8. ed. São Paulo: Publifolha; T. A. Queiroz, 2000.

CÂNDIDO, Gemy. **História crítica da literatura paraibana.** João Pessoa: A União, 1983.

CAPARELLI, André. O folhetim e crônica na França e no Brasil: produção e recepção midiática em meados do século. In: GRANJA, Lúcia; ANDRIES, Lise. **Literaturas e escritas da imprensa:** Brasil/França, século XIX. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2015, p. 107-129.

CASTRO, Ângela Bezerra de *et al.* **Autores paraibanos:** prosa. João Pessoa: Grafset, 2005.

CASTRO, Oscar Oliveira. **Vultos da Paraíba:** patronos da Academia. João Pessoa: Imprensa Nacional, 1955.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural.** 6. ed. São Paulo: Papyrus, 2010 [1993].

_____. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. 16. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009 [1994].

_____. A operação historiográfica. In: **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982 [1975].

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). **História em cousas miúdas:** capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas-SP: Unicamp, 2005.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor.** São Paulo: Unesp, 2014.

_____. **A ordem dos livros:** leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2. ed. Brasília: UnB, 1999 [1994].

COELHO NETO. **Bilhetes postais.** Organização, introdução e notas de Ana Carolina Feracin da Silva. Campinas-SP: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2002.

COSTA, Edson Tavares. **A construção e a permanência do nome do autor:** o caso José Condé, 2013. João Pessoa, 2014. Orientadora: Socorro de Fátima Pacífico Barbosa. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Letras.

COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: **A literatura no Brasil**. Volume 6. 6. ed. São Paulo: Global, 2003 [1955], p. 117-143.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante de. **Enciclopédia de literatura brasileira**. São Paulo: Global; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001. 2 v.

CRUZ JR., Dilson F. **Estratégias e máscaras de um fingidor**: a crônica de Machado de Assis. São Paulo: Nankin Editorial; Humanitas FFLCH/USP, 2002.

DURÃO, Fabio Akcelrud. **O que é crítica literária?** São Paulo: Nankin; Parábola, 2016.

FARIA, João Roberto. Introdução. In: ALENCAR, José de. **Ao correr da pena**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FARIAS, Virna Lúcia Cunha de. **Machado de Assis na imprensa do século XIX**: práticas, leitores e leituras. João Pessoa, 2014. Orientadora: Socorro de Fátima Pacífico Barbosa. Tese (doutorado). Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Letras.

FREIRE, João Lelis de Luna. **Maiores e menores**. João Pessoa: Teone, 1953.

GRANJA, Lúcia; ANDRIES, Lise. O folhetinista e o colibri. Escritas do jornal e da literatura, França-Brasil, século XIX. In: **Literaturas e escritas da imprensa**: Brasil/França, século XIX. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2015, p. 11-21.

GRANJA, Lúcia e CANO, Jefferson. Introdução. In: ASSIS, Machado de. **Comentários da semana**. Campinas-SP: Unicamp, 2008.

HANSEN, João Adolfo. Leitura coloniais. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

HORÁCIO. Arte Poética. In: ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. **A poética clássica**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2005, p. 53-68.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. 22 ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

HOHLFELDT, Antonio. **Deus escreve direito por linhas tortas**: o romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003 (Coleção Memória das Letras, 12).

LEAL, José. **A imprensa na Paraíba**. João Pessoa: A União, 1962.

_____. **Dicionário biobibliográfico paraibano**. João Pessoa: FUNCEP, 1990.

LE GOFF Jacques; NORA, Pierre. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. Entre a medicina, a política e a poesia: a trajetória do dr. Antonio da Cruz Cordeiro na província da Paraíba na segunda metade do Oitocentos. In: **sÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA** [33]; João Pessoa, jul./dez. 2015, p. 299-318. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/27728/14909>. Acesso em: 15 out 2017.

MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. 3. ed. João Pessoa: A União, 1994 [1922].

MARTINS, Eduardo. **A tipografia do Beco da Misericórdia**: apontamentos históricos. João Pessoa: A União, 1978.

_____. **Cardoso Vieira e O Bossuet da Jacoca**: notas para um perfil biográfico. João Pessoa: 1979.

_____. **Coriolano de Medeiros**: notícia biobibliográfica. João Pessoa: A União, 1975.

_____. **Primeiro jornal paraibano**: apontamentos históricos. João Pessoa: A União, 1976.

MARTINS, Eduardo Vieira. **A fonte subterrânea: o pensamento crítico de José de Alencar e a retórica oitocentista**. Campinas, SP: [s.n.], 2003. Orientador: Luiz Carlos da Silva Dantas. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

MEYER, Marlyse. **Caminhos do imaginário no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1993.

_____. **Folhetim**: uma história. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 [1996].

_____. Voláteis e versáteis: de Variedade e Folhetins se fez a Chronica. In: **As mil faces de um herói-canalha e outros ensaios**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998 [1987].

MOISÉS, Massaud. **A criação literária**: prosa II. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 2007 [1967].

NADAF, Yasmin Jamil. **Rodapé das miscelâneas**: o folhetim nos jornais de Mato Grosso (Séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

NEVES, Margarida de Souza. História da crônica. Crônica da história. In: RESENDE, Beatriz. **Cronistas do Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio; CCBB, 1995.

NOBRE, Izenete Garcia. **Leituras a vapor**: a cultura letrada na Belém oitocentista. Belém, 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará.

PEREIRA, Wellington. **Crônica**: a arte do útil e do fútil. Salvador: Calandra, 2004.

PÉCORA, Alcir. Velhos textos, crítica viva. In: TIN, Emerson (org.). **A arte de escrever cartas**. Campinas: Unicamp, 2005.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. **José Rodrigues da Costa**: a trajetória de um tipógrafo na cidade da Parahyba (1848-1866). João Pessoa, 2017. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História.

PORTELLA, Eduardo. A cidade e a letra. In: **Dimensões I: crítica literária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977 [1958], p. 81-87.

_____. A crônica brasileira da modernidade. In: **Literatura brasileira: ensaios**. Crônica, teatro e crítica. 2ª Bienal Nestlé de Literatura Brasileira. São Paulo: Norte, 1986.

RESENDE, Beatriz (org.). **Cronistas do Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio; CCBB, 1995.

RESENDE, Beatriz. Rio de Janeiro, cidade da crônica. In: **Cronistas do Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio; CCBB, 1995.

ROMERO, Sílvio. **Estudos de Literatura Contemporânea**. 2002 [1883].

_____. **História da Literatura Brasileira**. 1980 [1888], V. 2.

RÓNAI, Paulo. Um gênero brasileiro: a crônica. In: HOWER, Alfred e PRETO-RODAS, Richard (orgs.). **Crônicas brasileiras: a portuguese reader**. 5. ed. Gainesville: University of Florida, 1978.

SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos (org.). **A literatura na Paraíba ontem e hoje**. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1989).

_____. **Dicionário literário da Paraíba**. João Pessoa: SEC; A União, 1994.

SANTOS, Josy Kelly Cassimiro Rodrigues dos. **O livro dos Snobs: o romance inglês nos jornais e periódicos paraibanos do XIX**. João Pessoa, 2016. Orientadora: Socorro de Fátima Pacífico Barbosa. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Letras.

SILVA, Antonio Manoel dos Santos (org.). **Cronistas brasileiros do século XIX: folhetins, crônicas e afins**. São Paulo: Arte e Ciência, 2010.

SILVA, Antonio Manoel dos Santos e GUSMÃO-GARCIA, Sílvia Craveiro. Folhetins, crônicas e afins: analectos de José de Alencar e Machado de Assis. In: SILVA, Antonio Manoel dos Santos (org.). **Cronistas brasileiros do século XIX: folhetins, crônicas e afins**. São Paulo: Arte e Ciência, 2010, p. 123-152.

SILVA, Maria Célia Ribeiro da. **Ascendino Leite: uma representação do “ser leitor” no *Jornal Literário***, 2014. João Pessoa, 2014. Orientadora: Socorro de Fátima Pacífico Barbosa. Tese (doutorado). Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Letras.

SILVA, Nahete de Alcântara Silva. **Júlia Lopes de Almeida e sua trajetória de consagração em O país**, 2015. João Pessoa. Orientadora: Socorro de Fátima Pacífico Barbosa. Tese (doutorado). Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Letras.

SILVA, Otoniel Machado da. **Retórica, roda de compadres, solidão e achaques da velhice: o Machado de Assis das cartas**. João Pessoa: IFPB, 2014.

SOARES, Marcus Vinicius Nogueira. **A crônica brasileira do século XIX**: uma breve história. São Paulo: É Realizações, 2014.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Os precursores do conto brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

VERISSIMO, José. **Estudos de literatura brasileira**: quarta série. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier, 1904.

_____. **Estudos de literatura brasileira**: sexta série. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier, 1907.

_____. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1915.

VIANA FILHO, Luís. **A vida de José de Alencar**. 2. ed. São Paulo: Unesp; Salvador: EDUFBA, 2008.

VILAR, Socorro de Fátima P. **Velhos objetos, novas abordagens: o jornal como fonte para a história da literatura**. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaise folhetins/estudos/Velhosobjetos.pdf>. Acesso em 17/10/2011.

ZILBERMAN, Regina. “O jornal e a vida literária brasileira”. In: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e literatura**: a imprensa brasileira no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007, p. 11-13.

Fontes Primárias:

Arauto Parahybano. Periódico Literário, noticioso e abolicionista. 1888.

Era Nova. Revista quinzenal ilustrada. 1921-1925.

Estado da Parahyba. Periódico social, político e noticioso. Órgão republicano. 1890-1891.

Gazeta da Parahyba. Folha Diária. 1888-1890.

Gazeta de Notícias. Rio De Janeiro. 1875-1956.

Jornal da Parahyba. Órgão do Partido Conservador. 1888-1889.

Gazeta do Sertão. Órgão democrata. Publicação semanal. Campina Grande. 1888-1891.

O Commercio. Órgão das classes conservadoras do estado da Paraíba. 1900, 1906, 1907.

O Globo. RJ. Órgão dos interesses do Commercio, da Lavoura e da Industria. 1874-1883.

O Parahybano. Órgão do povo. 1892.

Disponíveis em:

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional:

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19:

<http://www.cchla.ufpb.br/jornaise folhetins/acervo.html>.

ANEXOS

Antologia de Crônicas da Gazeta da Parahyba

ANEXO A – Folhetins-crônica da Série “Aos domingos”, de Orsini, pseudônimo de Eugenio
Toscano de Brito

Folhetim

Aos Domingos

20 de maio de 1888

Semana gorda na verdade foi a que findou, cheia de movimentos, festas, sensações, alegrias e novidades, e tudo isto graças a “Gazeta da Parahyba” que com a sua atividade e a sua reportagem trouxe sempre o público ao corrente do que se passava na corte sobre a questão servil, e de como ia S. M. o Imperador de saúde. A “Gazeta da Parahyba” sim, é que se deve tudo isto, porque se não fosse ela, só no dia 14 ter-se-ia notícia da sanção da lei de 13 de maio e ontem, pelo vapor do sul, de qual o estado de S. Majestade.

A primeira notícia nos chegaria fria, saindo de palácio e dali divulgada pelo boletim oficial do “Jornal”; e quando dois amigos se encontrassem diria um ao outro: pois é verdade, foi abolida a escravidão! e não passaria disto por aqui por mais que do o “Despertador” soltasse o verbo e o “Diário” fizesse praça aos seus sentimentos altruístas. É verdade que nos restavam os meninos do “Arauto” para fazer barulho como eles sabem fazer a propósito de tudo; era isto porém o mais que se poderia conseguir.

A segunda notícia nos chegaria com a palidez que a esta hora deve ter S. M., e quando me perguntassem e ao leitor: o que há de novo? Responderíamos: o Imperador esteve doente, porém, vai melhorar, e acrescentaríamos: graças a Deus, se em lugar de andarmos com o diabo na boca, andarmos com o Credo, o que é melhor.

Mas, apesar de divulgada com a rapidez do raio, como o sabe fazer a “Gazeta”, a notícia da sanção da lei de 13 de maio, ainda houve quem concedesse nesse dia cartas de liberdade entre discursseiras e vivórios, e imprensa que noticiasse tais fatos!

Magnânimos corações na verdade estes, que ainda uma vez provaram quão piramidalmente filantrópicos são os sentimentos paraibanos!

Ao ter notícia do fato fiz um – cúmulo – e ofereci-o ao meu colega da “Seção para todos”, que, dando-me umas tantas razões, não quis aceitá-lo. O cúmulo era este:

Cúmulo da Filantropia.

Libertar escravos depois da lei de 13 de maio.

*

A notícia do estado grave em que se achava o Imperador produziu verdadeira consternação e dor na nossa população, sincera manifestação dos seus monárquicos, e do quanto ama ela o trono e o altar.

Depois veio a dúvida. Estaria o Imperador mesmo doente? Não haveria engano no telegrama da “Gazeta”? Tratar-se-ia mesmo do Imperador do Brasil? E desejosos de ver já a “Gazeta” com correspondentes na Alemanha, afirmavam peremptoriamente: não tem que ver, o Imperador doente é o da Alemanha. E afirmavam-nos isto no próprio escritório da “Gazeta”!

Perversos! que não querem compreender que a “Gazeta” nasceu justamente para dar-lhes luz, e dizer-lhes às 6 horas da manhã, depois do café, o que deu-se no mundo 12 horas antes.

Mordam-se, desesperem-se, ingratos, que não sabem agradecer o serviço que lhes prestamos! Desesperem-se que a força é o vosso último consolo!

– Mas será mesmo o Imperador do Brasil, dizia a propósito um dos meus vizinhos de uma das esquinas ali do lado direito, e com aquela volubilidade, que o caracteriza no falar; mas será mesmo o Imperador do Brasil ou o da Prússia? e perguntava logo: mas é Imperador da Prússia, da Alemanha ou de Berlim? Hein?!... Hein?!... Mas o Imperador doente gravemente, e o telegrama diz que acentua-se a gravidade, a gravidade da moléstia. Então já está morto! concluía logicamente.

E ria-se, ria-se... e contava a história de um parente que, estando doente e acentuando-se a gravidade da moléstia, foi passar-se um telegrama e ele “bater botas”!

*

Depois destes fatos o que mais preocupou a atenção pública na semana finda foi eu, “Orsini”, sem tirar nem pôr.

Em meus sonhos de rabiscador de tiras de papel para rodapés de jornal, nunca a minha pequena vaidade sonhara com um tão grande sucesso de risos e iras. Mas afinal o que disse eu para provocar tantas queixas? Onde as ofensas para andar por aí pelas esquinas um Ferrabraz a exclamar:

– Capito! quando io penso em “Orsini” tiengo medo de mi mesmo!

Caramba! quando penso in los directores de la “Gazeta” el mundo tremble! Caramba! Capito!

E brandia enorme cacete!

Ora vamos não há motivo para tanta celeuma, e os culpados são os Srs. mesmos que andaram se descobrindo.

Deu-lhes bem, ajustou-se-lhes a carapuça perfeitamente? Então é que os fatos foram verdadeiros. Em seu primeiro n. pedira delicadamente a redação da “Gazeta” àquelas pessoas que recebendo-a não quisessem assiná-la, o obséquio de devolvê-la a tipografia, com declaração do nome.

E procederam todos assim?

Não; e depois de recebidos às vezes dois ou mais n^{os}, mandavam-nos recados que não primavam pela delicadeza, quando não vinham pessoalmente ao nosso escritório fazer praça de suas grosserias.

Isto é incrível, mas é verdade; conquanto esteja de acordo com o estado semisselvagem do meio social em que todos vivemos.

Foi por isso que eu nada tive que dizer daqueles que cumpriram o seu dever, escrevendo pura e simplesmente o seu nome no nosso 1º n. e o devolveram, não nos dando por esse modo nenhum prejuízo nem dissabores.

Assim, entre outros, nada podia dizer eu do meu vizinho do sobrado da esquina do lado esquerdo; de um professor cuja cadeira não foi “furtada” e sim conquistada em concurso, etc. etc.

O meu vizinho porém ali da rua da Medalha tendo – mandado dizer que não queria “Gazetas” – mandou depois assiná-la. Em meu folhetim disse eu, quando falava dos “avulsos” que tinham devolvido a “Gazeta”: uma casa de tabolagem com aparência de bilhar, para onde são aliciadas para o vício do jogo, inocentes crianças.

Ora, eu creio que no gênero bilhar nós temos aqui três casas: a da rua da Medalha, esquina da Ladeira das Pedras, a da rua Visconde de Inhaúma e a da praça de D. Pedro II. O leitor seria capaz de dizer a qual dessas casas referia-me eu? Aposto que não. Entretanto o proprietário da primeira das referidas casas, aliás um bom velho, tomou a carapuça para si, picou-se com alho que a “Gazeta” atirou na rua, e ei-lo no dia seguinte no nosso escritório declarando assim com ares de quem quer brigar, que não queria mais ser assinante da “Gazeta”, e todo mundo ficou sabendo que a casa a que esta se referira, era a dali da esquina.

Imprudente!... como imprudentes também foram todos os outros, que andaram descobrindo-se sem necessidade.

Um outro, vizinho ali de Nossa Senhora do Rosário, declarava:

– Não há “vantage” (e fungava); não comem os meus dez tostões (e continuava a fungar).

Que não haja “vantage” em assinar a “Gazeta”, vá, por que ainda há quem só goste de jornal de retaliações e que se ocupe da vida privada; mas que nós queiramos comer dez tostões

de quem quer que seja, é falso: damos por mês vinte e seis n^{os}. de boa prosa por 1\$000. Nada mais barato e menos lucrativo.

E eu iria longe, ocuparia mesmo toda esta página da “Gazeta” se fosse especificar todos os incidentes que se deram a tal respeito.

Ao leitor amigo porém, eu vou dar um conselho que aceitará, se quiser:

Se nestas colunas sair alguma coisa que lhe diga respeito cale a boca e não diga nada; não se descubra e seja o primeiro a procurar de quem a carapuça. Olhe, faça como o Silva, que pegou-se com S. Lourenço e todos ainda ignoram quem ele seja.

Orsini

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 11, 20 mai 1888, p. 2)

Folhetim

Aos Domingos

27 de maio de 1888

Por um triz que as festas da abolição não degeneraram em festas das Neves, com as suas passeatas de levantamento de bandeiras, um verdadeiro fetichismo introduzido na popularíssima festa há anos, e no que se despende grandes somas somente para satisfação dos curiosos, porque o culto à Virgem é uma história.

Mas as festas da abolição iam dando nisto, ficando cada classe com a sua noite; e se não vejamos:

A noite dos estudantes foi perfeitamente representada pelos rapazes do “Arauto”; a dos empregados públicos pela redação da “Gazeta”; a das senhoras, não direi perfeitamente, porém – dignamente representada pelo “Despertador”; a dos caixeiros e negociantes pelo “Jornal da Parahyba” que é um tanto dado ao comércio e gosta de ser considerado assim um pouco inglês; a dos militares por esta classe; a dos artistas não pôde realizar-se por causa das notícias do estado de saúde do Imperador.

À dos militares então nada faltou, e a tradicional charola foi substituída por uma coluna de fogo, o que fez-me supor transportado aos primitivos tempos em que idêntica coluna guiava o povo de Moisés à terra prometida.

Foi uma festa esta puramente marcial e em que as espingardas foram substituídas por coroas de flores penduradas aos ombros dos soldados. As paradas eram marciais – alto frente! volver esquerda! os vivas, marciais, a marcha, marcial, etc. etc. Só o que não esteve marcial foi o zabumba que, naturalmente aborrecido, fez na rua Duque de Caxias e depois que o Sr. Dr.

juiz de direito deu os vivas a S. M. o Imperador, à religião do estado, à constituição política do Império e ao exército e armadas brasileiras, a pirraça de estourar-se. E vimos a marcial passeata seguir rua Caxias acima ao som da “Cri-cri” sem zabumba e do imperial hino sem zabumba.

Um malicioso que estava ao meu lado (e onde é que não os há!...) atirou-me aos ouvidos este conceito, que outros julgarão judicioso, eu não.

– O estouro do bombo não foi mais do que um protesto contra os vivas levantados pelo Sr. Dr. Juiz de direito, porquanto, tratando-se de festejos pela lei 13 de maio, não deu a Princesa Regente e não os deu ao gabinete 10 de março.

E eu nada de judicioso achei em tal conceito, porque da parte do autor dos vivas houve coerência e ninguém admira mais Andrade Figueira do que eu; e depois do que na véspera dissera o “Conservador” em seu editorial,

– que para a emancipação da escravatura do Brasil sobraria talvez a fortuna mal adquirida nas pastas que alguns conselheiros de estado tem soerguido em condições de pobreza, para deixá-las quando da opulência, as concessões de empresas industriais, privilégios e patotas assombrosas, com enorme prejuízo dos cofres públicos, a agiotagem dos empréstimos, as ajudas de custo excessivas e frequentes, os donativos aos filhotes e felizardos, a depredação em quase todas as repartições públicas e outros muito escândalos em pura perda e sacrifício das rendas nacionais;

– que o ato do governo abolindo a escravidão não passa de extravagante patriotismo, ou antes rude patriotagem;

– que a lei festejada, longe de ser um elemento de civilização e progresso, será simplesmente o cunho solene da extorsão oficial, outros não podiam ser os vivas levantados.

O “Conservador” foi o único órgão do seu partido, nesta província, que manifestou-se sempre coerente com os seus princípios antiabolicionistas: jamais mudou de opinião a respeito. Não abriu as portas de suas oficinas para receber ovações e deitar discursos, por mais solicitado e prevenido que fosse; e a passeatas que passaram pela rua Visconde de Pelotas, viram ali, em frente ao Carmo, envolto em trevas e mudo como uma consciência que não se desdisse, surgir o “Conservador”, protestando em nome dos seus princípios e em nome dos princípios do seu partido contra uma lei que, no seu pensar, “longe de ser um elemento de civilização e progresso, é simplesmente o cunho solene da extorsão oficial! De uma lei que “nasceu das arruaças populares que não exprimem a opinião pública, o que torna difícil resolver, “se a sorte de um povo assim governado, será preferível a um país de escravos.”

Nada menos de três cartas recebi esta semana. A primeira assinada o “Abelhudo” continha isto,

Onde está o gato?

“Um órgão de nossa imprensa, tratando em um dos seus últimos editoriais da lei de 13 de maio e das festas por ela provocada em todas as classes sociais e em todo o Império, disse:

“Este procedimento sem dúvida que muito alto proclama a generosidade dos nossos patrícios, sempre prontos a abraçarem as ideias de progresso que a razão formula.”

“Sabe dizer-me o Sr. Orsini onde está o gato?”

Não sei não, senhor; se o leitor porém descobrir, que comunique ao Sr. “Abelhudo”.

*

A segunda carta, assinada “O curioso”, rezava assim:

“Eu sou um tanto curioso e nas horas vagas costumo ler um pouco de ciências naturais. Ora, tinha eu ideias assentadas sobre o gênero dos ofídios – víboras –, quando a leitura de um artigo de um jornal da nossa terra veio pôr-me tonto, pois aí leio:

. “A quantas dores sem remédio não deu lugar esse bando de víboras soltas no espaço &.

Conhece o Sr. Orsini no gênero víboras esta espécie que tem a propriedade de andar solta no espaço, para o que são precisas asas? Conhece mesmo algum réptil que tenha a propriedade de voar, de andar solto no espaço?”

Não entendo nada disto, meu amigo; vá bater à outra porta.

*

A terceira é antes um – ukase – dirigido a esta redação pelo Sr. Professor João Antonio da Gama Furtado, e isto porque fazendo eu alusão a sua pessoa, disse no último folhetim que o Sr. professor era um homem delicado.

Se eu disser que a carta do Sr. professor é pouco atenciosa, não dou sequer ideia de seu conteúdo, onde se me aconselha até que tome a minhas cautelas. . . .

Entretanto, o cavalheiro a quem se refere o Sr. Furtado na sua carta e que diz ser seu distinto e sincero amigo e um dos melhores caracteres que conhece nesta terra, proíbe-me dizer qualquer coisa a respeito, e eu cumpro as ordens do amigo comum, agradecendo todavia ao Sr. Gama Furtado a estima, consideração a respeito que diz ter por

Orsini.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 17, 27 mai 1888, p. 2)

Folhetim
Aos domingos
3 de junho de 1888

São 8 horas da manhã; sento-me à mesa para escrever as tiras de papel a que obriguei-me perante o público e perante os amigos de casa, e ouço dobrar o sino, recordando-me que alguém morreu. Má, muito má ocasião esta para escrever folhetim que, se não deve ser, e realmente não é, uma seção do riso como entendem alguns simplórios, todavia o seu tom deve ser alegre.

Assunto não me falta, não; e ao assentar-me para escrever eu penso em tanta coisa. . . . e não sei porque não sai-me da cachola a nossa polícia.

E penso no Sr. Dr. delegado que incomoda-se em sair de casa às 11 horas da noite para tomar conhecimento do roubo praticado na residência do Dr. Retumba, a quem respondera que era tarde, que nada poderia fazer aquelas horas, que a noite estava fria, a sua bronquite podia agravar-se, que deixasse para o dia seguinte; e o dia seguinte são as 10 horas do dia, após o charuto e a digestão. E entretanto ao passo que o Sr. delegado assim procede e cumpre os deveres do cargo de que se acha investido, sabe àquelas mesmas horas comentar com risinho sardônico e o clássico pigarro. . . Mas, santo Deus, comentar o que! . . . barulho que o Sr. Dr. delegado “vira” por intermédio de um tabelião, que acabava de dar-nos o prazer de conversar longamente no nosso escritório; o Sr. Dr. delegado “vira” . . . “vira” . . . barulho, pancadaria velha no escritório da “Gazeta” e entre os redatores da “Gazeta”! . . . E ria-se . . . e tossia . . . e cheio de satisfação ouvia o que a respeito dizia sentenciosamente o major da polícia (sempre a polícia! . . .).

Não se zangue comigo o meu amigo o Sr. Dr. delegado; a terra é pequena, todos somos da mesma família e tudo quanto se diz e comenta-se é segredo de família, e é em família que nós conversamos.

As palavras de uma autoridade policial, mesmo fora do exercício de suas funções, devem ter muito critério e muita circunspecção, principalmente quando são proferidas em lugar que devemos respeitar pela hierarquia àquele que o habita. Uma autoridade que agarra o primeiro “canard” que é atirado na rua, e talvez que por si mesmo, e comenta-o dando-lhe visos de verdade, e acoberta-o com o prestígio de sua palavra, embora com recheios de ridículo, que no entanto passam por muito longe daqueles a quem são dirigidos, o menos que lhe pode suceder é perder a estima e o respeito dos seus concidadãos.

Eu tenho motivos, quando não fossem pessoas, para estimar e considerar a pessoa do Sr. Dr. Augusto Galvão, e pois julguei dever tomar a liberdade de dar-lhe este conselho que como a água benta, tomará S. S. se quiser.

*

Ainda é com a polícia que tenho de ocupar-me, e desta vez sinto-me triste, acabrunha-me o peso de uma grande dor e cá por casa está tudo de luto; e até os tipos, que já tem luto natural, lastimam nas caxetas a irreparável perda. Os nossos distribuidores, estes então é uma lástima: choram a única satisfação que tinham!.. E o nosso tesoureiro! . . . coitado! . . perdeu a cabeça, está doido varrido. Ontem à noite dizia-me ele assombrado: e como há de ser agora? Como havemos de fazer face as despesas da “Gazeta”? Que calamidade! que calamidade, meu Orsini!

Que irreparável perda!

E tudo chorava: tesoureiro, distribuidores, compositores, caxetas, prelo, redatores, tipos, tudo, tudo, porque o João Davino mandara riscar a assinatura da “Gazeta”, por ser folha muito política! e a política para o Sr. subdelegado é a censura a autoridade que não pode cumprir os deveres do cargo porque não tem para isso nem força nem prestígio; é a censura a autoridade que deixa os nosso lares ser invadidos pelos larápios, porém sabe mandar para a cadeia os João Dendês, João Elias e quejandos miseráveis, à corda e pão como porcos!

E como nos vão fazer falta os. . .1\$000 mensais do Sr. subdelegado!

Daí pode ser que o Sr. subdelegado tenha razão, porque os objetos tomam a cor dos vidros dos óculos que usamos.

É assim que o “Jornal da Parahyba” não achou que disséssemos bastante sobre os incontestáveis serviços que às obras da Matriz prestou o Sr. comendador Silvino, e queria que à propósito disto falássemos na esterqueira em que estava convertido o sagrado terreno; no lixo que a malandrice com mãos profanas havia acumulado naquele sítio e suas imediações; na vegetação que rebentava do solo estrumado; nas abandonadas ruínas; nos montões de pedras cobertas de limo; no matagal espesso; no incenso de azuladas espirais; no órgão que gemera os salmos de Davi; no levita que entoara os cânticos do Senhor; nas emanações mefíticas, e finalmente na orquestra sinistra formada pelo coaxar das rãs e zumbido dos insetos.

Como devia ser sinistro aquilo! Arrepiam-se-me os cabelos só ao pensar em tal! . . .

Mas tudo isto fará naturalmente um dia parte da biografia do ilustre redator-chefe do “Jornal da Parahyba”, e não pode constituir assunto de artigo de uma folha diária, mesmo porque de tais minudências só pode ter conhecimento o “Jornal”.

Se algum dia, porém, tivermos a honra de ser solicitados para escrever as biografias dos homens ilustres da Parahyba, no número dos quais está o Sr. comendador Silvino, então iremos pedir ao “Jornal” estes e outros dados que possam dar mais lustre e renome ao biografado. Fora disto, tenha paciência o meu amável colega: havemos de dar a cada um o que é seu, sem andarmos pelas esterqueiras e pelo lixo, sem colhermos as flores da vegetação de estrumado solo, sem extasiarmo-nos perante as ruínas abandonadas, sem correremos o risco de cair por cima das pedras cobertas de limo, sem brincarmos a manja de esconder no matagal espesso, sem sentirmos o cheiro do incenso e vermos as suas azuladas espirais, sem ouvirmos os gemidos dos salmos de Davi, os cânticos do levita e a sinistra orquestra formada pelo coaxar das rãs e zumbido dos insetos; e não consentiremos absolutamente que as nossas fossas nasais sejam perturbadas pelas emanações mefíticas.

Se não dizer tudo isto é o que faz supor ao “Jornal” que somos políticos, a ponto de já reconhecer a “necessidade imperiosa de uma folha diária da política conservadora entre nós”, então com franqueza a “Gazeta” é política.

*

Completoou ontem 45 anos de idade o meu amigo Alonso, este nosso distinto hóspede que com tanta distinção une a austeridade e lhaneza do funcionário público à prestabilidade e lealdade do amigo.

Mas, não vá o velho amigo ficar muito satisfeito com isto; pois se cito o fato é só para dizer-lhe que não fui convidado a tomar chá,

*

E tenho necessidade de já terminar já este folhetim, por estar completo o espaço destinado “Aos domingos”; antes de o fazer porém peço ao leitor que leia estes versos que foram-me enviados pelo meu amigo Cala a boca, Orsini, que ele pediu segredo.

Do norte ao sul do país

Um frêmito de procela

Se derrama n’amplidão;

Foge o tigre espavorido,

Por esse imenso ruído.

Semelhante ao trovão!

Traços de luz, que se cruzam,

D’instante a instante no espaço

N'um explodir retumbante,
De raios parecem rastros,
Empalidecem os astros
Com seu brilhar deslumbrante.

O que há? que acontece?
Acaso Jehovah irado
Nos mandou a tempestade?
Silva e ruge o furacão,
Rouqueja e brame o trovão
No seio da imensidade?

Acaso contra os rochedos
Seus nomes vagalhões
Quebrou o salso elemento,
Indômito, impetuoso
Convulsionado, estuoso
Impelido pelo vento?

Não! Sobre as plagas brasileiras,
As iras dos céus não pairam;
Tudo é paz, tudo beleza,
Fausto, perfumes, luz,
E melodias a flux
No seio da natureza.

O frêmito, que do norte
Ao sul do país se ouve
É o túmulo das massas
Festejando a liberdade
Em cada vila, e cidade
Nos recantos, e nas praças.

Orsini

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 22, 3 jun 1888, p. 2)

Folhetim
Aos domingos
10 de junho de 1888

Por menos que eu queira e evite hei de oito em oito dias andar às voltas com a polícia, eu sou amante e respeitador de nossas instituições, em religião, católico e apostólico romano e não ando com a caraminhola cheia de federação e outras coisas, como os homens aí do primeiro andar.

Ao cair da noite dou uma prosa ali na botica da esquina para saber o que se diz dos outros, converso com o “avantajado” Antonio da Mota sobre história da França e mérito literário de todos os escritores portugueses passados, presentes e futuros, e volto para casa cauteloso, com medo de um encontro com o terrível subdelegado João Davino.

E é um burguês nestas condições que vê-se obrigado a conversar com a polícia!

Ora seja tudo pelo amor de Deus! mas tenha paciência o Sr. Dr. Candido Freire: é com sua secretaria que eu vou hoje prosar.

A secretaria da polícia com efeito não anda muito corrente conosco. E o Sr. Dr. Candido Freire sabe com que boa vontade e gosto temos publicado tudo quanto nos é enviado pela sua secretaria, e Deus nos livre que falte-nos a sua ativa e inteligente colaboração porque é deste sistema de rápida e minuciosa publicidade que vive a imprensa diária que procura cumprir o seu dever e desempenhar sua missão.

A secretaria da polícia, porém, não limita-se a isto, e tem-nos mandado como – crônica policial – matéria tributável – em um jornal. E não é somente isto: a secretaria da polícia, por nosso intermédio, quer chamar a atenção pública para o que manda ela publicar nos outros jornais! e nós temos a presunção de nos supor muito grossos para palito.

Eu não sei se o Sr. Dr. Candido Freire tem conhecimento do que lhe vou contar; mas em todo caso ouça-me S. S. com aquela atenção que sabe dispensar a todos quantos o procuram, e se tem algum receio, esteja descansado que o João Davino anda longe: encontrei-o ainda há pouco à procura do Quebra-Pratos.

No dia 5 a sua secretaria remeteu-nos como crônica policial, atenda-me bem o Sr. Dr. Freire, como – crônica policial – um edital! Nunca, até aquele dia, me constara que edital fizesse parte de qualquer crônica, que deve ser a narração sucinta de fatos ocorridos, e muito menos de crônica policial.

A originalíssima crônica, que nos foi remetida pela secretaria da polícia, começa assim:

“O Dr. chefe de polícia remeteu ontem para ser publicado no “Jornal da Parahyba” edital proibindo expressamente durante os festejos de S. Antonio, S. João e S. Pedro o brinquedo de fogos denominados busca-pés etc, etc. e segue-se todo o edital tal qual está publicado no “Jornal da Parahyba” de 5 do corrente.

Ora, com franqueza, Sr^a. secretaria, isto nunca foi crônica, e sendo, como é, edital mandei-o para a 4^a página, como fazem a tesouraria de fazenda, a alfândega, o tesouro provincial, a capitania do porto etc.

De mais, nós não podemos estar servindo de ponte de reclames para o “Jornal da Parahyba”, por maior que seja a atenção que nos mereça este colega. Se o órgão oficial tem bastante circulação para que um edital publicado nele chegue ao conhecimento de todos, a secretaria da polícia deve dispensar-nos das suas esquisitas crônicas, se porém o órgão oficial não tem bastante circulação para chegue ao conhecimento da classe mais baixa da nossa sociedade a disposição de uma lei que lhe proíbe a prática de certos atos, então a repartição da polícia faça como as outras: pague.

Compreende o Sr. Dr. chefe de polícia que nós não podíamos publicar tão original crônica, porque isto ia de encontro aos nossos interesses; e se a moda pegasse, amanhã todos os editais nos seriam remetidos como crônicas, e teríamos crônica da tesouraria de fazenda, crônica do tesouro provincial, crônica da alfândega, crônica da capitania do porto, crônica de secretaria do governo, crônica da câmara municipal, crônica da diretoria da instrução pública, crônica da reitoria do liceu, crônica da diretoria do externato normal, crônica dos juízo dos feitos, enfim, era um nunca acabar de crônicas; e até o Pedro Baptista era capaz de nos mandar a crônica das loterias, o ex-Vieira a crônica do capitão Rego Barros e o Magarefe a crônica do Antonio Ricardo.

E sabe a secretaria da polícia o que nos sucederia? Eu conto-lhe a propósito de uma história.

Ignoro eu se na secretaria da polícia tem alguém que saiba latim; em todo caso creio que o Sr. secretário deve ter recordações do velho Esopo, e é ao Sr. secretário que me dirijo, porque não tenho grande confiança nos conhecimentos dos seus colegas, principalmente do Ignacio Evaristo, nas coisas do Lácio.

Ouça-me agora, pois, o Sr. secretário.

Em uma de suas imortais fábulas, naquela que tem por título – “Anus diligens virum oetatis medice, item puella”, e que é a 2^a do livro 2^o, conta o velho Esopo a história de um homem que tinha duas amantes, uma velha e outra moça; a velha querendo que ele fosse velho, naturalmente para não andar fazendo o que muitos homens casados fazem cá na terra, principiou

a arrancar-lhe os cabelos brancos, porque é provável que o tal D. Juan já orçasse aí pela idade do Sr. secretário; a moça, desejando que ele fosse sempre moço e bonito, como o Dr. Justa, zás, toca a arrancar-lhe os cabelos pretos; e o meu caro secretário sabe o que sucedeu ao pobre diabo: ficou pelado, nem mais nem menos; muito pior que o professor interino do Conde.

Aplicando “el cuento”, era neste estado, que ficaríamos, se déssemos guarida as novas crônicas inventadas pela secretaria da polícia: pelados e bem pelados.

De um lado com efeito, a secretaria da polícia a tirar-nos o espaço destinado aos editais e transformando estes em crônica, e eis aí a idosa amante; do outro, os poetas de água doce a nos mandarem os seus versos e os vendelhões os seus avisos aos fregueses que não pagam, e depois, nikles pagamento, e eis a moça amante.

Ora, diga-me a secretaria da polícia, se no fim de pouco tempo nós não estaríamos mais que alvos, quebrados e arrebetados! e era um dia a “Gazeta da Parahyba”!

Eu espero que de hoje em diante a secretaria da polícia saberá fazer a mais perfeita distinção entre edital e crônica policial.

*

Conhece o leitor o João Pessoa? o poeta João Pessoa d’Oliveira? É um moço que, destinado a fazer brilhante figura na carreira das letras, para onde o chamavam as suas tendências e vocação, foi, não sei porque azares da sorte, atirado na prosaica vida da agricultura. São dele os versos que a leitora vai ler, e ao terminar a leitura juro que V. Exc. minha Snr.^{as}, ficará com um pesar: é que não sejam os de V. Exc. os ecos cantados pelo poeta.

E aqui estão os

Graciosos

Eu tenho uns olhinhos castos

Que me deram de presente:

Uns olhos de fazer febre,

Uns olhos de matar gente!

Quem m’os deu... é um mistério!

Deus me livre de o contar!

São olhinhos pra se verem

Com muito jeito, e guardar!

Quando penso que possuo
Uns olhos de tal magia,
Sinto o céu entrar-me n'alma
N'uma enchente de alegria,

Pelo tesouro mais rico
Dos objetos mais raros
Eu não dava um pedacinho
Desses olhinhos tão caros!

São mesmo uns olhos divinos,
D'uma ternura sem fim;
Uns olhos que Deus formou
Só, de encomenda, pra mim!

As vezes tem a doçura
D'um brilhar meigo sereno,
Qual estrelas que flutuam
N'um firmamento moreno;

Outras vezes, rutilantes,
Parecem filhos do sol
Saltitando no horizonte
Inundados de arrebol!

Se Castro Alves surgisse,
Se Varella cantasse,
Se Gonçalves existisse,
Se Abreu ressuscitasse,

Eu faria junta poética
P'ra decidir do valor
Desses olhinhos tão raros,
Desses mimos de primor.

São mesmo uns olhos divinos
Duma ternura sem fim;
Uns olhos que Deus formou
Só, de encomenda, pra mim!

Mas, como eu não tenho estro,
Nem de poeta inspiração,
Erigi para esses olhos
Um altar no coração.

Orsini

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 28, 10 jun 1888, p. 2)

Folhetim

Aos domingos

24 de junho de 1888

Não há festa que tenha tão profunda influência no meu espírito como a de S. João.

As alegrias que eu tinha outrora ao chegar este dia são substituídos hoje por uma melancólica tristeza, lembrando-me desse passado que não volta mais, dessa quadra descuidada da infância em que não se tem a menor ideia do que sejam as torturas do presente.

Outros terão saudades dos seus vinte anos, eu com franqueza tenho dos meus doze, dessa época da vida em que, como disse o poeta, colhe-se as pitangas e trepa-se a tirar mangas.

Também tudo hoje está mudado e o São João de 20 anos atrás não se assemelha em nada com o de hoje, que é um arremedo pálido do que foi. A civilização, e o calçamento tem pouco a pouco invadido-nos, fazendo recuar para bem longe estes costumes tradicionais que o povo ainda procura conservar como uma relíquia do passado.

Desde a véspera deste dia que a cidade assumia uns ares de festa e prazer e todos tinham uma tal alegria comunicativa, que ninguém parecia ter o direito de ficar triste.

Não havia casa de família que não estivesse a preparar canjica, o bolo de S. João, o milho assado e mais isto e mais aquilo. Era uma verdadeira azafama em honra do santo e em honra da glotonice.

Logo cedo principiavam os preparativos para as fogueiras e os mastros nas ruas, e mesmo nas principais, como a Direita.

Nesta rua duas fogueiras eram infalíveis: uma feita pelo José Felix e outra pelo Manoel Caboclo, e ainda hoje eles aí estão, cheios de anos, tendo visto desaparecer quase todos os homens de sua época.

O José Felix ainda ali está no mesmo balcão; o Manoel Caboclo, que teve a infelicidade de uma adversa sorte, tem passado tormentos e outro o substituiu na sua venda da Baixa.

Logo ao cair da noite tinha começo o brinquedo dos busca-pés, com ampla liberdade da polícia e da câmara municipal, e os folgazões percorriam as ruas soltando fogos, sem receio de irem fazer companhia ao Antonio Ricardo.

Depois havia os *combates* entre as cidades alta e baixa, sendo o campo escolhido para a peleja a rua da Areia que assemelhava-se perfeitamente a um campo de batalha; e no mais encarniçado da luta, tanta era a fumaça que não se distinguia mesmo a chama dos busca-pés.

Até em certos pontos, no *hospital de sangue*, estavam médicos com ambulâncias preparadas para curar os feridos.

Afinal quando a bandeira de um dos lados combatentes era tomada pelo outro, vencedores e vencidos iam na maior expansão de alegria e entusiasmo comer canjica e beber o bom vinho, porque não havia ainda Fritz Mack para nos impingir o seu vinho artificial, com garantia do governo.

Dos folgazões dessa época poucos restam hoje; uns morreram e outros foram noutras terras procurar meios de subsistência e continuar nessa incessante luta pela vida.

Dos que ainda convivem conosco, eu conheço dois: o Joaquim Nazianzeno e o José Serrano. E quem é que não conhece estes sinceros camaradas que hoje carregados de filhos e pobres, ainda são os mesmos dois bons rapazes de outrora e em cujos rostos não se vê sombra de tristeza?

O Joaquim Nazianzeno ocupa o lugar de 1º escriturário da tesouraria de fazenda e nas funções de seu cargo nenhum de seus colegas leva-lhe a palma no cumprimento de seus deveres, no zelo pelo serviço público e em sua inquebrantável probidade, por isso todos eles o estimam.

O José Serrano exerce também na tesouraria o lugar de procurador dos feitos, lugar que, além de estar inferior aos seus méritos, não chega-lhe para o sustento de sua família, e por isso tem ele necessidade de cuidar de outras agências, e poucos nesta cidade serão os que passam um dia sem ver o José Serrano, sempre alegre, satisfeito e pilhérico no meio de sua pobreza e dos seus negócios.

Eu não direi que estejam velhos os dois *fogueteiros* dos tempos idos, mas creio dar uma ideia dizendo que ambos já podiam ser vovô.

Tudo isto porém desapareceu e se o S. João ainda encontra guarida é de lá para uma rua muito afastada, mas ainda assim sem aquele ruído e aquelas alegrias.

Em lugar dos busca-pés, das fogueiras e dos mastros, encontra-se à noite nas ruas pelotões de soldados sombrios e com uma catadura tal que só olhá-los causa medo, e aí de quem por um descuido soltar um busca-pé em um dos lugares proibidos que, quando menos esperar, está seguro por dez harpias e a pontapés e cachações lá vai o pobre diabo dormir na cadeia.

Após os soldados vê-se passar a figura, assim com ares de gravidade, do Sr. Dr. delegado, acompanhado de sua indefectível ordenança e do seu pigarro, que o denuncia logo, razão porque S. S. não pode ser mais combativo na prisão dos ladrões que molestam esta cidade, dando tempo a que eles fujam, como sucedeu com o roubo na casa do Dr. Cordeiro.

Depois do delegado aí passa a enfezada figura do subdelegado João Davino a gritar, sempre ao longe, a qualquer barulho: que prendam, que esfolem, que matem.

O João Davino é uma criação moderna inventada por um espírito lúcido que já não existe e que viria a ser uma das glórias desta província, o Dr. Samuel Henrique.

Criação moderna, digo bem, porque o João Davino que, no tempo do Joaquim Nazianzeno e do José Serrano, era fedelho, até antes de ser subdelegado era um bom rapaz que convivia conosco e todos tínhamos, quando reunidos, uma história, mas uma história inocente e chistosa, do João Davino a contar.

Depois que meteram-lhe nas mãos a vara de subdelegado, ele transformou-se e hoje não presta. Mas eu espero que, como o filho pródigo da parábola, ele há de voltar e nesse dia comeremos juntos o queijo que há três anos ele prometeu-nos.

O Jacinto da Cruz deve lembrar-se disto.

E está o que é hoje o S. João com a polícia do Sr. Dr. Candido Freire: uma coisa triste e sem graça. Aqui e ali ouve-se o cadenciado e soturno som de uma valsa; na rua os tristes lampiões do José da Bahia pedem querosene e os meninos tocam os mijões; em família come-se sem graça o bolo e a canjica, e em redor de uma mesa as moças que suspiram por casar, tiram a sorte.

*

Se eu tivesse tempo diria agora a V. Exc., minha senhora, o que é o S. João na roça com todas as suas abusões, a fogueira, o mastro, as cantigas, as danças e o tradicional banho pela madrugada, em que cada um vai ver se assistirá o S. João futuro pela projeção ou não projeção de sua sombra n'água.

Mas para isto falta-me tempo e espaço, e aqui está o folhetim que prometi a V. Exc.

Eu sei que ele ressentia-se dessa saudade do passado e desses temores do futuro, e querendo escrever um folhetim alegre, dei-lhe uns certos tons de melancolia.

É que nem sempre podemos dominar os nossos sentimentos e [ilegível]grado nosso deixamos vaziar no papel um pouco de tristeza [ilegível] invade-nos o coração,

Orsini

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 40, 24 jun 1888, p. 2)

Folhetim

Aos domingos

8 de julho de 1888

Está finalmente empossada a nova mesa da Santa Casa da Misericórdia que modesta e decentemente celebrou a sua festa à 2 do corrente.

Dos irmãos da antiga mesa compareceram somente dois: os Sr^s. Dr^s. Mindello Junior e Cunha Junior.

Eu disse dois e disse bem, porque o terceiro que lá apareceu foi para dar uma nota dissonante aquela festa em que tudo devia ser esquecido, para lembrarem-se somente de Deus e dos pobres.

Esse terceiro foi o Sr. Dr. Honorio Horacio de Figuerêdo, secretário do governo da província.

Eu vou contar o caso como o caso foi-me contado.

É de praxe serem nomeados definidores da Santa Casa todos os membros da mesa que não tenham sido renomeados, e nestas condições estava o Dr. Honorio, que ocupara na transacta mesa o lugar de procurador geral.

No dia da posse o Dr. Honorio apresentou-se com o seu fraque, acompanhando o Exmo. Sr. Dr. Oliveira Borges, como secretário da presidência.

Depois de terem todos os membros presentes prestado o devido juramento, o provedor convidou o Dr. Honorio, que conservava-se afastado como um urso, a prestá-lo; e o Dr. Honorio respondendo: “Não aceito o cargo”, retirou-se.

Ora, pergunto eu aos meus botões, seria esse o meio mais próprio que tinha o secretário do governo para declarar que não aceitava o cargo de definidor?

Que S. S. comparecera naquele dia à Santa Casa somente para fazer a sua cortada, prova-o o fato de ter S. S. retirado-se imediatamente após o fato, que foi:

Uma desatenção ao presidente da província;

Uma desatenção ao provedor;

Uma desatenção aos cavalheiros que lá se achavam.

Ao ter conhecimento deste fato, lembrei-me eu de um outro.

Uma dessas célebres mulheres de França, que com a grandeza de seu gênio tanto ilustrou o século passado, achava-se um dia em uma reunião, quando é interpelada por um gentil homem (algum bobo naturalmente) que pergunta-lhe que diferença havia entre a mulher e o sol.

Ela, depois de pensar, confessou que não sabia.

– Pois eu lhe digo, respondeu ele, é que o sol reflete sempre e a mulher nem sempre reflete.

– Que diferença há, perguntou imediatamente a ilustre senhora, entre o espelho e o homem?

O gentil que nada tinha de gentil, por sua vez ficou embatucado, e teve esta resposta:

– É que o espelho é sempre polido, e o homem nem sempre o é.

Ora, bem se vê que o Dr. Honorio nada tem de espelho e é verdadeiramente homem.

S. S.^a supunha-se talvez em banca de secretário, tratando com os seus subordinados que nem sempre recebem de seus chefes a delicadeza e atenção de cavalheiro; e que quando nada encontra para *amolar* os empregados da secretaria do governo, retira-se dando ordens para que só se feche a repartição às 3 ½ e 4 horas da tarde!

Dizem-me que quando o secretário do Dr. Oliveira Borges proferia empaticamente o seu – não aceito o cargo – que há de passar a história.... como muitas frases célebres, S. Exc.^a, lembrando-se do lugar em que achava-se, dissera com os olhos:

Parcere illi, Domine, quid nescit quod facit!

*

O mesmo doce perdão, porém, não soube ter o Sr. João Davino para o João Dendê. Ao saber da morte do desgraçado, o Sr. subdelegado pressuroso e contente correu à secretaria da polícia a dar parte do grande acontecimento ao Sr. Dr. Freire, e sendo por este encarregado de proceder ao exame cadavérico e mais diligências para verificação do óbito, respondera:

– Não posso, Sr. Dr., porque sou incompatível com o morto!

O João Dendê não podia realmente ter uma nênia mais eloquente e mais expressiva, e a frase do Sr. subdelegado dá perfeita ideia do que foi o morto para o Sr. João Davino e o Sr. João Davino para o morto; e se os João Davinos e Dendês existissem em maior número, aquela história que contam do estudante que passando por um túmulo e lendo o epitáfio nele escrito – aqui jaz quem nunca teve medo –, escrevera por baixo: – porque nunca fez exame – poderia ser substituída por esta outra: – porque nunca foi subdelegado.

Entretanto dizem que o João dendê era um homem que tinha algum préstimo e como *jornalista* era muito distinto.

Fosse ou não, ao menos o seu jornal era para um número muito limitado de pessoas e que podiam ouvir a eloquência dendesiana.

*

Número limitado de pessoas foi também o que assistiu no domingo último a conferência realizada no Teatro “Santa Cruz” pelo Sr. Dr. D. Luiz de Souza da Silveira.

Não compete a mim fazer a crítica nem resumo dessa conferência, de que em outra seção já ocupou-se este jornal; mas se pudesse eu pedia ao ilustre orador que procurasse sempre colocar-se debaixo de um ponto de vista mais objetivo e menos subjetivo.

As paixões de momento não devem perturbar a serenidade e a cabeça de um orador coerente; e na tribuna popular; mais que em outra qualquer deve o orador abstrair completamente a sua personalidade e lembrar-se que convidou os seus concidadãos para instruí-los.

Quando este motivo não fosse suficiente, a promiscuidade do auditório impõe ao orador este dever, desde que este descer do pedestal em que colocou-se, pode provocar protestos e palavra puxa palavra...

Não se zangue o ilustre conferencista com estas minhas ligeiras observações pois, se as faço é pelo desejo de ver produzir bons frutos a semente que lançou no domingo no teatro “Santa Cruz”.

As tribunas populares são hoje um dos melhores meios de instruir o povo, e é aí que nos países cultos os partidos combatem por suas ideias.

Eu desejava, pois, ver o seu exemplo imitado e entre nós temos de sobra quem o possa fazer. Aí estão o Gama e Mello, o Ernesto Freire, o Antonio Bernardino, o Inojosa Varejão, o Maximiano de Figuerêdo e outros.

Orsini

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 51, 8 jul 1888, p. 2)

Folhetim

Aos domingos

15 de julho de 1888

Parca, muito parca de acontecimentos a semana que findou, e de pena no tinteiro eu medito o que hei de dizer ao leitor, se algum dignar-se ler esta insulsa prosa domingueira, que

aliás já mereceu do decano da nossa imprensa as honras de ser qualificada com excesso de espírito.

Se os presidentes da província não fossem substituídos com a mesma rapidez com que o Xico Paiva muda de casa, mas de modo próprio, de certo que a demissão do Exmo. Sr. Dr. Borges seria um acontecimento não só na nossa vida política, como social.

O povo porém já está tão acostumado a ver a mudança dos nossos governadores, que muitas vezes sabe ter gente nova quando no porto ouve tocar a música policial.

Em outras épocas, quando os presidentes tinham tempo de esquentar a cadeira em que assentam-se, a coisa mudava de figura e sabia-se ao menos o que tinham eles vindo fazer quando nos deixavam.

Hoje, porém, por melhor intencionados que sejam, como reconheço fora o que em breve vai deixar-nos, nada podem fazer, porque quando principiam a conhecer a geografia da província e a completar o estudo psíquico-fisiológico dos que os cercam, aí vem o decreto do *ocutus ruorum*, quase sempre solicitado com instância, desde que se convencem que presidentes de província há muito não passam de *commis voygeurs* e que a sua mercadoria não agradou a todos.

E quase de seis em seis meses vemos reproduzirem-se estas cenas:

– Então já estiveste com o presidente?

– Já.

– E que tal?

– Um moço (em geral os presidentes nunca são velhos, quando mesmo o sejam) muito distinto, muito probo, muito honesto (e segue-se um rosário de qualificativos idênticos). Parece-me com o Justa. Tratou-me perfeitamente bem e disse-me que aparecesse. Vai lá que tu gostas dele.

– Então temos homem?

– De certo; e quero ver agora se o Honório faz o que fazia no tempo do Geminiano.

– Ora o Geminiano era um capadócio.

– O certo é que ele debicou a todos nós, governou-nos à fole e foi-se.

– É verdade, mas não estava na altura de ser presidente.

Seis meses depois

– Então foi demitido o Borges!..

– Há mais tempo.

– A mim não faz falta.

– Nem a mim.

– O único favor que pedi não satisfez-me.

– E eu fiz-lhe uma petição pedindo-lhe uma gratificação por tal serviço, e ele nem sequer despachou-a.

– Dizem que o Pedro Corrêa é um moço muito distinto, muito

E lá vai uma nova edição, sem ser correta nem argumentada, de elogios, para vir seis meses depois nova edição, esta sim, correta e argumentada, de queixas e quiçá de desaforos.

Entretanto, os que assim procedem são quase sempre os que menos direito tem de o fazer e os que só olham para o mundo pelo acanhado prisma de suas conveniências e interesses pessoais.

Eles não procuram ver na administração que findou qual foi a sua orientação, que males evitou e que benefícios gerais espalhou; só sabem, uns que o presidente é o poder, e o poder só é poder enquanto é poder; outros que o seu partido é o que serra de cima, e que portanto tinha direito a um favor, ainda que ilegal.

Eu sei que há tempo solicitou o Exmo. Sr. Dr. Borges a sua demissão, porque mo afirmou sempre o Cordeirinho, e entretanto vejam só como são as coisas do mundo! No mesmo dia em que deu-se o desaguisado entre S. Exc. e o chefe supremo do partido conservador, houve quem espalhasse que S. Exc. fora demitido; e os que não acreditavam que a coisa fosse feita com tanta pressa, cifravam-se em dizer: aquele está ali, está no olho da rua.

E a aceitar-se o princípio que na hipótese estabelece o Dr. Augusto Galvão, tem todo fundamento os que assim pensam, porque, diz o mesmo Dr., *post hoc, ergo propter hoc*.

[...]

Orsini

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 57, 15 jul 1888, p. 2)

Folhetim

Aos domingos

29 de julho de 1888

No domingo passado eu não fiz propriamente uma cábula: dispunha-me a escrever o meu folhetim e já tinha sobre a mesa perfiladas as seis tiras de papel para escrever nelas o que dá-me sempre mais trabalho do que ao procurador dos feitos provinciais os seus luminosos pareceres, quando recebo uma visita de João Voltaire.

– Sabe a história da onça? disse-me ex-abrupto.

– Perfeitamente.

- Quem lha contou?
- Ora quem! . . O Zé Bigode.
- E ele como soube?
- Lendo-a no discurso do Paula.

E João Voltaire soltou uma sacudida risada.

– Não refiro-me aos canguços de lombo preto, não; esses vivem lá com o Paula, se é que vivem, porque opiniões autorizadas dizem haver ali manifesto engano ou erro de composição.

– Apesar das duas edições do discurso?! . .

– Apesar das duas edições, meu caro Orsini. Dizem que saiu canguçu em lugar de cangaceiro; e lombo preto em lugar de quilombos de pretos; devendo-se pois ler o trecho do discurso assim: Eu peço somente uma coisa ao nobre ministro: tanto aqui desta tribuna, como em particular, eu estou pronto a indicar a S. Exc. os caminhos e veredas que deve trilhar para conseguir livrar a minha província desse resto de – cangaceiros e quilombos de pretos que a infestam.

– Bem achado, João Voltaire; bem achado.

– Bem achado ou não, não é dessas onças de que te venho falar; mas de uma que tenho em meu poder.

– Ah! dessa não sei eu a história.

– Pois, ei-la aqui, disse entregando-me umas tiras de papel.

– Pois, disse-lhe por mim minha vez, depois de lê-las, está pronto o folhetim de amanhã.

E aí está porque em lugar de Orsini teve o leitor o prazer de apreciar a suave e delicada prosa de João Voltaire, com quem tenho instado para tomar conta desta seção, e ele, a esconder-se por trás de sua modéstia, maior que o seu todo pequeno e franzino, a protestar que não pode, que não tem tempo, privando assim a nós todos de apreciá-lo uma vez por semana e livrando-me de um trabalho que já sinto penoso e fatigante para quem só à martelo pode arrancar uma ideia.

*

As Neves, as tão decantadas Neves, desde quinta-feira que deram sinal de vida com o estrugir dos foguetes e da música, e é nisto que realmente cifram-se hoje os louvores a nossa padroeira.

Foi-se o entusiasmo de outrora, e os encarregados das noites parece só desempenharem a missão que lhes é confiada em cumprimento de um dever em que a mínima parte não toma o sentimento religioso.

No tempo com efeito das *alvoradas* havia não só mais entusiasmo, como e principalmente mais gosto e religião; e julgando cortar um abuso, creio que o bispo diocesano fez um mal maior, proibindo-as.

As *alvoradas* substituíram com efeito o vespertino levantamento da bandeira, em que gastam se grandes somas em luxuosas charolas que entram na religião de pior maneira do que no credo entrou Pilatos; e quase que não estamos muito longe do fetichismo. . .

Mas, enfim, seja como for, a popularíssima festa aí está e divirtam-se que é o que procura-se, e comam roletes e amendoins, que até nesses dias tem melhor gosto.

*

Para quem porém eles são bem amargosos atualmente, é para o José Serrano, que viu confirmado nas suas costas a profunda verdade do velho anexim: a corda rebenta-se pelo lado mais fraco.

– Mas, que diabo! dizia-nos ele com toda a sua filosofia, eu nem ao menos fui corda nesta questão: um puxa para aqui, outro puxa para acolá, afinal eu havia de ir para um dos lados, e para qualquer que eu pendesse, as consequências não havia de ser boas, e vi logo que, quer tivesse cão quer não tivesse havia de ser preso.

E logo entre quem! dois Antonios! . . .

E eis o filho de meu pai no *suspensório*! concluía ele resignadamente.

Pobre Zé! eu creio que não houve nesta cidade quem não o lastimasse ao saber de sua desdita!

*

Quem mais desditoso foi ainda, foi o Dr. José Gomes da Silveira, cuja morte causou profundo pesar a todos quantos o conheceram.

Ali, em Lisboa, em um quarto de hotel, vendo somente indiferentes que apenas sabiam ser ele um médico brasileiro, a morte foi-lhe ao menos compassiva, porque arrebatou-o repentinamente.

Como seriam grandes com [ilegível] as suas torturas, se ele tivesse [ilegível] tempo de sofrer, longe de sua família e irmãos e de seus amigos, e em terra estranha!

Talvez que naquela ocasião [ilegível]sasse ele na pátria, e o pensa[ilegível] transpondo as distâncias e os [ilegível] o fizesse ver com os olhos do [ilegível] o céu azul de sua terra e indaga[ilegível] que fariam os seus naquela ocasião. E essa dor da saudade, essa nos[ilegível] que tortura o coração de todo [ilegível]jante, talvez lhe fizesse, como Casimiro de Abreu em Portugal, [ilegível] bem pedir a Deus naquela ocasião que não o matasse sem que ele visse na laranjeira, à tarde, a [ilegível] sabiá!

*

E finda-se a semana e não [ilegível] a prometida visita do Augusto [ilegível] vão.

Pois é pena; dá-me prazer naqueles luminosos artigos assinados pelo ilustríssimo Dr.; e eu [ilegível]lo-me na leitura daquela [ilegível] linguagem. . .

Orsini

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 69, 29 jul 1888, p. 2)

Folhetim

Aos domingos

28 de outubro de 1888

Se desde um célebre *Folhetim do baile* que foi publicado no *Jornal da Parahyba* e atribuído a um ex-chefe de polícia, os folhetins sobre bailes não tivessem caído em tanto descrédito, eu intitularia o folhetim hoje – o *último baile do Club Astréa*.

Conservando entretanto o seu título, e vou, não sem muito receio, ocupar-me com a última festa daquele club; não sem muito receio, porque vou entrar em assunto para que julgo-me sem competência, mas as gentis leitoras me perdoarão as faltas e incivildades que cometer, e me ensinarão para de outra vez não cair mais nelas.

*

Se a palavra – esplêndida – já não estivesse tão estragada pelo continuado abuso que dela tem-se feito, de certo que eu me utilizaria dela hoje para qualificar a festa daquele Club realizada nas noites de 20 e 21 do corrente.

Com efeito, outra expressão mais apropriada não encontro eu para designar as agradáveis noites que aos seus sócios e convidados proporcionou aquele Club, cuja diretoria tem feito o que pode para torná-lo digno da nossa sociedade.

O salão da frente, um dos melhores que possuímos, atua-se adornado com luxo e gosto, com quanto não me pareça que faça um bom *pendant* com o papel que o forra, aquela barra de sala campestre, e muito menos com o seu rico tapete.

*

Em geral as nossas senhoras não primam muito pelo luxo e bom gosto de suas *toilettes*, e parece que um está sempre em guerra com o outro: quando há o luxo falta o gosto, quando falta o gosto há o luxo.

Em todo caso eu, como creio que todo mundo, prefiro o segundo, isto é, o bom gosto, ao primeiro – o luxo – embora esse bom gosto não seja a ultima *haute nouveauté de Pariz*, porque

tudo nos falta, principiando pelos *magasins de nouveautés*; e quando a *última moda de Paris* chega até nós, já passou para a classe das antigualhas, pois nada mais inconstante nas senhoras do que as modas, se é que por sua própria natureza não é a mulher a mesma inconstância.

Não me criminem entretanto pelo que aí fica dito, pois não sou o primeiro a dizê-lo nem serei o último; e nunca fui poeta e muito menos poeta lamuriento, exótica classe de mamíferos e que mais queixa-se da inconstância feminil.

*

Voltando porém ao baile do Club Astréa devo dizer que em geral as *toilettes* agradaram-me, sem garantir que fossem as da última moda, pois sou atrasadíssimo em tais assuntos e, como ainda há pouco dizia Blanche de Mirebourg em sua – Revista da Semana – do jornal de modas *Mundo Elegante*, “a moda sai muitas vezes duma circunstância fortuita, dum nada, dum capricho qualquer e que repentinamente faz operar uma mudança no uso de vários artigos e fantasias”.

Mas, as *toilettes* agradaram-me sobretudo pelo bom gosto, bons gosto este que não ia ao exagero, como noto algumas vezes; e como dizem que as *tournures* (anquinhas) já estão hoje sendo usadas muito baixas, pois as *tournures* estavam... decentes.

*

Eu desejava ter uma feliz memória e conhecimento perfeito de todas as modas que constituem a grande arte do adorno feminino, para dar uma descrição completa de todas as *toilettes* do baile: tendo porém um tal defeito e ignorância, que não podem ser supridos, darei somente daquelas que pude reter na memória.

Mme. N. C. Vestido de seda, marron, laços da mesma cor.

Mme. R. G. Vestido damassé branco, enfeitado de rendas da mesma cor e vidrilhos.

Mme. A. G. Seda listrada, cor de pérola, enfeitado com renda cor de palha.

Mme. D. Vestido de fazenda vulgarmente conhecida pelo nome de barra de seda, sem enfeites. Colarinho a Ruy Blas.

Mme. M. L. Vestido de merinó enfeitado com fazenda acolchoada de seda e lã, o que dava-lhe muita graça.

Mme. E. F. Vestido de cetim amarelo claro, enfeitado com rendas cor de creme.

Mme. A. M. Vestido de merinó azul claro, bordado com palminhas de veludo e seda frouxa.

Mme. A. S. Apresentaram-se com vestidos de uma fazenda, perante a qual recuaram os meus conhecimentos, mas de gosto, cor; branca e enfeitados com bicos brancos e laços cor de rosa.

Mme. M. J, Vestido de seda, cor amarela, listrado, enfeitado de damassé e laços cor de granada.

B de A. Vestido de cetim azul claro, enfeitado com rendas espanholas.

Conquanto no seguinte dia fosse mais íntima a festa, todavia reinou nela a mesma expansão de alegria e prazer; e se por isso mesmo as *toilettes* deviam ser mais simples, eu peço entretanto permissão para mencionar as seguintes: Mme. F. B. Vestido de cetim azul, coberto de rendas pretas: Mme. N. C. Vestido de lã, de quadros brancos e azul marinho, enfeitado com lá desta última cor e contas: Mme. P. B. Vesti o de cetim amarelo enfeitado de rendas brancas.

*

Depois disto parece que devia eu dar por findo o – folhetim do baile – mesmo porque não é de estilo tratar-se em tais ocasiões do sexo feio.

O sexo feio porém fez-se representar de tal maneira que eu, soltando por cima das conveniências, vou a ele.

Ali viu-se com efeito desde a aristocrática *claque* e moderna ensaca até o histórico e surrado *croisé*; e entre as [ilegível] chamava a atenção uma sobretudo pela sua antiguidade, pois diz-se que essa [ilegível] pertencera a um dos lacaios que fizeram parte da comitiva de D. João VI quando o avô do Sr. D. Pedro II viera para o Brasil... tomar ares.

E não é a primeira vez que essa casaca aparece: ela já causou assombro nos bailes, dado pelo Dr. Geminiano e ao oferecido a ele; tornou-se objeto de curiosidade no baile oferecido ao Dr. Borges pelos seus amigos, e agora surge no Club Astréa, e com quanto todos já estejam acostumados com a ilustre contemporaneidade de D. João VI, ela desperta sempre o interesse que despertam as relíquias do passado.

Um conhecido clínico fez-lhe ainda uma vez a apologia e discutiu-lhe a idade e admirou cheio de pasmo aquela obra prima, saída talvez de algum quarto baixo do Terreiro do Paço, em Lisboa.

Ao seu proprietário faz a histórica [ilegível] o efeito de coiraça, e ele, o proprietário, fica impassível e imperturbável sob aquela capa de barracão e arrosta orgulhoso todos os olhares e todas as críticas, ao mesmo tempo que assume tais ares de inocência, que dir-se-ia um José do Egypto envolvido em sua capa.

Se os museus tivessem conhecimento desse fato, de certo que disputariam a [ilegível] da célebre casaca a que cheio de reverência saúda.

Orsini.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 143, 28 out 1888, p. 2)

Folhetim
Aos domingos
24 de março de 1889

Ainda agora pungem aos amigos de Cordeiro Junior as saudades da ausência do inseparável companheiro de todos os dias e de todos os momentos.

Éramos poucos os que em troles fomos à Cabedelo esperar a passagem do *Alagôas* para dizer-lhe o último – adeus: o Cordeiro Senior, o Antonio Bernardino, o Justa, o D. Henrique, o Arthur, o Aprigio, o Rufino e eu.

E ali, sobre as muralhas da velha fortaleza, o mais belo e o mais arruinado monumento histórico da Parahyba, assistimos à passagem do elegante paquete da companhia brasileira que singrava por um mar calmo e doce como eram as nossas saudades! E as brisas marinhas traziam-nos os últimos ecos do adeus – de Cordeiro Junior, dirigido à família e aos amigos; e quando esse – adeus – converteu-se em um grito de saudação, foi este dirigido à *Gazeta da Parahyba*.

Eu não conheço quem tanto viva pelo sentimento como Cordeiro Junior, e se esse excesso de sensibilidade, se essa vida toda do coração pode causar a morte, Cordeiro Junior morrerá disto.

[mutilado] fê-lo assim, e ele também jamais procurou reagir contra isto. Se em seu ser estabeleceu-se alguma vez luta entre o espírito e o coração, ele talvez não o saiba dizer, porque nele o coração domina completamente o espírito.

Quem é assim não pode de certo alargar os circuitos de suas relações pessoais e precisa, como condição essencial para sua existência, concentrar em poucos essa afeição; e ele a divide entre a família e os poucos amigos que não limitam-se a querê-lo, mas a admirá-lo também.

Aí está o mundo de Cordeiro Junior: afora isto ele não sabe mais o que se passa em redor de si nem o quer saber; e quando pode faltar algumas horas da convivência a família e aos amigos ele as dedica ao estudo e as *suas coleções*.

*

As *coleções* de Cordeiro Junior são uma das maiores originalidades que eu conheço e posso afirmar que ninguém possui coisa igual.

Tudo quanto de original e interessante Cordeiro Junior encontra nos jornais que lê, corta e prega em um quarto de folha de papel, e quando tem o número de folhas suficientes para formar um livro regular, ele cose, encaderna, arranja os dizeres com as letras dos jornais e tem assim formado um livro em tudo originalíssimo; e a sua *coleção* já sobe a mais de duzentos volumes!

No arranjo das disposições da matéria para formação do livro ele não procede a esmo e arbitrariamente: poesias, romances, discursos, anedotas, contos, folhetins etc., cada um constitui um livro especial, podendo encontra-se mais de dez volumes de cada uma destas matérias em sua coleção.

Não há a admirar aí somente o gosto, mas e sobretudo a paciência; e quando algum amigo faz-lhe alguma observação nesse sentido, ele responde:

– É a herança de meus filhos.

Escusado é dizer que a *Gazeta da Parahyba* já entrou para a coleção e que vai sendo pouco a pouco reduzida a livro.

Entretanto, ele tem esta queixa do jornal que redige comigo e outros: que o tem feito abandonar um pouco as suas coleções.

Há dias entrava ele na redação da *Gazeta* sobraçado um embrulho; eram o *Collar de Aço* e a *Emboscada*, romances que foram publicados em folhetim nesta folha, as conhecidas *Carambolas*, e o *Microcosmo*, folhetins publicados no *Jornal do Commercio*, pelo Sr. Carlos de Laet; e ele depois de tê-los convenientemente preparado, mandará encaderná-los nas oficinas de Manoel Henrique.

*

A família, os poucos amigos e as coleções eis o centro onde gravita Cordeiro Junior, constituindo cada um deles uma parte de seu ser.

Aborrece a política tão sinceramente que chega parecer ingenuidade: e se lhe perguntarem o nome de qualquer ministro de Estado ele não saberá responder, com exceção do da guerra, porque é médico militar.

Ele só sabe em política que o seu voto é do Barão, como ele o diz, e exclusivamente do Barão.

*

Mas talvez vá eu me tornando indiscreto contando mais do que devo da vida íntima de Cordeiro Junior; é que as saudades do amigo ausente levaram-me naturalmente a apreciar aquele caráter sem mácula e aquele coração que só sabe ter afeições e dedicações.

Que ele, ao ler estas páginas, me perdoe a indiscrição.

*

A viagem de Cordeiro Junior deu-me oportunidade para apreciar o ramal do Cabedelo, que apesar de minhas faltas de conhecimentos técnicos, pareceu-me obra bem construída e sólida.

Magníficos e variados são os panoramas que vão se desenrolando as vistas do viajante, sempre cheios de belas perspectivas até chegar-se à ridente povoação colocada hoje entre a sua fortaleza, o símbolo do passado que nos contará em cada uma de suas pedras a história das nossas conquistas e colonização, e ferrovia Conde d'Eu, o símbolo do presente e dos progressos realizado pela humanidade.

O molhe pareceu-me (eu deixo sempre de afirmar estas coisas com receio de errar) monumental obra e de alto engenho e que vem a fazer do porto de Cabedelo um dos primeiros do mundo, afirmando eu agora não haver nisto exageração nem excesso de patriotismo.

Prolongando-se pela pitoresca baía ele vai até o canal onde fazendo uma curva, toma a direção desta em uma boa extensão. Aí atracarão navios e vapores de qualquer calado, e até aí chega igualmente o *wagon*; de maneira que uma saca de algodão embarcada em Guarabira será do *wagon* baldeada para bordo do navio ou vapor.

Foi engenheiro encarregado da obra o Sr. Batchelor, o único, dizia o Dr. Justa, a quem respeita como engenheiro, porque sabe onde tem as ventas, e as colossais madeiras que entraram em sua construção foram tiradas das matas do Livramento.

*

Do resto do que se passou durante a nossa viagem ficou encarregado um dos meus mais modestos e talentosos colegas, mas que tem tanto talento e modéstia, quanto sétimo pecado mortal.

*

E vou terminar o folhetim dirigindo um bilhete ao Sr. Dr. Luiz de Souza da Silveira:

Há desaforos que não se atiram envoltos na capa do anônimo e há ameaças que não se fazem sem pô-las em ação. O Sr. D. Luiz tem necessidade, se é homem de brio, de realizar o que prometeu no ultimo n.º do *Despertador* e provar que o *Dom* de seu nome não oculta um canalha e um covarde.

Para o autor destes folhetins cessa a razão de ser do pseudônimo *Orsini* para firmá-los com as duas primeiras iniciais de se nome.

E. T.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano II, n. 257, 24 mar 1889, p. 2)

ANEXO B – Folhetins-crônica da Série “Aqui e ali”, de Rivadavio, pseudônimo de Alexandre de Faria Godinho

Folhetim

Aqui e ali

2 de setembro de 1888

Afinal alguma coisa se fez pela chegada do Imperador.

Eu que, a princípio, julguei os festejos – pelo que de festejos houve durante três dias (?), – fiquei realmente encantado pela ideia do “Te Deum” que veio fazer calar os republicanos, e acender mais o entusiasmo pela constituição, e pelo hissope!

Apenas estranhei que eu, no caráter de devoto do Santíssimo e irmão da seráfica ordem terceira de São Francisco, deixasse de fazer parte da comissão que, pela sua elasticidade, bem podia ser composta de doze membros, simbolizando deste [ilegível] os doze apóstolos, coparticipantes de incenso e água-benta.

Oh eu lambo-me todo pelo incenso, pela água-benta!

– Pois, desta vez, Deus o rememore, que não pode ser, disseram-me.

E explicando:

– Há empenhos, e muitos hão de ficar de fora; tenha paciência; arrume-se lá como puder. Esta noite é [ilegível] e não entra mais ninguém, está decidido.

Eu mordida-me de despeito e balbuciava:

– Oh, senhores, vejam que o número “onze” é esquisito e parece coisa de pouca reverência. Não é por mim, assim Deus Nosso Senhor me ajude que não é por mim, mas há ali o Sr. cônsul de Portugal e o Sr. cônsul de Itália que pelas suas relações para com a dinastia imperial...

– Boas! Estávamos bem aviados se fôssemos a incluir todos os países. O Carmo era pequeno para contê-los!

– E demais, amigo, concluía o interlocutor isto cá é simples questão de “lista”. Ora diga-me você uma coisa, esses senhores estão na lista?

Eu, simulando privar com S.^{as} Excs. – os Srs. cônsul de Portugal e de Itália, bem podia dizer que sim, que estavam na lista, mas contive-me, porque, ao primeiro, já ouvi dizer que isto hoje em dia de “teteias”, mas estava pelas portas da morte...

Mas contive-me; abandonando indiscrições.

O fato palpável e tangente é que “isso que se fez” ao sétimo dia da chegada dos Imperantes, como ideia, pareceu-me chilra e “tedeumaníaca”.

Uma missa campal com bodo aos pobres seria festa mais agradável e simpática à população. Diferençando-se do comum, e cheirando menos a missa do sétimo dia e a novena.

Mesmo porque, ao júbilo pela realeza, associava-se o júbilo pela caridade.

E à coroa imperial, refulgente e diamantina, iriam engastar-se as pérolas preciosas e amantíssimas da gratidão dos míseros e dos humildes!

*

Temos sobre a mesa um opúsculo nitidamente impresso nas oficinas tipográficas de James Seixas & C.^a.

É o último relatório da câmara municipal da capital confeccionado e redigido pelo seu incansável presidente o Sr. Souza Carvalho.

Este trabalho, que mereceu o aplauso unânime da imprensa, e o merece de todos os que não tiverem obliterado o sentimento do justo e do honesto, há de ficar imperdurável nos fastos da província, como documento histórico do meio social e presente da sua primeira municipalidade.

Porque, os dados históricos que contém, principalmente, são do mais subido valor, e, só por eles, o relatório é digno de ser lido e apreciado.

Afastando-se em sua contextura, das peças oficiais, e dos moldes acanhados e sedições em que, de ordinário, são elaboradas, o atual relatório da câmara municipal há de ser lido a todo tempo como livro de consulta pelos historiógrafos, e ainda mais pelos que, em bem do município, “quiserem” fazer alguma coisa digna e proveitosa.

Estudando a instituição em seus fundamentos, e explanando sensatas considerações pelo seu alevantamento, o opúsculo a que nos referimos é o mais cabal argumento da tenacidade, abnegação e patriotismo com que na gestão dos negócios municipais se tem havido a digna vereação.

Por isso, receba, merecidamente, os encômios a que tem jus.

*

Acaba de ser nomeado vice-cônsul de Venezuela o meu prestante amigo Augusto Gomes e Silva, digno agente consular de Itália.

Nada menos de quatro estados republicanos têm vindo ultimamente “assestar” nesta província as suas baterias... quer dizer, a sua representação consular.

Bem se vê que razão se sobra há para dizer-se que nos republicamos, e que as instituições hierárquicas estão derruindo e abalando...

Mas não se assuste a monarquia com a “república” das repúblicas, que os seus meritíssimos delegados recentemente eleitos professam – pelo menos aqui – os sentimentos mais acodes pela constituição e pela realeza.

De resto, essas potências republicanas vivem na correspondência oficial com as suas armas, os seus sinetes, e os seus “barretes frígios” na mais completa ausência de conflitos e de ameaças à integridade do Império.

Porque nada derruem e ojerizam.

São símbolos metafísicos de diplomacia “flaneur” e honorária.

Parabéns, pois, à diplomacia, a Venezuela e ao seu ilustre representante.

*

Há pouco ainda foi agraciado com o título de barão o digno sr. inspetor da alfândega desta província, comendador Silvino Cunha.

Oportunamente, como admirador de S. Exc. cumprimentei-o, independente de “aplomb” e de discurso.

Barão do Ábiai ou Abi-hay se diz.

Eu quisera saber a verdadeira prosódia deste termo linguístico, para não cair em erro deplorável.

Dá-se ainda para com o agraciado uma coisa interessante.

Os seus numerosos amigos afeitos de tempos imorredouros a chamar-lhe comendador, dificilmente modulam a palavra chamando-lhe barão.

Depois do engano manifesto, é que muitos se corrigem, exclamando: oh sr. barão, V. Exc. deculpe... o “hábito” de ser comendador, é que naturalmente há de prevalecer, comprovando-se assim mais uma vez o anexim popular – “o hábito não faz o monge.”

Rivadavio

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 97, 2 de set 1888, p. 3)

Folhetim

Aqui e ali

16 de setembro de 1888

O cortejo oficial em palácio no dia [ilegível] deste mês, foi de uma concorrência humilde, manqué.

Da deputação provincial apenas três dos seus membros compareceram; o funcionalismo público destacou-se por meia dúzia de amigos da situação, e o mais... assinalou-se pela ausência, e pela descortesia!

Ignoramos que causas estranhas concorreram para essa frieza e indiferença pela realeza, e, mais que tudo, pela independência do império. Será por estar de há muito abolida entre nós essa pragmática constitucional?

O certo é que isso que se fez, assemelhou-se mais a um cortejo fúnebre, do que a um cortejo de gala!

*

A efígie do Imperador emoldurada em uma velha e tosca litografia, engomada a um simulacro de docel, foi de uma incorreção detestável e humilhante!

Custa a crer que no paço do governo não exista uma pintura a óleo retratando o primeiro cidadão do país, e que, por isso mesmo, seja condigna e valiosa!

A crônica registra o fato sem maiores comentários, notando de passagem que, na época presente, de modernos horizontes em todos os departamentos sociais, a ressurreição de velharias, consoante a sua índole, raro se poderá firmar e impor, por isso que a maior parte, caiu já pelo estilete da crítica, da indiferença, e, em suma, pela sua própria inutilidade.

*

De um periódico estrangeiro extractamos a notícia de uma moda interessante e originalíssima.

“As new-Yorkinas que são formosíssimas mulheres, e buscam a originalidade com mais teimosia do que o apaixonado caçador a fugitiva perdiz, quiseram juntar à beleza natural uma das mais esplêndidas pedras que se conhecem. Os dentes da mulher, pequeninos, polidos como a superfície de uma pérola, brancos, mas de um branco mate, tinham um não sei quê de monotonia na sua uniformidade.

Necessitava se o quer que fosse de extraordinário, um desses caprichos desejados por esses encantadores olhos que espreitam Constantinopla através as persianas do antigo Serralho.

Diamantes de pura água engastados nos dentes.

Esta moda criada pela fantasia de uma misnort-americana, vai-se alastrando como nódoa de azeite sobre o papel.

Os dentistas recebem grossas quantias por engastarem um diamante em outro diamante de mais subido valor.

Já não há caras tristes; em todas as lindas bocas brinca sempre um sorriso, a maior parte das vezes artificial, mas tão gracioso, que quase se lhe está perdoando a falta de verdade.”

Se esta moda das new-Yorkinas se propagasse no Brasil, criando imitadores, quantas decepções eminentes não estariam reservadas aos capitalistas, chefes de família?!

Uma dentadura assim “guarnecida”, custaria a bagatela de dez a vinte contos de réis!

*

A “Gazeta do Sertão” de 1 do corrente, em suas “cartas políticas” ao presidente da província, observa:

“Há em palácio homens de bom coração.

Outros há de natureza bem diversa, e contra estes deve V. Exc. armar-se e armar-se.”

Hom’essa!...

Dessas duas qualidades de homens, de amigos, qual delas é a verdadeira?

É o que brevemente nos promete dizer a “Gazeta”.

Mas, enquanto este órgão das brenhas sertanejas não chega, ousamos perguntar:

– Dar-se-á caso que também em palácio se conspire? Andará ali mouro na costa? O republicanismo invadirá o paço presidencial, sutilmente, disfarçadamente?

A ser assim, e “só assim”, compreendemos o conselho – de se armar S. Exc. o Sr. presidente da província.

Mas a verdade é que S. Exc. nada parece temer, a avaliar-se pelo expediente administrativo, de uma musculatura enorme e respeitável!

*

Ah... esquecia-nos da montagem da nova guarda a cavalo.

Mas será ela a providência cautelosa e ameaçadora aos “homens de natureza bem diversa”, que gesticulam em palácio?

Oh esperançosa “Gazeta do Sertão”, vem, vem com a presteza do raio, esclarecer-nos e dissipar a “nuvem que em nossas cabeças aparece!...

Com um milhão de estrelas! venha a luz de Campina Grande alumiar-nos nesta escuridade em que o nosso espírito vacila e amortece!

*

A exoneração recente do diretor e professor de pedagogia do externato normal tem levantado os maiores comentários pelas circunstâncias melindrosas !) que influíram nesse ato administrativo.

Disseram-me, em reserva, que o exonerado cometia o gravíssimo escândalo de escrever na Gazeta... sem render culto aos “deuses”.

Acertada, acertadíssima reprimenda essa da exoneração, para que se saiba que ao funcionário público, independente e honesto, só lhe resta curvar-se, implorando graças ao “altíssimo” pela sua misericórdia e pela sua “salsaparrilha”!

*

Os “deuses vão-se”, dizia uma vez um filósofo, conformado perante o descalabro que ia pelos arraiais da sua ciência.

E dizia bem o filósofo, porque após o erro vem o acerto, após a noite surge o dia.

O erro e a verdade, a treva e a luz, o bem e o mal, são a triste contingência da humanidade.

Pelo que, resigne-se o vitimado, entoando o cântico dos fortes. O dia de amanhã, infalível, certo, raiará em sua trajetória por este globo terrestre, tão cheio de misérias e de baixezas, e então o sol que ele espargir, há de iluminar e aquecer os postergados de hoje, que nem por isso são os abatidos e os descrentes.

Rivadavio.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 107, 16 de set 1888, p. 3)

Folhetim

Aqui e ali

7 de outubro de 1888

Anunciaram as folhas que, em breve, surgirão de novo, na capital, as loterias provinciais.

Em benefício da Santa Casa, e das obras da Matriz; diz-se.

A julgar pelos seus iniciadores, cremos que fácil será manter-se uma loteria regular e modesta, sem o louco incitamento de prêmios impossíveis e fenomenais.

O fim abertamente louvável a que se destinam os seus proventos, salienta bem a urgência da empresa, a que, desde já, desejamos o melhor êxito, e a sorte grande!

O estado precário da Santa Casa é geralmente conhecido. E a conclusão da nova Matriz, inadiável.

Bem vindas sejam pois as loterias, é o simpático auxílio público que elas merecem.

Trabalha a assembleia provincial. E a não serem umas notas cômicas, alegres, que, das suas sessões, nos tem feito sabedores a Gazeta do Sertão, ignoramos o que, no interesse das finanças a da província, tenha legislado aquela respeitável corporação.

Verdade seja que ela é pouco inventiva; dizemos mesmo que, em sua especialidade, ela é retrospectiva.

Porque, grande parte dos seus trabalhos fecundos e laboriosos, versam sobre projetos transatos.

Em meio dessa pesada elaboração, apresentam-lhe às vezes, ideias novas, empresas novas, enfim uma aluvião de coisas novas, – que já foram discutidas, aprovadas e sancionadas há dois anos, há três anos, e que, como mera especulação, são sempre de efeitos negativos.

Os privilégios e usam-se ali, anualmente, com a celeridade dos empenhos:

Para fábrica do óleos

Para fábrica de tecidos

Para fábrica de velas

Para abastecimento d'água

Para iluminação a gás

Para linha de bondes

Para linha telefônica.

Todos que em privilégios, e, no entanto, desses muitos que acima apontamos, nenhum teve, até agora, o *privilégio* de realizar-se!!!

Por que??...

É pois uma mania deplorável essa de *concessões*, que, se alguma coisa tem de inofensivas, pela sua mudez e quietismo, força é confessar que pecam pelo dispêndio que acarretam aos e ares provinciais com a *verborreia* consumida à razão de trezentos mil reis diários!

Pelo que, podemos calcular, que cada privilégio ou concessão decretada, custa pelo menos um conto de reis à província.

Para obstar a este desbarato das rendas, eu proponho que seja confeccionada uma lei cobrando aquela quantia por cada pedido de privilégio.

Ao invés, a permanecer a faculdade de *qualquer* pedir as concessões que entende, eu, que também participo da graça de Deus, pedirei um privilégio, - um só, - para que me pertençam de preferência, todas as concessões de indústria e comércio decretadas e por decretar até ao próximo fim do século atual - 1999.

Depois disto - o dilúvio e o ano 2000!

Sport club.

Ao passageiro que. por acaso visitava a capital, o cicerone por mais agradável e importante que lhe quisesse *entremostrar* a cidade em toda sua grandeza histórica e material, depois de o levar ao Tambiá a provar as águas, e ao cruzeiro de S. Francisco a admirar a sua máscula estrutura, concluía por incutir-lhe a convicção de que, acerca de progressos modernos, estávamos no período medieval, e no *tempo dos affonsinhos*!

Calçamento insuportável.

Edifícios aranhentos.

Matagais.

Putrefação.

Enfim, uma promiscuidade de coisas arqueológicas, sujas, deprimentes, repugnantes.

Procurado a causa eficiente de semelhante marasmo, vemos que, em parte, quando alguém se levanta com uma ideia nova, injuriam-no e afastam-se.

- Meu amigo, isso é tempo perdido, dizem-lhe.

- Mas, meu caro senhor, veja que a minha empresa é uma mina de ouro deixa um lucro de duzentos por cento!

- Nada, não assino, isso é um engodo; você para cá vem barrado, bata a outra porta.

- Oh meu amigo, ajude-me; creia que não perde o seu dinheiro. Ao menos cinco ações.

- Nem uma. Isso é especulação.

Assim morrem e assim se asfixiam os melhores empreendimentos.

Reagir é rematada loucura.

Eis porém que um denodado batalhador aparece propondo e disputando levar por diante um prado de corridas.

- Está louco, disseram logo em coro.

- Um prado na Paraíba!

- Uma jogatina pública!

- Um descalabro social!

- Isso não é sério!

- É sério.

- Isso é incrível!

- É inaudito!

- Vir explorar a cidade!
- Vir explorar o aperfeiçoamento cavalariço!
- Assinaste?
- Não assino.
- Nem eu...
- Mas o prado é possível, é realizável, arriscava alguém.
- Você está iludido.
- Contudo é um melhoramento. Em Pernambuco, no Rio...
- Isso é lá.

Intrépido e sereno, o audaz, portador da inovação, deixou passar a espuma das primeiras impressões, e inquebradiço a elas, tem conseguido com a maior pertinência um bom número de subscritores ao seu cometimento.

Devemos pois contar, dentro em pouco, com a amável diversão de um prado de corridas.

5 d'outubro. (7 horas da manhã)

Venho de assistir à missa que, pelo eterno repouso de Eduardo Marcos d'Araujo, celebrou um dos seus mais dedicados amigos e admiradores. .

Por isso, finda merencória a crônica da semana.

Mal pensava eu, ainda há pouco, na convivência ridente e florida de Eduardo Marcos que tão cedo ele nos deixaria em funda mágoa pelo seu rápido desaparecimento.

A sua mocidade e robustez dizia-nos 'que estava ali o atleta do trabalho, forte e inquebrantável, impressionando-nos assim, mais e mais, a sua perda fatal, inesperável!

Os amigos pranteiam-no sentidamente, e, gratos à sua memória, esmolam piedosos, para a sua inditosa família.

Bem hajam os apóstolos da caridade.

Rivadavio.

(GAZETA DA PARAIBÁ, Ano I, n. 125, 7 out 1888, p. 3)

Folhetim

Aqui e ali

21 de outubro de 1888

A PONTE DE TAMBAÚ

... Contudo ela vai em caminho de conclusão.

Por mais ou por menos, saia o excesso do orçamento dos bolsinhos do meu amigo o *viveur* dr. Justa, saia enfim da provinda, o essencial é que se faça, embora seja de esmolas como se diz – maliciosamente.

Além de que, a esmola, filha diletta de Deus, como vulgarizam as musas, é uma espécie de água de Lourdes, bem entendida, e de fácil aplicação a todos os casos e a todas as enfermidades.

Ela cura a cegueira como a paralisia, o reumatismo como a coqueluche.

*

Depois que sob a terra a igreja decidiu em sua onipotência teológica como coisa única indestrutível e irrefutável – a infalibilidade do papa, devemos convir que coisa alguma de estranhável pôde excitar-nos desde os falíveis compromissos de honra até aos orçamentos dos engenheiros.

Ascendendo porém das coisas espirituais às regiões positivas da matemática, deparamos que *calcular* é o verbo predominante da atualidade, o *mot d'ordre* vibrante e estridente do século dezenove.

Calcula-se os fenômenos da natureza infinitamente pequenos, e infinitamente grandes.

Sondam-se as enormes profundidades marítimas, e medem-se as altíssimas camadas atmosféricas. Com a maior precisão e com a maior presteza.

Os Flammarion e os Lesseps trabalham dia e noite; trabalham tenazmente, constantemente estes rompendo a terra, aqueles escalando o céu.

Quem não souber calcular, em meio da conflagração de interesses que se guerreiam e se atropelam, sucumbirá na lula tirânica pela existência.

O caminheiro, o maquinista, o industrial, o comerciante e o capitalista que não souberem a ciência do cálculo, podem considerar-se prejudicados - inevitavelmente.

*

Ora, um orçamento é um cálculo.

Mas, entre nós, a sua praticabilidade é caso secundário.

Gizar não é construir. E assim o compreendeu a digna comissão nomeada para executora da ponte de Tambaú, que eximiu-se do encargo, deixando estourar a bomba no fabricante dessa peça artificial – o orçamento.

Aos 700 mil réis estipulados e dispendidos, adiciona-se o valor das *solipas* gentilmente oferecidas por Mr. Agnew, e mais o valor das *placas* desembolsadas pelo engenheiro construtor.

Pelo que, a obra já vai em o duplo da verba projetada, - graças ao seu cálculo aéreo e ruinoso. De resto, conclua-se a ponte, porque ela é bastante necessária à viação pública, - e particularmente aos *habitués* do banho salgado.

*

PRAIAS.

Como praia balnear, Tambaú é a mais insuportável das que lhe ficam adjacentes ao sul e ao norte - a Penha, o Bessa e Ponta do Mato.

A Penha pela pureza de sua água potável e belíssimo panorama que nos oferece, devia ser o [ilegível] e a Granja paraibana. Mas a ela, como às suas congêneres, clareiam os insuperáveis elementos estéticos e materiais.

Ponta do Mato é que, proximamente, será à praia preferível e única da capital, pela facilidade de comunicações que lhe leva a estrada de ferro <Conde d'Eu>, estacionada em Cabedelo.

*

BANHOS.

A terapêutica tem feito do banho salgado uma necessidade palpitante para o tratamento de variadíssimas doenças.

Indicam-se aos que sofrem do sistema nervoso, como de uma eficácia real e imediata.

Aconselham-se aos aborrecidos da vida, os hipocondríacos e os ociosos, que estéreis e impotentes, recebem pela impulsão das águas a virilidade que se lhes secou, e de novo os conduz ao desempenho de suas atribuições sociais - o trabalho honesto, digno, produtor.

Demais, na completa abstinência de termas, que não possuímos, os banhos do mar contém verdadeiras propriedades higiênicas, considerando-se que, no dizer de um famoso escritor, <operam como qualquer banho frio, e é indiferente para o que se tem em vista conseguir banhar-me-nos no mar, no rio, ou numa simples banheira com água doce no nosso quarto.

*

PRAÇA DE PEDRO II

Lastimoso e profundamente lamentável o estado desta praça, pela escavação a que procederam os empreiteiros da estrada de ferro.

O leito em que assentam os trilhos tem uma profundidade convidativa a quedas desastrosas, - fraturas e contusões.

O trânsito é pênsil numa extensão de vinte a trinta metros. Uma taboa é a *prancha* que nos leva de *cá pra lá* e vice-versa.

A câmara já interveio. Mas a sua intervenção criteriosa nos elevados interesses que representa, está de há muito nulificada pela superintendência dos poderes superiores do Estado.

Para estes *desideratums* o impulso popular indignado e amotinado é sempre de ação mais eficaz e considerável.

Em qualquer parte da Europa em que se desse semelhante falta de se obstruir acintosamente uma rua, uma passagem, toda aquela moxinifada de leito e trilhos e *caprichosas*, e engenheiros e tutti quanti estava feito estilhaços, sem mais apelo, nem agravo.

Mas na Paraíba, capital essencialmente culta e dócil, nada dessas perturbações se dão, porque ao menor aceno, e ao menor gesto os *lords-maires* intimidam logo qualquer manifestação com esta chapa edificante e deprimente - *oh inglês briga!*...

*

E como *inglês briga* acha-se aceitável e perfeitamente tolerável o estado selvagem em que se converteu a praça Pedro II, - o que nos faz crer que esta capital adapta-se facilmente a todos os *melhoramentos* com que a Divina Providência se digna ditá-la - e oprimi-la.

Triste, supinamente triste

*

O IMPOSTO DE GYRO.

Diz-se que vai ser enxertado na fatura renda provincial o [ilegível] imposto de giro... pernambucano.

Evidentemente esta inovação [ilegível] do comercio direto, a sancionar-se, será o epílogo mortal da importação estrangeira, e copia [ilegível] pacidade da assembleia provincial.

A não se pretender este imposto para satisfazer interesses de encomenda, e salientar uma administração pela extravagância de tributos novos perniciosos, desconhecendo o seu utilitarismo e o seu nascimento.

Desde já, porém, prevemos que será suscetível o seu enxerto ara assim mais amplamente se beneficiar a praça de Pernambuco, que, deste modo, terá a honra e o *privilégio* de [ilegível] fornecer a despesa e o [ilegível]

*

OCTAVE FEUILLET.

É deste primoroso escritor [ilegível] a seguinte apreciação da beleza feminina.

- Uma mulher bonita é agradável mesmo um ano, dois anos; porém no terceiro ano, pouco importa o oval gracioso do seu rosto, pouco importa o seu corpinho esbelto, o seu pé delicado e a sua mão adorada, predcados esses, admiradores, comentados durante longa série de [ilegível]

Deus de misericórdia! - o que será ela ao quinto e sexto ano? - o que será ela ao fim de uma eternidade conjugal?!

Medite-se seriamente nesta [ilegível]... para os *devidos efeitos*...

Porque, já ao terceiro ano marital, como diz Feuillet, a mulher é menos agradável... quer dizer, começa a enfadar-nos...

Então, adeus passados idílios amorosos! - adeus doces lirismos de noivados!...

Rivadavio.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 137, 21 out 1888, p. 2)

Folhetim

Aqui e ali

2 de dezembro de 1888

Aos remoques da sua verve irônica e cintilante, pela minha ausência, bem avisado andaria eu remontando-me ainda ao silêncio das matas e ao canto das juritis.

Sim, inquebrantável Orsini, nesta estação calmosa que nos enxovalha de poeira e de prorrogações, nada há comparável ao remanso dos sítios e à frescura das árvores.

O campo! o largo campo o meu ideal e meu embevecimento! Ele atrai-me mais que as cidades: é ali que, em plena natureza, eu sinto a florescência da vida... que se esvai e se detinha dos macadames e nas intrigas palacianas...

Portanto, meu caro amigo, não estranhe a minha *fuga* para os arrabaldes. Ela não exprime mais que amenos e brevíssimos ócios intercalados nesta luta agitada pela vida, que, eu e todos percorremos - forçadamente, inevitavelmente !

*

Está em férias a assembleia provincial. Justamente o que se dá com as escolas, nesta época do ano, dá se com aquela fecunda corporação. A última prorrogação semanal é disso a prova mais frisante e caricata.

A convocação extraordinária em que se fala é que há de, finalmente, *por bem ou por mal*, remover este estado anômalo de cousas - políticas - provinciais.

Havemos de ver.

Como quer que seja, o orçamento será *hermafrodita*.

É natural. Mesmo porque, aberrações dão-se em todas as naturezas, e não terei eu a ingenuidade de estranhar um sucesso híbrido... sabido de uma politica hibrida e dissolvente...

*

Devido a esta moxinifada - em que ninguém se entende, - esgotam-se as sessões esterilmente, tirando à margem muitos e importantes ramos do público serviço que urgentemente pedem solução.

É assim que o contrato de carnes verdes não chegou a discussão definitiva, - embora nele cooperassem todos os elementos...

A livre concorrência dos srs. marcantes que dê graças a Deus, a se amerceie da população por mais um armo, fornecendo-lhe o seu primeiro alimento a preço mais razoável e equitativo.

Nem tudo vai a matar.

Em compensação, vamos ter uma linha de bondes, encanamento d'água e gás, e com estes três melhoramentos - a realizarem-se na próxima época das calendas gregas - impossível será dizer-se que esta é a terra das caveiras, dos cimentos e dos privilégios especulativos e bombásticos...

*

O celeberrimo imposto de giro, silenciosamente chocado por meia dúzia de *beneficiários*, chegou fala um pouco tarde. É para sentir que os seus parturientes se cercassem de tamanho mistério para dar a luz... esse aleijão e essa brotoeja...

Brotoeja - com efeito se pode chamar a essa cousa que corre panfleto rum estrutura de um pedagogo sertanejo, denominada - excrescência.

Excrescências e brotoejas - são o que, na realidade, brotam assiduamente da assembleia provincial, encarregando-se o Acaso de destruir algumas, e a Critica de aparar as que lhe vem ao encontro em sua carreira desordenada, vertiginosa e louca.

Contudo, - desde já o vaticino - esse decantado imposto há de mais tarde vingar e crescer, por assim o exigir a deficiência de renda e como consequência de imprevidência administrativa.

Como semente daninha atirada à terra, que o tufão derribou ao nascer, ela germinará adiante, em dias calmos e tranquilos.

O comércio que se reavenha, e não durma o sono da bem-aventurança.

A província é gastrônoma, e o pior ainda é estar empobrecida.

O empréstimo salvador - em que se cogita - de certo não virá melhorar as suas desacreditadas finanças.

Demais, a devedores arruinados ninguém empresta em boas condições, e portanto calcule-se o que poderá ser a operação.

*

Em sua faina, a assembleia provincial, apresentou à última hora, tão disparatadas emendas ao orçamento, que dir-se-ia estar prestes um dilúvio.

Desse caos em que a *verborreia* parlamentar a entreveceu, dificilmente surgirá a luz - na próxima convocação extraordinária.

A província aguarda, expectante, o desenlace de toda essa *comédia*, que graças ao seu entrecho, tem sido abundante de pilheria e de situações grotescas.

Os comediógrafos que nela elaboraram, impulsionando-se pelas suas tendências literárias e particulares, - deixaram de obedecer ao conjunto geral da *peça*, e daí sobreviveram - na exibição - inverosimilhanças notáveis e dilacerantes.

Perante essa desconcordância, a crítica irritou-se; houve anos na política, e a pateada, não podendo mais conter-se, assoviou desapiedadamente.

O pano desceu - para novamente levantar-se, durando o espetáculo até amanhã 3 de dezembro.

Mas a superioridade do cômico está em que durante a semana finda, não obstante os anúncios, nem uma só vez houve *teatro!*...

Vai finalmente, ao que parece, concluir-se a ponte de Tambaú. Ao seu hábil engenheiro ordenou-se já o embolso de *mais* uma quantia precisa para o fecho daquela obra.

Extremamente louvável essa resolução.

Agora devem cessar os reclamos dos banhistas que naquela praia procuram lenitivo ao reumatismo e ao spleen.

Da mesma felicidade não contam os habitués de Ponta de Mato, que, embalados pela esperança de condução ferroviária, demoraram as suas bagagens.

Pelo contrato a que se obrigaram os empreiteiros, a estrada deve estar concluída até 5 de janeiro próximo, mas os entraves e conflitos havidos, hão de, provavelmente, prorrogar os trabalhos até março do ano vindouro.

Decididamente estamos na quadra das *prorrogações!*

*

A câmara municipal, em seu zelo e sabedoria, bem podia providenciar sobre muitas irregularidades e infrações dos seus munícipes.

A cordura que aquela respeitável instituição observa no exercício de seus deveres, parece-me que, longe de confirmar-lhe os créditos, pode mareá-los.

É assim que a edificação, apesar de escassíssima levanta-se raquítica e *descabelada*, sem obediência à Arte e respeito à Edilidade.

Em um jornal diário, leio neste momento, um reclamo anônimo que, pelo pitoresco da frase, denuncia bem a estrutura do *palácio* que se está construindo na Ladeira das pedras.

O escritor chama-lhe *gaiola*, - o que me parece ainda superior ao seu verdadeiro nome que é - mocambo.

E cifra-se em mocambos e gaiolas o progresso da Paraíba!...

Supinamente triste e decadente!

Até o dia 2 de dezembro vai passar triste e desaperecebido, e não me consta que o presidente da província fizesse convites para cortejo.

Também o que deu-se a 7 de setembro não convida a um segundo...

Rivadavio.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 172, 2 dez 1888, p. 3)

ANEXO C – Crônicas da Seção “Toadas”, de Zé Bigode, pseudônimo de Eduardo Marcos de Araújo

Terça-feira, 15 de maio de 1888

Toadas

Desde domingo que coço a cabeça à procura de uma ideia e a ideia não me chega.

É o caso que o “Jornal da Parahyba” procurando chamar às contas estas “Toadas”, em artigo de fundo, já se vê, disse que eu Zé-Bigode, não era Zé-Bigode! e tomando a nuvem por Juno, zás, descançou em cima de um outro, um dos Srs. lá da primeira página!

E esta! Já viram disto? O “Jornal da Parahyba” a supor-me um destes anônimos que pululam aí no seio da sociedade sem saber-se quem são, donde vieram e para onde vão!

Entretanto perguntem ao primeiro “parvenu” que encontrarem quem é Zé-Bigode e ele apontando para si dirá: Zé-Bigode sou eu! Porque Zé-Bigode anda em toda parte, Zé-Bigode conhece tudo e de tudo sabe: porque afinal Zé-Bigode fala pela boca de todo mundo, e se querem uma prova perguntem ao tabelião ali da esquina, o José Bezerra, se ele não é Zé-Bigode, e imediatamente o José Bezerra dará um pulinho com os seus cambitos e gritará:

– O Zé-Bigode sou eu, e tudo quanto as “Toadas” dizem da Santa-Casa tem sido afirmado por mim.

Vão um pouco mais adiante, entrem na casa do Dr. Justa e perguntem-lhe:

– Dr. Justa, quem é Zé-Bigode?

E o Dr. Justa dirá:

– O Zé-Bigode? O Zé-Bigode sou eu. Pois não sabem que daqueles negócios da estrada de ferro só quem pode deles ter conhecimento é o Dr. Justa?

Andem mais, entrem ali no correio e perguntem ao João Davino:

– Sr. subdelegado quem é o Zé-Bigode?

E o João Davino dirá:

– Ora boas! O Zé-Bigode é nem mais nem menos do que este seu criado.

Vão ao Dr. Augusto Galvão e perguntem-lhe:

– Sr. delegado quem é o Zé-Bigode?

E o Sr. Dr. delegado dirá:

– O Zé-Bigode? O Zé-Bigode sou eu, é a polícia.

Desçam ao varadouro e suponham que o primeiro que encontram seja o Varandas, este eterno folgazão a quem a gente quer bem, quer queira, quer não, e perguntem-lhe:

– Varandas, quem é o Zé-Bigode?

E o Varandas rindo-se e atirando uma das suas pilhérias, sempre cheias de aticismo, dirá:

– Pois animal tu não sabes que Zé-Bigode sou eu!

Vão a tesouraria de fazenda, a alfândega, ao consulado, ao tesouro provincial, a capitania do porto, a secretaria da polícia, a secretaria do governo, em todas as repartições públicas enfim e desde o chefe ao último empregado, cada um deles é um Zé-Bigode.

Vão ao comércio, perguntem a tudo quanto é patrão e caixeiro quem é Zé-Bigode e todos exclamarão:

– Zé-Bigode somos nós!

Penetrem no liceu, indaguem dos lentes e desde o mais maduro até o mais tenro cascabulho quem é Zé-Bigode e todos dirão que eles é que são Zé-Bigode.

Vão ao foro e indaguem de juízes, promotor público, escrivães e oficiais de justiça quem é Zé-Bigode, e a resposta não se fará esperar:

– Zé-Bigode somos nós!

Penetrem no lar doméstico e vejam a mãe de família em sua labutação diária, e a menina que faz o seu crochê, a moça que toca piano e rie-se para o moço que passou na rua, e junto de todas elas, fazendo-lhes companhia está o Zé-Bigode.

Esmerilhem mais, vão as últimas camadas sociais, indaguem do povo quem é Zé-Bigode e o povo dirá:

– Zé-Bigode sou eu!

Porque Zé-Bigode é o eco da opinião pública, porque Zé-Bigode representa uma enorme consciência, a consciência de todos, a consciência do povo!

Só o “Jornal da Parahyba” entretanto não conhece Zé-Bigode!

Cruel, cruelíssimo! e para dar uma prova de quem sou eu, Zé-Bigode, vou defender o comendador Silvino acusado pelo “Jornal da Parahyba”.

⇒

Ocupando se em seu editorial de anteontem com a questão.

⇐

Mas antes de continuar duas palavrinhas ao “Jornal”.

Nestas “Toadas” ainda não tratou-se da questão de desapropriações da estrada de ferro; apenas na “Toada” de sábado eu toquei ligeiramente nisto. Como, pois, diz o “Jornal” que o primeiro assunto, o primeiro assunto! das “Toadas” foram as desapropriações da estrada de ferro?

Artes de Zé-Bigode, Srs. do “Jornal”, artes de Zé-Bigode que anda fazendo das visões realidades e despertando as consciências adormecidas!

⇒

Mas, como ia dizendo, ocupando-se em seu editorial de anteontem com a questão de desapropriações da estrada de ferro, disse o “Jornal” que o comendador Silvino “acostumado a desprezar as mordedelas de semelhantes víboras (vade retro que isto não é comigo e sim com dois ou três proprietários que atacaram a integridade do caráter do comendador na questão das desapropriações) pela improficuidade da comunicação de seu veneno, manteve-se sempre sereno e calmo no meio do esterquilínio e lamaçal, em que patinhavam entes tão degenerados.”

Uma injustiça do “Jornal”: o comendador Silvino é incapaz de conservar-se calmo e sereno no meio de qualquer lamaçal; e se porventura aí se visse atirado, atacado por aqueles que fazendo injustiça ao seu caráter, ofendessem a sua probidade e a sua honra, porque não compreendem o que esses bens valem, porque não as possuem, o comendador Silvino procuraria sair imediatamente intacto e puro, e de braços cruzados e ao longo e com um riso de compaixão nos lábios assistiria calmo e sereno o patinhar de tão degenerados entes no esterquilínio.

E está aí como eu sou: quando atacarem injustamente o comendador Silvino, aqui estou eu para defendê-lo.

⇐

Mas em que caí eu dizendo que nesta terra só o “Jornal” não conhecia Zé-Bigode, quando ha um outro ente que igualmente não conhece Zé-Bigode ou finge não conhecê-lo.

Este outro ente é Maria Farinha!

Mas é tarde, preciso ainda hoje conversar com o Dr. Justa e...

⇒

Até amanhã, Maria Farinha! Até amanhã!

Zé-Bigode.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 6, 15 mai 1888, p. 3)

Quarta-feira, 6 de junho de 1888

Toadas

Em meu nome, em nome da população de Cabedelo e de todos aqueles que tem de utilizar-se um dia do ramal da via férrea “Conde d’Eu” para aquela povoação, eu vou propor

um negócio ao Dr. Justa Araújo, e desde já peço desculpa ao ilustre Dr. se com a minha indiscrição vou ofender a sua reconhecida modéstia.

O negócio é nem mais nem menos do que este: abrir uma subscrição popular para ofertar ao Dr. Justa qualquer coisa, para S. S. não consentir que os trilhos do ramal passem em frente da alfândega e consulado, impedindo completamente o trânsito por tão estreita rua, como é aquela em que se acham as duas repartições.

Esta é a primeira cláusula da proposta: a segunda é para que o Sr. Dr. Justa não consinta igualmente que a estação de Cabedelo seja colocada a um quilômetro distante da povoação, tendo de atravessar-se, durante o inverno, extensa campina coberta d'água, para chegar-se a ela.

Eu podia propor que o fim da subscrição fosse oferecer uma gratificação ao Dr. Justa; mas sabendo do horror que o mesmo Dr. tem às gratificações, e podendo mesmo isto não “retumbar” bem. . . julgo mais conveniente que o fim da subscrição seja para fazer-se ao Dr. Justa presente de uma carta de súdito de S. M. Britânica.

Ista [sic] é equitativo e é justo.

No Rio de Janeiro o povo promove uma subscrição para ofertar a José do Patrocínio uma casa e um amparo para os seus filhos, pelo muito que fez o valente jornalista em prol dos escravos; nós aqui faremos cousa mais ou menos idêntica em favor do engenheiro fiscal, por parte do governo, da E. de F. “Conde d’Eu” pelo muito que tem feito pela causa pública e bem estar do povo, e é preciso que este mostre a sua gratidão ao Dr. Justa.

Eu já ouço a objeção que se me vai fazer: que eram os ingleses que deviam fazer a oferta.

Sim, mas os ingleses já tem em atenções pago ao Dr. Justa a consideração e respeito que este lhes tributa.

⇒

E lá vai o capitão Rego Barros chamar à responsabilidade o general Floriano Peixoto, pelo que do mesmo capitão disse o general em 1883, quando aqui esteve inspecionando a companhia de infantaria.

Sim, porque a chamar à responsabilidade o ex-Vieira, manda o bom senso que também o seja o general, que disse ter confirmação de fatos que muito depunham contra a disciplina e moralidade da companhia sob o comando do Sr. Rego Barros; e prova tais que lhe pareceram bastantes para pedir ao governo a sua retirada desta província, e o seu julgamento,

Acho que o Sr. Barros obra bem; e assim ficará líquido quem teve razão: se o general, se o capitão.

⇐

Foi ontem lançada à capucha a primeira pedra do [sic] estação do Cabedelo.

O dia esteve nebuloso, frio e chuvoso, assim como um arremedo de dia londrino, e por isso não foi para a função convidada nenhuma autoridade, nem mesmo a câmara municipal.

Estiveram unicamente presentes os – ingleses – o engenheiro fiscal do governo e inspetor da alfândega, como naturais e severos fiscais que são da companhia, e um conhecido clínico, que sabe dar um tom alegre em todas as festas em que se acha.

Mas, a coisa esteve triste e lúgubre, e nela só figuraram as botas e os capotes ingleses e neo-ingleses.

– Diabo! dizia o folgazão conviva ao voltar, parece que fui assistir um enterro de “goddem” na ilha dos Stuarts.

E o que realmente se teria enterrado com a primeira pedra da estação?

O que?!...

Zé-Bigode.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 24, 6 jun 1888, p. 3)

Sexta-feira, 8 de junho de 1888

Toadas

Eu logo vi que o Sr. Dr. Justa Araujo não era tão mau que não me convidasse para assistir o lançamento da primeira pedra da estação do Cabedelo.

Ontem recebi sobre o assunto um bilhete anônimo, que é bem provável seja do próprio Sr. Dr. Justa. O bilhete reza assim:

O que ontem teve lugar em Cabedelo foi o batimento da primeira estaca da mole para o cais destinado a segurança das obras, que ali se vão fazer, para o serviço do ramal da via férrea para aquela povoação, e não o lançamento da primeira pedra da estação.

Sim, senhor, fico inteirado de que o que foi lançado foi a mole e não a dura pedra; e como duro com duro não faz bom muro, é mesmo conveniente nestes negócios de estrada de ferro haja um mole daqui e um duro dacolá, para as coisas andarem direitas; porque o Sr. Dr. Justa é duro, os ingleses são duros, e eis a razão pela qual elas não tem corrido muito lá para que digamos: e não podendo assim haver liga, temos em resultado o muro torto.

Mas, o que eu queria era que o Sr. Dr. Justa me informasse se está resolvida a questão da passagem dos trilhos por detrás da alfândega, e da edificação da estação nas proximidades da fortaleza; é isto o que nos interessa e principalmente ao público, e sabemos que, pelo contrato celebrado com a companhia tem o engenheiro fiscal competência para resolver estas e outras questões, sem precisar-se das delongas de representação ao ministério da agricultura.

⇒

Se para tratar desta questão, que aliás entende com o bem público e sobretudo com os interesses de nós paraibanos e de todos quanto aqui vivem e viverão e se interessam pelo nosso progresso e bem estar, não temos competência, como diz o fiscal por parte do governo, nós também não morremos de amores pelos seus conhecimentos técnicos, mesmo porque a especialidade do Sr. Dr. Justa é fazer orçamentos: aí sim, respeitamos e muito a autoridade do Sr. engenheiro.

⇐

E está porque eu sou federalista: porque com este sistema de governo o Sr. Dr. Justa, que podia a esta hora estar prestando muitos bons serviços ao Ceará, ser presidente, engenheiro fiscal, diretor e concessionário de todas as estradas de ferro daquela província, aqui nos nega o benefício que pedimos e quase que pelo amor... dos ingleses.

⇒

Mas, quando à nossa opinião faltasse a tal competência, podíamos à opinião do Dr. Justa opor a do Dr. Maynard que, sabe-o o Dr. Justa onde e quando, disse que por trás da alfândega não passaria ele uma só estrada de ferro, mas duas estradas e mais o Dr. Justa e mais os ingleses.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 26, 8 jun 1888, p. 3)⁴³

Sábado, 9 de junho de 1888

Toadas

Um dia frio este de hoje, frio e chuvoso. A água cai em abundância das goteiras, correndo caudalosamente pelas sarjetas, e os tipógrafos dão ao diabo um dia semelhante para a composição.

E o meu pensamento acompanha a água que corre, que vai fertilizar outros campos, constituir as fontes d'água que um dia terão de saciar a sede ao cansado viandante.

Mas, a par desses benefícios quantos males já não fez ela? Quantos pobres não tiritam de frio, quantas criancinhas só tem a esta hora por cobertor o seio materno, porque a água, invadindo o pobre tugúrio, tudo molhou e tudo estragou!

Será verdade que Deus dá o frio conforme a roupa? Será?!...

⁴³ A seção Toadas do dia 8 de junho de 1888 não veio assinada.

Mas então porque os pobres doentes da Santa Casa da Misericórdia curtem tanto frio e fome? E principalmente fome, coitados! almoçam às 11 horas do dia e jantam quando o enfermeiro é servido; porque se eles jantassem quando Deus fosse servido;, com certeza seriam mais benignamente tratados, porque Deus é sempre mais misericordioso do que o enfermeiro da Santa Casa da Misericórdia.

⇒

Eu não sei se o digno provedor daquele pio estabelecimento ignora o que por ali se passa; e se não ignora, eu ainda assim faço-lhe justiça, porque as suas inúmeras ocupações não lhe podem realmente dar tempo para fiscalizar mais diretamente e com mais interesse a instituição cuja direção dignamente lhe está confiada.

De mais, eu sei também que a direção do que é hospital propriamente dito acha-se a cargo do respectivo mordomo; quem, porém, conhece da força e prestígio que entre os seus amigos tem o Sr. comendador Silvino; quem sabe que a mesa da santa Casa da Misericórdia diz – Amém – a tudo quanto o provedor quer; e que, se algumas vezes tem ela veleidades, de independência para infligir justa demissão em um empregado, vê o seu ato nulificado pela provedoria sem um protesto de sua parte, e continuar submissa ao doce e misericordioso jugo do provedor, não pode deixar de dirigir-se a esta autoridade quando tratar-se do mais insignificante fato da pia instituição.

Assim, pois, não é ao chefe do partido conservador da província e cujo poder não sofre contestação: não é ao inspetor da alfândega, não é ao advogado (e não sei porque ao escrever a palavra advogado lembrei-me do Dr. Justa....) no nosso foro, a quem me dirijo; mas ao irmão da Santa Casa da Misericórdia, ao pai de família que sabe ser a caridade a primeira virtude de um e outro.

Ouça pois o irmão Silvino a súplica que vou dirigir-lhe.

⇐

Em nome dos que sofrem, em nome dos desgraçados que tiveram por berço a miséria e por única alegria o trabalho cotidiano e incessante, e por alívio aos seus males imundo leito de hospital, eu peço-lhe comiserção para eles!

Quando, fatigado dos labores do dia, o meu irmão estiver sozinho no seu gabinete, fazendo o chilo e apreciando as espirais que no ar forma a fumaça do seu charuto e deixando o pensamento voar pelo país das fantasias, lembre-se que àquela hora gemem porção de desgraçados que ainda não jantaram; lembre-se que existe uma instituição, a que mais benefícios devia prestar entre nós e única que possuímos, que está confiada a sua zelosa guarda; lembre-se que ali, em cada leito, estão assentadas de um lado a esquálida sombra da morte e do

outro a sinistra figura da miséria, e compassivo dirija-se para ali, despindo na porta de entrada as capas do político, do funcionário público e do advogado, e envergando só e só o balandrau de irmão da Santa Casa da Misericórdia, leve a cada dor um bálsamo, a cada gemido um consolo; e sindique e esmerilhe muitas coisas que o irmão não devia ignorar, e que lhe causarão assombro.

E à noite quando à mesa do voltarete rir-se da “pichotada” que deu o companheiro, como esta risada não repercutirá bem em sua consciência tranquila e satisfeita!

⇒

Realmente é uma triste coisa ser-se pobre em um dia invernososo como este!

Zé Bigode.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 27, 9 jun 1888, p. 3)

Domingo, 10 de junho de 1888

Toadas

Nesta data dirijo ao Sr. presidente da Illma.^a câmara municipal a seguinte petição.

(Cópia). Illm. Sr. presidente da Illma.^a câmara municipal desta cidade. Diz Zé-Bigode, cidadão brasileiro no gozo de todos os seus direitos políticos, enquanto capitão Rego Barros e o comendador Silvino não o trincafiarem no palácio da Antonio Ricardo por causa do buliçoso ex-Vieira que, com as suas histórias, fez com que fosse a “Gazeta” chamada à responsabilidade; que precisa à bem da saúde dos redatores e empregados desta empresa e à bem da conservação das pernas dos transeuntes, que V. S., Illm. Sr. presidente da ilustre câmara municipal, mande intimar os proprietários do prédio em que estão as nossas oficinas a fim de fazer os reparos necessários na calçada do mesmo prédio.

Saberá V. S. que eu também tenho os meus achaques, e que, como V. S., sou reumático; ora, todas às vezes que saio do escritório da redação ou nele entro, tenho necessariamente de por os pés, se choveu, dentro de uma poça d’água, nem mais nem menos; e V. S. que, como acima fica dito, sofre, como este seu criado, do reumático, sabe quais são as consequências: aí vem a agravação das dores, a febre, a inchação dos tornozelos e todas estas caseiras que são os nossos tormentos, e que nos impedem sair à rua e cuidar das nossas ocupações, como é mister.

Mas não fica aí, Illm. Sr. presidente da Illm.^a câmara municipal, o cortejo de males de que somos vítimas, devido à incúria dos proprietários do prédio em que escrevo e tenho a honra

de dirigir esta petição à V. S. ilustríssima; aí vem igualmente as supressões de transpiração, as bronquites, os catarros, as maleitas e todas as moléstias, enfim, próprias da estação que atravessamos.

Sabe V. S., e mil perdões peço ao representante da nossa municipalidade por lembrar-lhe isto, que existem posturas municipais que obrigam os proprietários não só a fazer calçadas nas frentes dos seus prédios, como a consertá-las, havendo penas para aqueles que não cumprem esta postura.

Apesar das nossas reclamações, tem os proprietários feito ouvidos de mercador, e é o caso de V. S.^a dar-lhes com as posturas em cima, para eles ficarem cientes que nesta terra, se existe o Dr. Justa, também existe câmara municipal, existem posturas e existe quem saiba cumpri-las.

Consta-me ser procurador e um dos co-proprietários do prédio um bom moço, atencioso, respeitador do trono e do altar e amigo íntimo de N. S. dos Passos; se V. S. entender que para conseguir dele o que pedimos não é preciso remeter-lhe um volume das posturas para ele lê-las, por intermédio de N. S. dos Passos V. S.^a tudo conseguirá.

Felizmente a importante repartição que V. S. Illm.^a dirige, não é ramal do Cabedelo onde prevalece somente o capricho e a má vontade do Sr. Dr. Justa, quando trata-se dos nossos interesses, porque, para os ingleses, o dito Dr. só tem flexibilidades e deixa a vontade trancada em casa, na gaveta, quando vai entender-se com seus “goddemes”.

Felizmente, digo eu, a câmara municipal nada tem que ver com o Dr. Justa e os ingleses, e o capricho que V. S. tem como presidente da mais democrática das nossas instituições, é quando trata-se da justiça, do direito e do bem público, e nada mais louvável que isto.

Assim espero que V. S. conseguirá por “fas” ou por “nefas” o que tenho a honra de pedir a V. S. Ilma.^a.

E nestes termos:

E. R. M.

Parahyba 9 de junho de 1888

Zé Bigode.

(Por cima da estampilha)

(GAZETA DA PARAHYBA. Ano I, n. 28, 10 jun 1888, p. 3)

Terça-feira, 12 de junho de 1888

Toadas

À fina chuva que caíra durante o dia de domingo sucedera uma calma e serena tarde; o céu estava límpido, e lá, muito ao longe, ligeiras nuvenzinhas, qual bando de pardacentas garças, corriam doidamente; e receoso de ser molhado, mandava-nos o sol um dos seus raios cujos dourados reflexos davam às vidraças fronteiras uns tons azulados e cor de rosa.

Do jardim da praça do comendador Felisardo chegavam-me aos ouvidos os cansados ecos da música policial, e da Igreja de S. Francisco os cânticos entoados em honra de S. Benedito.

E eu pensei no Dr. Justa, e pensando no Dr. Justa disse com os meus botões:

– Ora, porque não hei de saber eu qual a opinião do Sr. Dansmure sobre a passagem do ramal do Cabedelo pela estreitíssima rua onde estão situados o consulado e a alfândega? O Sr. Dansmure é autoridade na matéria e foi o único inglês, dos de cá da terra, de quem ainda não ouvi dizer mal. De mais, dizem-me que o Sr. Dansmure nada tem de Boxer, nem de John Bull, e sim que é um perfeito *gentleman*; e como quem tem boca vai a Roma, vou visitar o Sr. Dansmure.

⇒

E fui.

Não tinham-me com efeito enganado e o Sr. Dansmure recebeu-me como distinto cavalheiro que é.

A tarde modificara-se um pouco e do sul corria uma fira brisa que entrando na sala onde nos achávamos fustigava-nos o rosto e fazia descrever ondulações os louros bigodes do filho da velha Albion.

Conversamos muito e pude então conhecer todo o cultivo intelectual do ilustre inglês, que, como grande número de seus conterrâneos, não é entusiasta da Gladstone e muito menos de Parnell. Julga que Salisbury vai indo bom caminho, conquanto entenda que a Irlanda precisa de algumas franquias, não tanto quanto querem os Srs. Gladstone e Parnell, porque isto daria afinal em resultado a sua completa separação do reino unido; mas que aquele povo precisava ser contentado; do contrário a luta não cessaria, ainda mesmo com a intervenção do Sumo Pontífice, apesar de ser o irlandês eminentemente católico.

Os landlords tem andado mal, e não tendo feito em tempo oportuno as concessões desejadas, veem-se hoje obrigados a receber o que os rendeiros querem pagar, ou nada.

E continuou a discorrer longamente nesse sentido, expendendo à propósito conceitos muito judiciosos.

Afinal eu pude abordar a questão que levava-me a sua casa, e eis em resumo a opinião que com toda franqueza foi-me externada pelo Sr. Dansmure.

←

– Há realmente sérios e graves inconvenientes na passagem da estrada de ferro pela frente da alfândega e do consulado. A rua é muito estreita e de muito trânsito; além disto estão aí situados diversos armazéns e entre estes os dos Srs. Cahn, Frères & C.^a e escritório, ficando a muito pequena distância o trapiche da alfândega e a fábrica de sabão. É um erro e um perigo o que se quer fazer; e isto mesmo já eu fiz sentir ao Dr. Justa, e disse-lhe que a estrada podia passar por outro qualquer lugar, menos pela rua do Visconde de Inhaúma. Mas o Dr. Justa não quis ouvir-me e eu afinal nada tenho que ver com isto.

Eu admiro como estas coisas fazem-se no seu país, Sr. Zé Bigode; sacrifica-se o interesse individual, e o bem público nada vale perante o capricho e a má vontade. Os Srs. aqui parecem não ter vontade nem iniciativa e tudo entregam ao poder que os considera como verdadeiros tutelados; enfim os negócios públicos e que mais diretamente interessam ao povo correm à revelia deste.

Na Inglaterra nós procedemos mui diversamente, e quando o povo se convence de que uma coisa lhe é prejudicial, lança mãos de todos os meios que a lei lhe faculta: reuniões, *meetings*, protestos, queixas, representações etc., e afinal vence sempre a opinião pública que é ali a verdadeira diretora dos negócios da nação.

Os Srs. estão convencidos do mal que virá com a passagem dos trilhos pela rua de Visconde de Inhaúma; mas o que já fizeram a respeito? Nada e nada, e afinal sujeitar-se-ão aos caprichos do Dr. Justa.

.

⇒

E eu saí de casa do *noble gentleman* profundamente impressionado, e pensando quanto lucraríamos nós se o Dr. Justa trocasse o seu lugar com o do Sr. Dansmure; e ao passar pelo palácio da presidência conversavam em uma das janelas dois indivíduos, e aos meus ouvidos chegaram estas palavras:

– A “Gazeta da Parahyba” só tem circulação até o Taipu.

– E para as toadas eu tenho as loas do meu tio e.....

Um pigarro muito meu conhecido cortou a palavra.

E entrei em casa pensando naquele indivíduo que afinal achou sempre uma pia para celebrar-se.

←

Quando acordei, fiquei mais crente ainda nos sonhos, pois eu sonhara e não entretenho relações pessoais com o ilustre Sr. Dansmure; mas coisa mais ou menos idêntica me fora contada por um bis-inspetor.

E até dormindo o Sr. Dr. Justa me persegue!

E tomando o conselho do amigo íntimo de N. S. dos Passos, fui ao Agostinho cortar os bigodes, por demasiadamente grossos.

Dux prudens imperat!

Zé Bigode.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 29, 12 jun 1888, p. 3)

Quarta-feira, 13 de junho de 1888

Toadas

Turva-se o misericordioso olimpo!

Foi-se a paz que reinava na Igreja d'Elvas!

O irmão provedor passou o exercício ao irmão escrivão, e para *nunca mais reassumi-lo*, tendo pedido exoneração, que foi-lhe concedida.

Nunca mais!... *Oh, dolor!*

O que haveria então? Que grande cataclismo determinaria esses arrufos entre os deuses? Pois nas vésperas de ser reconduzido no cargo, questão apenas de três dias, é que o irmão – comendador passa a vara ao irmão promotor e pode demissão?

Sim, porque eu era do número dos que não acreditavam que o atual provedor não fosse renomeado, desde que há muito fez a política ninho da Santa Casa da Misericórdia e que a vara de provedor é considerada como prolongamento da vara de chefe político. E era realmente triste ouvir-se dizer isto:

– F. é um chefe político.

– Mas não é provedor da Santa Casa.

De sorte que a provedoria da Santa Casa é uma espécie de sagração do chefe, confirmação do batismo feito pelo partido que o chefe dirige.

Arrancar, pois esta vara da mão do chefe é quebrar o seu prestígio político, e aquela vara deve estar ali sempre como um remédio e um consolo.

⇒

Dizem que quando caiu o ministério presidido pelo venerando Barão de Cotegipe, o velho parlamentar dissera:

– Resta-me a provedoria da Santa Casa!

Se amanhã o nosso Cotegipe em miniatura levar algum trambolhão, o que lhe restará, se antes já lhe arrancaram a provedoria?

[parte mutilada e ilegível]

Mas o provedor [ilegível] homem e bem homem, [ilegível] na provedoria... a contragosto; e quero ver como agora se arranjam as coisas; porque, diga-se a verdade, o ex-provedor tem-se tornado na nossa vida tão necessário que já é assim como que uma espécie de água de Colônia, de que todos temos um frasco sobre o *toilette*. Não há função, *bródio*, casamento, batizado, festividades religiosas, oficiais e não oficiais, festas de família etc. que tenha graça estando ausente o comendador por excelência, o *primus* entre os comendadores.

Era principalmente este fato que determinava a necessidade da presença do comendador na frente do pio estabelecimento; tirado ele dali, fica-nos parecendo que a Santa Casa da Misericórdia desapareceu, que não existe mais, que foi-se.

E quando no mundo social dá-se um tal fenômeno, eu entendo que devemos sujeitar-nos as suas leis e deixar as coisas como estão. A Santa Casa bem podia dispensar uma outra administração mais enérgica, mais ativa, mais cuidadosa e mais diligente (embora o ex-provedor, tendo requisitos para desenvolver todas estas qualidades, não o pudesse fazer por falta de tempo) por que três fatos de ordem elevadíssima determinavam a necessidade ali da presença do ex-provedor:

Fatos de ordem política.

Fatos de ordem partidária.

Fatos de ordem social.

Quem ousará depois disto negar o mal que vai causar-nos, a todos nós que amanhã podemos ir mendigar um leito do hospital, a retirada do ilustre provedor?

Quem?!...

É verdade que em lugar de um leito podíamos dar com as ventas em um *Aluga-se esta casa*; mas ainda assim restava-nos o comendador provedor, e isto seria suficiente para a vaidade de..... Zé Bigode.

⇒

Mas consolemo-nos, que Deus escreve certo por linhas tortas, e para os maiores tormentos há sempre remédios.

Se vai-se um comendador-provedor, aí tempos um outro comendador-provedor; e eu desde já faço ardentes votos para que o novo provedor ao entrar naquela Santa Casa, mas onde o diabo há muito tempo anda solto, olhe mais para as coisas do céu do que da terra, e faça tudo entrar nos verdadeiros eixos, se é que ali ainda há eixos.

⇐

É hoje o dia em que se festeja Santo Antônio, e que pena tenho eu de não ter encontrado o Dr. Justa para amarrá-lo!

Também garanto ao Dr. que eu não queria nem canjica nem bolo, nem doces, nem nada: só queria que o Dr. Justa me garantisse que seria [parte mutilada].

Ainda assim duvido, [ilegível] S. Antônio que festeja-se hoje é português e não inglês, é de Lisboa e não de Londres; e não me consta que o frade, cujas virtudes o levaram à canonização, se tivesse naturalizado súdito de S. M. Britânica.

Ah! que se ele fosse um S. Antônio inglês! então outro galo cantaria, e era em nome dele pedir ao Dr. Justa para que o ramal do Cabedelo não passasse pela rua Visconde de Inhaúma, e era coisa feita.

Pobre Parahyba! até a questão de nacionalidade dos Santos influi nos teus destinos!

Pobre Parahyba!...

Zé Bigode.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 30, 13 jun 1888, p. 3)

Quinta-feira, 14 de junho de 1888

Toadas

Talvez que me supusessem um visionário quando ainda há poucos dias nestas colunas eu pedia em nome da humanidade comiseração para os doentes da Santa Casa da Misericórdia; talvez que fosse lançada a conta de exageração o brado que eu levantei pedindo compaixão para os enfermos que ali estavam; talvez que fosse considerado como falta de assunto a humildade súplica que eu dirigi ao ex-provedor pedindo-lhe a esmola da caridade de ir pessoalmente ver o que se passava no hospital da Misericórdia, onde não havia lenitivo para as dores, bálsamo para as feridas, consolação para os aflitos, caridade para os enfermos e remédio para as lágrimas.

Pois bem: quando anteontem o atual provedor, depois de empossado, foi visitar o Hospital, retirou-se triste e profundamente impressionado, e por muito tempo não puderam os seus olhos observar os lúgubres quadros com que depararam!

Aquilo não era uma casa de enfermos, era uma necrópole!

Mulheres seminuas que em vão procuravam os trapos, que lhes serviam de cobertas, subtrair às vistas estranhas o macilento e descarnado corpo; doentes que gemiam tendo por leito o imundo assoalho da enfermaria e por travesseiro os farrapos que levava ao entrar para o hospital; loucos que se estorciam, lançando lúgubres gritos, em nauseabundas esterqueiras, que eram o seu próprio leito! E a esses gritos a esses gemidos, a essas imprecações vinham casar-se aos roncões dos porcos de que estavam cheios alguns quartos do pavimento térreo, transformados em chiqueiros!

Em todas aquelas cavadas, macilentas e fundas faces não estavam somente gravadas as torturas da moléstia, estavam também as torturas da fome!

É um tristíssimo quadro! e aqueles gemidos e aquelas dores tendo por testemunhas Deus e a luz baça da enfermaria, davam àquela sala um horrível aspecto!

A miséria deve ser aquilo e só aquilo.

⇒

Entretanto, nessa mesma ocasião o Sr. comendador Mindello teve de tomar conhecimento do balancete das despesas do mês [ilegível] foi enviado pelo tesouro [...]

[parte mutilada, com apenas algumas palavras legíveis]

E quem ouviu o que na ocasião declararam os doentes interrogados [parte mutilada, ilegível] coitados!...

⇐

É grande, árdua [ilegível, parte mutilada] a tarefa que tem de [ilegível] atual provedor [...]

[ilegível, parte mutilada]

[...] temos os olhos fitos em si, e os meus estão bem arregalados; e nestas *toadas* eu só quero ter motivos para tecer-lhe elogios.

⇒

E depois disto eu não posso nem devo dizer mais uma palavra sobre outro qualquer assunto.

Zé Bigode.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 31, 14 jun 1888, p. 3)

20 de junho de 1888

Toadas

Aposto em como está tudo de olhos arregalados, como o José Biserra quando eu passo pela sua porta, para saber quem é Maria Farinha e o que vou eu dizer de Maria Farinha.

E se eu lhes pregasse uma peça, ham!... e se eu não dissesse quem era Maria Farinha, não ficariam zangados, não é assim?

É que afinal de contas eu gosto de Maria Farinha. Aprecio aqueles ares de Mefistófeles caturra, aquele riso de Fígaro, aquele andar acalungado e aquelas maneiras, meu Deus! aquelas maneiras que fazem com que todos gostem de Maria Farinha, em sua presença, porque na ausência Maria Farinha é uma Lucrecia Borgia à derramar na sociedade gota à gota de veneno contra aquele com quem Maria Farinha tinha pouco antes rido-se e apertado a mão de... amigo.

Eu não posso, pois, dizer nada de Maria Farinha, havendo além disso um outro motivo que faz-me desviar hoje a atenção da ilustre senhora: é o Dr. Justa que, com os seus ares de Fausto antes de ver Margarida, suspira e chora... de alegria ao ver o desafio que ele e a *Caprichosa* atiram impudicamente à face desse povo de cordeiros, que conserva-se calmo e indiferente à uma tal provocação. E como se tivesse consciência que lhe fizesse ver quanto é ela superior a nós, a *Caprichosa* passa toda orgulhosa pela rua do Visconde de Inhauma, dignando-se enviar aos empregados da alfândega e do consulado água e pó para diverti-los.

Feliz povo este! e eu já vou modificando a minha opinião à respeito do Sr. Justa.

Em sua britânica sabedoria faz ele naturalmente este raciocínio:

Afinal de contas eu já conheço estes bobos de paraibanos desde 1868 quando era eu delegado de polícia, e apesar de fazer o que fiz, nunca deixaram de querer-me bem; porque em suma o fraco destes habitantes da terra dos caranguejos é gostar das mercadorias que vem de fora, sem indagar-lhes as qualidades. Se vem boas mercadorias, também vem más, e uma que eu conheço intimamente (aqui o Dr. Justa olha ao redor de si para ver se Zé-Bigode está presente; suspira não o vendo, que engano! e continua) não é lá muito para que digamos.

Indo para o Ceará de onde tive depois necessidade de sair em busca de alívio aos meus males pindaibicos, eis-me de novo na Paraíba, e sempre o mesmo Dr. Justa. Almoço, janta e ceio, como Cotegipe; dou almoço aos deputados de minha terra, janto com os presidentes da província e ceio... com as amantes de Dante, tendo por companheiros gente papafina, olé, lé.

Como apêndice a este rega-bofe tenho o inglês que me distrai nas horas vagas; o inglês é bom, o inglês é amável, o inglês é doce. Que necessidade tenho pois de brigar com o inglês por causa dos interesses destes gatos pingados?

Se brigar com o inglês, fico brigado e nunca mais ouvirei falar em Sua Majestade a Rainha Victoria cuja efígie eu trago aqui bem junto ao coração; se brigar com os caranguejos, amanhã estamos de pazes feitas porque nós nos conhecemos.

A *Caprichosa*, pois, há de passar pela rua do Visconde de Inhauma, gritem, berrem, urrem, façam o que quiserem; há de passar porque nós, eu e o inglês, e o inglês e eu, queremos.

E cheia de satisfação por levar em seu bojo o orgulho da raça inglesa e a filosofia do Dr. Justa, lá se vai a *Caprichosa* gritando: arreda do caminho que quero passar.

Quem tem uma filosofia tão profundamente epicurista não pode ser de todo mau e sabe perfeitamente adaptar-se aos meios.

E afinal o que é esta vida senão uma cadeia sucessiva de interesses? A glória, o próprio amor da pátria são interesses, de uma ordem mais elevada, mas são interesses, porque o interesse é a mola real que move a todas nós, pobres calungas perdidos nisto que os geólogos chamam esferoide terrestre.

Epicuro adotando a sua filosofia do <savoir vivre,> que tão brilhantemente foi seguida pelos seus discípulos e ainda hoje pelo Dr. Justa, compreendeu-nos melhor que nós a nós mesmos; e o Dr. Justa tem razão em rir-se de Zé-Bigode, da câmara municipal, da tesouraria da fazenda, do comércio, dos empregados da alfândega e do consulado, de tudo enfim, porque, homem da sua e de todas as épocas, sabe comprar melões.

Não admirou-me, pois, saber que ontem, na rua do Visconde de Inhaúma gritava o Dr. Justa com todas as forças dos seus pulmões que a estrada de ferro havia de passar por ali, porque ele e os ingleses queriam! e que havia de ser bem pelo meio da rua!

E ancho e cheio de si exclamava:

- Assim se procede nas colônias inglesas: as linhas férreas passam pelo meio das ruas.

E na França também, concluiu.

- Menos esse, protestou felizmente em tempo o Sr. Camillo Cahn, in Frace nós não aguento desafore.

*

E realmente o que somos nós atualmente, senão súditos de S.S.M.M. Wilson, Sons and C,^a governados pelo lord mayor Agnew e às ordens do Scheriff Justa?

Zé-Bigode.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano, I, n. 36, 20 jun 1888, p. 3)

21 de junho de 1888

Toadas

Estou hoje grave como o Dr. Justa lendo o *Times*, assim *Times*⁴⁴. É que muito seria é a história que tenho hoje a contar.

Anteontem o Sr. Dansmure encontrou-se com o Dr. Antonio Carvalho na rua da Conciliação, entre o quartel e a rua da Areia, e com um certo tom amargo e queixoso na voz, disse ao Dr. Carvalho mais ou menos isto:

- Estas questões do ramal do Cabedello só tem provocado tantas queixas e reclamações por causa do Sr. Dr. Justa, se não tudo tinha-se resolvido pacificamente, do melhor modo e como devia, e não sei se poderei dizer, como deve ser resolvido.

Empreguei esforços junto ao Sr. Dr. Justa; fiz-lhe ver a conveniência da passagem da linha por detrás da repartição do Sr. comendador Silvino, e a inconveniência da passagem pela frente, na rua do Visconde de Inhaúma. Como engenheiro discuti mesmo esse erro de traçado que pode ser perfeitamente corrigido sem prejuízo para a companhia construtora e em benefício do público; e o Sr. Dr. Carvalho, sabe que eu não tenho nenhum interesse nisto, porquanto muito diversas são as minhas funções junto a companhia <Conde d'Eu>; mas acho que os reclamantes tem razão, e muito antes de aparecerem as reclamações já eu com toda a franqueza tinha externado a minha opinião, porque julguei isso um dever.

Mas ninguém compreende o Dr. Justa: a nada atende e a ninguém quer ouvir.

Quer assim, e assim há de fazer-se e não voltará atrás. Eu também tenho errado, e quando convenço-me do erro, procuro logo remediá-lo.

Se eu fosse o engenheiro do governo, de certo que a linha férrea não passaria pela rua do Visconde de Inhaúma.>

Eis aí reproduzida, tanto quanto me pode ser fiel a memória, a conversação entre o Sr. Dansmure e o Dr. Carvalho, que deu-me plena autorização para dela usar, e eu lho agradeço, apesar de toda esta conversa ter sido ouvida por mim, porque na minha qualidade de Zé Bigode, eu achava-me entre o Dr. Carvalho e o Sr. Dr. Dansmure.

E eu queria que vissem a tranquilidade e convicção com que se expressava Mylord Dansmure! Via-se que era um homem de bem, um <gentleman> que com a sua correção e distinção de maneiras estava ali a dar com toda a franqueza e lealdade a sua opinião sobre um assunto magno, mas que tem sido tratado como coisa somente pelos Justas.

⁴⁴ O título do jornal – *Times* – está redigido, no original, “de cabeça para baixo”.

As palavras do Sr. Dansmure eram um protesto levantado contra o esbulho que se faz aos nossos direitos; eram um grito levantado contra essa opressão de ferro exercida pelo Sr. Dr. Justa e a companhia construtora contra as nossas liberdades; eram um eco de sua consciência revoltada contra o modo bárbaro porque somos tratados pelo engenheiro fiscal do governo!

E o Sr. Dansmure nada tem que ver com esta questão...

Se o Sr. Dansmure fosse engenheiro fiscal do governo... se ele o fosse... governo e povo não teriam junto a companhia uma melhor garantia dos seus direitos.

Mas o que é que neste mundo anda direito? Tudo anda torto e bem torto. Um erro da natu.... eu não sei de quem foi o erro, se da natureza ou de qualquer outra coisa; o certo é que um erro fez o Dr. Justa nascer na terra das cabeças chatas e o Sr. Dansmure na terra da batata e da bass, porque se não tivesse havido o erro, o Dr. Justa podia bem ser hoje compatriota de Byron e o Sr. Dansmure de José de Alencar; e em lugar de estar aqui a apoquentar-nos, podia o Dr. Justa estar a esta hora na câmara dos comuns, na Inglaterra, defendendo a direito dos irlandeses, se não fosse mesmo um <homo-ruler.>

*

E rolando suavemente nesta questão, deitado em macios colchões, vai o Dr. Justa bigodeando tudo quanto é Zé-Bigode e rindo-se de nós todos!

- Há de passar por aqui, é por aqui mesmo que ela há de passar! dizia ainda ontem V. S., Sr. Dr. Justa, na rua do <Visconde de Inhauma.>

E porque realmente as – caprichosas – e não caprichosas não hão de por ali passar? Papai Justa quer assim se fará.

*

Mas tenho uma ideia, mas que ideia. Se eu dirigisse uma carta ao Exm. Sr. Dr. Oliveira Borges e outra ao comendador Silvino?

E está feito; mas não hoje, pois, como se diz nos romances de Xavier de Montepin, não precipitemos os acontecimentos.

*

E enquanto isto não se faz, vamos esperar a ver o que diz Maria Farinha no <Jornal da Paraíba>, que há dois dias propala o Dr. Augusto Galvão, virá danada: de mangas arregaçadas, tamancos nas mãos, linguagem de ribeira na boca e metam-se com a Maria Angot de cartório.

*

Ah! Sr. Dr. Augusto Galvão! V. S. !.... V. S. !...

Zé-Bigode.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano, I, n. 37, 21 jun 1888, p. 3)

ANEXO D – Crônicas da Seção “Carambolas”, de O Taco, pseudônimo de Antonio da Cruz
Cordeiro Junior

15 de maio de 1888

CARAMBOLAS

Muito bom dia, meus queridos leitores!

É preciso ser cortês... Não quero aparecer nas colunas da folha mais procurada da terra sem cumprimentar os amáveis assinantes... e os que a procuram... apesar de tudo!

÷

Deram-me um grande taco – tão grande que absorveu-me – e ordenaram-me que carambolasse!...

Isto é muito bom de dizer-se; mas carambolas sem bolas é o que não considero absolutamente uma coisa possível...

Tenho, porém, uma ideia:

Vivemos todos em uma grande bola – o mundo – e nós os pobres mortais não passamos de outras tantas bolas dispersas por esta grande vastidão da terra, onde elas afastam-se e... desaparecem.

÷

Pois bem; é d’esse encontro continuado dos homens, encontro que assemelha-se a verdadeiras carambolas, que resultam os fatos, dignos ou não de apreciação, que se passam na sociedade... Uns vivificados pelo riso, pela satisfação e pelo bem estar, outros ensombrados pela dor, pela necessidade e pela miséria; uns animados pela boa vontade, pela dedicação e pela sinceridade, outros alimentados pela calúnia, pela prevenção e pela inveja!..

Estão achadas portanto as minhas bolas...

÷

Eis-me, pois, atirado à uma vida [ilegível] de indagações, procurando acompanhar, ainda que de longe, o amigo Zé-Bigode, que anda a [ilegível] este mundo de meu Deus [ilegível] verve inesgotável e o seu [ilegível], poderosos elementos de [ilegível] para reprimir [ilegível] vícios e tratar [ilegível].

Peço vênua ao ilustre companheiro para secundá-lo nos seus louváveis esforços.

÷

Na minha qualidade de taco, que coisa insignificante!... terei o privilégio de esconder-me em toda a parte sem chamar a atenção de ninguém, nem mesmo a dos tabeliães que deixam

os autos e as pública-formas, para refocilarem o espírito com a distração de encher à esmo algumas tiras de papel destinadas à imprensa, e deleitarem-se com a honra de figurar nas colunas editoriais de um jornal!..

Pudera!..

Quem tem passado toda a vida a escriturar, embora sinta-se cansado e doente; pelo hábito, a de voltar forçosamente à vida de escritor, a despeito dos males e das moléstias anteriores!..

Demais o cargo de tabelião casa-se perfeitamente com o de redator!..

÷

Julgo estar definido perante os leitores; – Já não sou quem sou; procurando fazer as minhas carambolas, limitar-me-ei a ser

O TACO

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 6, 15 mai 1888, p. 3)

quarta-feira, 20 de junho de 1888

CARAMBOLAS

– Quatro... cinco... seis... sete...

E, enquanto um parceiro carambolava, o outro apoiado ao taco, vendo a partida perdida, invejava aquela felicidade e lamentava o seu caiporismo.

É que a partida era a valer, e, nos apuros em que quase todos nós vivemos nesta boa terra, é impossível deixar sair o cobre do bolso sem uma queixa, sem uma lamentação!

– Oito... nove... dez...

E o feliz parceiro continuava a carambolar, olhando furtivamente para o companheiro com um risinho irônico no canto dos lábios.

– Quinze! disse ele afinal.

E foi marcar na tabuleta o número das suas carambolas.

O outro, até então desanimado, teve um lampejo de esperança. Pôs giz no taco, tomou posição, marcou a bola com toda a precaução, fez a sua pontaria e... zás!...

O taco espirrou!

– Maldito taco! praguejou ele.

E voltou de novo a apoiar-se ao seu taco, tendo no íntimo uma cólera surda e pensando que a fortuna é muito injusta e inconstante.

÷

Pois bem; do mesmo modo que espirra o taco, falham os nossos cálculos e desfazem-se as nossas ilusões!...

Isto quer dizer que o tabelião-redator, que há dias surpreendia a escrever tiras de papel, desprezando os seus autos, errou o alvo como o caipora errou a bola!

÷

Inúmeras ideias acumulavam-se em tropel no seu cérebro incandescido; risonhas esperanças de amordaçar a “Gazeta” vagavam-lhe pelo espírito; tumultuosas inspirações impeliavam-lhe a pena... amestrada; um vago desejo íntimo de atirar a discórdia no seio dos que só visam o interesse público, revolviam-lhe o coração; uma como certeza de, com o seu artigo, chamar a “Gazeta” para um terreno de violenta discussão, que ela com certeza repele nos termos em que foi moldado o célebre editorial, lisonjeava a vaidade... de noval escritor!...

E todas essas ilusões desvaneceram-se; e todos esses sonhos foram mentirosos; e todos esses castelos, que ele julgava uma fortaleza, desmoronou-se com um sopro!

÷

Tudo desabou!..

E porque?...

Porque o redator-tabelião teve a simplicidade de supor que dirigia-se a uma folha apaixonada e violenta; porque não teve o bom senso de acreditar que os seus redatores compreendem o que é um jornal sério, imparcial e cortês!

÷

Ei-lo agora arrependido, coçando a cabeça, lamentando o esforço que fez para aparecer como jornalista e protestando nunca mais deixar o cruzado do reconhecimento de uma firma pelo melindroso encargo de escrever para o público!

÷

Meu caro Zé Bigode....

Mas... não é possível continuar... amanhã tenho a fazer-lhe uma queixa... hoje está tomado todo o espaço de que dispõe na “Gazeta”.

O TACO.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 36, 20 jun 1888, p. 3)

Domingo, 8 de julho de 1888

Carambolas

Mal seria da criatura se neste mundo não houvesse a lei das compensações; porque sem o contraste a vida não teria atrativos nem esperanças, ficando o coração humano livre, por assim dizer, dessas constantes emoções que o alentam e o fazem esmorecer alternativamente.

Fazem hoje oito dias que, em modesta e sentida Carambola, pedi ao povo desta cidade, ao povo que tem alma, que se compadece dos desprotegidos da sorte, um obulo para os pobres do hospital, pia instituição que recolhe ao seu seio aqueles que não teem abrigo e vivem da caridade cristã.

*

Pedi; e minha alma, no dia seguinte, sentiu-se docemente tocada de alegria ao ver a afluência dos que foram visitar os enfermos, prodigalizando-lhes uma palavra de conforto e depondo a sua esmola sobre as salvas que, como duas mãos estendidas, representavam uma súplica muda e eloquente aos que entravam!

*

Não me recordo de ter visto a Santa Casa tão festiva e com tão grande animação.

E esse pobre recanto de que muitos fugiam; esse asilo menosprezado que parecia um precito esfarrapado, lacrimoso e repugnante, de que era até temeroso aproximar-se, achava-se naquele dia vestido de galas, despido dos velhos andrajos, risonho, convidativo, com um outro aspecto, e produzindo, em vez de repulsão, um certo atrativo que à todos impressionou agradavelmente.

Louvados sejam os esforços dos que concorreram para tão justo fim!...

*

Por outro lado, um grande movimento de proteção e piedade tem-se desenvolvido no coração dos paraibanos, que parecem estimulados à sustentar com as suas esmolas e os seus donativos, uma tão pia e necessária instituição, que, se desaparecesse, seria uma verdadeira calamidade para os infelizes e como que uma subtração, feita à Deus, da mais sublime virtude que ele inoculou no coração do homem: - a caridade.

Diversos honrados cavalheiros e algumas distintas senhoras têm corrido ao apelo do provedor, do mordomo do hospital e dos outros companheiros que os auxiliam na sua santa cruzada.

Entre os diversos donativos, porém, não posso deixar de mencionar, eu que também pedi pelos pobres e que por estes devo agradecer, a esmola que o honrado presidente da província e sua digna esposa à eles fizeram.

Ambos mostraram a bondade do seu coração, provando assim que o hospital lhes desperta particular interesse e os pobres verdadeira compaixão.

A importante soma que ofereceram, será transformada em um acervo de bênçãos que, partindo dos lábios dos desgraçados, chegarão aos pés de Deus como uma verdadeira prece pela felicidade de ambos!

*

Felizes os que podem neste mundo enxugar o pranto dos que choram, abrandar as dores dos que sofrem, concorrer para o conforto dos necessitados, porque sentirão satisfeitas a consciência e a alma com o próprio benefício que fizeram, e guardarão dentro do peito, como a maior das recompensas à sua filantropia, a gratidão e as bênçãos dos infelizes.

*

Assim, eu, o Taco, em nome dos enfermos desvalidos e da pia instituição que os acolhe, envio um agradecimento aos honrados cavalheiros e às distintas senhoras que os teem protegido com as suas esmolas e os seus donativos, fazendo votos para que não se paralise este movimento consolador.

O TACO.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 51, 8 jul 1888, p. 3)

Quarta-feira, 11 de julho de 1888

Carambolas

Preciso entreter hoje com os leitores uma curta palestra, que é ao mesmo tempo uma explicação quase necessária.

Quando, sob o título de <Carambolas> iniciei esta seção, escrevi o seguinte:

<É desse encontro continuado dos homens, - encontro que se assemelha à verdadeiras carambolas, - que resultam os fatos, dignos ou não de apreciação, que se passam na sociedade... Uns vivificados pelo riso, pela satisfação e pela dor, pela necessidade e pela miséria; uns animados pela boa vontade, pela dedicação e pela sinceridade, outros alimentados pela calúnia, pela prevenção e pela inveja!.. Estão achadas portanto as minhas bolas...>

Assim, esta seção não é puramente humorista, desde que nela tenho de apreciar os fatos que se passam na sociedade, advogar os interesses do povo e da província e ocupar-me também das questões que se agitam no país e que nos possam trazer uma utilidade qualquer.

Ora compreende-se que um plano tão vasto, onde são diversos os caracteres das questões que se debatem; onde os fatos apresentam-se, ora exigindo, por sua gravidade, uma observação séria e uma discussão refletida, ora prestando-se à comentários burlescos; onde os homens se apresentam, por sua posição, por sua índole, por suas obras, por suas palavras, por seus atos,

sob uma evidente multiplicidade de formas, desde o catonismo até o descuido e à relaxação, desde a fiel observância dos seus deveres até a tolerância e o abuso no cumprimento deles; compreende-se, em face de tudo isto, que não é possível dar uma forma sempre humorística, sempre graciosa, à todas as teses que for preciso desenvolver, a todas as questões que for indispensável elucidar nas <Carambolas,> de acordo com o programa traçado.

*

Fique portanto estabelecido, de uma vez por todas, que não é somente por um lado – o humorístico – que serão encaradas as questões debatidas nesta seção, que será escrita com uma linguagem que esteja de acordo com o assunto que o <Taco> tomar por base.

E, para que isto fique melhor gravado no espírito dos leitores, poderei desde já fazer uma ligeira discriminação, estabelecendo, em um número limitado de grupos ou de formas, as diversas ordens de questões de que poderei ocupar-me.

*

Teremos, por exemplo:

Carambolas humorísticas.

Carambolas de pura fantasia.

Carambolas referentes aos nossos costumes.

Carambolas sobre questões sociais e políticas.

Carambolas exclusivamente literárias.

Carambolas que comentem os fatos dignos de [ILEGÍVEL] rem nesta capital, [ILEGÍVEL] no país.

Carambolas sobre as [ILEGÍVEL] mais palpitantes para p desenvolvimento, progresso e bem estar d[ILEGÍVEL] terra, etc, etc.

*

O Taco, pois, poderá moldar as suas Carambolas sob formas diferentes, desde o tom humorístico e a linguagem graciosa da quadra popular como esta, por exemplo:

<Maria Cachucha,

Quem é o teu pimpão?

É um soldadinho

Chamado João.>

até o tom sério e a linguagem refletida que devem ser aplicados à um assunto de ordem mais elevada, como, por exemplo, se nota no seguinte verso de propaganda que tomo ao acaso:

<Por isso na impaciência

Desta sede de saber,

Como as aves do deserto
As almas buscam beber...
Oh! bendito o que semeia
Livros... livros à mão cheia...
E manda o povo pensar!
O livro, caindo na alma,
É gérmen – que faz a palma,
É chuva – que faz o mar!>

*

Dadas estas explicações, estou certo de que esta seção, que não julgo de todo inútil, será encarada conforme o assunto de que, em prosa ou verso, nela se ocupar.

O TACO.

(GAZETA DA PARAÍBA, Ano I, n. 53, 11 jul 1888, p. 3)

Sábado, 21 de julho de 1888

Carambolas

À despeito da chegada do vapor do sul, eu, que queria conversar hoje com os leitores sobre os negócios, sérios ou não, que pairam por aquelas regiões, onde o movimento é constante, sinto-me deveras embaraçado para escolher um acontecimento e fazer sobre ele os meus modestos comentários.

Entretanto, na minha qualidade de jornalista, mas jornalista unicamente por amor e dedicação às letras, e que não gosto muito de entrar pelas questões políticas que se agitam no país, quando elas não teem um alcance geral e benéfico para as províncias, em geral, e especialmente para a nossa Paraíba, vou aduzir algumas observações sobre os festejos promovidos pela imprensa da corte em homenagem à República Argentina.

*

Foram ruidosas as manifestações, amistosos os cumprimentos que se trocaram, padecendo haver em tudo isso uma aliança tácita entre as duas maiores potências da América do Sul.

Perfeitamente!..

Eu não andava lá muito satisfeito com as pendências que pareciam constantemente querer surgir entre as duas nações, como um prenúncio de rompimento.

Sou inimigo de lutas e principalmente de guerras, que só trazem consigo o luto, a devastação, o ônus e um sério comprometimento para os países que se digladiam.

Prefiro a paz, a serena paz que encanta e fortalece, fazendo marchar e progredir o povo que tem por única aspiração o bem estar da sua pátria.

*

Mas voltemos à questão.

Os mais importantes jornais da corte fizeram-se representar, deixando bem patente o progresso da imprensa brasileira.

Muito bem!..

Entretanto, no meu fraco entender, não foi completa a comissão que se apresentou entre os nossos vizinhos, e isto pela simples razão de não achar-se no seu seio, fortificando-a, o representante de um dos mais notáveis jornais do Brasil, (fosse qual fosse o motivo que a isto tivesse dado lugar) o qual tem à sua frente também um dos mais notáveis publicistas que conheço.

Refiro-me ao <País> e a Quintino Bocayuva.

Como se explica este fato, que para mim é um phenomeno?..

Mistério!..

É esta uma explicação como outra qualquer e que tem a vantagem de dispensar uma série de comentários a respeito.

Seja, pois, traduzida esta simples palavra – mistério – como um profundo pesar da minha parte pelo não comparecimento de Quintino Bocayuva nessa manifestação, sendo, aliás, indispensável a sua presença como um dos membros mais importantes – senão o mais importante – desse corpo soberbo e colossal, que se chama a imprensa.

*

Quintino Bocayuva é extremamente considerado na república vizinha, onde goza das maiores simpatias, e não tem sido poucas as provas de apreço que tem recebido dos mais notáveis representantes daquele povo, que justamente estimulado pelo amor de sua pátria, vai impelindo-a velozmente pela estrada larga do progresso.

Quintino Bocayuva é um dos mais abalizados conhecedores dos negócios e das instituições da República Argentina, sobre a qual, na imprensa e na tribuna, tem percorrido largamente com a pasmosa intuição que ilumina o seu notável talento sobre os negócios públicos.

E tudo isso faz, e tem feito, como um estímulo para o Brasil, que ele estremece de coração.

Deduz-se daí, que foi irreparável a sua falta naquele congresso de homens ilustres.

*

Mas o grande jornalista não foi esquecido e teve honra de receber inúmeros telegramas de homens notáveis da República Argentina, lamentando a sua ausência.

Entretanto <O País> fez também a sua manifestação, e manifestação que não julgo de menor valia do que a homenagem prestada aos argentinos pelos outros jornais reunidos.

No dia 9 do corrente, aniversário da independência da República Argentina, foi tirada uma edição especial do <País>, cuja tiragem elevou-se à cem mil exemplares.

Nesse número especial encontram-se bem elaborados artigos congratulatórios, firmados por todos os redatores e colaboradores efetivos do grande órgão, entre os quais Quintino Bocayuva, Joaquim Serra, Joaquim Nabuco, França Junior, Pinheiro Chagas, etc.

*

Não podia ser mais brilhante esta manifestação, iluminada pelo prestígio e pelo talento dos que a fizeram e cujos escritos espargiram verdadeiros reflexos de luz pela República Argentina, que se achava em festas.

Esplêndida homenagem!..

E.. esgotaram-se os cem mil exemplares!.....

E foi preciso tirar uma nova edição!...

Este fato sancionou a importância do <País> e dos seus redatores, notadamente de Quintino Bocayuva, sendo ao mesmo tempo um triunfo para a imprensa brasileira.

O TACO.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 62, 21 jul 1888, p. 3)

10 de agosto de 1888

Carambólas

Como um ativo *repórter*,
Quando tenho de ir à bordo
Logo cedinho eu acordo
E me largo para o cais;
Mas, se vejo o Joca Pinto,
De meia cara... não minto,
Eu tomo o escalor e... záz!

Ontem, porém, cheguei tarde
E vi no cais muita gente
Esperando o presidente
Que nos veio governar.
Por ser eu do mesmo grêmio,
Quis também ter o meu prêmio
De ir vê-lo e cumprimentar.

Rompendo por entre a turba
Cheguei até juntos aos chefes,
Os quais com erres e efes
Deram-me toda atenção.
Fui por eles festejado
E depois apresentado
Ao novo governo então.

Subi logo mais um furo
Nessa escala social,
E vi nesse festival
Um ou outro espertalhão
Que, apesar de pretendente,
Supõe fazer entre a gente
Um papel de figurão.

Vi amigos titulares,
Ilustres comendadores.
E muitos outros senhores
Que a nossa pátria adotou.
Junto ao novo presidente
Eu vi também muita gente
Do tempo do – *Rei chegou!*

Mas eu, que viso altamente
O progresso desta terra,

Que mil tesouros encerra
Sem que se possa progredir,
Tenho desejos somente
Que o ilustre presidente
Nos venha bem dirigir.

Como não sou abissínio
Tenho saudades deveras
De afeições mui sinceras
Que em breve nos vão deixar!
Mas faço votos a Deus
Pra que lá entre os seus
Possam felizes chegar.

O TACO.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 78, 10 ago 1888, p. 3)

Domingo, 19 de agosto de 1888

Carambolas

A lei do repouso é uma lei fisiológica e universal, a que não se pode subtrair o ser vivente sem perigo de alguma perturbação em suas funções.

Essa lei de intermitência da ação entre o trabalho e o descanso é toda providencial, e nós que vivemos neste mundo sublunar somos obrigados a observá-la.

Isto não tem necessidade de comentários.

Pois bem; eu achava-me nas condições de gozar do privilégio desta lei, quando bate-me à porta um portador da D. Colecina e me pede o autógrafo das minhas “Carambolas” para a composição.

Quem não souber ainda, fique sabendo agora que esta digna senhora é a diretora dos trabalhos da tipografia.

Despachei o portador e sentei-me merencório e triste, em frente da minha banca de escrever.

Estava deveras triste e acabrunhado, não tanto pelo trabalho como por uma certa preocupação, que me absorvia todo o espírito.

Assemelhava-se a um homem distraído, que procurava os óculos tendo eles encarpitados sobre o nariz, ou como aquele que procura o chapéu, tendo ele adaptado à cabeça!

Não se antecipem os leitores a inquirirem a causa.

Ouçam-me primeiro e digam depois se tenho razão ou não razão.

Oh! ninguém sabe como é triste a vida, quando se tem uma ilusão perdida!.. Finda-se o prazer e tudo de repente se esvai no tédio e no aborrecimento, e os indiferentes nem se lembram dos motivos de nossas tristezas e agonias!

÷

Estava triste e só; e, no meu isolamento, precisava desabafar com alguém que compreendesse a minha infeliz situação, quando me aparece chistoso e brincalhão o meu amigo Zé Bigode.

– Bom dia, sr. Taco, cumprimentou-me ele sorrindo.

– Viva! lhe respondi.

Pousou o chapéu sobre uma cadeira e veio sentar-se ao pé de mim.

– Não sabes como estou contente! começou ele.

– E nem tu como estou triste! respondi eu.

Em nosso semblantes estavam desenhados os sentimentos, que a ele animavam e a mim abatiam.

Entre nós dava-se uma verdadeira antítese; mas creio que ele nem reparou nisso, e eu tive receio de ensombrar a sua alegria com os meus pesares.

– Deixemos de parte a tristeza e vamos nos rir um pouco, disse o meu amigo, retirando do bolso umas tiras de papel para mostrar-me não sei o que.

– Ah! Zé Bigode, como és feliz!

Isto era uma espécie de censura que lhe fazia por querer desrespeitar a minha dor.

– Mas, feliz porque? interrogou-me ele com certo ar de surpresa e admiração.

– Ainda m’o perguntas?!...

– Certamente; porque não sei em que consiste a minha felicidade... Feliz, quando tenho contra mim tantos inimigos por causa destas malditas “Toadas”?

– É por isso mesmo que te admiro, vendo-te sempre alegre e chistoso.

– O que é mais para admirar é a tua tristeza, quando deveras andar contente, pois não tens provocado inimigos com os teus versos místicos; disse o Zé Bigode com uma pontinha de ironia.

– Quem sabe?!.. Mas, em todo o caso, isto não impede a que eu hoje me ache triste e agoniado.

– Falas sério?

E, dizendo isto, foi devolvendo ao bolso as tiras de papel que tinha na mão.

– Dou-te a minha palavra de honra!

– E porque estás agoniado e triste?

– Ora essa!.. porque tenho para isso bem sérios motivos.

– Não te entendo.

– Logo me entenderás... Ouve.

– Sou todo ouvidos.

– Estiveste na tipografia?

– Estive.

– Ah!

– Agora mesmo venho de lá.

– Quem estava?

– Os tipógrafos.

– Não falo deles; o Bernardino estava?

– Não.

– E o Salomé?... e o Calixto?

– Também não.

– E o Eugenio? Perguntei maliciosamente.

Zé Bigode perturbou-se e, olhando muito surpreendido para mim, exclamou:

– O Eugenio!.. Estás sonhando!..

– Ah! desculpa, respondi eu. Estou com o espírito tão perturbado....

– Vamos adiante, disse ele.

– Viste a D. Eliza? (D. Eliza é a compositora⁴⁵ das “Carambolas”).

– Como sabes, esta ninguém a vê, pois trabalha lá para cima.

– É verdade; mas viste a Colecina?

– Vi.

– O que fazia ela?

– Ora! o que faz todos os dias, compunha! disse Zé Bigode olhando para mim cada vez mais admirado.

– Compunha as tuas “Toadas”?

⁴⁵ Ao se afirmar que a senhora Colecina é a *compositora* das “Carambolas”, o autor se refere à função de *compoedor* ou *compositor tipográfico*, aquele(a) que trabalha nas oficinas de tipografia encaixando as letras para a composição (FIGUEIREDO, 1913, p. 491).

- Não; estas ainda estão cá no bolso.
- Mas ela não te contou nada?
- Nada.
- Nem falou em mim?
- Não.
- Pois admira!
- Admira porque?.. Já estou me amolando com as tuas perguntas!
- Tem paciência....
- Há então alguma novidade?
- O a se há!.. Um pouco antes da tua chegada, já saiu daqui o seu segundo portador...
- Um portador!
- Sim; o segundo!
- Mas afinal o que há?.. Estás metendo-me no ferro com tantos mistérios!..
- Oh! não te zangues nem te assustes, meu caro Zé Bigode; debes antes te compadecer de mim...
- Não me impacientes!.. estou ansioso por saber o que aconteceu.
- Ah! é uma desgraça!
- Uma desgraça!
- E, repetindo estas palavras, deu um pulo da cadeira e pôs-se de pé.
- É caso muito grave?
- Gravíssimo!
- Deixa-te de reticências e conta-me logo isso, que eu já estou em barsas!..
- Para que dar-te uma notícia tão desagradável!
- Não importa; quanto pior tanto melhor para a “Gazeta” dar a notícia.
- Deus nos livre de tal!
- E porque não? tornou de novo o meu amigo, um tanto zangado.
- É que o caso não é para noticiar... Ah! que desgraça!..
- Em que consiste então esta desgraça?.. Dize, dize depressa...
- Não me animo...
- Creio que adivinho; quebrou-se o prelo? perguntou Zé Bigode assustado.
- Não, meu amigo.
- Falta papel para a impressão da Gazeta?
- Não.
- Houve bolo nos tipos?

– Também não.

– Mas então o que há?... Estamos roubados?

– Antes fosse isso, porque creio que a nossa caixa não anda lá muito recheada.

– Não o compreendo, senhor Taco! disse afinal o meu amigo todo formalizado.

– Nem podes compreender...

– Ah! já sei; trata-se dos três mosqueteiros!

– Qual mosqueteiros!.. Estes não me assustam!

– Então trata-se necessariamente de algum escândalo de família... de questões de amores ilícitos...

– Não é isso...

– De alguma donzela raptada... de algum marido traído... de alguma esposa abandonada...

– Não, não; estás longe de adivinhar o que tanto me acabrunha...

– Deu-se então algum assassinato?

– Pior.

– Alguma morte imprevista?... algum suicídio?..

– Pior ainda!

– Alguma dolorosa calúnia, alguma intriga infame, algum crime pavoroso?..

– Pior, muito pior!

– Pior do que tudo isto, disse Zé Bigode horrorizado, eu não sei o que será!

– É pior que tudo isto, meu amigo. Sim, é pior que o prelo quebrado, que a falta de papel para a impressão, que os tipos embolados, que o roubo, que o escândalo de amores ilícitos, de maridos traídos e esposas abandonadas... Muito pior que os três mosqueteiros [ilegível] informações, pior que o assassinato imprevisto, que o suicídio [ilegível], que a calúnia dolorosa, [ilegível] a intriga infame e o crime [ilegível]. Sim, superior a tudo isto é o martírio que nos flagela quando não temos notícias para a “Gazeta” nem as achamos!.. pois neste martírio me acho hoje sem atinar com assunto para escrever as minhas “Carambolas”

– Ora bolas!.. pois escreva isto mesmo!.

– Oh! que alívio, meu caro Zé Bigode!... que peso enorme [ilegível]te-me do coração!... Vou seguir teu conselho!...

E aqui têm os leitores a “Carambola” de hoje.

O TACO.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 85, 19 ago 1888, p. 2)

Terça-feira, 16 de outubro de 1888

CARAMBÓLAS

Ao ler o apedido do curioso bacharel moderno no último número do *Conservador*, não sei o que mais admirei, se a sua imbecilidade ou a sua calculada teimosia.

A sua imbecilidade chega ao cúmulo, porque se revela nas sandices e asnidades que continua a escrever para o público, deixando sem defesa os fatos escandalosos, as acusações graves e as ridículas anedotas, que se imputam à sua pessoa, sem ao menos justificar-se das mentiras que tem pregado para desviar a atenção do mesmo público das suas misérias, como tudo tenho demonstrado à evidência, nas minhas respostas aos seus estéreis artigos hebdomadários.

A sua teimosia calculada consiste nessa insistência maníaca de acarear a minha humilde personalidade literária com escritores ilustres para mostrar plágios em minhas produções, apesar de não ter podido até hoje conseguir o seu intento.

÷

É pena que o bacharel moderno à par de tão grande esforço revele tanta impotência, porque o resultado é sempre o mesmo: – *vir buscar buscar lã e sair sempre tosqueado*.

Pouco se lhe dá que eu analise as suas falsas e mesquinhas acusações e o desmascare, deixando bem patente a sua improbidade e ignorância, como ainda no último artigo o fiz, o qual, como os outros, ficou sem resposta.

E, fingindo não dar o menor cavaco, vai por diante como quem perdeu de todo a vergonha!... Só um bobo, ou um desastrado palhaço, volta ao circo para dizer férias ao público, que dele escarnece pateando-o!

Nestas condições se acha o bacharel moderno, que rala-se, morde-se e desembesta inconscientemente como um maníaco, cuja ideia fixa o priva de ver que os leitores dele se riem, ou dele de compadecem, conforme as cambalhotas que dá.

÷

A prova de tudo quanto acima fica dito verifica-se no próprio artigo que tenho diante dos olhos, no qual se nota uma tal moxinifada que ninguém sabe o que ele quer dizer.

Presumo que o pobre bacharel moderno quer, como maníaco, mostrar plágios aos leitores, porque ele próprio o diz, colocando pedacinhos incompletos do *Bosquejo literário* de um lado e do *Character* de S. Smiles de outro. Mas, confesso, por mais que leia e releia as tais frases mutiladas as expressões deslocadas e os períodos incompletos confrontados, não atino com os plágios que o pobre homem denuncia, salvo se os plágios consistem em algumas

palavras unidas, extraídas do princípio ou do fim dos quatro períodos que transcreve de S. Smiles, para simulá-los e produzir efeito.

É isto o cúmulo da perfídia!

÷

Este procedimento inqualificável dá bem a medida do desespero e da impotência do bacharel moderno contra mim. Mas como sou suspeito no caso, chamo a atenção dos leitores, – daqueles mesmos que porventura me são desafetos, – para o artigo aludido e as referidas transcrições dos períodos extraídos; o que é fácil verificar, pois estão citadas as páginas de ambos os livros.

Feito isto estou vingado porque, como diz o anexim popular, é mais fácil pegar um mentiroso do que um coxo.

÷

Quanto à confrontação final – *cabeça a revoltear uma tempestade enorme* – não vale mais a pena refutá-la, porque é o seu *duende* por tantas vezes repetido e por mim combatido, encarregando-se ele hoje de confessar errônea a sua imputação, comparando essa frase da Carambola com o seguinte trecho do *Bosquejo*:

É pena que sobre a fronte augusta d'este jovem poeta (Castro Alves) que denunciava uma ataxia sensorial permanente revolteasse uma tempestade surda, como se deu com Álvares de Azevedo, carregada ora de vulcões furiosos, ora de serenas e pérfidas tranquilidades para acordarem saudades vagas e realidades pungentes de suas agonias sem consolo, como disse alguém.

÷

Ainda assim, para justificar-se destas incoerências na apreciação dos meus supostos plágios, faz uma tal confusão que afinal fica-se ignorando se ele quer dizer sim ou quer dizer não.

Quem anda em terreno falso e lamoso por força há de escorregar e cair no lodaçal, chafurdando-se na lama como um porco.

Eis aí dissecado o artigo do bacharel moderno e pulverizada toda a sua acusação aleivosa de plágios. E ele mesmo confessa, sem sentir, que *seu descaro já vai cansando asco*.

÷

Quanto às descomposturas que me atira, eu as desprezo e mesmo estou resolvido a perdoá-las, em vista do estado e alucinação em que se acha por não poder justificar-se dos escândalos que tem dado em público, os quais têm sido desmascarados pela *Gazeta* sem a menor contestação de sua parte, pelo que é julgado geralmente réu convicto.

E todo o mundo sabe que essa invenção de plágios é uma história somente para inglês ver, pois o seu fim principal é arredar de suas práticas indecentes a atenção pública e entreter-me com polêmicas cavilosas, contando que eu acudiria ao repto, a fim de defender a minha dignidade de escritor tão torpemente caluniada, como efetivamente o tenho feito.

Mas já o tenho aturado demasiadamente e o público não precisa de provas maiores do que as que tenho dado para confundir o bacharel moderno e desmanchar o seu ardil.

—

Se quiser que eu o deixe de cantar em prosa e verso, reabilite-se como juiz de fato perante o tribunal do júri, onde deu o grande escândalo queo persegue até hoje, por ser ele mais funesto do que o negócio do boi!...

Reabilite-se como lente ignaro perante a congregação do Liceu, que o votou ao desprezo desde aquela memória histórica que apresentou e se acha arquivada para a sua vergonha eterna!

Reabilite-se o ridículo ex-representante desta nossa infeliz província no congresso de instrução pública na Corte, onde revelou tanta ignorância que deu lugar ao célebre e primoroso escritor dos *Tópicos do dia* dedicar-lhe um folhetim cheio de *verve* e judiciosos conceitos, supondo-o um professor primário do Bodocongó!...

Reabilite-se como professor de retórica perante os seus discípulos, que leram os seus versos senários de pé quebrado e ficaram convencidos de que nada sabe de poética!...

Reabilite-se como examinador de filosofia, pois mostrou no seu penúltimo artigo ignorar os fatos mais mezinhos de sua história, desconhecendo totalmente os sistemas dos grandes filósofos e as suas descobertas mais importantes!...

Reabilite-se como substituto da cadeira de matemáticas, em cuja matéria tem sido espichado pelos próprios discípulos, perpetuando esta tradição uma engraçada história sucedida com um estudante, que é hoje oficial do exército, a qual contarei em outra ocasião e oportunamente!...

Reabilite-se finalmente como homem de letras perante o público, estudando livros sérios e deixando a leitura dos romances de Paulo e Henrique de Kock e de obras obscenas, que denunciam ainda as causas e os efeitos de suas alucinações, desde moço até hoje, inabilitando-o para o exercício de boticário, de professor, de advogado e de toda a profissão séria!...

Sim, reabilite-se em tudo isso para que não sirva mais de assuntos às Carambolas que tenciono escrever em prosa e verso, certo de que não me iludirá mais com a discussão de seus fingidos plágios no intuito de embaraçar-me a marcha.

O TACO

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 132, 16 out 1888, p. 3)

Quarta-feira, 17 de outubro de 1888

CARAMBOLAS

Contou-me um repórter que, ao passar às 10 horas da noite pela farmácia do bacharel moderno, viu um vulto batendo devagarinho à porta do beco, com tanta insistência que aguçou-lhe a curiosidade.

Continuando o seu caminho para não despertar suspeitas simulou dobrar a esquina e encostou-se à casa fronteira, sem ser visto, atraído pelo invencível desejo de saber o que queria aquilo dizer.

Efetivamente a botica estava fechada; mas uma claridade filtrava-se por debaixo das portas, denunciando que havia gente no interior.

O vulto, olhando para um lado e para outro, como quem não deseja ser visto, continuava a bater devagarinho.

– Quem bate aí? Perguntaram de dentro.

– Abra... sou eu!..

– Eu, quem?

– Fulano!..

Oh! retire-se!.. não quero saber de mais nada.. respondeu do interior uma voz rouca e aborrecida, ao saber quem era o importuno.

– Abra!... abra!... é urgente!.. preciso falar-lhe! Replicou o tal.

– O que me quer ainda? perguntou o bacharel com voz desconsolada.

– Vim trazer o que lhe prometi.

– Não, não quero mais!

– Por que?.. depois de tanto trabalho!..

– De que me serve o seu trabalho?.. por sua causa tenho sofrido tanto!..

– Abra, abra que aí vem gente e preciso falar-lhe em segredo.

A esta intimação a porta abriu-se e logo fechou-se sobre o tal fulano, que parecia ter assim uns ares de bilontra.

O repórter, sempre arrastado pela curiosidade, saiu da penumbra, onde estava escondido, aproximou-se da tal porta da botica, apurou o ouvido e percebeu o seguinte diálogo:

– Ainda você me persegue? disse o bacharel em tom de quem é vítima.

– Como assim?.. Pois trabalho por sua conta para livrá-lo do maldito [ilegível], e é assim que me recebe?

– Mas eu já não lhe disse que quanto mais você trabalha pior é para mim?
Pior, por que? perguntou o bilontra meio desconfiado.

– Ainda me pergunta? Pois não tem lido a Gazeta?

– Tenho, e o que há?

– Então acha que devo continuar a fazer papel de bobo, para ser esfregado constantemente, enquanto você se ri de mim?

– Oh! homem, eu não me rio; tenho até pena!

– Se tem pena, para que continua a meter-me em camisas de onze varas?

– Engana-se, meu amigo, venho socorrê-lo.

– Socorrer-me!.. Como?

– Trazendo-lhe apontamentos de plágios.

– Qual plágios nem meio plágios!.. Você é um tolo e ignorante.

– Tolo!.. porque?

– Porque me tem trazido apontamentos falsos de plágios e o Taco mostra à evidência que não existem tais plágios, e que eu sou um nescio!

– Não se importe; continue que há muita gente que não entende do riscado e acredita no senhor.

– Acredita nada!.. Não vejo ninguém aplaudir-me!..

– Pois eu tenho feito propaganda em seu favor e creio que o senhor vai muito bem.

– Obrigado; agradeço-lhe o elogio. Pode limpar a mão à parede com a sua propaganda. Confiado nos seus plágios faço um artiguinho asnático, embora muito apimentado, de oito em oito dias, para levar tacadas uma semana inteira e servir de assuntos burlesco nas tais Carambolas.

– Pois bem, tome estes apontamentos, que lhe trago agora, e verá como se reabilita , esmagando desta vez o Taco.

– Não, não quero!.. Apresente-se você em público, que eu o aplaudirei de fora, murmurou o pobre homem com um olhar desvairado e um gesto ameaçador.

– Deseja netão fugir covardemente? atacou-lhe o bilontra para estimulá-lo.

– Covardemente ou não, estou resolvido a fugir da demência ou de uma morte certa!

– Nem pense nisto!

– Já não posso mais sofrer; vivo com a cara calçada de tanta caçoada!.. Iludido por você só digo asneiras, e o perverso do Taco nada desperdiça; analisa-me os versos, ri-se da minha prosa, mostra a minha crassa ignorância e afinal expõe-me ao ridículo revivendo o incidente do júri e contando a história do professor de Bodocongó, que não era ainda muito conhecida aqui.

– O senhor está impressionado, tudo isto é ilusão... O Taco nada val.

– Ilusão!.. ilusão é a sua... que é mais ignorante do que eu e vive no seu grato sossego enquanto que eu passo uma vida de amarguras. Quando saio à rua é desconfiado; o público aponta-me sem dó!... – Coitado! Diz este. – Quem te mandou, urubu pelado?! diz aquele. E assim vivo recolhido em casa, deixando a minha botica entregue ao abandono. Já não vendo mais nem um vintém de pomada!.. Se caminho até o liceu, vou cabisbaixo e como um autômato; quando lá chego, riem-se de mim, olhando uns para os outros, e depois desfarçam, perguntando-me qualquer banalidade. Os próprios estudantes encaram-me como um objeto de curiosidade, e, quando subo à cadeira magistral, parece que zombam de mim!..

Pelo contrário, doutor, eles admiram a sua facúndia!

– Qual facúndia!.. eu é que sei. Enfim, meu caro, isto não é vida; não quero mais entreter polêmica; estou cansado de fazer figura triste, entende?

– Mas isto é uma vergonha! Respondeu o tal bilontra um pouco desconcertado.

– Pois, se é vergonha, represente você em público esse papel ridículo por sua própria conta.

– Então é sério?.. Quer dar parte de fraco?.. Oh! que miséria!..

– Não me importo; o que não quero é servir de isca. Se tem raiva do Taco e deseja vingar-se, desabafe você mesmo com ele e não esteja a manobrar por detrás de mim, com medo das suas Carambolas, já ouviu?

– Mas o senhor é um bacharel... um farmacêutico... um homem titulado e, se pregar mentiras, todos o acreditam.

– É precisamente por ser tudo isto que estou desacreditado!. Se o Taco continuar a descobrir-me os podres e a ignorância, cantando-me em verso e prosa como promete, ficarei louco deveras, como já ele prognosticou...

O bilontra, vendo-se vencido, interrompeu:

– Pois bem; aceite hoje pela última vez estes apontamentos... Asseguro-lhe que ficará vingado daquele perverso!.. Publique ainda um artigo com estas notas e verá que o Taco ficará arrolhado e o senhor causará sensação!..

– Sim, sim; sensação como causei no júri, disse o bacharel arregalando os olhos e como desconfiado do seu mentor.

– Tome lá, disse este.

Pelo buraco da fechadura o repórter viu o bilontra entregar uma tira de papel ao pobre homem, que conservava-se indeciso, com ar suplicante, acabrunhado, sem saber o que fizesse.

Afinal, aceitando com mão trêmula a tira de papel, deixou-se cair como aniquilado sobre uma cadeira.

O amigo pérfido e implacável do bacharel nem ao menos comoveu-se diante do desfalecimento de sua vítima. Pelo contrário, um riso sardônico denunciava a satisfação de que se achava possuído.

Já ia retirar-se quando viu de repente o bacharel levantar-se impetuosamente da cadeira, como que alucinado e fora de si, exclamando em tom de ameaça:

– Deixe-me!.. deixe-me!.. não quero tomar o seu conselho!.. é infame!.. não quero!.. Vou denunciá-lo como mandatário dos atos maus que tenho praticado, a fim de que o Taco lhe ponha viola em cacos!.. O que você mais deseja é comprometer-me e arrastar-me ao ridículo! Mas eu entrevejo a profundidade do despenhadeiro em que me quer precipitar!.. Deixe-me, já estou cansado, deixe-me!..

– Acalme-se, meu amigo, acudiu o bilontra com voz enternecida, porque tinha consciência de ser o causador daquele novo acesso.

E, antes de se por ao fresco, procurou acaricia-lo, provando por todos os meios o triunfo que lhe resultaria daquele último golpe de mestre e que traria como consequência a morte do Taco e com ela a tranquilidade e o sossego para o bacharel.

– Avante!.. coragem!.. disse ele ao terminar.

E como o bacharel moderno, tendo voltado ao seu estado de aniquilamento, nada respondesse, o bilontra tomou esse silêncio como um assentimento tácito, despediu-se e saiu, com tal precipitação que quase deita por terra o repórter. Mas este soube desviar-se em tempo, simulando que era um transeunte.

÷

Na terça-feira próxima darei conta do resto desta cena burlesca, publicando o solilóquio e as modulações do bacharel moderno, o que tudo foi ainda ouvido pelo fiel repórter.

Servirá isto de prefácio à refutação que porventura eu tenha de fazer a um novo escrito do bacharel moderno.

Assim o quer, assim o seja.

O TACO

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 133, 17 out 1888, p. 3)

Quinta-feira, 18 out 1888, Edição 134, p. 3.

CARAMBÓLAS

Devia ter-se realizado anteontem, segundo uma notícia que li n’*O Paiz* da corte, um grande concurso de beleza, oferecido ao belo sexo nos salões do cassino em Spa.

Spa é uma cidade da Bélgica, muito bem edificada depois do incêndio de 1807, segundo diz o Bouillet. Conta 3.600 habitantes permanentes e possui águas ferruginosas célebres, que forma descobertas no século XIII, e que todos os anos atraem de 2 à 3.000 estrangeiros de distinção.

Eis as condições do tal concurso de beleza:

“Os prêmios variam entre 200\$, 2:000\$ e 4:000\$ havendo além disto prêmios consistindo em joias de alto preço e diplomas.

As vencedoras deste grande torneio, serão fotografadas e os seus retratos reproduzidos pelos maiores artistas da época.

É necessário para ser admitida ao concurso, ter de 18 a 35 anos, nem mais nem menos. As concorrentes serão admitidas pela apresentação de uma fotografia, sendo facultativo concorrer sob outro nome.

As despesas de viagem, serão pagas às concorrentes. Ficarão num hotel em Spa, sendo as despesas pagas pela comissão organizadora do concurso, devendo estar aí até o dia 14.”

÷

Isto de fazer-se exposição de moças bonitas parece que vai ficando em voga no mundo inteiro.

Não há muito tempo as gentis representantes do belo sexo prestaram-se à um litígio semelhante na Inglaterra, e recordo-me de que aqui, na nossa pacata Parahyba, há alguns anos, nesta boa terra que, parece, gosta de imitar sofregamente os grandes exemplos e acompanhar certas e determinadas manifestações de progresso, houve também um torneio de beleza, em que a vencedora, se bem me lembro, reuniu 400 votos!..

Prêmio é que não sei se houve e a gentil representante do belo sexo paraibano, sufragada pelo ardente entusiasmo da mocidade e até pela fria admiração dos velhos, teve que contentar-se com os louros... da vitória, sem mais nada, e com a afirmação da sua beleza, confirmada pelos tais quatrocentos... eleitores!... Já era alguma coisa ser a primeira da lista!..

÷

Ora, a Parahyba deve estar satisfeita por ter feito há alguns anos o que Spa fez anteontem.

E, como isto não deixa de ser um progresso, da mesma forma que o é qualquer exposição industrial, sendo esta constituída por feitura da criatura e aquela pela mais bela feitura do

criador, segue-se que a nossa boa terra às vezes antecipa-se às cidades europeias na manifestação do progresso.

Assim, parece que a caveira de burro já se vai desenterrando por si mesma, e não tardará o dia em que a vejamos à flor da terra, sendo apenas preciso um leve esforço para arrancá-la de todo.

Creio mesmo que o focinho de tal caveira, tendo aparecido por um momento lá pelo porto, foi que afugentou a “Caprichosa”, que finalmente está destinada a desprender os seus silvos pela retaguarda da alfândega, em vez de espirrar água quente sobre os transeuntes da estreita rua do Visconde de Inhaúma!..

Oh! que dia grande ou, se quiserem, que grande dia não há de ser aquele em que a tal caveira surgir do seio da terra!

Será um dia de festa... provincial e, como a época das exposições não terá passado, é caso para expô-la também, mas expô-la sem concurso, sendo a única beleza... quero dizer, o único objeto exposto a tal caveira!...

÷

Mas, voltando ao concurso de beleza, confesso que lamento ser tardia a notícia para a nossa província, que assim não poderá mandar à Spa uma sua representante.

Porque, não sei se recordam ainda, até bem pouco tempo a Parahyba primava pela beleza de suas filhas, pela excelência do pão e pela pureza da água do Tambiá...

Era pois natural que concorresse à Spa uma representante dessa beleza apregoada, podendo mesmo levar consigo, como um apêndice, a água e o pão!..

Eu era até de parecer que, se por acaso fosse adiado o tal concurso, a nossa representante devia ser uma figura obrigada nesse certame, e, se tivesse de escolher algum cavalheiro para acompanhá-la, este devia ser o *nosso primeiro poeta!*

÷

Sim, o nosso primeiro poeta, que não ficaria deslocado no torneio, porquanto representaria a poesia, a poesia que canta a beleza, tornando-se, por assim dizer, uma parte integrante dela.

Demais, teríamos assim mais tarde, os esplendores das belezas que concorressem a Spa, perfeitamente descritos em primeiros versos, e quem sabe mesmo se não teríamos uma verdadeiro poema dedicado às jovens de todas as nações que lá, na tal cidade da Bélgica, fossem disputar a primazia... e o prêmio?

Oh! que belos idílios, que belos idílios não havíamos de ter, inundando esta cidade!.. E era bem possível que o *nosso primeiro poeta*, além de voltar à pátria consagrado vate, nos chegasse também... mais bonito!

÷

Não devem, porém, desesperar as moças formosas, porque não tardará muito a que uma outra cidade, europeia ou americana, se lembre de promover um novo concurso de beleza... como um reclame às suas águas ferruginosas...

Ah! espertalhões!...

O TACO

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 134, 18 out 1888, p. 3)

ANEXO E – Crônicas da Seção “Notas da Semana”, de Walker, pseudônimo de Arthur
Achilles

Notas da semana

Terça-feira, 18 de setembro de 1888

Encetamos hoje, sobre o título acima, uma seção nova, entre as demais da <Gazeta>, propondo-nos a fazer o histórico das ocorrências da semana, apreciando-as com imparcialidade e emitindo nossa humilde opinião, já com relação aos atos emanados do poder público, já sobre os acontecimentos puramente sociais que se prenderem ao melhoramento de nossos costumes, ou que a ele (melhoramento) se oponham.

É um pouco difícil o encargo que tomamos sobre os ombros, mas temos fé que havemos de desempenhá-lo.

- Não espere, porém, o público encontrar nesta seção, para deleitar o espírito, a verve do ilustre Zé Bigode, nem a candura e a amenidade do Taco e, ainda menos, a graça inglesada impagável Ruyalto. Somos naturalmente triste, dessa tristeza peculiar à velhice, e consequentemente não podemos, ainda que o queiramos, tornar-nos folgazão e alegre.

Foram-me os dias da juventude, dissiparam-se as ilusões, doces ilusões dos tempos idos em que o mundo se nos afigurava no paraíso (chapa), como soe acontecer aos que, não cuidadosos do futuro, vivera só para o riso e para a poesia do presente.

O que oferecemos ao público são simples notas que, por desafinadas, não agradarão talvez a ouvidos bem educados, mas, por serem serias, terão alguma utilidade.

Fique, pois, assentado que d’ora em diante, às terça-feiras, aqui estarão, neste mesmo lugar, serias e graves, as notas da semana - como as que abaixo seguem.

*

A frieza das *mesuras* feitas, a 7 do corrente, no palácio do governo, a efigie do Imperador, afim de comemorar o aniversário da Independência e do Império, foi mais uma nota confirmativa de que o republicanismo *cresce* e talvez muito breve *apareça*, embora a contragosto do ilustre conselheiro João Alfredo.

Não temos notícia de um cortejo tão descortês e é admirável que os próprios monarquistas, amigos da administração da província, não concorressem como era de esperar, aquele ato, antiquado, mas solene, dando lugar a que a mesma administração não se saísse lá muito bem...

Ao contrário do que se supunha, foi um fiasco o tal cortejo, não há duvida; e assim devia ser para exemplo aos que, satisfazendo *ímpetos* vaidosos, se metem em restabelecer velharias condenadas pelo progresso moderno e absolutamente incompatíveis com o caráter de um povo livre.

*

Tendo deixado o exercício de Chefe de Policia, cargo que exerceu com todo critério, o digno magistrado Dr. Candido Valeriano da Silva Freire, foi nomeado para substitui-lo interinamente o Juiz de Direito da capital, Dr. Antonio da Trindade Antunes Meira Henriques.

Este acontecimento é um dos mais importantes dos sete dias passados, não considerado em si, mas pelo fim a que ele atinge...

Aproxima-se o pleito eleitoral do 4º distrito, e o Presidente da Província, extremado politico, como é, e receiando a vitória do partido adverso, congrega os elementos dispersado, e eis explicada a nomeação do Dr. Trindade que, para o caso, tornou-se condição *sine qua non*; porque o Dr. Trindade em politica é cavalheiro *san peus et... sans reproche*.

A este fato prende-se também a montagem de quatro praças do corpo policial, o que acarretou ao tesouro bem boa despesa, imprevista na lei do orçamento, com a compra de quatro cavalos, e mais a construção de uma cocheira no respectivo quartel e mais o capim, está vivo, pois os ditos não poderão passar sem... almoço, e mais jantar e mais ceia.

É preciso ter-se correios montados e bem montados para se transformarem na ocasião oportuna ao campo das operações eleitorais.

*

O Dr. Pedro Correia andou a visitar as escolas publicas, em uma das quais o respectivo professor, Sur. Brazilino, ficou deslumbrado com exhibição que fez S. Exc. dos seus *profundos* [ilegível] *pedagógicos*. Afluiu a porta da escola grande número de transeuntes, atraídos pela palavra fácil e o eloquente do jovem administrador, que dissertou até sobre a colocação dos moveis...

Foi uma verdadeira preleção de mestre, um completo exemplo *de moralidade e respeito* aos pequenos alunos...

O Sr. Brazilino que se acautele, pois de outra vez pode haver aplicação de... bolos, embora este castigo esteja abolido.

Durante toda a cena esteve presente o Dr. Diretor Geral, mergulhado em religioso silencio. Pudera não!...

*

Politicamente falando, o ato < mais acertado e louvável> do Presidente da Província foi a demissão do Dr. Eugenio Toscano de Brito dos cargos de lente de pedagogia e direto do Externato Normal. O Sr. Dr. Eugenio é liberal e além deste grande crime é também redator da <Gazeta da Parahyba>.

O Sr. Sr. Pedro Correia diz, sem reservas, que um libera é um inimigo e, firmado neste sentimento próprio, foi que decretou a demissão do Dr. Eugenio.

Muito bem! Agora vejamos a consequência de semelhante ato que, parece, teve um fim duplo - satisfazer um instinto politico e promover a morte da mesma <Gazeta da Parahyba> que, não sei porque, incorreu no fidalgo desagrado do Dr. Pero Correia.

Quanto à política, S. Exc^a. assinando a demissão do Dr. Eugenio, nada mais fez do que passar-lhe um título de divida, a prazo breve, porque < quer queiram quer não> o Conselheiro João Alfredo não se demorará por muito tempo no poder e..., já se vê, o Dr. Eugenio será pago, independente de Propor ação de cobrança.

Quanto a morte da <Gazeta>, S. Exc^a. e os seus <escuteiros> andam enganados: ela, apesar de mal vista, não é criança e na marcha moralizadora que empreendeu não lhe embargarão ao passo caretas de papões. Quando mesmo lhe falhasse o auxilio da <medicina> que lhe dá vida ela saberia usar das tônicas <caretas> que lhe fazem e cujo efeito seria a vida eterna.

São tão bons os nossos assinantes os nossos assinantes que não nos convém por ora deixá-los sem a <Gazeta>. Deus nos livre de semelhante erro.

*

A assembleia Provinçal já deu o primeiro cheque no filho do presidente do conselho, não julgando objeto de deliberação o projeto autorizando reforma das repartições do Tesouro e Secretaria do Governo, e supressão do Consulado.

Bem andaram os Srs. deputados, recusando semelhante arma a quem está procurando contendores para duelos.

É bom que o Sr. Dr. Pedro Correia vá saboreando as consequências de seus atos impensados... Dente por dente.

Foram concedidos, segundo estamos informados, dois meses de licença com ordenado ao professor do Lyceu Sr. João Hamilton, sendo designado para substitui o durante seu impedimento o Dr. Antonio Thomaz.

*

Ai ficam os acontecimentos da semana última. Na terça-feira vindoura daremos os da corrente, que, segundo esperamos, serão variados e interessantes. - Os horizontes mostram-se nublados ao apreciador.

Walker.

(GAZETA DA PARAÍBA, Ano I, n. 108, 18 set 1888.)

Notas da Semana

Terça-feira, 25 de setembro de 1888

Segundo o compromisso tomado, aqui estamos em nosso posto, que jamais abandonaremos, a não ser que a escassez absoluta de assunto nos obrigue a viajar pelo reino do silêncio.

Não nos enganamos quando, ao terminar as - notas - da penúltima semana, dissemos: - os horizontes mostram-se nublados. Bem nublados andaram eles realmente, mas a tempestade que nos ameaçava e que prevista pelos <noveau romanciers> da terra não chegou a desabar.

Dir-se-ia que a onda ameaçadora de destruições recuara ante a atitude fria do rochedo ameaçado, e... eis porque as presentes - notas - , apesar de alguma importância, não são como esperávamos - variadas e interessantes.

*

Alguns curiosos, como era natural, atiraram-se ao mundo das indagações no intuito de travarem conhecimento comigo, Walker, pobre e desconhecido estrangeiro, a quem, dizem eles, é preciso castigar a ousadia de aparecer numa seção da <Gazeta> em época <revolucionária> como a atual, apreciando os homens e os costumes, os fatos e suas consequências.

A mim mesmo já perguntaram [ilegível], por mais de uma vez: <quem é Walker, sabe dizer-me?> e eu respondi-lhes com toda a ingenuidade: é um inglês; tome cuidado com ele para que, como os outros seus compatriotas, não pretenda também [ilegível] de um pedaço da Paraíba.

É simplesmente reparável o [ilegível] em que estão certos tipos de nossa sociedade, de pretenderem e processarem com interesse, passar o braço pelo ombro de quem como eu não gosta de amigos de ombro e braço.

Do que fica dito apliquem a si mesmo a moralidade os senhores curiosos, e, se apesar de tudo quizerem saber quem sou, peçam informações ao Dr. Justa e serão satisfeitos.

*

Concluiu-se o leilão judicial do espólio do falecido negociante Bernardo Norat; houve animação por parte dos licitantes e a <coisa>, segundo presenciamos, foi ao correr do martelo.

Muitos objetos ficaram encampados por inutilizados, como atestado afirmativo da ação destruído a do tempo, auxiliado pelo abandono. Causou-nos surpresa a proporção a que deduziu-se o antigo estabelecimento do francês Bernardo Norat, incontestavelmente, até pouco tempo, o primeiro de nossa praça, no gênero.

Dissemos-nos intimamente: - é um [ilegível] em ruínas.

Igual impressão, sem dúvida, operou-se no espírito de todos quanto [ilegível] ao leilão, durante o qual apesar da presença da autoridade, que [ilegível] merecer mais respeito, quando um exercício de suas funções, alguns [ilegível] <exibiram> pilherias, mais ou menos <edificantes>. Temos [ilegível] que os <manés> nunca faltam em parte alguma.

*

O presidente da província ou antes o Dr. Pedro Corrêa, foi ao Pilar visitante, ainda uma vez, o digno deputado [ilegível] Sr. Pedro Marinho, por [ilegível] S. Exc. tem tomado grande [ilegível], e tanto que, de volta do seu passeio, trouxe-o para esta capital, [ilegível] de ver se o mesmo deputado [ilegível] se restabelece mais facilmente da [ilegível] moléstia de que foi acometido.

São nossos votos que ao ilustre [ilegível] seja restituída completa [ilegível], não para satisfação dos intuitos [ilegível] de seu xará, mas para felicidade de sua família.

*

No teatro < Santa-Cruz> o Sr. Dr. [ilegível] Baptista de Medeiros fez uma conferencia em que dissertou sobre a [ilegível] dos - prados de corridas - que, no dizer de S. S., constituem um verdadeiro fator de progresso, sobre qualquer ponto de vista que se [ilegível] encare. Estamos de acordo e desejamos que o Sr. Dr. João Batista realize o seu intento de estabelecer esta capital um dos tais prados; é preciso aperfeiçoar a reação de nossos animais, afim de que eles não [ilegível] a ser tão quadrupedes; entretanto resta-nos saber quais as [ilegível] em que S. S. pretende levar a [ilegível] condições, sobre a base em que deve assentar a empresa, sobre o meio prático de levantar os [ilegível] necessários que S. S. não se [ilegível] ouvir na conferencia, como ela de esperar, e isto era o que mais importava aos que, por ventura, desejam [ilegível] parte nas corridas>.

*

Assumiu o exercício de administração e tesouro dos correios o tenente-coronel Antonio Rufino Aranha, a quem esperamos acertadas provençais no sentido de melhorar e aperfeiçoar o serviço da posta, o qual [ilegível] pode ser mais irregular, tanto na capital como nas linhas do

interior - [ilegível] arrematante destas SR. DR. Honório, [ilegível] do governo, precisa que o [ilegível] tenente-coronel, dispensando-lhe [ilegível] olhares, aconselhe-o a ser mais cuidadoso e menos... político [ilegível] que a política se [ilegível] na secretaria do governo, mas não se admite que ela invada a - posta [ilegível].

O Sr. tenente-coronel Aranha abra os olhos, abra-os bem abertos, [ilegível] o Dr. Honório para que este não o ponha na algibeira, como diz ter [ilegível] com alguns antecessores de S. S.

*

Vindo da corte, acha-se entre nós o [ilegível] e laureado pintor brasileiro, [ilegível] Pedro Américo de Figuerêdo, [ilegível] da cidade de Areia, nesta província. S. Exc. aqui chegou no dia [ilegível], sendo recebido no cais por grande numero de pessoas gradas; mas em entusiasmo e menos ruidosamente do que qualquer governados da província...

Podemos dizer que a Paraíba, recebendo em seu seio o portentoso [ilegível] e distinto literato Dr. Pedro Américo, teve mais uma ocasião para manifestar o seu indiferentismo pelo que é elevado e nobre.

Consta-nos que o emérito brasileiro irá em breve visitar sua cidade natal, Areia, sendo acompanhado pelo Dr. Pedro Corrêa, presidente da província, que naturalmente quer ser participante do regozijo com que os areienses, sempre calorosos em suas manifestações, receberam o grande conterrâneo.

A orgulhosa Areia saberá vingar o indiferentismo da Paraíba.

*

Foi nomeado diretor e lente de pedagogia do externato normal, o Dr. Francisco José Rabelo. O ato da presidência seria muito acertado se tivesse assento na lei; e nenhum dezar (sic) ficaria ao Dr. Rabello, como liberal, aceitando a nomeação, se anteriormente a mesma presidência não tivesse declarado por seu órgão oficial, que o lugar é de confiança politica.

Depois de uma tal declaração, parece-nos, cumpre ao partido liberal conceder passaporte ao Dr. Rabello que, sem tristura (sic) e sem ruído, voltará aos antigos arraiais.

Decididamente o Dr. Rabello montou-se num dilema bem difícil de destruir - ou então, é o caso de dizer-se que S. S. sabe <acender ambas as velas>.

*

A colônia italiana teve o seu dia de festa, o dia 20, data gloriosa para o reino da Itália, por ser aquela em que firmou-se no país a legalidade, abolindo-se a prepotência clerical, que por alguns anos havia peiado (sic) a razão e obstado a marcha progressiva das grandes ideias.

Os dignos membros da colônia italiana souberam comemorar o aniversário de uma das maiores datas da respectiva nação, dando, destarte um belo exemplo de seu provado patriotismo.

*

Foi nomeado promotor publico do Catolé do Rocha, no 4º distrito o leigo Antonio Gomes de Arruda Barreto, cabo de guerra eleitoral de todos os tempos.

O Dr. Pedro Corrêa, atualmente, é todo eleição do 4.º distrito, mas, por Santo Honório, quanto maiores forem os esforços, tanto mais dolorosa será a derrota.

*

O ramal da < Conde d'Eu> para o Cabedelo há de passar por traz da alfândega.

O Dr. Justa já se acha a estudar um meio de sair-se <airoso> da caçada...

*

Pela assembleia provençal tem havido completa paz, para felicidade geral da província.

*

Os ingleses ocuparam-se, durante a semana, em destruir o porto desta capital, impelidos certamente pelo desejo de encontrarem a legendaria cabeça, que o Varandas abandonou.

A escavação que é profunda vai um pouco adiantada, e tem espaço suficiente para <receber> os reclamantes...

Será crível que os ingleses procurem sepultar a municipalidade?

É o que deseja saber

Walker

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 114, 25 set 1888.)

Notas da semana

Terça-feira, 2 de outubro de 1888

Por infelicidade dos demolidores e para completa desilusão e efêmero sossego dos renegados da atualidade, passou a semana em plena calma, o que muito desagradou-me porque não disponho de imaginação fértil e criadora para da- falta de assunto - fazer assunto desta seção, tanto mais quanto ela, pelo título, não passa de um registro de atos e fatos consumados.

O maquinismo oficial, centro principal dos acontecimentos entre nós, não funcionou e eu desconfio que semelhante inatividade tenha por motivo alguma greve entre os respectivos operários.

Se assim é, se realmente existe greve, cumpre que o *mestre* das oficinas, ou ceda às exigências dos insubordinados ou os substitua por gente mais conformista, com tanto que se restabeleça o trabalho em ordem a ser aproveitada a *matéria prima*, cuja acumulação não é lá muito conveniente.

O *mercado* não pode, sem grande alteração da ordem, conservar-se por mais tempo desprovido dos *produtos* de primeira necessidade; por conseguinte urge atear fogo as caldeiras, azeitar as molas e trabalhar.

O quietismo em caso algum é de bom efeito, e quando o seu exemplo é dado por quem justamente não pode estar quieto - o governo, mal vão os direitos da sociedade.

Creio que esta é a opinião de todos os filósofos antigos e *modernos*.

*

Quem andou em verdadeira atividade foi a policia, que arcou deveras com as jogatinas e seus amadores, muitos dos quais foram hospedados pelo Antonio Ricado em seu deleitável *chalet*, assinando alguns termo de bem viver.

A energia policial seria *in-totum* louvável se não se localizasse só ali pelas imediações da quitanda e se tivesse feito sentir também noutras *áreas mais populosas*...

Além desta falta, talvez involuntária, notei que a senhora policia escorregou um pouco pelo terreno da ilegalidade, o que é muito natural nos tempos que correm. Refiro-me ao destino que tiveram muitos dentre os prisioneiros, fazendo-se-os forçadamente verificar praça no exercito e na armada, sem se atender à escusa legal que a alguns aproveitava.

O recrutamento está abolido, há alguns anos, e desde que a polícia de minha terra procura restabelecê-lo em plena paz, comete uma ilegalidade, desrespeita a garantia do cidadão, e promove uma anarquia, cujos ruidosos *murmúrios* vão repercutir até no recesso da família com alteração notável na economia domestica.

Outros meios existem, mais eficazes, para a repressão da vadiagem e do vicio; sejam eles aplicados com critério e os resultados serão prontos.

*

Está assentado que o prolongamento da Conde D'eu para o Cabedelo passará por traz da alfandega, e o Dr. Justa já mandou propalar pela imprensa que semelhante medida foi proposta por ele ao governo.

Pasma ver a facilidade com que o engenheiro fiscal da Conde d'Eu muda de opiniões! Ontem o traçado lógico, como diria qualquer professor de filosofia, era aquele que inutilizava a rua Visconde de Inhauma; hoje a lógica justifica traçado diverso!

Não há dúvida, o Dr. Justa é a coerência personificada.

Se S. S. procurasse em todos os seus atos satisfazer a expectativa do povo que o tem hospedado por tantos anos; se advogasse com dedicação os interesses da terra que tem-lhe prodigalizado tanto bem estar; se não germanizasse tanto o seu procedimento, seria invejável a posição de S. S. na sociedade paraibana. Infelizmente, porém, assim não acontece.

*

Para o quarto distrito seguiu o secretario da presidência, Dr. Honório H. de Figuerêdo que, a esta hora, deve estar na vila do Teixeira, realizando conferencias eleitorais, com aquela palavra fácil e eloquente que todos lhe reconhecem.

O governo não podia fazer-se melhor representar no pleito que se vai ferir a 14 do corrente e o Dr. Honório voltará triunfador, afirmando a sua *legítima* influência e demonstrando a eficácia do *auxílio* de que fui portador...

O administrador da província inclina-se a entrar em acordo com a assembleia, desejoso de obter as leis anuais a seu talante; insiste também em querer suprimir o consulado provincial e lembra a necessidade de fundir-se às diretorias da instrução, acabando com a reitoria do liceu que, no dizer de S. Exc. é mais um lugar acumulado...

Eu aplaudo as disposições reformistas do novel Administrador e se assembleia me ouvisse promulgaria uma lei mais ou menos nestes termos:

<A assembleia Provincial da Paraíba resolve:

Artigo único - Fica o presidente da província autorizado a (espaço em branco para S. Exc. encher a contento dos mosqueteiros e dos filósofos reformados e em atividade)

Depois disto... o diluvio.

*

A 29 do mês findo aqui chegou, indo do Recife, o Dr. José Novaes, chefe de policia removido do Ceará para esta província.

S. S. não se fez anunciar, e como qualquer outro bom mortal não teve recepção.

Por se achar a passeio a administração publica não prestou juramento o Dr. Novaes, e continua a interinidade do Dr. Trindade.

Parece-me que o exercício de autoridades e empregados removidos não depende de juramento e a respeito, desconfio, há disposição legal.

Mas eu não tenho competência para indicar leis a quem, pelo menos presumidamente, deve sabê-la ao fundo, e apenas limito-me a dizer que Dr. José Novaes não entrou em exercício porque... não quis.

O Dr. Rabello, a proposito da apreciação que fiz em minhas últimas - notas -sobre sua nomeação para diretor e lente de pedagogia do externato normal, deitou em seu Diário um

estirado artigo sob a epigrafe <a Gazeta despeitada> no qual, esquecendo os conselhos da velhice, atirou-se com o calor próprio de sua idade, de encontro ao meu amigo Dr. Eugenio, assacando-lhe toda sorte de baldões.

Errou o ilustre pedagogo e aquele seu artigo descobriu-o na emboscada em que se achava S. S. espreitando oportunidade para atirar sobre o meu amigo o projétil do seu ódio concentrado.

O honrado Dr. Eugenio, que, se o quisesse, responderia com vantagem ao Dr. Rabello, nada tem com as - notas da semana - cuja responsabilidade é alheia.

Os conceitos que emiti a respeito das condições em que foi o Dr. Rabello nomeado para o externato normal, permanecem inabaláveis, e nem de leve foram modificados pelas declamações de S. S. no artigo a que me refiro.

É um contra senso considerar-se o Dr. Eugenio despeitado pela demissão que lhe deram o externato, quando o motivo que determinou essa demissão só podo ser muito honrosa para um liberal de sua estatura.

*

Despedindo-se, por hoje, dos poucos leitores que por ventura tenham as - notas da semana - pede-lhes benevolência o seu autor.

Walker.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 120, 2 out 1888.)

A semana finda

Quarta-feira, 26 de junho de 1889

Parece que estou vendo uma nuvem de descontentamento e mesmo de decepção ensombrar o semblante do leitor ao deparar com *A semana finda* em vez da rubrica *Notas da semana*, que infalivelmente apareciam às terças-feiras.

É justo.

A linguagem vibrante de Walker, os criteriosos conceitos por ele sempre expedidos, os levantados comentários que ligava aos acontecimentos, a justa apreciação dos fatos ocorridos, tudo isso vai hoje ser substituído por uma simples resenha da semana finda, escrita com um pálido acúmulo de frases mal contornadas, mas ditadas pela maior boa vontade e pelo empenho que faz a *Gazeta* em bem servir aqueles que a leem.

Entretanto, compatriota e amigo de Walker, cuja atividade intelectual acaba de encontrar um vasto campo para a sua manifestação, privando os seus apreciadores de vê-lo hoje nas colunas desta folha, procurarei, no encajado limite das minhas forças, seguir-lhe as pegadas nessa escabrosa estrada, cujos obstáculos ele sabia vencer com tanta facilidade e firmeza e que, estou certo, me farão tropeçar de vez em quando.

Sirva, pois, a minha boa vontade de compensação ao arrojo do meu empreendimento.

A passagem do Conde d’Eu por esta capital e o início da nova administração da província pelo Exm. Sr. Dr. Manoel Dantas Corrêa de Góes, eis os mais notáveis acontecimentos da semana finda.

Depois de muitos anos de estabilidade na corte do Império, interrompida unicamente por poucas viagens à Europa, o Sr. Conde d’eu tem iniciado, do ano passado para cá, alguns passeios pelas províncias deste grande país de que será talvez um dia de governador.

Não quero nesta ocasião entrar em certa ordem de apreciações relativamente à época escolhida por S. A. para levar a efeito esses passeios; não quero mesmo comentar a coincidência dessa resolução com a decadência física e moral do Sr. D. Pedro II, que com tanta perspicácia dirigiu os destinos da nação enquanto achava-se em pleno vigor das suas faculdades intelectuais e em plena robustez do seu forte temperamento.

Não.

Quero aceitar francamente o humanitário pretexto que, aos olhos do país, impeliu o Sr. Conde a deixar todas as suas comodidades, a separar-se da magnânima consorte e do sogro enfraquecido e debilitado, isto é: - A devastação da febre amarela em Santos e Campinas e a seca nas províncias do Norte.

Tudo isto é muito honroso; mas o que é verdade é que à visita de S. A. pelas diversas províncias se tem ligado um outro fim, um pensamento reservado atribuído ao augusto viajante e que tem dado lugar a manifestações propriamente partidárias em diversos pontos, por onde tem ele passado.

A par das recepções oficiais mais ou menos brilhantes e ruidosas que têm acolhido o Sr. Conde, tenho notícia de que, como notas discordantes perturbadoras da harmonia dessas recepções, como um contraste a esse esplendor que soe dar a todas as festas o prestígio das mais altas autoridades constituídas, se tem levantado aqui e ali um ou outro movimento reacionário, um ou outro clamor contra a dinastia que S. A. representa.

Esse movimento e esses clamores, partidos do seio da multidão e que já ecoaram na câmara de deputados e não sei se em breve ecoarão na câmara vitalícia, subindo aos ouvidos de S. A. embora abafados pela expansiva vozeria do mundo oficial, devem ter demonstrado que não é unicamente de rosas o mar em que navega o Sr. Conde.

Por mais fraco que seja um ou outro vagalhão que se levante na vasta amplidão do oceano, serenado e tranquilo pela calmaria ou pelo bom tempo, o navio sempre oscila quando o seu costado é batido por essa onda intermitente.

Não sei, pois, qual a íntima impressão que guardará consigo o Sr. Conde d'Eu, quando recolher-se à Corte do Império, e calmo, concentrado, refletir sobre os acontecimentos que se deram durante a viagem.

Quanto a recepção que lhe fez a Paraíba, deixando de parte o que puramente oficial, o que nela predominou foi... a curiosidade.

No dia 22 assumiu a administração da província, na qualidade de seu 1º vice-presidente, o Exm. Sr. Dr. Manoel Dantas Corrêa de Góes, que nomeou para chefe de polícia o nosso ilustre e distinto colega Dr. Antonio Bernardino dos Santos.

Assim, as duas primeiras autoridades da província, liberais de fina tempera, experientes e práticos na direção dos negócios públicos, parece-nos, constituem uma garantia aos direitos dos seus correligionários e aos dos nossos patrícios em geral, bem como às aspirações desta pobre terra, que atualmente passa por uma crise melindrosa, difícil e assustadora.

Entretanto muitos tropeços encontrarão para regularizarem a marcha do seu partido, em consequência da desarmonia que infelizmente nele tem sempre predominado.

O início, ou antes, a inauguração de uma situação política é tarefa demasiadamente árdua e difícil; e é por isso que me regozijo com a circunstância de ver à frente dos negócios públicos duas individualidades que, dotadas de energia, poderão vencer os obstáculos que se lhe antolham.

Entretanto, força é confessar, não deixa de estar cercada de acerados espinhos, desde o seu começo, a situação liberal, já não digo somente na Paraíba, mas em todo o país.

Ou porque não fosse muito oportuna a ascensão dos liberais ao poder; ou porque não agradasse a todos os políticos o programa apresentado pelo Sr. Visconde de Ouro Preto, à despeito das ideias puramente liberais nele contidas; ou porque o Sr. Saraiva, o oráculo do partido e talvez atualmente o homem mais proeminente na política, se tivesse mostrado mais adiantado em suas ideias do que o atual presidente do conselho, conforme declarou em conferência a S. M. o Imperador, mostrando-se francamente adheso (sic) à federação das províncias; o que é verdade é que a situação liberal vai encontrando sérios embaraços em seu caminho.

Como quer que seja, é muito cedo ainda para aventurar mais longas considerações a respeito, e limito-me a desejar ardentemente que desloquem-se todos os obstáculos, desfaçam-se todas as nuvens, para que o país possa marchar com toda a firmeza para o progresso, que deve ser a sua única aspiração.

WARTON.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano II, n. 328, 26 jun 1889, p. 1).

A semana finda

2 de julho de 1889

Correu a semana finda marchetada de flores e também crivada de espinhos; cheia de profundos desgostos e grandes decepções para os que sentiram-se feridos pela ponta acerada destes e que expansivas alegrias e íntimas satisfações para os que se inebriaram nos perfumes daquelas; iluminada de risos de felicidades a desabrocharem nos lábios de uns e obscurecida de pungentes magoas e dolorosas lágrimas a confrangerem o coração e empanarem o brilho dos olhos de outros.

A vida é cheia de contrastes e os risos e as lágrimas como que se casam perfeitamente na existência da aventura humana.

Noticiando os fatos ocorridos esse contraste salienta-se nos acontecimentos da semana finda.

De um lado as ruidosas festas de S. João e S. Pedro para os que, descuidosos e felizes, sentiam-se aliviados do peso de um sofrimento qualquer; as portarias de nomeações a satisfazerem as múltiplas pretensões dos políticos que se acham no poder; a reparação aos que no ostracismo atravessaram com coragem a época difícil das vacas magras esperando que chegasse a das vacas gordas; enfim, todo esse ardor em bem servir os amigos o correligionários, distribuindo-lhes os chefes a que eles se julgavam com direito.

Do outro lado, a passagem dos políticos e dos funcionários públicos que exercia, e pregos de confiança para o inevitável ostracismo; as demissões aceitas com resignação por uns e recebidas com desespero por outros; as queixas dos que não foram atendidos em suas aspirações; as esperanças destruídas dos que as alimentavam apesar de tudo e os castelos derruídos dos que não os julgavam firmados sobre areia.

E, dominando todas estas decepções, na semana finda, a morte implacável a fazer vítimas, enlutando o seio das famílias e até mesmo emocionando de tristeza o coração da pátria!

É sempre mais pesada a carga dos males e a balança da vida pende constantemente para o lado do sofrimento.

Aos descontentes enviamos daqui um voto de animação; - que se resignem com o mal presente, confiando na reparação futura: mas, aos que perderam toda a esperança com o eterno desaparecimento das pessoas que lhes são claras e cujo vácuo não poderá jamais ser preenchido, apresentamos sinceros sentimentos de profundo pesar.

Depois de acentuar-se ainda mais, nesta capital, a desorganização da política dominante com a ascensão do partido liberal, dizem-no que restabeleceu a harmonia entre os que se achavam divorciados e em desacordo, podendo agora as influencias da grey se entender sem reservas, caminhando todos de comum acordo e bem arregimentados para a renhida luta que não tardará a ferir-se no acampamento eleitoral.

Deve ser esta a exclusiva aspiração dos partidos; mas nós é que não nos convencemos ainda de que todos os convivas desse grande banquete politico tenham levantado as taças para saudarem uníssonos a harmonia do partido, o que aliás desejaríamos que se fizesse para o bom andamento dos negócios públicos.

Vemos ainda nuvens carregadas do horizonte, à despeito dessa conciliação tardia que dizem ter sido feita entre os que estão dando a nota às coisas políticas e os que, arredios, conservam-se em uma atitude indiferente, quase hostil, á situação que apenas começa e que assim vai encontrando sérios estorvos em sua marcha.

O comparecimento dos dois partidos políticos, quiçá dos três partidos que disputam a palma da vitória neste vasto Império, perante as urnas eleitorais, está muito próximo.

Entretanto não consta que esteja assentada definitivamente a escolha dos candidatos à eleição geral, e, pelo contrário, podemos quase afirmar que não há uniformidade de vistas das influências do partido dominante, relativamente àqueles que aspiram uma cadeira na câmara temporária.

Sem um acordo absoluto, previamente estabelecido, sem que se resolva a designação de um único nome para cada distrito eleitoral, não é difícil prever qual será o resultado da campanha que deverá ter lugar a 31 de agosto.

Esse acordo não se deu e, pelo contrario, sabemos que ha profunda divergência entre os candidatos, pois são diversos os que desejam apresentar-se com o cunho e o prestigio oficiais perante as urnas, nos diversos distritos; daí a dificuldade e os embaraços da escolha.

Já se reuniram as legítimas influencias do partido, no intuito de assentarem em plano definitivo que possa ter uma probabilidade de bom êxito na lua que se aproxima?

Com certeza ainda não o fizeram; e, ao passo que se divulga o boato de que há acordo entre os chefes, pelo fato de se terem entendido alguns deles, vemos outros, de verdadeiro prestigio e de provada influencia, de certo modo afastados desse movimento político-administrativo, a despeito do incontestável direito que têm de participar dele.

Não sabemos se será ainda tempo de remediar esse mal que só aproveita aos adversários do partido dominante; mas é certo que quanto mais tardia for a resolução da darem a verdadeira importância a algumas dessas influencias, que se acham justamente magoadas, mais difícil será uma conciliação eficaz e proveitosa.

Ainda uma vez repetimos, somos um órgão neutro na imprensa da província, nenhuma aspiração politica alimentamos, não nos incita a assim nos exprimirmos nenhum despeito, nenhum interesse reservado de qualquer natureza que seja; mas, por isso mesmo que não nos filiamos, no jornalismo, a nenhum dos partidos, temos o direito de dizer com franqueza o que pensamos em proveito do bom andamento dos negócios públicos.

Desde que da marcha regular da politica depende o bem estar da província e a garantia dos direitos do povo, de que devemos ser advogados, não nos podemos razoavelmente calar

diante de semelhante estado de coisas, por que a desagregação política de qualquer dos partidos só pode embaraçar as justas aspirações dessa mesma província, que tem por único objetivo a sua prosperidade.

E nem se pense que uma folha neutra não pode intervir em tudo isso; o contrário é que seria disparatado nos arraiais da imprensa que, antes de tudo, timbra em cumprir as suas múltiplas e árduas obrigações; e, como jornalistas, a nenhuma consideração inconfessável amoldamos os nossos espinhosos deveres.

Tendo assim exposto com a maior franqueza o nosso pensamento, vamos terminar A semana finda, que já vai longa, fazendo votos para que desapareçam todas as nuvens que se acumulam no horizonte político, abrindo brecha por entre a cor escura que o obscurece um sol brilhante de luz, que tudo reanime e vivifique, em bem dos créditos da província.

WARTON.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano II, n. 332, 2 jul 1889)

Edição 338

A semana finda

Terça-feira, 9 de julho de 1889

Continuou com toda a atividade, na semana passada, o movimento político-administrativo reclamado pelas exigências da montagem da nova situação, que precisa antes de tudo nivelar e preparar o leito da estrada por onde tem de caminhar, destruindo os maiores obstáculos para não encontrar grandes tropeços em sua passagem.

Muito se tem feito e muito resta ainda fazer: mas não acompanhamos os operários do poder em toda essa faina de demolições e reconstruções, ou, para sermos mais precisos, não apreciaremos a justiça ou injustiça, a conveniência ou inconveniência, uma por uma, de todas essas portarias de demissões, nomeações e distribuição de lugares que têm sido expedidas das secretarias do governo e da polícia.

Infelizmente as praxes políticas têm estabelecido esse sistema de governo no início de qualquer situação, sendo em pura perda qualquer consideração que se possa fazer a respeito desse modo de administrar, generalizado em todo o país.

Entretanto isso não é motivo para embaraçar a imprensa no seu dever de intervir razoavelmente nos negócios políticos de qualquer partido, de comentar pró ou contra, um ou outro ato administrativo digno de nota, e emitir francamente a sua opinião, principalmente

quando essa imprensa é reconhecidamente neutra em política e exprime-se sem paixão nem interesse partidário.

No domínio conservador um dos mais zelosos funcionários públicos do interior da província, liberal intransigente e conceituado no seu partido, foi destituído do lugar que ocupava, sem um motivo plausível, sem que se tivesse notado a mais leve falta no cumprimento dos seus deveres, e, por consequência, somente pelo crime de militar com dedicação nas fileiras do partido adverso.

Esse funcionário publico suportou resignado a sua demissão e, com a consciência tranquila, esperou naturalmente que os seus correligionários, uma vez no poder, lhe fariam justiça.

Assim não sucedeu.

O partido subiu e consta que foi um outro nomeado para preencher o lugar que a vítima de adversários políticos exerceu sempre com louvavel zelo e distinção.

Refirimo-nos ao Sr. capitão Rufino Olavo da Costa Machado, Ex-coletor da cidade de Areia.

A ser exato que deram um substituto a S. S., que todo o direito tinha a uma separação, não podemos considerar justo esse ato da presidência, ainda mesmo que esta tencione colocá-lo oportunamente.

Só a coletora da cidade de Areia era plausível que se oferecesse ao Sr. capitão Rufino Olavo, como uma prova de que os seus correligionários restituíam-lhe plenamente a confiança que dele retiraram os adversários políticos, como funcionário publico de um lugar , cujo desempenho é dos mais melindrosos.

Dissemos que muito se tem feito e muito resta ainda fazer, na política dominante, e agora acrescentamos: o mais importante, o principal não está ainda feito, porquanto continuam as divergências entre algumas das principais influencias do partido liberal.

Ao Exm. Sr. Dr. Manoel Dantas Corrêa de Góes, primeiro vice-presidente da província, foi oferecido um lauto jantar, em homenagem ao seu merecimento, por seus amigos políticos.

Muitos brindes congratulatórios foram erguidos ao calor do entusiasmo do momento; muitos discursos foram pronunciados, primorosas ideias ornamentadas com as mais bonitas flores de retórica foram expedidas em arroubos de eloquência.

De acordo.

Um observador que friamente estivesse apreciando de parte esse festim esplendido, a julgar pela noticia do órgão oficial, pensaria, ao ver a harmonia reinante entre os convivas, ao reconhecer, em muitos destes, pessoas de grande prestigio politica e social, que efetivamente o partido liberal navegava em um mar de rosas, conduzido por um valente piloto, ou marchava arregimentado sob o comando de um general disciplinador.

Muito bem.

Mas nós, ainda mesmo achando tudo isto suntuoso e justo, conhecendo o desacordo que intimamente lavra entre muitos dos liberais que a esse festim compareceram, mais como uma diferencia ao ilustre correligionário que era o alvo dessa manifestação de apreço do que como uma prova de satisfação para com a marcha dos negócios do seu partido, entendemos que esse grande jantar devia, ao terminar, transformar-se em uma reunião, em que se discutisse francamente as condições da política dominante, em que cada um expendesse o seu modo de pensar, externasse os seus motivos de desagrado e abstenção, acabando todos por chegar a um acordo que, removendo todos os obstáculos que se interpõem a regular direção dos interesses da grey, desse ao partido a fortaleza do que precisa para lutar com vantagem em prol das ideias.

Disto, porém, não se lembraram, e a situação continua como dantes: - fraca e desagrega.

Chegou ontem a esta província, cujos destinos lhe foram confiados, o Exm, Sr. Dr. Francisco Luiz da Gama Rosa, delegado do gabinete 7 de Junho.

É bem difícil e espinhosa a missão de S. Exc. nas deploráveis circunstancias em que vem encontrar esta província, na calamitosa crise que travessa, e o seu partido, na confusão em que se acha.

Assim toda a atividade, perspicácia, tino a inteligência do novo presidente, tem de girar em motu contínuo em torno desses dois grandes males que só com muito trabalho poderão ser sanados.

A empresa é difficílissima e, por mais dedicados que sejam os esforços que S. Exc. despender, por maiores que sejam a energia e boa vontade que puser em jogo, não profetizamos um bom êxito, porquanto serão numerosos e de naturezas diversas os estorvos que será preciso arredar, os embaraços que será preciso remover, as barreiras que será preciso transpor, a má vontade de muitos dos seus correligionários que será preciso superar, para bem encaminhar os negócios da politica e satisfazer desassombradamente as necessidades da província.

Em todo o caso o nome de S. Exc.. conhecido no país onde se tem salientado por seu talento e illustração, é uma garantia ara esta infeliz terra, que precisa de bons e criteriosos

administradores, e um lampejo de esperança para os que lamentam sinceramente as lutas intestinas e fatais que são alimentadas no seio de uma mesma corporação.

Assim, a província e a política muito esperam do Exm. Sr. Dr. Gama Rosa, a quem jamais regatearemos os nossos aplauso, certos como estamos de que S. Exc. promoverá o levantamento de uma e de outra do estado precário e deprimente em que atualmente se acham.

WARTON.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano II, n. 338, 9 jul 1889)

ANEXO G – Crônicas da Seção “*Toto foro, tota urbe*”, de Paulo Cavête, pseudônimo não identificado

Terça-feira, 16 de outubro de 1888

TOTO FORO, TOTA URBE...

Pasmaceira!...

É a *mot d'ordre* da cidade.

Tudo quieto, tudo calmo, mas de um quietismo enervante e de uma calma podre.

Cada indivíduo que encontra-se é um ponto de interrogação a indagar-nos o que há de novo; e antes que se nos pergunte, nós disparamos logo o clássico – o que há de novo? quando nos encontramos com alguém.

E vamos por aí a fora a bocejar, a procurar uma diversão qualquer, que não encontra-se.

A prosa da botica do Tónico já não tem os encantos de outrora e os fregueses tem-se dela afugentado, já em busca da botica do Lacerda que tem menos sebo, já porque o Tónico anda adoentado, *le pauvre Mr. de la Palisse!*...

Ali na Baixa os grupos formam-se ora na porta do Mendes, ora na do Quincas Garcia, ora na do Motta; mas grupos apáticos, sonolentos e aos quais o Mendes, que faz parte de todos três, não consegue dar vida, nem mesmo contando as suas histórias de cavaleiro andante.

E com esses grupos mesmo parece não andarem muito satisfeitas as *almas do outro mundo*, a avaliar pelas diabruras que tem elas feito nestes últimos dias.

O Varadouro das 8 da noite em diante parece um verdadeiro seio de Abraão, e onde só existe patriarcas.

No bilhar do Barros ainda há um certo movimento, e na loja dos Vinagres ainda faz-se um pouco de política, um pouco de conversa e um pouco de espírito, principalmente quando por ali aparece o ex-Tiriri e futura densa da Fortuna que pretende abarrotar esta cidade com a cornucópia de sortes grandes.

Assim seja!...

Se se pudesse porém virar a cidade de cabeça para baixo e observar o seu interior, quanto movimento e quanta coisa extraordinária veríamos nas *cumbucas* por onde aloja-se o Dr. Justa!...

Mas isto não é permitido, nem seria decente por a Parahyba em fraldas de camisa, ela que é tão pudica e tão honesta... na aparência.

O Lacerda era quem podia nos dar alguma novidade; mas o homem vive tão azafamado depois que entrou para o Lyceu e que tornou-se perna de governo, mas uma perna valente, terrível e descomunal, que até as consultas na botica são dadas à cavalo.

O tempo lhe é pouco para aconselhar a S. Exc., diz ele.

Por isso mesmo é que vê-se tantas asneiras.

*

Pois eu vou ver se consigo saber de algumas novidades *por toda parte e por toda cidade*; e se as souber, comunicarei aos leitores da *Gazeta*.

Paulo Cavête.

(*Gazeta da Parahyba*, Edição 132, Ano I, 16 out 1888, p. 2.)

Quarta-feira, 17 de outubro de 1888

TOTO FORO, TOTA URBE...

Eu sempre tive muito medo de *almas do outro mundo*.

Desde pequeno que passava as noites em claro, banhado em suores frios, quando ouvia contar algumas dessas histórias que ainda hoje arrepiam-se os cabelos, pois não posso acostumar-me com esses entes a que dá a credence popular voz soturna e alvíssimos sudários.

Os habitantes da Baixa tem pois motivos para andar inquietos com o *mal assombrado*, como qualificou o fato o *órgão de todas as classes*.

Bem ou mal assombrado, eu não quereria nem por sonhos estar ali, na companhia do Mendes, pois o menos que podia suceder-me era ficar com a cabeça em estilhaços, se alguma das pedras, que as almas atiram, me alcançasse.

A nossa polícia até hoje nada conseguiu ainda descobrir nem prender uma só *alma* para trancafiá-la, e ainda anteontem lá andaram de ronda o presidente da província e o Dr. chefe de polícia, que voltaram com a mesma cara e a mesma cabeça com que foram.

Parece-me porém que a polícia anda caminho errado, e como vai, não conseguirá sequer afugentar as almas quanto mais prendê-las.

Isto de almas eu sempre ouvi dizer ser negócio com a Igreja: do que se precisa na Baixa não é de rifles de soldado e sim de caldeirinha de sacristia; e se as almas escolheram de preferência a Baixa para as suas diabruras, é naturalmente porque os seus habitantes não estão lá muito correntes com a sua consciência e a Igreja, e precisam de confissão e penitência.

A polícia deve, pois, convidar o vigário da freguesia para ouvir os habitantes da Baixa em confissão, benzer as suas habitações e fazer exorcismos.

Só assim poderão ser ali restituídos o sossego e a tranquilidade, e aplacar talvez as iras de N. S. do Rosário, pois há quem diga que a Santa não é estranha a essas coisas por andar muito incomodada com os inquilinos de suas propriedades...

É que talvez os tais inquilinos não procedam como devem, e estejam fazendo o que com a mesma Santa fazia o pretinho que, todas as vezes que tirava esmola para a missa de N. S. do Rosário, ia jogar com a Santa, e esta sempre infeliz, perdi sempre.

O Lacerda filosofando ao ler ontem o título desta seção:

– Que danados! Não achando mais a quem descompor, já chamam o foro do tótó e o Tota de ubre!

!!!

Paulo Cavête.

(Gazeta da Parahyba, Edição 133, Ano I, 17 out 1888, p. 2.

Quinta-feira, 18 de outubro de 1888

TOTO FORO, TOTA URBE...

Anda S. Exc. em patuscada a visitar estradas de ferro e pontes, tendo por *cicerone* em suas visitas o Dr. Justa.

Isto quer dizer que S. Exc. o Sr. Dr. Pedro Corrêa está ali, está lambido pelo Dr. Justa, e tudo há de ser feito à vontade deste.

Porque o Dr. Justa sabe dizer as coisas e explicá-las; e há de ter dado tais esclarecimentos sobre estradas e pontes, que S. Exc. os compreendeu sem pescar patavina, e não compreendendo, compreendeu-os.

Resultado: estrada pela rua do Visconde de Inhauma, mais dinheiro para a ponte de Tambaú.

Soma total – *Justa Araújo*.

E qual já foi esse presidente da Parahyba que o Dr. Justa não botou da parte da epístola!

Liberais e conservadores todos constituem-se logo íntimo desse *vieux garçon*, quer queiram, quer não queiram, porquanto o ilustre engenheiro tem amabilidades que fascinam, e como fiscal do governo leva o cumprimento de seus deveres a ponto de fiscalizar o que pensam

a seu respeito os presidentes, e por isso os presidentes, naturalmente receosos, nada pensam sobre o Dr. Justa.

Ainda ontem lá ia ele para Tambaú em carro, escoltado pelo Srs. Drs. Pedro Corrêa e Novaes, a cavalo; e o Dr. Justa ia tão satisfeito...

Um verdadeiro bilontra este Dr. Justa.

.

Na visita ao ramal do cabedelo deram-se episódios interessantes e antes mesmo de terminada ela, já estava o Sr. Dr. Pedro Corrêa convencido da grande asneira da passagem da linha férrea por trás da alfândega.

Além da cerrada lógica do engenheiro fiscal, ali estava ao lado deste o Sr. barão do Abiahy que não o deixava dizer asneiras, e só dizer o que podia e devia ser dito.

E o Sr. Pedro Corrêa não é difícil de ser convencido.

Terminada a visita, dizia o Dr. Novaes chupistando um copo de cerveja e dirigindo-se ao Dr. Pedro Corrêa que abraçava uma caixa de charutos;

– É preciso mandar o telegrama já.

E o Dr. Justa riu-se e olhou para o barão do Abiahy.

*

Entre o Gusmão e o João Maximiano:

– Então, colega, porque o chamam D. Francisco?

– Porque sou irmão de S. Francisco das Chagas.

E o Gusmão disparou logo este improviso:

Sendo João és Francisco

Deixa falar essa gente.

Sendo Francisco eu também,

Me chamam *sorvete quente*.

Lá no meu belo Recife

As coisas assim não são,

Quem é Francisco é *seu* Chico,

Quem é *seu* Joca é João.

Paulo Cavête.

(*Gazeta da Parahyba*, Edição 134, Ano I, 18 out 1888, p. 2.

ANEXO H – Crônicas da Seção “*Causerie*”, de Alceste, pseudônimo não identificado

Causerie

Quinta-feira, 3 de abril de 1890

Domingos de Azevedo, o famoso dicionarista, esclarece:

Causerie – conversa; cavado; etc.

Já sabemos, pois, a que se destina esta seção: - a meros cavacos, periódicos, amenos.

É francês o título? Pouco importa, desde que não saiba a inglesismo.

Máxima social: tudo neste mundo, feito à semelhança de Deus, é bom e respeitável; só o inglês é mau e excepcional...

X

Ao perto e ao longe, aqui e ali, o cronista irá buscar assunto, de preferência leve e humorístico, sem compromissos de seita, de escola, e de estilística. Os problemas intrincados do socialismo que mina o continente europeu, e a propagação da *influenza*, não estremecerão ao contato da nossa presença, nem ao prurido dos nossos adjetivos.

A retórica está vilmente desacreditada pelos poéticos alpheus, e, perante os seus floreios mashonos e postiços, já não desmaiam de amor as pudicas Julietas – em noites de luar...

X

Infelizmente, para a parolice artificiosa e reles, parece que, com o alvorecer da República, <tudo caía, lomboa na imensa ruinaría...>

Excetuando, porém, entre nós, uma instituição que, ou porque tenha sempre andado aos *tombos*, ou porque seja *inglesa*, ainda se conserva altaneira. É a estrada de ferro Conde d’Eu.

Como quer que seja, *a muito alta e poderosa superintendência* já se coagiu a obsequiar-nos com um trem *misto* aos domingos, - o que equivale a um comboio diário, sem intermitências beatas, nem atitudes sophistiexs...

X

Mas... um trem misto!

Creemos que, aos domingos, os trens poderiam ser expressos para passageiros.

E, daí, pode bem ser que estejamos em erro...

X

Anuncia-se para domingo próximo, um espetáculo no desconjuntado teatro <Santa Cruz>.

Sim, senhores, depois de se haver gasto centenas de contos no <Santa Rosa>... depois da retórica oficial o haver inaugurado... ele conserva-se *pelado* nas faixas infantis!

X

Triste! supinamente triste!...

ALICE⁴⁶

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano III, n. 554, 3 abr 1890)

Causerie

Quarta-feira, 9 de abril de 1890

Combinaram-se recentemente, no Recife, as lojas de retalho, em fechar diariamente às 6,2 horas da tarde. Esta medida de salutar alcance, já de há muito tempo, está em prática na Bahia.

Analogamente, ocorre-me lembrar a conveniência de ser aqui seguido pelos senhores lojistas tão louvável ideia. Por mera exceção, as vendas continuariam a fechar às 8 horas da noite. Mas, ainda assim, todos os estabelecimentos – quaisquer que eles sejam podem, sem prejuízo, encerrar os seus negócios ao anoitecer.

Demais, é escasso o número de transações, e de sobra chega o dia para realizá-las.

A verdade é que, de noite, nada se faz, e a *conversa* é que preenche o claro de duas horas passadas em pura ociosidade.

Além de que, são poucas as lojas da cidade baixa, concentradas apenas em uma rua, e, portanto, mais fácil será o acordo.

Pondere-se mais que é péssima a iluminação que temos, e em querosene e *vidros quebrados*, vai-se anualmente uma boa verba.

Pondere-se.

X

Para levar a efeito a benéfica combinação de se fecharem os estabelecimentos mais cedo, é bastante que três negociantes dos mais prestimosos queiram patrocinar esta causa, e peçam a coadjuvação dos seus colegas. Será obra de um momento. Se porém se objetar que, na Associação Comercial, está consubstanciado o elemento mercantil e dali deve partir a iniciativa, ainda sou levado a crer que, sem escrúpulos, aquela corporação abraçará a lembrança, e, por ela, empenhará os seus louváveis esforços. A digna diretoria não lhe negará o prestígio da sua

⁴⁶ O primeiro escrito desta seção está assinado por Alice. Entretanto, as demais crônicas são assinadas por Alceste. Acreditamos que houve um erro de tipografia.

influência, e, por este lado, pode-se desde já assegurar, e sem receio de errar, que a ideia será coberta do melhor êxito.

ALCESTE.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano III, n. 556, 9 abr 1890)

Causerie

Quinta-feira, 10 de abril de 1890

Ramalho Ortigão, o eminente crítico português, escreveu que o escritor deve sempre primar pela honestidade de sua prosa. Seguindo o douto conselho de tão preclaro publicista, o obscuro feitor destes *cavacos* porá todo empenho na veracidade de suas asserções, - embora o mesmo empenho deixe de expandir-se no brilhantismo da frase e no polido da locução.

A isto se poderá chamar *advertência prévia*.

X

Depois que, em borá hora, aportou a esta cidade, o distinto e brioso militar, coronel Bento da Gama, a comandar o batalhão 27, tenho observado que, novo e asseado aspecto se observa no largo do quartel, em frente ao teatro Santa Rosa. Até há bem pouco tempo, a marvotica perspectiva que apresentavam as peças, ali expostas à admiração dos povos, faziam *penitant* com os magotes constantes da soldadesca que, pelas calçadas, ruminava, numa ociosidade pouco disciplinar, de dia e de noite – em colóquios quitandeiros...

Agora já se vêem dois bancos torneando as árvores; os magotes dispersaram; as peças aquartelaram; e o local está limpo, graças a Deus.

X

Para o que não tem havido disciplina, nem olhos compassivos, é para a conclusão das obras exteriores do teatro Santa Rosa.

Aquele muro que só a *alta engenharia* descobriu – para dispêndio de *verbas verbais*... aquele muro, dizemos, está mesmo a pedir que o fechem... para tapar a entrada de cenas vergonhosas – a que se está prestando.

A Moralidade que, como se sabe, é uma senhora virtuosa, ao passar ali uma destas noites, enfrentando com os portões do muro, teve uma necessidade... destas que acometem qualquer cristão, por mais virtuoso que seja...

E, sem mais aquela, transpõe os umbrais, mas, oh amarga decepção! a Moralidade recuou – porque lá dentro erguia o colo, aquelas horas da noite, a abjeção e vício.

ALCESTE.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano III, n. 557, 10 abr 1890)

ANEXO I – Crônicas unitárias da *Gazeta da Parahyba*

A cidade.

Quarta-feira, 8 de agosto de 1888

Cidade de mármore o do granito, tu és a mais formosa entre as cidades do mundo!

Eram estas as palavras que eu quisera dizer-te, oh Paraíba, conforme, disse de Lisboa o grande historiógrafo Alexandre Herculano.

Mas a verdade, cruel como os ex-atores do fisco, manda dizer-te que, infelizmente, em mármore, nada possuis; e, de granito tens os corações daqueles que se interessam pelo teu progresso abrindo-te uma estrada de ferro para o Cabedelo... o futuro Liverpool da província.

O que realmente tu tens, oh cidade da Paraíba, é lama, muita lama nas margens do Tiriry!

Descoberta maravilhosa a lama da Paraíba, para fabrico de *cimento Portland*!

Fúnebre como as ruínas de Jericó, e teu *ar* de cidade, parece bafejado pelos cemitérios...

Radiosa em poucos dias de festa, o teu riso assemelha-se ao riso dos *gommeux*... de monóculo, sem nitidez de contentamento, e sem a compreensão perfeita dos *deuses* que festejas!

Inditosa cidade! o desalento cavou rindo em teus costumes... e a cada pedra que levantas, morosamente, no edifício social, vem o sopro da fatalidade arrojá-la para os sorvedoiros... para a lama!...

- Lodo - e lama, são, de rosto, oh Paraíba, os *calcários* valiosos que caracterizam a tua força material, à tua formosura de cidade

Esta descrição, lúgubre, da Paraíba, encontrei-a a semana passada, por acaso, na solidão do meu gabinete, intercalada nas páginas de um livro delicioso de Adolphe Belot: A mulher de fogo.

À proporção que o lia, o espirito anuviava-se-me... havia nele alguma coisa de espectral... e de verdadeiro!...

- Com os diabos! bradei indignado, isto cheira a sepultura! é um epitáfio, e é uma infâmia!

Arremessei para longe o papel, maldizendo o patife que, talvez na hora derradeira de se escapulir nos umbrais eternos - pelo *láudano*, vinha dizer-me horrores da capital...

E logo entrei no dédalo das conjecturas de quem seria o celerado que fizera aquela descrição febricida e cadavérica.

Estirado em um sofá de junco da Madeira, rememorando nomes é datas, iria pouco a pouco caindo em sonolência... entrevedo longe, muito ao longe, o mármore e o granito, os desalentos e os sorvedoiros...

Uma chuva miúda, açoitada de nordeste, batia fustigadamente nos vidros das janelas; e fora, na rua, fizera-se um silêncio de alta noite.

Devia ser uma hora.

Adormeci, ali mesmo, perplexo e espapaçado, sem mais investigações mentais, pensando talvez, no amortecimento de luz, que a Paraíba... e a lama... tinham contatos íntimos... amoráveis....

É - força confessá-lo: eu tenho pela cidade a mais extremada simpatia no que ela tem de mais admirável e basbaque, a água do Tambiá; e o cruzeiro de S. Francisco

Há muito que eu lhes devia este bilhete de visita. Por que, sejamos razoáveis, tenho plena convicção que me enveneno diariamente com águas detestáveis de cacimbas. Há-as na cidade baixa, há-as na cidade alta, alastram-se por toda a parte... com ramificações para todos os Tirirys, - e para todas as dispepsias...

O *cruzeiro*, esse, coitado, é de todos os monumentos locais, o mais inofensivo e o mais venerável.

Ele, ali está de pé, intemerato e forte ainda na sua velhice, exposto aos rigores do inverno, e à admiração dos poucos que o sabem olhar na sua *pose* histórica e arqueológica!...

Por tua vez, oh símbolo da religião de Cristo, hás de acabar e desaparecer, como tudo que é material e consumível!

Então, para essa época de fertilidade, talvez, quem sabe se de fundas gemonias? coloquem no pedestal em que assentavas, um bezerro de ouro, hercúleo e piramidal... ressumbrando abundância e majestade, como emblema da riqueza e da baronia...

Incontestavelmente, a cidade tem *nuances* que lhe dão um aspecto agradável e pitoresco, vista á distância... e de perfil.

Mas, observada de perto, interiormente, é chata e sem interesse, ervosa e caspenta.

A *linha* do chic, da moda, da conversação educada, da música, do club, finalmente do recreio ameno e barato, digno e honesto, não a conhece, nem a procura.

O comércio não tem um restaurant aonde lunch, nem uma associação em que se reúna e se informe dos mercados externos, nem um banco, um pobre banco aonde faça as suas transações de descontos e cambiais.,

A política vocifera livremente, sem grêmio, sem ordem, sem ciência e sem orientação.

A arte, ninguém a conhece; não se pratica por inútil: - numa cidade de doze mil almas não se vê um chalet, nem uma única obra que denote a sua presença, que desperte o seu gosto...

Os edifícios públicos são pardieiros sujos e asquerosos, cheirando a cigarro, a bafio, e a morcegos.

Exemplo: alfândega e o correio

As ruas mal calçadas, e com grandes buracos; os becos, de uma imundice repugnante e permanente, sem limpeza, sem fisco, e sem fenol...

Como casa de espetáculos, há o teatro <Santa-Cruz>, acanhado, purulento, macróbio e desmantelado como boneco reles.

É propriedade particular.

A respeito de teatros, existe uma lenda dizendo que há muitos séculos, houve ideia de se levantar um bom edifício, ali para os lados do tesouro provincial.

Empenharam-se nisso bons corações, e bons capitais.

Mas, em lugar de um teatro modesto, elegante e leve, ao tipo das construções modernas, pretendeu-se fazer urna espécie de catedral de S. Pedro, de Roma, com alicerces de dez metros de largo, e capacidade para dez a doze mil espectadores!...

A cidade inteira, em noite de enchente, não estava em casa... isto é, estava no teatro!!!

Supinamente prodigioso... e paranoico!

Aos amadores de antigualhas, mostram-se ainda as ruínas, dolorosamente entregues ao abandono do tempo, e que, como blocos frágeis e inúteis, brevemente desaparecerão da face do espaço, da face da terra e da face da lenda...

Entrei uma vez ali, de dia, em plena luz de um sol ardente e abrasador. Pouco me demorei: tomei detalhes de *touriste*.

- Porque não acabaram a obra? perguntei:

Então um sujeito esguio e macilento, chupando um cigarro, em mangas de camisa, contou-me uma historia longa e enfadonha em que entravam personagens conhecidos na burocracia, no foro, na indústria, e no comércio. Como iniciadores, acionistas, arquitetos, fornecedores.

Pasmei: pois era lá possível que uma empresa em que entravam tantos elementos tivesse sustado a sua conclusão?

Era possível, era certo.

- A política, esclareceu ele, ao retirar-me, foi a causa disto não acabar.

Por muitos dias odiei a política. Verberei em frases desapiedadas liberais e conservadores, <políticas de baixo, e políticas de cima>.

Depois, compreendendo melhor o que é a política ante o esforço individual, inteligente e coletivo dos povos, considere-a de um modo benigno e conducente ao que ela é verdadeiramente, na sociedade culta o independente.

E desde esse dia e essa hora, lastimei que nesta cidade aonde brotam espontâneas, a lama e os Tirirys, uma empresa, por melhores' que sejam os seus fins, defínhe e desabe, se a política a não acariciar e proteger.

Porque, o comércio, e a agricultura. e as indústrias, e os capitães, são impotentes para criarem e produzirem alguma coisa digna e honrosa, que distinga essas classes laboriosas, desta outra que se chama artificialmente, postiçamente, - a política !

Como isto é triste e decadente!...

Ruyalto.

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano I, n. 76, 8 ago 1888)

Sem rumo

Quinta-feira, 17 de abril de 1890

Alceste

Pedes-me um folhetim, e fundamentas o seu pedido impertinente, não direi; mas com certeza imprudente; aduzindo como razão valiosa a circunstância de ainda não se ter escrito um folhetim para ser impresso nesta folha em tipo - *oito*- que no teu modo de pensar da grande elegância a composição, ao passo que muito agradaria ao leitor.

Ora, bem deves compreender, meu caro Alceste, que não é somente a elegância matéria de imprimir e que liga-se diretamente à plástica da arte tipográfica, que deve interessar ao leitor. Há também a considerar a não menos importante, e sem dúvida, mais transcendente questão de estilo, de verve e de justeza de conceitos, que liga-se muito intimamente à estética, à altitude intelectual de quem escreve.

Em tais condições e estatuídas essas preliminares, se eu me visse na dura contingencia de satisfazer a tua vaidade um tanto infantil (releva-me dizer-te) que te conduza quereres ver o efeito de um folhetim impresso em tipo - *oito* - sem que atentes bem para as qualidades do escritor; se eu caísse na patetice de aceder aos teus desejos e me metesse a escrever um folhetim, dar-lhe-ia o título acima - *Sem rumo...* - e confessando-me literalmente incapaz de praticar o gênero<folhetim> iria alinhando frases um pouco a esmo, sem norte, sem assunto, sem espirito e sem jeito, justamente como estou fazendo...

E demais o *folhetim* é, como não ignoras, um gênero literário que não é mais dos nosso tempo: refiro-me ao folhetim idealista, fantasioso, sonhador, recheado de tênue rendilha de

frases, de uma pureza virginal e de uma pudicícia feminil - esse gênero já passou, e creio que já não tem cultores.

Em Portugal o folhetim floresceu, há bons trintas anos, com o maior sucesso literário de grande e intensa repreensão emocional entre a classe de leitores românticos, coevos de Garret e Herculano, com Lopes de Mendonça, com Ricardo Guimarães, sepultado mais tarde no título nobiliário de visconde de Benalcanfor, com Camilo Castelo Branco, com Julio Cezar Machado e outros muitos, sendo para notas que Julio Cezar, ainda há poucos dias tão tragicamente eliminado do numero dos vivos, conseguiu fazer chegar até a atual geração restos da fulgurante irradiação intelectual de uma época literária, finamente aristocrática e elegante, que já passou e morreu aos golpes demolidores, incisivos e naturalistas dos Ramalhos, dos Eças, dos Junqueiros e de outros que dão a nota no atual movimento literário português, onde são os próceres de uma crítica vibrante de humorismo, saturada de uma picante acuidade gaulesa, emoldurada em uma linguagem sóbria, científica, genuinamente moderna e evolucionista, sem sacrifício do vernaculismo lusitano, que amolda-se perfeitamente aos modernos processos filosóficos de dizer.

Entre nós, ou mais precisamente, no Rio, hoje chamada - capital federal - para eliminar da fraseologia republicana o vocábulo <corde> que costuma despertar nas mentes adesivas tão vivas recordações monárquicas, foi o gênero folhetim cultivado com esmero e apurado gosto por Otaviano e Alencar nos belos tempos do <Correio Mercantil>, que por muito tempo abrigou em suas páginas menores a dicção correta e cheia de aticismo do primeiro, e a fantasia brilhante, servida por uma prosa colorida pelas iluminuras do *americanismo* iconoclasta do segundo. E esses dois talentos de eleição, tão dissimilantes em suas tendências literárias, foram-se sem deixar substitutos no departamento do folhetim, que depois deles teve ainda um pequeno período de brilhantismo com Salvador de Mendonça, Luiz Guimarães Junior e Joaquim Nabuco, saídos quase simultaneamente para a diplomacia, de onde voltou o ultimo para encetar agitada a esplêndida carreira politica, de par com o humanitário apostolado abolicionista.

Outros depois destes escreveram folhetins, mas a espécie já tinha degenerado, não direi, porque o termo trairia evidentemente o meu pensamento; já tinha-se *transformado* pelo cruzamento das ideias revolucionárias e científicas com o romantismo politico-literário da imprensa contemporânea do <Diário Mercantil> e do <Diário do Rio>. E quando apareceu a <Gazeta de Notícia>, admirável de petulância e humorismo, encontrou, é certo um folhetinista para cada dia da semana; mas todos enormemente distanciados do gênero folhetim propriamente dito, seguido até então pelos que escreviam no rodapé dos jornais.

Dos que folhetinizavam na <Gazeta> tinham a primazia e caíram positivamente no favor publico: França Junior, com a reprodução *d'après nature*, em estilo singela e naturalismo dos nossos costumes, das cenas domésticas de todos os dias e dos ridículos da sociedade fluminense; e José do Patrocínio, que sob o pseudônimo característico de *Prud'home*, aparecia todas as segundas feiras, vibrante de sarcasmo e ironia, atirando setas de letal acuidade, e que iam ferir certamente os homens do governo e a família imperial.

José do Patrocínio tinha as audácias e os assomos de um consumado panfletista político e levava de vencida os seus adversários com o desassombro de sua linguagem, tão elegante quanto enérgica. Quanto a França Junior exibia-se nas quartas feiras, e nesse dia, logo às 7 horas da manhã, esgotava-se a edição da <Gazeta>, que era disputada nos cafés e restaurantes com a mesma avidez com que os consumidores devoravam um filet *aux petits pois*.

Por essa mesma época fazia as delícias dos leitores do <Jornal do Comércio>, no seu inolvidável *Microcosmo*, esse primoroso, correto e vernáculo Carlos de Laet, que nos últimos meses da monarquia e contra a geral expectativa, achou-se envolvido nas malhas da política imperial, surgindo simultaneamente eleito deputado geral por Mato Grosso e pelo 4º distrito da Paraíba, cujos eleitores deveriam ter ficado, na verdade, embasbacados ao ouvir o nome de Laet, nome que certamente nunca ecoara pelos alcantis e quebradas daquelas paragens sertanejas.

Mas conforme te disse, meu caro Alceste, essa última frase do folhetim não se parece com a de Otaviano e Alencar: é o folhetim político, revolucionário e científico, cruzado de naturalismo e oferecido ao público em maior ou menor grão de dinamização literária o dos últimos tempos; o outro está irremediavelmente decaído e já fez sua época. Creio que o último espécimen da família foi uma brilhante e sentida parodia em prosa da conhecida e arquivada poesia de Soares dos Passos, intitulada <Noivado do sepulcro>, que sob título de <Noivado no mar> publicou o saudoso Ferreira de Menezes, há uns 15 anos, no <Jornal do Comercio> a proposito dos dois noivados que tomando banhos de mar na pitoresca praia de Icaraí, morreram afogados. Digo paródia em prosa da estafada poesia portuguesa, pela analogia do assunto; porque o folhetim de Ferreira de Menezes é simplesmente esplêndido, como tudo quanto saia daquela penas magnífica; e causou verdadeiro sucesso, quando apareceu publicado.

Já vês, portanto, Alceste, que não serei eu quem tenha a coragem de perpetrar hoje um folhetim, nessa quadra de utilitarismo positivo, em que todos devem-se atirar a cometimentos mais práticos e menos aleatórios.

Jack

(GAZETA DA PARAHYBA, Ano III, n. 563, 17 abr 1890)